

Rogério Geraldo Ribeiro de Andrade

**A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA EM MINAS GERAIS:
DA INTERVENÇÃO DO ESTADO À LIBERALIZAÇÃO
DO MERCADO.**

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial a obtenção de título de Mestre em Economia.

Orientadora:
Prof. Dra. Maria Regina Nabuco

Belo Horizonte
CEDEPLAR/FACE/UFMG
1994

Dedico este trabalho à **Celina**, presente em todos os meus momentos de alegria e de dúvida, que durante a elaboração dessa dissertação, transformou-se no meu anjo da guarda e na **minha** maior incentivadora.

Uma lembrança e uma saudade ao Sr. **Ciro** e D. **Naná**, meus **pais**. Se estivessem vivos ficariam orgulhosos deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Fundação João Pinheiro, na pessoa de seu Presidente, Luís Aureliano Gama de Andrade, que me proporcionou as condições essenciais para realizar este estudo. Em particular, sou grato à Cláudio Gontijo, Maria Luíza Leal e a todos os meus colegas do Centro de Estudos Econômicos que sempre me endereçaram palavras de estímulo e confiança.

O meu muito obrigado aos professores do CEDEPLAR, que depois de tantos anos, me deram a oportunidade de retomar meus estudos acadêmicos.

À Professora Maria Regina Nabuco, minha orientadora, deixo registrado um agradecimento especial. Às vezes dura, às vezes tema, mas sempre sincera e criteriosa, Regina não deixou **que** o desânimo me impedisse de concluir esta dissertação. A todo momento com novas idéias e indagações ela foi para mim, não só uma competente orientadora, mas também uma grande amiga.

Gostaria de agradecer a Joana e Helena pela árdua tarefa de normalização do trabalho, a Bete Lacerda por sua prestativa ajuda na busca de novas fontes bibliográficas e ao Rodrigo pela disponibilidade em solucionar meus problemas com o computador.

Ao Eduardo pela agilidade e cuidado na edição final do trabalho, o meu reconhecimento.

Finalmente, à Maria Helena pelas idas e vindas do material, verdadeiro “pombo-correio”, aos meus irmãos, parentes e amigos **que**, nunca deixaram de dar uma palavra de incentivo, a minha gratidão.

CAPÍTULO 3

O COMPLEXO CAFFEEIRO: CARACTERIZAÇÃO, INTERAÇÃO**DOS SEUS SEGMENTOS E AÇÃO GOVERNAMENTAL..... 81**

1	Introdução	81
2	Caracterização do complexo cafeeiro	81
2.1	Os agentes e a cadeia de comercialização do café	81
2.1.1	Maquinistas	82
2.1.2	Corretores.....	83
2.1.3	Dealers ,.....	83
2.1.4	Cooperativas.....	84
2.1.5	Exportadores	85
2.1.6	Torrefadores e industriais do solúvel	88
2.2	O complexo cafeeiro antes da extinção do IBC	89
2.2.1	O setor agrícola.....	91
2.2.2	O segmento industrial.....	92
3	Tentativas recentes de reestruturação: liberalização do mercado	100
4	Conflitos de interesses na interação dos segmentos do complexo cafeeiro	103
5	Conclusões	107

CAPÍTULO 4

MINAS GERAIS: NOVO MODELO DE PRODUÇÃO**CAFFEEIRA E NOVAS PERSPECTIVAS NOS ANOS NOVENTA 110**

1	Introdução	110
2	Caracterização da cafeicultura mineira	111
3	A emergência de Minas Gerais como a nova liderança na cafeicultura brasileira	118
4	A cafeicultura do Sul de Minas e o sistema cooperativista	121
5	A cafeicultura no cerrado e o sistema de associações.....	128
6	Conclusões	147
	CONCLUSÕES	149
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1	
Produção brasileira de café – 1940/41–1993/94	10
Tabela 1.2	
Estoques brasileiros de café – 1940/41–1993/94	11
Tabela 1.3	
Consumo brasileiro de café torrado e solúvel – 1960–1989	13
Tabela 1.4	
Exportação brasileira de café beneficiado e sua participação na exportação mundial – 1960–91	14
Tabela 1.5	
Erradicação de cafeeiros segundo regiões produtoras no Brasil – 1962–1967.....	15
Tabela 1.6	
População cafeeira e sua participação segundo estados produtores – 1960/61–1979/80	16
Tabela 1.7	
Erradicação de cafeeiros em Minas Gerais – 1962–1966	18
Tabela 1.8	
Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais (em milhões de covas) – 1969/70–1975/76.....	24
Tabela 1.9	
Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais (em percentuais) – 1969/70–1975/76	24
Tabela 1.10	
Produção brasileira de café beneficiado segundo estados produtores e participação relativa no total produzido – 1960/61–1992/93	25
Tabela 1.11	
Área plantada com café segundo estados produtores e participações relativas – 1960–80.....	26
Tabela 1.12	
Produtividade do café em coco segundo estados produtores – 1968/69–1979/80	27
Tabela 1.13	
Volume, valor, preço médio das exportações brasileiras e participação do café no seu total – 1970–91	29

Tabela 2.1	
Preço mínimo de registro, quota de contribuição e cambial de exportação – 1965–78	57
Tabela 2.2	
Evolução da renda líquida dos produtores de café – 1986–91	69
Tabela 2.3	
Custos de produção do café – 1991	77
Tabela 3.1	
Principais exportadores de café em grão – 1992/93–1993/94	87
Tabela 3.2	
Organização das cooperativas brasileiras. Perfil de atuação na produção e comercialização do café. Principais estados produtores – 1990–91	92
Tabela 4.1	
Produção de café em coco segundo regiões de planejamento. Minas Gerais – 1980–90	113
Tabela 4.2	
Distribuição por estrato de área total, número de informantes, área colhida e produção de café em coco. Minas Gerais: 1970	114
Tabela 4.3	
Distribuição por estrato de área total, número de informantes, área colhida e produção de café em coco. Minas Gerais: 1975	114
Tabela 4.4	
Distribuição por estrato de área total, número de informantes, área colhida e produção de café em coco. Minas Gerais: 1980	115
Tabela 4.5	
Distribuição por estrato de área total, número de informantes, área colhida e produção de café em coco. Minas Gerais: 1985	115
Tabela 4.6	
Área média e produtividade segundo estratos de área total. Minas Gerais: 1985	116
Tabela 4.7	
Número de informantes de café em coco segundo a condição do produtor. Minas Gerais: 1970–85	117
Tabela 4.8	
População <i>cafeeira</i> e sua participação segundo estados produtores – 1979/80–1993/94	120

Tabela 4.9	
Produção brasileira de café beneficiado segundo estados produtores e participação relativa no total produzido – 1979/80–1992/93	120
Tabela 4.10	
Área plantada com café segundo estados produtores e participações relativas –1980–89.....	121

LISTA DE SIGLAS

- ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Torrefação e Moagem de Café
- ABICS – Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel
- ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
- ACARPA – Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio
- AIC – Acordo Internacional do Café
- APPC – Associação dos Países Produtores de Café
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
- CBC – Comitê Brasileiro do Café
- CACCER – Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado
- CACEX – Carteira de Comércio Exterior
- CAIs – Complexos Agroindustriais
- CAMIG – Companhia Agrícola de Minas Gerais
- CBC – Comitê Brasileiro do Café
- CEE – Comunidade Econômica Européia
- CIP – Conselho Interministerial de Preços
- CITOMA – Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda.
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura
- CNC – Conselho Nacional do Café
- COCAMIG – Cooperativa Central da Cafeicultura e Agropecuária de Minas Gerais
- COOPARAÍSO – Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso Ltda.
- DACAF-CAR – Divisão de Assistência à Cafeicultura – Caratinga
- DACAF-BH – Divisão de Assistência à Cafeicultura – Belo Horizonte
- DACAF-VAR – Divisão de Assistência à Cafeicultura – Varginha
- DEC – Divisão de Economia Cafeeira
- DENAC – Departamento Nacional do Café
- DNC – Departamento Nacional do Café
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
- FAEMG – Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais

FEBEC – Federação dos Exportadores de Café
FDPA-C – Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários – Café
FDPE-C – Fundo de Defesa de Produtos de Exportação – Café
FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
GERCA – Grupo de Racionalização da Cafeicultura
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
INDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MINASUL – Cooperativa Cafeeira da Zona de Varginha Ltda.
OIC – Organização Internacional do Café
PADAP – Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PIPAEMG – Programa Integrado de Pesquisa do Estado de Minas Gerais
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola
dos Cerrados
PRRC – Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais
SEI – Superintendência de Est

INTRODUÇÃO

Nosso estudo sobre o Complexo Cafeeiro no Brasil tem como objetivo analisar as principais razões para o deslocamento espacial da cafeicultura de São Paulo e Paraná para Minas Gerais. Em geral, destacam-se como principais fatores deste deslocamento as condições edafoclimáticas e as variantes econômicas, tais como o preço da terra, os menores custos de produção e o custo de oportunidade do café. É nosso objetivo destacar também os aspectos político-institucionais que explicam porque Minas Gerais passa a incrementar sua cafeicultura a partir dos anos setenta, através dos recursos creditícios colocados à disposição do setor cafeeiro oriundos do Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC). Em nossa opinião, estes recursos criaram as condições para que o estado assumisse a liderança nacional neste setor. Portanto, ao lado das explicações tradicionais, vamos também analisar os fatores políticos mais gerais e as mudanças na estrutura institucional de apoio à cafeicultura.

Neste sentido, avaliaremos as condições em que este deslocamento se deu, do ponto de vista das ingerências do Instituto Brasileiro do Café (IBC), cuja existência passou a ser questionada a partir do final da década de oitenta, principalmente com respeito ao seu gigantismo e ineficiência. A extinção do IBC em 1990 simboliza a passagem de um sistema de produção paternalista para uma cafeicultura baseada no livre mercado e na competitividade. Convivem hoje no Brasil, grupos de postura conservadora com relação à produção e comercialização do produto, com grupos modernos, emergentes já na fase de decadência do IBC, tendo, portanto, gestado um modelo de produção e organização competitivo e autônomo. Embora haja sinais de um novo ciclo de modernização no setor, o Complexo Cafeeiro ainda não se apresenta totalmente integrado. Apesar de ser grande comprador de equipamentos e insumos produtivos da indústria à montante, o setor agroindustrial transformador – a torrefação e a moagem e a indústria do café solúvel – não é parte determinante da dinâmica do Complexo.

Enquanto o primeiro segmento permanece no mercado consumidor do café em pó, especialmente no mercado interno, o solúvel, com destinação quase que exclusivamente para mercado externo, é exportado a granel, sendo utilizado para compor os *blend* das grandes firmas multinacionais do setor. Apesar de mudanças no comportamento do consumidor do café – substituição pelo solúvel e pelo expresso – este mercado ainda é inexpressivo com respeito ao padrão médio do consumidor brasileiro e mesmo do internacional que compra nosso produto.

A análise desse novo ciclo de modernização do café brasileiro (e mineiro especialmente) será feita a partir de quatro aspectos principais:

1) nos anos que precedem a extinção do IBC (anos sessenta e setenta), assiste-se a um profundo deslocamento da produção dos estados do Paraná e São Paulo para Minas Gerais, que a partir de então vai paulatinamente tomando-se o maior produtor nacional. O que aqui enfatizaremos é que este processo não se deveu a apenas causas edafoclimáticas, como grande parte da literatura demonstra (BDMG, 1989, NABUCO, LEMOS, 1986, GOMES, 1988). Ao contrário, esse deslocamento foi fortemente baseado em incentivos creditícios, além de apoio às cooperativas e outros tipos de grupamento de produtores, de forte aparato de assistência técnica aos cafeicultores, de incentivos a compra de insumos e equipamentos agrícolas, etc. Todo o conjunto dessas medidas foi reunido em Planos Federais integrados aos Programas Estaduais de fomento das atividades agrícolas (BACHA, 1988).

A passagem do café de São Paulo e Paraná para Minas Gerais só foi possível porque ampliou-se o crédito subsidiado e para os grupos mineiros abriu-se uma oportunidade de tê-lo em grande quantidade. Pretendemos, portanto, examinar as condições de subsídio do Estado para os produtores mineiros. Esta avaliação do papel do estado na atividade cafeeira será feita com base na análise da trajetória e dos instrumentos de políticas usados pelo IBC. É importante enfatizar o papel desempenhado por ele, analisando as conseqüências acarretadas no Complexo Cafeeiro quando é extinto em 1990 (GRAZIANO, 1981, CASTRO, 1971).

Desta forma, no primeiro capítulo analisaremos a mobilidade espacial do café, com ênfase nos dois planos elaborados pelo IBC, quais sejam, o Programa de Erradicação dos Cafezais, ocorrido nos anos sessenta e o Plano de Revigoração e renovação dos Cafezais que teve seu início em 1969/70, com o propósito de recompor o parque cafeeiro nacional.

2) Para contextualizarmos melhor este deslocamento para Minas Gerais, com todas as suas conseqüências não só para o Estado, mas principalmente para a economia cafeeira em geral, buscaremos entender aqui as razões políticas para o fechamento de um dos maiores órgãos corporativistas da agricultura brasileira, ou seja, o IBC. As pressões para o seu fechamento que já se percebem desde os anos setenta, acentuando-se mais ainda com o advento da Nova República, não significaram apenas o caminho que o país seguia para a redução do tamanho do Estado e maior liberdade para o mercado. A crise do IBC expressou, do nosso ponto de vista, uma forte reestruturação interna do setor, onde agentes menos modernos perdiam força em detrimento de outros que assumiriam papel mais preponderante na mo-

dernização. Além disto, busco demonstrar que nem todas as funções do IBC foram perdidas com sua extinção. No segundo capítulo mostro que, sob a pressão dos proprietários, exportadores e torrefadores, onde o grupo estatal também foi importante, funções foram preservadas em órgão estaduais de apoio à agricultura, cooperativas e entidades privadas como firmas exportadoras (BACHA, 1992).

É importante ressaltar o papel do Estado como provedor das iniciativas privadas. Partindo do pressuposto de que as políticas públicas não são “neutras”, no sentido de que, ao ser efetivamente implantadas, elas trazem um forte componente de “arranjos” político-institucionais, que refletem o jogo de interesses de grupos privilegiados, com maior acesso à cúpula decisória do governo, podemos assegurar que muitos órgãos públicos acabam sendo apropriados por eles. Na verdade, o IBC estava ligado aos interesses dos grupos cafeeiros paulistas, que pressionaram o Governo Federal induzindo sua criação. Esses agentes privados “apropriam-se” dessa agência pública, que passa a defender seus interesses, desenvolvendo seus trabalhos dentro de uma filosofia corporativista. Nos anos cinquenta e sessenta, a participação estatal era vigorosa no sentido de privilegiar os produtos que contavam para a geração de divisas como é o caso também da cana-de-açúcar e, em especial, do café responsável por mais da metade das divisas geradas pelo comércio exterior do Brasil nos anos cinquenta (CANO, 1983, SILVA, 1976, DELFIM NETTO, 1959, FURTADO, 1972, 1980, NABUCO, 1984).

O 2º capítulo terá, então, como principal objetivo a análise da trajetória e extinção do IBC, enfocando a controvérsia, “permanência versus fechamento” do IBC. A transformação de Minas Gerais no maior produtor do país, coincide com a paulatina perda de força do IBC e significa que, para Minas Gerais manter a posição de líder, terá de fazê-lo através de maior eficiência e competitividade. A análise sobre o espólio do IBC e de que forma estão reestruturando-se institucionalmente os órgãos remanescentes que apoiam a cafeicultura, apontam para as características da atual fase de transição na cultura cafeeira entre um forte “estatismo” que representou aquela instituição, e a atual incipiente organização privada dos interesses dos vários segmentos do Complexo. É a partir deste contexto que colocamos o estudo dessa agência pública como um *apriori* para entender-se, não só o desenvolvimento da cafeicultura no Brasil, mas principalmente para se captar as tendências recentes da modernização originadas pela decadência da influência do IBC.

Do ponto de vista de Minas Gerais, este estado recebeu o café com todo o apoio governamental, beneficiando-se ainda da presença do IBC nos anos setenta e oitenta, antes que esta

autarquia entrasse num processo acelerado de decadência. Beneficiando-se também do apogeu da política de crédito agrícola nos anos setenta, avançou em termos de produtividade, e deslocou-se para outras regiões do Estado.

- 3) Minas Gerais representa, assim, a região onde uma nova forma de produzir o café se instala: a princípio com recursos financeiros abundantes. O estado enfrenta, no entanto, nos anos oitenta, a crise agrícola brasileira, praticamente nas mesmas condições de qualquer produto agrícola: falta de estímulo às exportações, redução de crédito, ausência de pesquisa e extensão públicas. Conduzida principalmente pelas grandes cooperativas de produtores do Sul de Minas, a integração entre a produção, a transformação e a comercialização (intermediária e final) modifica-se lentamente.

O centro dinâmico deste complexo situa-se, como sempre foi, no mercado externo, sendo pequena sua diferenciação do produto final (LEMOS, 1992, 1994). Diferentemente de Kagayama (1990), que não reconhece no café a existência de um **CAI** e sim de uma atividade modernizada. No entanto, acreditamos que o café deve ser definido como um complexo, tendo em vista a interrelação entre diferentes fases de seu processo de produção e comercialização. Apesar de suas ligações à montante serem consideradas fortes, por uma gama variada de autores, suas ligações à jusante são fracas. Portanto, podemos considerar que o centro dinâmico do Complexo vai se encontrar no setor exportador. A análise dos CAIs e suas influências na modernização das práticas agropecuárias no Brasil, onde podemos incluir o complexo cafeeiro, foi amplamente estudada desde os anos 60 (MUELLER, 1981, GRAZIANO DA SILVA, 1991, BELIK, 1992, VEGRO, 1993, ZYLBERSZTAJN et al., 1993).

O capítulo 3 trabalha essa interrelação e procura demonstrar que, apesar da elevação da produtividade da cultura, com o início da diferenciação do produto e o aumento de sua qualidade, os agentes mantêm, no geral, seus papéis tradicionais. Os agentes que podemos considerar como hegemônicos são os corretores e *dealers*, representantes das firmas exportadoras, torrefadoras e importadores. Alguns tipos de corretores com atuação local também vão perdendo importância na cadeia de comercialização, assim como os maquinistas, que estão em franco processo de extinção. Vale destacar que surgem como agentes mais dinâmicos na atualidade as cooperativas (e por questões de afinidades as associações). A partir desse papel mais ativo no mercado, o resultado foi benéfico para os produtores porque a rede de intermediação se reduziu.

Traçaremos, pois, neste 3º capítulo, uma caracterização do Complexo Cafeeiro, com a identificação de seus principais segmentos e dos seus principais agentes e fluxos de comercialização com o fim de mostrar de que forma interagem os seus principais (conflitos e jogos de interesses). Nosso objetivo é demonstrar que, do ponto de vista da integração e dos fluxos comerciais, o café vai constituindo cada vez mais um verdadeiro complexo. Isto significa que Minas Gerais representa uma produção que ainda tem muito para se modernizar. Podemos perceber que alguns sinais são emitidos pelo cerrado e por algumas sub-regiões do Sul de Minas.

- 4) Se, no entanto, não se captam grandes modificações na interrelação dos agentes e nos seus graus de autonomia, alguns sinais de mudança estão se verificando, quando se analisam de perto modificações, como por exemplo, nas formas associativas (as cooperativas começam a assumir a condição de agentes exportadores), ao mesmo tempo que estão buscando um processo de maior verticalização. Os torrefadores buscam também não só a qualidade do produto, mas procuram diversificar o consumo através da diferenciação do produto, e estão fazendo tentativas de exportar o produto com maior grau de elaboração. O cerrado busca a melhoria do produto e suas tentativas de exportar cafés mais finos estão rendendo bons frutos para ele. Todas essas modificações se devem, não só ao fato de que o mercado externo está selecionando mais os produtores de “cafés finos”, mas por que o mercado interno também se diferencia, isto é, o setor torrefador vem ampliando seu mercado através da diferenciação do produto, isso porque os hábitos dos consumidores vêm passando por modificações. Examinaremos também as conseqüências ocorridas na agricultura mineira em virtude de programas regionais de incorporação do cerrado que beneficiaram o café. Neste caso, iremos analisar um novo modelo de cafeicultura que surge em Minas Gerais, em especial, no cerrado mineiro, nas regiões do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro. Podemos dizer então que um objetivo importante do trabalho será demonstrar que a nova cafeicultura de Minas apresenta-se com características inovadoras tais como: maior integração dentro do complexo (da produção à comercialização interna e externa); ganhos de novos “nichos” de mercado; melhoria da qualidade do produto; ampliação do associativismo versus cooperativismo; etc. Nesse atual modelo de cafeicultura, novos paradigmas se colocam frente a ela. Vão sendo eliminados gradativamente os mecanismos protetores e corporativistas que, de certa forma a engessavam, partindo-se para novas conquistas em termos de produtividade e de competitividade, profissionalizando-a de forma acentuada, e acarretando a saída daqueles cafeicultores que podemos denominar de “amadores”, isto é, profissionais liberais e pessoas

autônomas, cujo interesse somente se deve à lucratividade imediata da atividade, sem preocupações de longo prazo com as dificuldades que porventura se apresentarem frente aos negócios com o café (FRANÇA, 1984, NARCISO % 1976, CAIXETA et al., 1975, AMARANTE, 1984, GOMES, 1988).

O 4º capítulo terá como foco de análise o estado de Minas Gerais. Além de caracterizarmos a cafeicultura mineira em termos de tamanho de propriedade, condição do produtor, área plantada, dentre outras variáveis, iremos destacar de que forma a cafeicultura se estabeleceu nas zonas mais antigas a partir dos créditos fartos e subsidiados do PRRC, e quais foram **suas** conseqüências, enfatizando a problemática do cooperativismo nessas áreas. Contrapondo-se a esse item anterior, analisaremos como a cafeicultura passa a se locomover para outras áreas de fronteira de Minas Gerais, estabelecendo-se em regiões que até então eram consideradas inadequadas para o cultivo de café. A ênfase será dada ao café do cerrado, com suas características próprias, tendo como ponto de apoio as associações, que diferentemente das cooperativas, são estruturas mais ágeis e mais enxutas.

Ao lado da análise quantitativa que mostrará de que forma ocorreram as mudanças em termos de população cafeeira, quantidades produzidas e exportadas, níveis do consumo interno e externo, dentre outros, vamos proceder a uma análise qualitativa baseada em entrevistas realizadas com empresários, técnicos e especialistas. Estas foram feitas com base em uma seleção de informantes-chave, englobando, dentre outros, produtores, dirigentes de cooperativas e associações, técnicos de entidades públicas estaduais e federais, torrefadores e representantes do poder público. Nosso estudo privilegia este último tipo de análise, tendo em vista o fato da escassez de dados oficiais sobre o setor (fechamento do IBC e precariedade dos levantamentos de dados de estatística econômica recente no Brasil). Finalmente, sentimos falta de maior número de estudos sobre a história do IBC e o papel do estado no Complexo Cafeeiro.

Desta forma, metodologicamente, o estudo teve como base três fontes de informação. Além da pesquisa bibliográfica, buscamos nos dados secundários tendências que nos mostrassem de que forma foram ocorrendo as mudanças quantitativas na cafeicultura, principalmente a partir dos anos cinquenta até os dias atuais. Através destas leituras procuramos também detectar aspectos político-institucionais que formaram a história cafeeira, embora nunca tivessem tido o destaque adequado nestas publicações. Finalmente, a análise elaborada com base no depoimento dos diversos informantes-chave, fundamental para captar-se os diversos e por vezes conflitantes interesses, não só dentro do Complexo, como também a partir das instituições públicas, ainda diretamente, influentes no processo de modernização do café.

CAPÍTULO 1

A POLÍTICA CAFEIRA E A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA EM MINAS GERAIS DOS ANOS CINQUENTA AOS ANOS SETENTA.

1 Introdução

Este capítulo tem por objetivo descrever as políticas de café no Brasil, mais especificamente com respeito ao apoio público ao deslocamento regional da lavoura do café na Região Sudeste do País, a partir dos anos sessenta até o final dos setenta. Estas políticas se resumiram a duas ações – erradicação, e posteriormente, renovação dos cafezais, tendo como cenário os Estados de São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais. Este último aparecerá como principal beneficiário destas políticas, a partir dos anos setenta, tendo em vista não só sua posição anterior de grande produtor mas também devido a outros aspectos, que aqui passaremos a analisar.

As causas da expansão da cafeicultura em Minas Gerais, que são a preocupação básica deste capítulo, não poderiam ser explicadas apenas pela generosa disponibilidade de recursos creditícios do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais – PRRC, pois estes também estavam disponíveis para outros Estados produtores de café, como o Paraná e São Paulo. Outras explicações para que a maciça concentração de recursos desse Plano tenha se direcionado para Minas Gerais podem ser buscadas em inúmeros fatores como por exemplo o clima, o preço da terra, a topografia, os movimentos populacionais, a lucratividade relativa de outras culturas. Neste último caso, os estados antigos produtores substituíram o café por produtos de menor risco, com uso menos intensivo em mão-de-obra, mercado externo em expansão e maior competitividade.

Dentro da própria lógica do Complexo Cafeeiro podemos destacar que, tanto a evolução dos preços reais do café, quanto os dos produtos concorrentes, como o leite e a arroba de boi gordo, induziram os produtores mineiros à expansão de novas áreas cafeeiras.

Vale lembrar também que a perspectiva do aumento da lucratividade da cafeicultura frente a outras lavouras, creditada aos avanços tecnológicos obtidos à época, também pode ser considerado como fator indutor de aumentos significativos no investimento financeiro naquela lavoura em Minas Gerais.

2 A política **cafeeira** e os planos de **erradicação** dos cafezais – anos cinquenta e sessenta

2.1 Políticas de proteção dos preços externos do café como processo fundamental para a substituição de importações

No período compreendido entre o pós-guerra e a primeira metade da década de cinquenta pôde-se constatar uma fase inicial de crescimento dos preços internacionais do café. Dentre as causas da ascensão destes preços, podemos citar a redução da capacidade produtiva do parque cafeeiro nos anos quarenta, o baixo nível dos estoques e movimentos especulativos da demanda, devido à guerra da Coreia. Além de se observar uma tendência de crescimento do consumo mundial.

Esse movimento de ascensão, no entanto, é revertido na segunda metade dos anos cinquenta e início dos anos sessenta. A queda dos preços nesta segunda fase é atribuída à elevação excessiva da produção, devido à ampliação do parque cafeeiro nacional, além do aumento da produção dos outros países produtores, principalmente dos países africanos. Neste caso, assiste-se a um rápido crescimento dos níveis dos estoques de café. Como o valor das exportações de café representava cerca de 50% das divisas arrecadadas pelo país, a produção **cafeeira** era, portanto de fundamental importância para o nosso processo de desenvolvimento. Temendo que as quedas nas receitas fossem catastróficas para a economia brasileira, foi então criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), em **1952**, cuja meta era voltar a defender os níveis dos preços para preservar as receitas. **Essa** política de defesa de preços, objetivando a **maximização** a curto prazo da receita cambial, deteriorou, no entanto, a posição brasileira no mercado mundial, permitindo que as produções africana e colombiana passassem a ocupar mais espaços, em função de melhores preços oferecidos por nossos concorrentes.

Nessa época a política **cafeeira** tinha como principal ponto a **maximização** da receita cambial,¹ cujo interesse principal **era**, na verdade, o subsídio ao processo de industrialização do País, apoiado no processo de substituição de importações. O Estado usava então todos os instrumentos à **sua** mão para atingir o objetivo maior de industrialização, sendo que um dos mais fundamentais foi a política **cafeeira**. Ampliando o investimento diretamente na área de indústrias básicas, como siderurgia e petróleo, o Governo Federal também ampliou sua **necessi-**

¹ **Para** propósitos de análise e descrição da política **cafeeira** é comum dividi-la dessa forma: período do mercado livre, 1850/1906; período de valorização e defesa, 1906/1945; período de **maximização** da receita cambial proveniente do **café**, 1947/1965 e período dos preços flexíveis a partir de 1967 (Conjuntura Econômica, 1973: p. 82).

dade de divisas, levando a alterações da política cafeeira. O setor exportador passava a exercer o papel subsidiário de fornecedor de receitas cambiais para a compra de equipamentos indispensáveis à continuação do processo de substituição de importações e crescimento industrial. De fato, a atividade cafeeira desde os anos trinta vinha perdendo sua posição hegemônica de centro dinâmico da economia brasileira para a atividade industrial. Pode-se dizer que o Complexo Cafeeiro reduz seu espaço na economia brasileira, ao ser gradativamente substituído pelo setor industrial, ao mesmo tempo em que se assiste ao incremento do processo de urbanização do país. Este processo vai desaguar na modernização da agricultura brasileira, que passa a se articular com os outros segmentos dinâmicos da economia, principalmente o setor industrial, culminando com a industrialização da agricultura nos anos sessenta, com a posterior consolidação do Complexo Agroindustrial brasileiro em meados dos anos setenta.

Com a tendência de preços decrescentes na segunda metade da década de cinquenta, o Governo Federal sofreu fortes prejuízos. Isto porque o preço de garantia (preço mínimo estabelecido por ele para a aquisição do produto) encontrava-se acima do preço pago pelo mercado. A nova forma de defesa, portanto, proporcionou maior segurança aos cafeicultores, com a garantia permanente de compra a preços mínimos fixados, mas significou grandes despesas públicas para o Governo Central.

Estas políticas adotadas em meados dos anos cinquenta incluíam acordos internacionais com outros países produtores, com o intuito de se assegurar preços mais elevados, mas essas tentativas não tiveram sucesso.

Entre **1955 e 1957**, embora o parque cafeeiro estivesse com capacidade produtiva acima das necessidades do mercado, as más condições climáticas contribuíram para manter o equilíbrio, mantendo os preços internacionais em boa média. Mas, na safra **1957/1958**, as cotações do café caíram significativamente, com isto recrudescendo a defesa do produto. Visando minorar esta queda brusca da receita cambial, o IBC retoma o sistema de quotas para a comercialização da produção, disciplinando os embarques para evitar

“o afluxo excessivo nos portos nas épocas de colheita: a obrigatoriedade dos cafés despachados para os portos serem registrados e retidos nos armazéns reguladores aguardando a liberação (que dependia dos estoques dos portos estarem a níveis inferiores ao nível máximo estabelecido); e estabelecimento de um sistema de retenção. Esse sistema dividia os cafés embarcados em três séries: a de mercado que podia ser encaminhada diretamente para ser exportada após a liberação; a de consumo interno; e a de expurgo, essa última correspondente a cafés obrigatoriamente entregues ao IBC, que os adquiria a preços muito baixos. Na safra de 1960/61, por exemplo, foram estabelecidas as séries de mercado, consumo interno e expurgo, com quotas de 70%, 20% e 10%, respectivamente” (FREITAS, 1979, p.269).

Com a persistência, no entanto, da queda de preços, o governo se viu na contingência de tirar do mercado cerca de 11 milhões de sacas de café da safra 1958/59 (DELFIM NETTO e PINTO, 1973), com o intuito de firmar o mercado. Esta atitude teria que ser novamente tomada pois a próxima safra foi bastante volumosa, ultrapassando as 44 milhões de sacas (veja Tabela 1.1). Apesar dessas medidas de defesa cambial, os prejuízos sofridos pelo Brasil foram bastante significativos, em função desta sua proteção solitária dos preços de café. Apesar dos excedentes o Brasil persistiu na sua política unilateral de maximização de receitas para garantir melhores preços. Esta situação perdurou até 1964, tendo em vista o fato de que o País não preencheu a sua quota internacional, permitindo aos concorrentes conquistar os acréscimos de mercado, porventura surgidos no mercado internacional.

TABELA 1.1
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ
1940/41 – 1993/94
(Em milhões de sacas beneficiadas de 60 kg)

ANO SAFRA	PRODUÇÃO	ANO SAFRA	PRODUÇÃO	ANO SAFRA	PRODUÇÃO
1940/41	16,40	1958/59	26,80	1976/77	6,00
1941/42	15,80	1959/60	44,10	1977/78	16,10
1942/43	13,60	1960/61	29,80	1978/79	20,00
1943/44	12,20	1961/62	39,60	1979/80	21,60
1944/45	9,10	1962/63	28,90	1980/81	16,40
1945/46	12,70	1963/64	23,20	1981/82	35,40
1946/47	14,00	1964/65	8,30	1982/83	16,20
1947/48	13,60	1965/66	37,00	1983/84	30,40
1948/49	16,90	1966/67	18,80	1984/85	21,80
1949/50	16,30	1967/68	24,50	1985/86	32,60
1950/51	16,70	1968/69	17,00	1986/87	13,50
1951/52	15,00	1969/70	20,60	1987/88	42,90
1952/53	16,10	1970/71	11,00	1988/89	22,50
1953/54	15,10	1971/72	24,6	1989/90	25,40
1954/55	14,50	1972/73	24,50	1990/91	28,10
1955/56	22,10	1973/74	14,30	1991/92	27,40
1956/57	12,50	1974/75	28,10	1992/93	18,80
1957/58	21,60	1975/76	2250	1993/94	22,00

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, Rio de Janeiro: IBC, 1989, Departamento Técnico da COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, 1992.

“Assim, nos três primeiros anos-convênio,² quando a quota brasileira era de 17,4 milhões de sacas por ano, deixou o País de exportar cerca de 3 milhões cobertos pelos concorrentes. Em 1963/64, foram mais 2.4 milhões não preenchidos. E no ano-convênio de outubro/64-setembro/65, quando a quota brasileira caiu para 16.8 milhões de sacas, a exportação atingiu apenas 12.5 milhões de sacas, ocasionando uma diferença de 4,3 milhões. As perdas

² Na economia cafeeira o calendário tem os seguintes “anos”: o ano civil, de janeiro a dezembro; o ano safra, de julho a junho; e o ano-convênio ou ano cafeeiro da OIC, de outubro a setembro.

acumuladas foram de 9.9 milhões de sacas que o Brasil teria direito de embarcar para os mercados tradicionais e que foram substituídas por café de seus concorrentes.” (DELFIM NETTO e PINTO, 1973, p.326).

Portanto, o resultado do período de maximização da receita cambial não poderia ser outro, a não ser a

“... contínua deterioração da posição brasileira no mercado mundial de café. Em primeiro lugar, o Brasil arcou sozinho com o ônus da defesa das cotações. Em segundo lugar, o país escolheu a política de ~~formecido~~ *residual*, estimulando o consumo mundial e a produção dos outros países e liberando o resto para o mercado. Tem-se argumentado que essa era a natureza política brasileira que não visava as quantidades e sim os preços. Mas, o fato é que a política cafeeira falhou no que se refere a quantidades e preços e em seu relacionamento ao processo de desenvolvimento econômico. Ironicamente, nem os interesses dos cafeicultores foram promovidos” (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1973, p. 91).

TABELA 12
ESTOQUES BRASILEIROS DE CAFÉ
1940141 – 1993194
(Em milhões de sacas beneficiadas de 60 kg)

ANO SAFRA	ESTOQUES	ANO SAFRA	ESTOQUES	ANO SAFRA	ESTOQUES
1940141	7,60	1958159	13,40	1976177	29,86
1941142	9,70	1959160	24,00	1917178	12,45
1942143	12,50	1960161	44,30	1978179	14,00
1943144	15,40	1961162	52,00	1979180	14,58
1944145	15,20	1962163	57,30	1980181	16,46
1945146	10,40	1963164	62,60	1981182	9,32
1946147	8,20	1964/65	59,70	1982183	19,97
1947/48	7,00	1965166	57,72	1983184	13,86
1948149	4,50	1966167	70,80	1984185	16,68
1949150	3,80	1961168	66,76	1985186	11,13
1950151	3,20	1968169	64,81	1986187	16,42
1951152	3,40	1969/70	54,88	1987188	14,47
1952153	2,10	1970/71	45,66	1988189	30,96
1953154	3,20	1971/72	31,61	1989190	28,58
1954155	4,00	1972/73	31,75	1990191	26,93
1955156	2,70	1973/74	31,80	1991192	25,55
1956157	7,80	1974/75	20,79	1992193	17,00
1957158	5,40	1975/76	28,21	1993194	17,00

Fonte: CUNHA, Mauro R. da. 150 Anos de Café, 1992.

Nos anos sessenta as características da cafeicultura brasileira permaneciam praticamente as mesmas: a participação das receitas geradas pelo café na pauta de exportação do Brasil era ainda bastante expressiva (em média, 50% do total de divisas geradas pelo país); os laços entre as políticas cafeeira e cambial permaneciam ainda muito fortes; e o nível dos estoques vai atingindo volumes consideráveis, tendo em vista a oferta interna ascendente do café.

Pela Tabela 1.2 podemos ver que esse nível atingiu pouco mais de 70 milhões de sacas no ano-safra de 1966/67, o que pode ser considerado como um volume bastante elevado.

Vão surgindo, no entanto, novas variáveis na economia brasileira, devendo-se mencionar em especial o golpe militar de 1964, quando se modifica a política econômica do país. Além de investir diretamente no sistema produtivo para promover o desenvolvimento, o Estado privilegia as aplicações de retorno indireto, visando criar condições no mercado para a expansão do investimento produtivo da esfera privada. Assim, crescem os gastos do governo com a educação, como crescem os investimentos públicos em infra-estrutura básica (eletrificação, rodovias, hidrelétricas, etc).

A cafeicultura deveria adequar-se a esse novo modelo econômico, devido à sua situação pouco favorável na primeira metade dos anos sessenta. Era necessário que se ajustassem os desequilíbrios do mercado, e também que se tomassem medidas contra a baixa produtividade do setor, consequência direta da política de garantia dos preços mínimos pagos aos produtores e da deterioração da posição do Brasil no mercado internacional do café. A capacidade produtiva do parque cafeeiro situava-se em torno de 36 milhões de sacas de café anuais. Se, de um lado, as exportações chegavam a 18 milhões, de outro, o consumo interno girava em torno de 6 milhões, havendo portanto um excedente crônico de cerca de 12 milhões de sacas anuais. Como a política da defesa impunha que o governo comprasse esse excedente, os estoques, a partir de 1960/61 começam a se elevar em uma progressão geométrica, atingindo 70,8 milhões em 1966/67 (veja Tabelas 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4).

Ao mesmo tempo em que os estoques atingiam níveis elevados, a cafeicultura padecia de outros problemas. Nos anos sessenta o parque cafeeiro era composto de 4 bilhões de pés e muitos deles já se encontravam em idade avançada, sendo que as causas da baixa produtividade podiam ser buscadas nas terras esgotadas e em fatores climáticos com respeito a áreas inadequadas à lavoura do café. O ônus de manter esse parque produtivo era muito grande, e mesmo com a política de defesa da classe produtora, era inevitável a descapitalização. Para resolver essa questão o governo propôs um programa de modernização dos cafezais, através da erradicação de 2 bilhões de cafeeiros

Para administrar este programa, foi criado o Grupo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), pertencente ao IBC. O principal objetivo era eliminar os pés de baixo rendimento. Paralelamente, havia incentivos para que as terras liberadas fossem aproveitadas para o cultivo de lavouras alimentares e de matérias-primas. Foi constituído, portanto, um programa de diversificação agrícola, além de se fazer um esforço para que se modernizassem as plantações de

café remanescentes, pois constava, ainda, no Plano Diretor a meta de se plantar 500 milhões de mudas de café de alta produtividade.

TABELA 13
CONSUMO BRASILEIRO DE CAFÉ TORRADO E SOLÚVEL
1960-89

(em milhares de sacas de 60 kg)

ANO	TORRADO	SOLÚVEL	TOTAL
1960	5118		5118
1961	5787		5787
1962	6224		6224
1963	6745		6745
1964	7524		7524
1965	8132	23	8155
1966	8097	34	8131
1967	8624	27	8651
1968	8752	39	8791
1969	8745	44	8789
1970	8888	61	8949
1971	8831	75	8907
1972	6713	67	6780
1973	6733	131	6864
1974	7505	125	7630
1975	6916	199	7115
1976	6411	231	6642
1977	7036	241	7277
1978	6811	178	6989
1979	6612	259	6871
1980	7162	404	7566
1981	7389	414	7803
1982	7172	386	7558
1983	6987	429	7416
1984	6530	362	6892
1985	6088	364	6452
1986	5136	433	5569
1987	5501	422	5922
1988	5346	461	5807
1989	5882	502	6384

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ. Rio de Janeiro: IBC, 1989.

TABELA 1.4
EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ BENEFICIADO E
SUA PARTICIPAÇÃO NA EXPORTAÇÃO MUNDIAL
 1960 – 91
 (1.000 sacas de 60 kg)

ANO	MUNDIAL (I)	BRASIL (II)	II/I (%)
1960	42491	16819	39,58
1961	43725	16971	38,81
1962	46256	16377	35,41
1963	48906	19514	39,90
1964	46721	14948	31,99
1965	44969	13497	30,01
1966	49028	17031	34,74
1967	50219	17331	34,51
1968	53608	19035	35,51
1969	54196	19613	36,19
1970	52722	17085	32,41
1971	53489	18399	34,40
1972	57866	19215	33,21
1973	62584	19817	31,66
1974	54787	13280	24,24
1975	57913	14604	25,22
1976	58806	15602	26,53
1977	47168	10083	21,38
1978	56208	12551	22,33
1979	62865	12010	19,10
1980	59861	15209	25,41
1981	60612	15912	26,25
1982	64553	17063	26,43
1983	66254	17820	26,90
1984	70020	19597	27,99
1985	68926	19143	27,77
1986	68879	9914	14,39
1987	72247	18465	25,56
1988	62445	17082	27,36
1989	69329	18289	26,38
1990	80300	16986	21,15
1991	74738	21137	28,28

Fonte: GOMES, 1988, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, Rio de Janeiro: IBC, 1989.

Foram necessários dois planos de erradicação, para que se conseguisse alcançar as metas propostas. Os pés menos produtivos, que iriam ser erradicados, seriam ressarcidos na forma de pagamentos monetários. Dessa forma, a política cafeeira estava atuando diretamente no controle da produção. Outro instrumento era a adoção de baixo preço de garantia, para dissuadir o cafeicultor a não expandir sua área plantada.

O primeiro programa de erradicação aconteceu entre **os anos** de 1962 e 1966 e compreendia dois tipos de financiamento: empréstimo para cobrir os custos da erradicação dos pés de cafés e outro que se destinava a financiar as culturas alternativas. Embora gerando o aumento do preço de sustentação do café em 1964, esse plano não foi bem organizado, ocorrendo corrosão dos incentivos financeiros pela inflação, o que freou a velocidade do processo de er-

radicação.

"Com a perda do valor real dos subsídios à erradicação e com a melhoria dos preços recebidos pelos produtores o total dos cafeeiros erradicados (723.546 mil pés) foi menor do que a meta estabelecida no Plano Diretor do GERCA (2 bilhões de pés), conduzindo à elaboração de um novo programa de erradicação. Outro problema detectado foi a ausência de um aparato técnico adequado para incentivar, determinar e acompanhar o processo de diversificação das áreas liberadas com café" (BACHA, 1988, p.70-72).

O segundo programa de erradicação foi implantado entre agosto de 1966 e maio de 1967 e, dentre suas novidades, podemos destacar que os incentivos à erradicação foram substancialmente elevados e a assistência técnica para a implantação das culturas alternativas nas áreas antes ocupadas pelo café foi bastante melhorada. Tinha também como meta a eliminação de lavouras de baixa produtividade e daquelas que porventura tivessem sido atingidas mais duramente pelas geodas. O objetivo a ser alcançado sena a erradicação de 500 milhões de pés de cafés, sendo essa meta superada, com o montante chegando a 655 milhões de pés. Em comparação com o primeiro, este foi bem mais organizado, estabelecendo-se

"... uma remuneração variável por cafeeiro a ser erradicado de acordo com a percentagem de pés eliminados em relação aos existentes na propriedade e segundo a zona geográfica dessa propriedade. Quanto maior a porcentagem de cafeeiros de uma propriedade a serem erradicados maior era a remuneração por pé de café. Além disso, houve um zoneamento das áreas cafeieiras pagando-se mais pela erradicação nas áreas de maior concentração de pés, que apresentavam problemas de baixa produtividade. Com essas atitudes procurou-se estabelecer um parque cafeeiro mais homogêneo" (BACHA, 1988, p. 72).

TABELA 15
ERRADICAÇÃO DE CAFEIROS SEGUNDO REGIÕES PRODUTORAS NO BRASIL
1962-67
(1000 covas)

ESPECIFICAÇÃO	Primeira etapa		Segunda etapa		TOTAL	
	jul/62 a jul/66	%	ago/66 a maio/67	%	2 etapas	%
Minas Gerais	230564	31,87	133139	20,30	363703	26,37
São Paulo	244420	33,78	54944	8,38	299364	21,70
Paraná	125772	17,38	124185	18,94	249957	18,12
Espírito Santo	67903	9,38	235272	35,88	303175	21,98
outros	54887	7,59	108257	16,50	163144	11,83
Brasil	723546	100,00	655797	100,00	1379343	100,00

Fonte: GOMES, 1988.

Os números finais desse plano de erradicação foram os seguintes: erradicaram-se com recursos oficiais 1,38 bilhão de cafeeiros, os cafeicultores erradicaram por conta própria 350 milhões de pés, eliminando-se um total de 1,73 bilhão de pés de cafés, que quase atingiu a meta do Plano Diretor, ou seja, 2 bilhões de pés. Regionalmente, o total de pés erradicados nas

duas etapas mostra a liderança de Minas Gerais, que eliminou dos seus cafezais cerca de 363,7 milhões de covas de café, sendo responsável por uma participação relativa de 26,37% do total erradicado no resto do país. São Paulo e Paraná erradicaram, respectivamente, 299,4 e 250 milhões de cafeeiros nas duas etapas dos planos (veja Tabela 1.5).

Portanto, no período compreendido entre 1960 e 1970, a população cafeeira decresceu quase 50%, quando passou de um total de 4,6 bilhões de pés de café em 1960, para pouco mais de 2,3 bilhões em 1970. Neste ano o potencial produtivo do país situava-se pouco acima das 20 milhões de sacas. Além dos programas de erradicação, também contribuíram para a queda da produção brasileira as condições climáticas desfavoráveis, principalmente as geadas, e a queda do preço interno do café até 1968.

TABELA 1.6
POPULAÇÃO CAFEIEIRA E SUA PARTICIPAÇÃO
SEGUNDO ESTADOS PRODUTORES
1960/61 – 1979/80
(em mil covas)

ANO SAFRA	MINAS GERAIS		SÃO PAULO		PARANÁ		ESPÍRITO SANTO		OUTROS		BRASIL	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
1960/61	760180	17,58	1155000	26,7	1286700	29,75	565539	13,08	557470	12,89	4324889	100
1961/62	756816	17,58	1150000	26,7	1281008	29,75	563037	13,08	555000	12,89	4305861	100
1962/63	696952	17,31	973000	24,17	1295465	32,18	540164	13,42	520000	12,92	4025581	100
1963/64	582155	15,84	800000	21,76	1316418	35,81	497538	13,53	480000	13,06	3676111	100
1964/65	592200	16,96	770000	22,06	1167000	33,42	517000	14,81	445000	12,75	3491200	100
1965/66	566200	17,7	750000	23,45	994600	31,09	473000	14,79	415000	12,97	3198800	100
1966/67	315100	12	714000	27,19	933000	35,54	391000	14,89	272500	10,38	2625600	100
1967/68	348900	15,04	690000	29,74	845700	36,46	305200	13,16	130000	5,6	2319800	100
1968/69	331445	14,35	690000	29,87	848927	36,74	312365	13,52	127600	5,52	2310337	100
1969/70	332000	14,41	690000	29,94	838471	36,39	316300	13,72	127600	5,54	2304371	100
1970/71	343706	15,42	687000	30,83	816128	36,62	253934	11,4	127600	5,73	2228368	100
1971/72	360000	15,85	700000	30,82	834105	36,73	248500	10,94	128600	5,66	2271205	100
1972/73	379680	16,27	714000	30,59	850047	36,42	257550	11,03	132740	5,69	2334017	100
1973/74	473493	17,94	780000	29,55	904166	34,25	290910	11,02	191040	7,24	2639609	100
1974/75	521505	18,88	820990	29,72	915517	33,15	299244	10,83	204811	7,42	2762067	100
1975/76	549351	19,9	838000	30,35	876299	31,73	294176	10,65	203400	7,37	2761226	100
1976/77	599710	23,39	745000	29,05	665172	25,94	326271	12,72	228200	8,9	2564353	100
1977/78	818571	26,76	895000	29,35	763647	24,96	330570	10,81	251620	8,22	3059408	100
1978/79	846117	25,28	961300	28,72	835311	24,96	403735	12,07	300000	8,97	3346463	100
1979/80	881072	25,59	979920	28,46	828077	24,05	453681	13,18	300000	8,72	3442750	100

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, Rio de Janeiro: IBC, 1989, GOMES, 1988.

Quanto à Minas Gerais assiste-se ao incremento da sua população cafeeira que, de um percentual de cerca de 18% no início dos anos 60, passou a deter 26% em 1979/80 (veja Tabelas 1.1 e 1.6).

Se na época da defesa cambial, a receita proveniente das vendas externas do café ul-

trapassava 1 bilhão de dólares, nos anos sessenta a média situou-se em torno dos 700 milhões de dólares (veja Tabela 1.13).

Com o final do segundo programa de erradicação em maio de 1967, o Governo Federal instituiu o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, **que** tinha como objetivo fornecer recursos para a implantação de agroindústrias nas áreas cafeeiras, visando promover a diversificação agrícola, além da tentativa de melhorar a infra-estrutura existente e incentivar a pesquisa e a experimentação agrônômica de produtos alternativos. Esse programa perdurou até 1973, mas a partir de 1970 ele vai perdendo importância, pois todos os esforços vão **ser** dirigidos para *os* programas do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais – PRRC, que é implantado em 1969-1970, e que tinha como meta básica a ampliação da capacidade produtiva do café (BACHA, 1988).

A política cafeeira de 1964 até meados dos anos setenta tinha como meta, adaptar a cafeicultura a seu novo papel no modelo econômico emergente, onde a promoção das exportações desempenhava um importante papel. O interesse não era o de apenas gerar divisas a curto prazo, como ocorria antes. Como o esforço de exportação era pensado de forma global e de longo prazo, as conseqüências foram: a efetivação de uma política que permitiu baixar a receita proveniente do café, enquanto a cafeicultura passava por um processo de recuperação através dos planos de erradicação e renovação; e a diminuição da importância relativa do café na arrecadação de divisas, permitindo que a política cafeeira se tornasse independente da política cambial (se em 1963 e 1964 o café representava mais de 53% das receitas cambiais, no final dos anos sessenta esta participação se reduziu para 36%, sendo de apenas 21,7% em 1973) (veja Tabela 1.13).

2.2 O papel de Minas Gerais na erradicação dos cafezais

Desde o final dos anos quarenta foram criadas em Minas Gerais, estado que já ocupava posição relevante na produção cafeeira, algumas políticas regionais, como por exemplo, o **Serviço** de Combate à Broca do Café, que propiciou a abertura de crédito para a aquisição de máquinas e defensivos; o **Serviço** Especial da Cultura do Café, visando à melhoria das culturas e a orientação dos produtores para obterem um produto de melhor qualidade.

Nessa mesma época foram criadas a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, mais tarde denominada de EMATER, e a Companhia Agrícola de Minas Gerais – CAMIG, que tinha como filosofia básica beneficiar o produtor rural, inaugurando diversos

postos de venda de insumos e equipamentos agrícolas em vários municípios mineiros. Embora não fossem órgãos especificamente ligados à cafeicultura, indiretamente a beneficiavam, nas regiões em que a cultura se destacava.

Embora os programas desenvolvidos pelos órgãos estaduais, responsáveis pela agricultura, tomassem medidas de expansão dos serviços de assistência técnica e da difusão de uso de insumos modernos, além de reforçar a atuação da ACAR e de dinamizar a pesquisa agropecuária, através da criação do Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais – PIPAEMG, pode-se dizer que esse elenco de medidas beneficiou pouco a atividade cafeeira estadual nas décadas de cinquenta e sessenta (BACHA, 1988, p. 75-76).

É interessante observar que, apesar de o governo mineiro não ter ‘tomado nenhuma medida de incentivo à cafeicultura, Minas Gerais foi dentre todos os estados produtores, o campeão em termos de erradicação do café utilizando-se dos recursos oficiais. Foram eliminados 363.703 mil pés, deixando livre uma área de 353.134 hectares. 60% desse total erradicado ocorreram no primeiro programa de erradicação e uma das explicações para isso é que grande parte da população cafeeira mineira estava acima dos 15 anos de idade, portanto com produtividade decrescente. Em 1961, quase 39% dos pés de cafés existentes já tinha ultrapassado esse limite. Esses cafezais mais antigos se concentravam na região leste, que inclui a Zona da Mata, o Rio Doce e o Mucuri, e foi aí que mais foram erradicados cafeeiros (cerca de 65% do total de Minas no período entre 1962 e 1966) (veja Tabela 1.7).

TABELA 1.7
ERRADICAÇÕES DE CAFEIROS EM MINAS GERAIS
1962 – 1966⁽¹⁾
(Em 1.000 pés)

REGIÕES	1962		1963		1964		1965		1966	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
LESTE	37327	62,33	115122	65,91	124427	64,02	126354	64,03	186935	64,54
OESTE	8366	13,97	18688	10,70	23479	12,08	23357	11,84		
SUL	14073	23,50	37938	21,72	43006	22,13	44072	22,33	108637	37,51
OUTRAS REGIÕES	118	0,20	2913	1,67	3453	1,78	3650	1,85		
MINAS GERAIS	59884	100,00	174661	100,00	194365	100,00	197333	100,00	289637	100,00

Fonte: BACHA, 1988.

Nota.: Para 1966, os dados para o Sul incluem a região Oeste e Outras Regiões.

(1) em valores adicionados.

Outros fatores explicativos do sucesso da erradicação foram os baixos preços pagos pelo produto e a falta de crédito rural nas atividades agrícolas. Tendo como pano de fundo es-

sa situação, a erradicação acabou se transformando numa forma de capitalização para os produtores rurais.

As atividades agrícolas, que em Minas Gerais substituíram as áreas liberadas com café, foram, por ordem de grandeza, as pastagens, a cultura do milho e a lavoura de feijão. Uma consequência dessa substituição foi o aumento significativo do desemprego no campo, uma vez que a cafeicultura nas regiões produtoras contribuía decisivamente para a absorção de mão-de-obra.

Os resultados finais dos programas de erradicação para Minas Gerais foram os seguintes: o parque cafeeiro mineiro, que em 1960/61 tinha 760,2 milhões de covas, foi reduzido a menos da metade e passou a ter em 1969/70 apenas 332,0 milhões de covas. Essa mesma redução drástica pôde ser observada na área plantada que, de um total de 740.916 hectares em 1960, caiu para 296,5 hectares em 1970 (**Anuário Estatístico do Café**, 1989).

“O período de 1962 a 1968 assistiu a uma redução da atividade cafeeira no Brasil devido aos dois programas de erradicações patrocinados pelo Governo Federal. devido aos baixos preços pagos ao produtor pelo café e devido às geadas que ocorreram no Paraná (os dois primeiros fatos compondo as políticas de redução da oferta de café implantadas pelo Governo Federal). A cafeicultura em Minas Gerais também se reduziu, sendo que as erradicações foram mais fortes na DACAF-CAR – Divisão de Assistência à Cafeicultura em Caratinga. Na reocupação das terras liberadas pelo café destacou-se a utilização pelas pastagens, reafirmando ofato averiguado no período anterior de ser a pecuária a principal atividade substituta ao café. A forte erradicação de cafeeiros em Minas. o baixo preço recebido pelo café e o maior dinamismo das atividades não agropecuárias conduziram a uma grande redução da contribuição do café na geração do produto interno mineiro, em comparação com as contribuições do período anterior. O resultado foi a diminuição da importância do café no valor bruto da produção agropecuária mineira, que em 1962 respondia por 6,84% e em 1968 cai para 4,69%.” (BACHA, 1988, p. 83).

3 O Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC) no início dos anos setenta

3.1 Os programas componentes do PRRC e a nova situação do parque cafeeiro nacional após sua implantação

Nos anos setenta, a política cafeeira brasileira sofreu profundas modificações devido a problemas conjunturais que estavam afetando o bom desempenho da cafeicultura nacional. No final da década de sessenta ou mais exatamente

“... a partir de agosto de 1968, a taxa cambial passou a ser reajustada em intervalos de

tempo menores, reduzindo-se, assim, o risco associado às exportações. Os preços internacionais favoráveis e uma política cambial mais realista permitiram ao setor agrícola ampliar as exportações. Entretanto, no setor cafeeiro, havia uma posição de escassez do produto. A política de contenção da oferta adotada nos anos 60 fez com que a produção cafeeira do país se tornasse insuficiente para atendimento de sua demanda. Adotaram-se, então, políticas de recuperação dos cafezais, de limitação do consumo interno e de elevação dos preços pagos aos produtores” (CAIXETA, LEITE e OLIVEIRA, 1989, p. 186).

Portanto,

“... no início da década de 70, a política brasileira de produção toma rumos diametralmente opostos à desenvolvida na década anterior. Os preços deprimidos durante boa parte dos anos 60, começaram a elevar-se a partir de 1969, conjugados com a diminuição dos estoques brasileiros. Logo, como grande parte da lavoura estava prestes a se exaurir, em baixo poder de produção, dentro de um contexto que indicava diminuição da produção em função das campanhas de erradicação, optou-se pelo reerguimento da cafeeicultura. E para elevar o potencial produtivo do País, que estava estagnado, seria necessária a ampliação do parque cafeeiro e cultivá-lo com maior apuro tecnológico” (GOMES, 1988, p. 277).

Para agravar a insuficiência da oferta do produto, ocorreram geadas, embora moderadas, nas zonas produtoras do Paraná entre 1962/63 a 1966/67. Em 1964/65, a produção foi de apenas 8,3 milhões de sacas (veja Tabela 1.1) Com a ocorrência, em 1969, de secas prolongadas em São Paulo, o volume da produção cafeeira ficou ainda menor.

Frente a essa situação, o Governo Federal criou em 1969 um Programa Global, cuja meta era a implantação de **500** milhões de novos pés de cafés assim distribuídos: 100 milhões em 1969/70, **150** milhões em 1970/71 e **250** milhões em 1971/72. Devido a problemas de curto espaço de tempo e de limitadas disponibilidades financeiras, os primeiros 100 milhões de pés ficaram reduzidos à metade, embora na realidade tenham sido implantados efetivamente 21 milhões de novos cafeeiros, sendo as regiões mais beneficiadas o Sul de Minas (11,6 milhões), o Paraná (8,0 milhões) e São Paulo (1,5 milhão). Neste último Estado, o governo estadual financiou 18 milhões de cafeeiros e o resultado final foi o financiamento de 39 milhões de novos cafeeiros (dados extraídos de BACHA, 1988, p. 84).

No ano agrícola de 1969/70, o GERCA elaborou um programa mais amplo e abrangente que objetivava a recuperação e a racionalização do parque cafeeiro nacional, denominado Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC). Seu objetivo mais imediato era propiciar que a produção média bianual ficasse em torno de 28 a 30 milhões de sacas de café, atendendo dessa forma, tanto a demanda interna quanto a externa. Portanto,

“... o Primeiro Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, tinha como objetivo básico o plantio de 100 milhões cafeeiros. Ao financiamento de plantios, foram dotados recursos na ordem de Cr\$ 126 milhões, a juros de 17% a.a. O primeiro programa teve como resultado a implantação de 40 milhões de cafeeiros” (GOMES, 1988, p. 277).

“O PRRC teve de 1969/70 a 1971/72 suas metas estabelecidas anualmente. O Conselho

Monetário Nacional aprovava previamente as metas do programa para o próximo ano-safra. Em 1972 a preocupação com a escassez futura de café no Brasil levou o governo a acelerar o PRRC, estabelecendo a meta de um plantio de 600 milhões de pés nos próximos três anos-safra (200 milhões em cada ano-safra). Denominou-lhe de Plano Trienal de Renovação e Revigoramento de Cafezais. Contudo, o plantio no ano safra 1972/73 foi de 355 milhões de pés, e, assim, na etapa 1973/74 estabeleceu-se a meta de plantio de 245 milhões de covas, transformando o plano trienal em bienal. A partir de 1974/75 a programação das metas do PRRC voltou a ser anual, sendo que o PRRC vigorou até 1981” (BACHA, 1988, p. 85).

Os programas integrantes do PRRC foram:

- a) Programa de Financiamento à Formação de Mudanças (de 1970/1971 a 1978/79), cujo objetivo era o suprimento de mudas de boa qualidade que tivessem alto potencial produtivo;
- b) Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais (de 1969/70 a 1980/81), tinha como preocupação básica a orientação do plantio e a formação de lavouras com níveis mais altos de produtividade;
- c) Programa de Financiamento para Recepta e Decote de Cafezais (de 1971/72 a 1976/77), que objetivava o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade da bebida e facilitar os tratamentos culturais e os tratamentos fitossanitários;
- d) Programa de Incentivo ao **Uso** de Fertilizantes (de 1970/71 a 1980/81), buscava incentivar o uso mais intensivo de fertilizantes e corretivos para elevação dos níveis da produtividade e recuperação dos cafezais;
- e) Programa de Financiamento de Defensivos na Lavoura Cafeeira (1970/71 a 1980/81), procurava combater as pragas e doenças, com ênfase no controle da ferrugem;
- f) Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Defesa Fitossanitária de Cafezais (de 1972/73 a 1980/81);
- g) Programa de Renovação Gradual de Cafezais (ano agrícola de 1975/76), visava o plantio de novos cafezais, com o objetivo de contrabalançar os cafeeiros abandonados ou erradicados;
- h) Programa de Melhoria da Infra-estrutura nas Propriedades Cafeeiras (de 1975/76 e 1980/81). Abriram-se linhas de crédito para a construção ou reforma de terreiros, secadores, lavadores, etc. e também para a construção de estradas vicinais e eletrificação rural em áreas mais carentes;
- i) O Programa de Custeio da Entressafra (de 1978/79 a 1980/81), financiamentos que propiciassem melhorias técnicas tanto para a colheita quanto para o preparo do café.

O PRRC, a princípio, somente incluiu os principais estados produtores (Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Espírito Santo), mas em 1971/72 sua abrangência atingiu os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso e Goiás. Este Programa buscou beneficiar as áreas mais aptas ao plantio de café, que ficassem, se possível, a salvo da ocorrência de geadas.

Grande parte dos recursos financeiros para a execução do PRRC foram originários do próprio setor, embutidos na Conta-Café, que

“... mostra os fluxos ou saldos das receitas e despesas relacionadas ao café recolhidas ou despendidas pelos órgãos oficiais responsáveis. As receitas decorrem do recolhimento da quota de contribuição e da venda de estoques oficiais ao consumo interno, ao comércio exportador e nos entrepostos no exterior. As despesas resultam das compras dos excedentes, gastos administrativos do IBC/GERCA e outros não especificados pelas divulgações” (FREITAS, 1979, p. 280).

Os recursos provieram em sua maior parte da rubrica Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários – Café (FDPA-C), que depois passou a ser chamado de Fundo de Defesa de Produtos de Exportação – Café (FDPE-C).³ Outros recursos se originaram do crédito rural do setor bancário.

O PRRC, na esfera da produção, pretendia recuperar o parque cafeeiro nacional para que fosse possível reverter a tendência declinante do nível médio de produção. A meta era produzir de **28 a 30** milhões de sacas originárias do renovado parque cafeeiro nacional.

Além de aumentar o volume da produção brasileira, os objetivos do Plano incluíam a elevação dos níveis da produtividade dos cafezais e a recuperação da posição brasileira no mercado internacional. O esquema de comercialização visava ao ordenamento da saída do café de acordo com as reais necessidades do mercado.

Foram dados incentivos aos cafeicultores através da distribuição generosa de crédito e a implantação de uma política de compra de insumos e equipamentos que propiciassem a elevação do padrão tecnológico da cafeicultura. Os procedimentos relativos ao cultivo do café eram acompanhados pela assistência técnica do IBC ou entidades conveniadas a ele.

Paralelamente, recursos também foram liberados para o combate à ferrugem e à geada através de programas complementares implantados até meados da década de 1970. Com o aparecimento da ferrugem em cafezais da Bahia, criou-se o Programa de Controle da Ferrugem do Cafeeiro, com o objetivo de exterminar essa praga dos cafezais brasileiros. Devido às

³ A maior parte dos montes carregados para a rubrica FDPE-C eram provenientes da cobrança da quota de contribuição e das vendas de café dos estoques oficiais.

geadas de 1975 e de 1978, que atingiram grande parte dos cafeeiros do país, outros programas adicionais foram implementados, visando recuperar a produtividade dessas lavouras. Foram criados os seguintes programas especiais: de Decote e Outras Podas Leves em Cafezais Geados, de Recepa em Cafezais Geados, de Replântio de Cafezais Geados, de Substituição de Cafezais Geados, etc (BACHA, 1988).

Quando se chegou à conclusão que o parque cafeeiro brasileiro renovado teria condições de atender com sucesso, tanto o mercado interno quanto o externo, extinguiu-se o PRRC em 1981, ficando a critério dos produtores a continuidade da substituição dos pés de cafés improdutivos.

3.2 O papel de Minas Gerais no PRRC

Desde a segunda metade dos anos setenta, registrou-se em Minas Gerais o avanço das culturas destinadas ao mercado externo como o café, a soja e a cana-de-açúcar. Portanto, a economia mineira recupera parte de seu prestígio a nível nacional na década de oitenta. Devemos lembrar que todo esse processo de recuperação remonta à retomada da cafeicultura no década anterior. O estado sempre se destacou como um dos principais estados produtores de café, ocupando a terceira posição até meados da década de setenta. Portanto, tendo

“... como centro motor de recuperação a cultura cafeeira, veículo principal da penetração do capital na agricultura mineira no início dos anos setenta. com o Plano de Renovação e Revigoração de cafezais (PRRC), acionado a partir de 1969/70, Minas Gerais foi o Estado que mais se beneficiou da chamada nova cafeicultura brasileira (dotada de melhor tecnologia e deslocada das áreas mais sujeitas às geadas), superando o Paraná como maior produtor nacional, já no final dos anos setenta. Por esta época, as condições para o 'take off' tinham sido já gestadas para o setor agrícola, quando a economia mineira embalada pelo 'milagre' experimentou um acelerado processo de industrialização, dominado, em especial, pelo capital monopolista forâneo” (NABUCO e LEMOS, 1986, p. 185).

Tanto a política a nível federal, quanto a estadual, direcionadas para o café e para os investimentos, propiciaram a capitalização do setor em termos de melhoria de transportes, sistema de seleção e armazenamento, créditos para custeio e comercialização, assistência técnica, etc. *“O café vai liderar a arrancada da agricultura estadual da estagnação, saltando a taxa anual média de crescimento do PIB agrícola, de 1,6% ao ano no quinquênio 1962/67, para 5,9% no seguinte (1967/73), e para 6.6% no período 1973/80” (NABUCO e LEMOS, 1986, p. 185).* Minas Gerais foi o estado que mais se beneficiou dos recursos do PRRC. Foram plantados 353, 3 milhões de novas covas ou 34,4% do total renovado no país inteiro (veja Tabelas 1.8 e 1.9).

TABELA 1.8
PROGRAMA DE RENOVACÃO E REVIGORAMENTO DOS CAFEZAIS
1969/70 - 1975/76 (Em milhões de covas)

ESTADOS	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	Total
PARANÁ	8	57	40	94	13,2	22,5		234,7
SÃO PAULO	19	38	13	96	53	42,8	15	276,8
MINAS GERAIS	11	40	29	102	58,2	46,1	61	353,3
ESPÍRITO SANTO		1	5	9	9,4	3,3	12	39,7
OUTROS		0,3	4	61,7	20	11,9	24,8	122,7
TOTAL	38	136,3	91	362,7	153,8	126,6	118,8	1027,2

Fonte: GOMES, 1988.

TABELA 1.9
PROGRAMA DE RENOVACÃO E REVIGORAMENTO DOS CAFEZAIS
1969/70 - 1975/76 (Percentuais)

ESTADOS	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	TOTAL
PARANÁ	21,05	41,82	43,96	25,92	8,58	17,77		22,85
SÃO PAULO	50,00	27,88	14,29	26,47	34,46	33,81	12,63	26,95
MINAS GERAIS	28,95	29,35	31,87	28,12	37,84	36,41	56,40	34,39
ESPÍRITO SANTO		0,73	5,49	2,48	6,11	2,61	10,10	3,86
OUTROS		0,27	4,40	17,01	13,00	9,40	20,88	11,95
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: GOMES, 1988.

Com relação à área plantada, a situação de Minas Gerais era a seguinte: passou de uma média anual em tomo de 300 mil hectares na década de sessenta para mais de 400 mil no início dos anos setenta. Em termos relativos, de uma participação em tomo de 10 a 12% nos anos sessenta, passou para cerca de 15% em meados da década de setenta, superando os 20% no início dos anos oitenta (veja Tabela 1.11).

Pela Tabela 1.6, podemos constatar que a população cafeeira de Minas Gerais passou de 332 milhões de covas no ano safra de 1969/70 para 522 milhões em 1974/75, atingindo uma população de mais de quase 900 milhões de pés em 1979/80. Em termos percentuais passou de 14,4% em 1969/70 para 19% em 1974/75. Em 1979/80, Minas detinha 26% de toda população cafeeira do País. A população cafeeira de São Paulo, em termos relativos, foi de 30% em 1969/70 e em 1974/75. Em 1979/80 sua participação foi de 28% do total brasileiro. Este mesmo comportamento foi observado para o Paraná, que no ano safra de 1979/80 se responsabilizou por 24% da população cafeeira brasileira.

Pela Tabela 1.12, podemos observar que em termos de competitividade das produções estaduais, medida através da produtividade, Minas Gerais mostra uma tendência firme em se mostrar como o estado com maiores índices crescentes de produtividade. O Paraná sofreu

uma queda acentuada e São Paulo se mantém em torno de 35 sacas de **40 kg** por ha. Vale ressaltar **que** o ano 1976/77 é atípico para o Paraná e São Paulo devido à grande geada de 1975.

TABELA 1.10
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ BENEFICIADO SEGUNDO ESTADOS
PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO TOTAL PRODUZIDO
1960/61 - 1992/93 (milhões de sacas de 60 kg)

ANO	MINAS GERAIS		SÃO PAULO		PARANÁ		ESP. SANTO		OUTROS		BRASIL	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
1960/61	3,5	11,74	8,2	27,52	14,3	47,99	3,1	10,4	0,7	2,35	29,8	100
1961/62	4	10,1	11,3	28,54	21,4	54,04	1,9	4,8	1	2,52	39,6	100
1962/63	2,5	8,65	5,2	17,99	18	62,28	2,4	8,31	0,8	2,77	28,9	100
1963/64	2,2	9,48	9,6	41,38	9,2	39,65	1,6	6,9	0,6	2,59	23,2	100
1964/65	1,2	14,46	1,8	21,69	3,6	43,37	1,1	13,25	0,6	7,23	8,3	100
1965/66	2,9	7,84	11,2	30,27	20,4	55,13	1,9	5,14	0,6	1,62	37	100
1966/67	2,8	14,89	6,2	32,98	7,7	40,96	1,6	8,51	0,5	2,66	18,8	100
1967/68	2	8,16	8,5	34,7	12,9	52,65	0,7	2,86	0,4	1,63	24,5	100
1968/69	1,9	11,18	4,6	27,06	8,3	48,82	1,6	9,41	0,6	3,53	17	100
1969/70	1,3	6,31	6,1	29,61	12,3	59,71	0,5	2,43	0,4	1,94	20,6	100
1970/71	3	27,27	4,4	40	1,6	14,55	1,6	14,55	0,4	3,63	11	100
1971/72	1,3	5,28	9,8	39,84	12,8	52,03	0,4	1,63	0,3	1,22	24,6	100
1972/73	3,7	15,1	9,4	38,37	9,7	39,59	1,2	4,9	0,5	2,04	24,5	100
1973/74	2	13,99	7	48,95	4,1	28,67	0,8	5,59	0,4	2,8	14,3	100
1974/75	4,9	17,44	9,8	34,88	11,5	40,92	1,4	4,98	0,5	1,78	28,1	100
1975/76	2	9,01	7	31,53	11,7	52,7	1	4,51	0,5	2,25	22,2	100
1976/77	2,3	38,33	1,9	31,67	0	0	1,5	25	0,3	5	6	100
1977/78	4,9	30,43	7,6	47,21	1,8	11,18	1,2	7,45	0,6	3,73	16,1	100
1978/79	4,3	21,5	8,3	41,5	4,6	23	2,3	11,5	0,5	2,5	20	100
1979/80	7,9	36,57	8,4	38,89	2	9,26	27	12,5	0,6	2,78	21,6	100

Fonte: GOMES, 1988, SOCIEDADE EXPORTADORA E IMPORTADORA CITOMA LTDA, 1992.

TABELA 1.11
ÁREA PLANTADA COM CAFÉ SEGUNDO ESTADOS PRODUTORES E
PARTICIPAÇÕES RELATIVAS – 1960-80 (1.000 hectares)

ANO	MINAS GERAIS		SÃO PAULO		PARANÁ		ESP. SANTO		OUTROS		BRASIL	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
1960	740,9	15,1	1391,5	28,35	1794,6	36,56	423,6	8,63	557,5	11,36	4908,2	100
1961	737,4	15,09	1385,3	28,35	1786,7	36,57	421,6	8,63	555,0	11,36	4886,0	100
1962	679,1	14,82	1172,1	25,58	1806,9	39,43	404,5	8,82	520,0	11,35	4582,5	100
1963	567,2	13,44	963,7	22,84	1836,1	43,51	372,6	8,83	480,0	11,38	4219,6	100
1964	577,0	14,55	927,6	23,4	1627,7	41,06	387,1	9,77	445,0	11,22	3964,4	100
1965	551,7	15,27	903,6	25,02	1387,2	38,41	354,2	9,81	415,0	11,49	3611,7	100
1966	307,0	10,12	860,2	28,36	1301,3	42,9	292,8	9,65	272,0	8,97	3033,3	100
1967	339,9	12,55	831,0	30,68	1179,5	43,54	228,5	8,43	130,0	4,8	2709,0	100
1968	322,1	11,65	831,0	30,07	1249,3	45,2	238,9	8,46	127,6	4,62	2764,2	100
1969	322,6	11,82	831,3	30,45	1212,0	44,39	236,7	8,67	127,6	4,67	2730,1	100
1970	296,5	11,56	827,7	32,27	1109,0	42,23	204,0	7,95	128,0	4,99	2565,1	100
1971	310,5	11,98	843,4	32,53	1110,3	42,82	199,6	7,7	129,0	4,97	2592,8	100
1972	330,7	13,36	694,0	28,03	1110,2	44,84	208,1	8,41	132,7	5,36	2475,8	100
1973	416,8	15,04	780,0	28,15	1151,6	41,55	235,1	8,48	187,8	6,78	2771,2	100
1974	415,2	14,64	820,0	28,91	1158,3	40,83	241,8	8,53	201,3	7,09	2836,6	100
1975	399,5	14,79	838,0	31,03	1050,0	38,89	212,6	7,88	200,0	7,41	2700,3	100
1976	422,0	18,03	705,4	30,14	749,7	32,04	244,4	10,45	218,6	9,34	2340,1	100
1977	559,7	20,42	895,0	32,65	801,0	29,21	252,9	9,21	233,3	8,51	2741,9	100
1978	563,6	19,66	901,3	31,44	841,5	29,35	315,6	11,01	245,0	8,54	2867,0	100
1979	608,3	19,95	1014,7	33,27	826,5	27,1	355,0	11,64	245,0	8,04	3049,6	100
1980	597,9	20,42	987,6	33,73	720,7	24,61	353,1	12,06	269,0	9,18	2928,3	100

Fonte: GOMES, 1988, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, Rio de Janeiro: IBC, 1989.

TABELA 1.12
PRODUTIVIDADE DO CAFÉ EM COCO SEGUNDO ESTADOS PRODUTORES
 1968169– 1979180
 (sacas de 40 kg p/ha produtivo)

Ano	Paraná	Minas Gerais	Espírito Santo	São Paulo	Outros	Brasil
1968169	21,1	20,6	23,1	18,1	17,3	18,7
1969/70	32,4	14,1	7,8	24	11,2	24,7
1970171	4,7	36,9	31,4	19,1	11,2	15,3
1971172	37,3	15,8	7,9	40,2	8,6	32,2
1972173	29,45	42,52	24,04	48,05	15,34	35,33
1973/74	14,2	21,49	14,28	33,44	8,45	20,88
1974/75	33,42	50,7	21,29	45,24	13,4	37,11
1975176	32,54	21,98	18,32	30,68	11,85	28,44
1976177	0	23,54	22,83	9,7	5,37	9,34
1977/78	8,27	41,97	16,99	36,84	12,05	24,49
1978179	24,9	37,6	26,8	35,3	10,4	29,8
1979/80	9,6	43,7	20,8	33,5	12,5	26,8

Fonte: ANUARIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, Rio de Janeiro: IBC, 1968; 1977, 1986.

3.3 A oferta ascendente brasileira de café após a implantação do PRRC e as novas políticas adotadas visando à regularização dos preços externos do café

Ao mesmo tempo em que Minas Gerais emerge como o maior estado produtor de café, na primeira metade dos anos setenta, vai ocorrendo um rápido crescimento da oferta brasileira deste produto. Essa curva ascendente é quebrada pela violenta geadas que atingiu os principais estados produtores em 1975. Se até esta data as tendências indicavam que haveria uma continuada queda do preço do produto, devido à abundante oferta no mercado internacional, que beneficiava os países consumidores, a ocorrência desta geadas, a pior já enfrentada pelo Brasil, restabeleceu o equilíbrio de forças a nível mundial. A quebra da produção paranaense foi de 100%, e os cafezais paulistas também foram duramente atingidos. Essa catástrofe climática se fez sentir na safra de 1976/77, que foi de apenas 6 milhões de sacas (veja Tabela 1. 1).

Isto permitiu uma significativa recuperação dos preços do café. Dentre outros fatores que contribuíram para esse aumento podemos citar os níveis dos estoques mundiais que estavam muito baixos, assim como os do Brasil (veja Tabela 1.2), que na segunda metade dos anos setenta não atingiam as 15 milhões de sacas de café, longe do seu registro histórico de ter pelo menos estocado o correspondente ao volume de uma safra.

Com essa situação favorável, os países produtores conseguiram a assinatura de um novo acordo internacional, que iria vigorar por 6 anos, a partir de outubro de 1976. Esse novo convênio promovia a volta do sistema de quotas quando houvesse queda no preço além de determinado limite (vale lembrar que as quotas brasileiras eram proporcionais à sua capacidade produtiva presente e potencial). No entanto, essa tendência altista é revertida devido a uma reação por parte dos países consumidores, principalmente dos Estados Unidos, que diminuíram o volume de suas compras em função dos altos preços cobrados nessa época. Aliado a isto, assiste-se também a uma recuperação significativa da oferta mundial do café, ao elevar-se a capacidade produtiva dos produtores, estimulados pelos altos preços alcançados no mercado internacional. Isto irá refletir posteriormente numa queda acentuada nos preços do café quando se inicia a década dos oitenta.

Mas, ao final de década de setenta, os preços ainda estavam em um patamar bastante elevado e isso pode ser constatado pela receita auferida pelo país em 1978, que ficou acima dos 2 bilhões de dólares, com a venda de 12,6 milhões de sacas de café. Porém, os preços voltam a cair diante das perspectivas de um excelente desempenho da produção em todo o mundo, pois para a safra de 1981/82 era previsto um excedente mundial de 20 milhões de sacas (veja Tabela 1.13).

Além do desequilíbrio do mercado, outros fatores contribuíram na época para que o preço sofresse baixas significativas. O Acordo Internacional do Café (AIC) iria expirar em setembro de 1982 e, tanto os Estados Unidos quanto a Grã-Bretanha dificultaram ao máximo a aprovação do corte da quota global do ano-safra de 1980/1981. Além da incerteza com relação à renovação ou não do Acordo, a safra brasileira não cabia dentro da quota estipulada para o país. Para agravar a situação havia a indefinição da política cafeeira a ser estabelecida pelo governo brasileiro, que repercutiu negativamente no mercado internacional, quando foi aventada a hipótese de abandonar o OIC. No plano interno não se conseguia fixar o novo preço de garantia e, nestas condições, a insegurança dos cafeicultores endividados poderia levar a um deramamento de café no mercado.

Para amenizar essa tendência de baixa de preços, houve a ocorrência de geadas em julho de 1981, que atingiu principalmente os cafezais paranaenses, paulistas e mineiros (mesmo em zonas produtoras fora do sul do Estado). Em função disto, houve significativa recuperação das cotações internacionais do café. Os resultados se fizeram sentir nas safras posteriores. A safra de 1982/83 foi de apenas 16,2 milhões de sacas. Com mais esse revés a erradicação se fez ainda mais forte no Paraná, **que** não tinha se recuperado totalmente das geadas de 1975, con-

tribuído para o seu deslocamento daquele estado.

TABELA 1.13
VOLUME, VALOR, PREÇO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
E PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ NO SEU TOTAL – 1970-91

ANO	TOTAL DAS EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)	VOLUME (1000 sacas de 60 kg)	VALOR DAS EXP. DE CAFÉ (US\$ 'milhões)	PREÇO MÉDIO (US\$ por saca de 60 kg)	% DO CAFÉ NO VALOR TOTAL DAS EXPORT. BRASILEIRAS
1963	1406	19514	747	38,28	53,1
1964	1430	14948	760	50,84	53,14
1965	1595	13947	707	52,41	44,33
1966	1741	17031	773	45,42	44,41
1967	1654	17331	732	42,29	44,31
1968	1881	19035	797	41,88	42,37
1969	2311	19613	845	43,12	36,59
1970	2739	17085	982	57,47	35,84
1971	2904	18399	822	44,68	28,31
1972	3991	19215	1.057	55,01	26,48
1973	6199	19817	1.344	67,83	21,68
1974	7952	13279	980	73,82	12,33
1975	8670	14604	934	63,97	10,77
1976	10130	15602	2.398	153,7	23,67
1977	12120	10083	2.613	259,19	21,56
1978	12651	12551	2.294	182,81	18,13
1979	15244	12010	2.326	193,64	15,26
1980	20132	15209	2.771	182,2	13,76
1981	23293	15912	1.754	110,25	7,53
1982	20175	17063	2.109	123,6	10,45
1983	21899	17820	2.340	131,33	10,69
1984	27005	19597	2.853	145,56	10,55
1985	25639	19143	2.619	136,82	10,21
1986	22349	9914	2.327	234,72	10,41
1987	26223	18466	2.169	117,46	8,27
1988	33787	17082	2.222	130,07	6,58
1989	34392	18289	1.804	97,38	5,24
1990	—	16986	1284	75,62	4,09
1991	—	21101	1528	74,55	4,98

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, Rio de Janeiro: IBC, 1989; 1977.

Chegamos assim ao final dos anos setenta e início dos oitenta e constatamos que a nível da produção, as safras de 1978/79, 1979/80, 1980/81 e 1981/82, que atingiram, respectivamente, os volumes de 20, 21,6, 16,4 e 35,4 milhões de sacas (Tabela 1.1), comprovaram que as metas propostas pelo PRRC já estavam, em grande parte, sendo atingidas. O Programa tinha, então, sido bem sucedido, pois boa parte do parque cafeeiro nacional tinha sido recuperado.

Infelizmente, esse aumento da oferta brasileira não podia ser considerado como um

bom sinal, devido à instabilidade do mercado internacional e o longo período de maturação do cafeeiro, fatores responsáveis pela situação paradoxal porque passava a cafeicultura nacional. A produção, que mal tinha se recuperado da grande geada de 1975, se viu na contingência de adquirir 8 milhões de sacas de café em 1978/79, quando produziu apenas 20 milhões.

A meta de se produzir 30 milhões de sacas vai ser alcançada na safra de 1981/82, quando esta foi de 35,4 milhões de sacas, mostrando a total recuperação da produção brasileira após a renovação e o revigoreamento do parque cafeeiro (Tabela 1.1).

Outra consequência relevante do PRRC foi o deslocamento espacial da cafeicultura, que passa a se movimentar com mais vigor em direção a outras regiões brasileiras. Logo após a implantação do Programa, Minas Gerais passou a ter melhor desempenho em termos de expansão de sua atividade cafeeira, enquanto Paraná e São Paulo sofrem um processo inverso, isto é, a cafeicultura nestes Estados começa a perder importância nas suas respectivas economias, ou mais especificamente, nas suas atividades agrícolas. Esse transplante regional modifica o panorama dos principais estados produtores no país, uma vez que, em meados da década de oitenta, Minas Gerais passa a ser o líder em termos da produção brasileira de café.

4 Fatores da expansão da cafeicultura em Minas Gerais a partir dos anos setenta

Iremos mostrar nesta seção quais foram as inúmeras causas que levaram os cafeicultores paulistas e paranaenses a abandonarem, em parte, o cultivo do café, ao contrário de Minas Gerais, que investiu pesadamente na renovação da cafeicultura, tornando-se o maior produtor brasileiro a partir dos anos oitenta.

Pode-se responsabilizar o Sul de Minas pela adesão de Minas Gerais ao PRRC. Esta região passava por um processo de estagnação em suas atividades agropecuárias no final da década de sessenta, pois não tinha encontrado uma cultura que pudesse, juntamente com a pecuária de leite, dinamizar sua economia.

O advento do PRRC significou uma alternativa viável para os produtores da região para obtenção de recursos na busca da renovação da cafeicultura, uma vez que esta atividade já exercera importante papel na economia regional. Além disso, as condições edafoclimáticas favoráveis, os solos adequados e terras férteis, tornaram essa zona mineira ideal para a modernização da cafeicultura, criando-se assim essa “nova cafeicultura”. Outro fator que induziu os produtores rurais a demandarem volumes cada vez maiores de recursos através desse Plano

foram as condições topográficas da região que limitavam a diversificação de culturas. Por exemplo, lavouras como a soja e o milho, já bastante mecanizadas e dependentes de grandes extensões de terras, não se adequavam às condições topográficas irregulares do Sul de Minas. Essa limitação, portanto, foi mais um fator de atração da cultura do café, não só para o Sul de Minas mas para a Zona da Mata, área produtora mais antiga do estado, cuja cafeicultura encontrava-se em um estágio de letargia, com cafezais velhos e improdutivos e tecnologia ultrapassada, tendo sido a região onde eles mais foram erradicados nos anos sessenta.

Ao lado dessas duas áreas, há que se destacar o surgimento de nova zona cafeeira que, aproveitando-se, em parte, dos recursos subsidiados do PRRC, iniciou o processo de fixação do café nas regiões do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, onde vai assumir características próprias. Estas se baseiam fundamentalmente no uso mais intensivo de máquinas, insumos e implementos agrícolas, na adoção de novas tecnologias e na chegada de cafeicultores vindos do Paraná e de São Paulo que, fugindo dos rigores das geadas, vieram se estabelecer no cerrado devido aos preços mais acessíveis das terras e às facilidades de financiamentos para adquiri-las.

Os fatores responsáveis pela expansão da cafeicultura em Minas Gerais foram os seguintes:

- a) farta disponibilidade de recursos dos créditos subsidiados de plantio do PRRC, que permitiram a renovação do parque cafeeiro mineiro;
- b) a utilização dos recursos do PRRC causando significativa ampliação da população cafeeira, **que** praticamente dobrou, repercutindo este fato na elevação da produção e da produtividade;
- c) melhoria dos preços reais do café, no início da década de setenta;
- d) lucratividade da cafeicultura: a decisão de cultivar o café, cultura perene, deve necessariamente levar em conta o retorno esperado de sua produção em relação aos retornos esperados das culturas alternativas. A opção dos produtores em ampliar o cultivo do café na década de setenta foi feita com base no incremento de sua lucratividade, em termos absolutos e em relação à alternativa da pecuária (BACHA, 1988);
- e) aumento da produtividade: embora seja função de outras variáveis, a produtividade pode ser considerada também como fator de atração para que os produtores rurais intensificassem o cultivo do café. Com o advento do PRRC, era óbvio que no seu bojo havia instrumentos que iriam melhorar o desempenho da cafeicultura. Além

dos incentivos e subsídios para o uso de insumos modernos, as cultivares oferecidas eram mais resistentes às pragas e doenças e a assistência técnica oferecida pela equipe do IBC colaborava para que o plantio do café fosse mais racional, introduzindo-se o plantio em curvas de níveis e o espaçamento entre as plantas. Com tudo isso, a produtividade se elevou substancialmente e a consequência natural foi o aumento da lucratividade, induzindo ainda mais sua expansão. Isso explica, em parte, porque a expansão da cafeicultura mineira continuou, mesmo após o término do PRRC;

- f) o custo da terra: tanto nas regiões tradicionais cafeicultoras, como o Sul de Minas e a Zona da Mata, quanto no cerrado mineiro, uma área de fronteira, os preços para as aquisições da terra eram bem mais acessíveis do que aqueles cobrados em São Paulo e no Paraná, sendo um fator decisivo no deslocamento e na intensificação da cafeicultura em nosso estado;
- g) disponibilidade e preço da mão-de-obra (a cafeicultura utiliza intensamente mão-de-obra), fatores de atração da cafeicultura para nosso Estado, por ser esta mais barata e abundante. No Paraná e São Paulo, a contratação desse fator pesava em demasia nos custos de produção do café, e sua disponibilidade era cada vez mais difícil, tornando essa atividade menos competitiva frente a outras culturas;
- h) a elaboração e implantação de planos regionais no estado em diversas regiões, que buscavam a diversificação de atividades. Por exemplo, o Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), elaborado para a região do Alto Paranaíba, foi um plano pioneiro, ao sugerir a inclusão da lavoura cafeeira em suas terras, que até então eram consideradas inadequadas para essa cultura. Apesar de certas dificuldades, o café se adaptou bem a essa região, muito embora os gastos tenham sido bastante elevados, pois foram utilizados grandes quantidade de adubos e fertilizantes para corrigir o solo. Em contrapartida, sendo uma região de topografia não acidentada, a mecanização do café foi praticamente total em todas as suas etapas, desde o plantio até a colheita: reduzindo-se a contratação de mão-de-obra. Outra vantagem foi o clima, que propiciou a produção de café de alta qualidade (considerado de bebida boa), apta a concorrer com os cafés finos produzidos na Colômbia.

⁴ Devemos tecer alguns comentários sobre as colheitadeiras de café. Embora elas sejam poupadoras de mão-de-obra, a realidade é que elas “machucam” as plantas e o resultado é que na próxima safra a produtividade da planta vai diminuir consideravelmente. Como deixa muitos grãos espalhados pelo chão acaba sendo necessário a contratação de pessoas que os recuperem manualmente.

Outro plano foi o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO).

Em linhas gerais estes foram os principais fatores que atraíram para Minas Gerais a maior parte dos incentivos liberados pelo Governo Federal para a renovação dos cafezais brasileiros. Mas não devemos esquecer que também existiram fatores políticos que induziram o aporte desse volume de recursos em Minas Gerais no início dos anos setenta. Isso pode ser exemplificado pela introdução do café na região do cerrado mineiro. A princípio, o pessoal do IBC, responsável pela liberação dos recursos, não considerava os solos do cerrado aptos para o plantio do café. Houve, porém, por parte do governo mineiro, pressões para que se revertesse essa situação, para que tais recursos ficassem disponíveis para a implantação da cafeicultura nessa região mineira.

Finalmente, podemos afirmar que a aptidão de Minas Gerais para produzir café é muito grande, porque propicia a produção de várias qualidades de café. Foram as condições específicas do Sul de Minas e da Zona da Mata, em termos de topografia, e as condições climáticas excelentes para a cultura do café, que propiciaram, através do PRRC, com juros subsidiados, que os produtores comesçassem a investir maciçamente no plantio do café. As opções e diversificações de lavouras eram bastante limitadas devido à topografia. Aliou-se a isto outro fator positivo, a formação e tradição do produtor rural da região que já tinha, não só a estrutura física necessária, mas também treinamento de pessoal voltado para a cultura do café.

Se Minas Gerais se firmava cada vez mais como o maior produtor de café do Brasil, tanto São Paulo quanto Paraná, anteriormente os maiores produtores, procuraram alternativas que substituíssem essa cultura em suas economias. Pergunta-se, quais seriam as razões destes dois estados abandonarem gradativamente o cultivo do café?

Primeiramente, o caso do Paraná. Tendo a primazia de ser o maior produtor de café do Brasil por muitos anos, começou a abandonar a atividade, inicialmente por causa da ocorrência de geadas que, de tempos em tempos, arrasava suas colheitas (em 1975, uma grande geada afetou seu parque cafeeiro em 100%). Portanto, não valia a pena correr riscos inevitáveis. Investia-se numa cultura perene, que só trazia algum retomo financeiro a partir do terceiro ou quarto ano, havendo, nesse interim, o risco da perda total ou parcial da produção.

Outra causa do abandono diz respeito à lucratividade de outras culturas alternativas ao plantio do café. Como as terras paranaenses eram férteis e sua topografia pouco acidentada (surgindo as opções dos terrenos mais planos e argilosos), procurava-se substituir o café por uma cultura com menos riscos e mais lucrativa. Nos anos setenta iniciou-se, pois, o *boom* da soja e é essa cultura, em grande parte, que passa a substituir o café no Paraná. Sendo uma

cultura temporária, os riscos inerentes a fatores climáticos ficavam reduzidos. Além disso, podia-se mecanizá-la em todas as suas fases, propiciando menor utilização de mão-de-obra na sua exploração. Ao lado da soja, o Paraná tornou-se no início dos anos setenta, o maior produtor de trigo do país, sendo que esta lavoura era cultivada no inverno, alternando com a soja no verão, possibilitando um uso mais intenso dos solos. A estas duas lavouras podemos acrescentar o cultivo do milho.

As conseqüências dessa mudança drástica na pauta produtiva do Paraná foram economicamente positivas mas socialmente negativas. Se por um lado, as características da lavoura do café mostravam ser esta uma atividade composta de elevado número de pequenos e médios produtores e ser grande absorvedora de mão-de-obra, por outro, ao ser deslocada para outros estados brasileiros, provocou uma elevação do nível de desemprego na área cafeeira paranaense, o que induziu grandes movimentos populacionais, havendo forte migração para as novas áreas de fronteiras do Brasil como Rondônia, Mato Grosso do Sul e oeste de São Paulo, além das terras do cerrado mineiro. A distribuição das terras no norte do Paraná era mais igualitária e tinha como característica a existência de minifúndios, coisa que a lavoura do café permitia, transformando-se em médias e grandes propriedades com a entrada da soja e do trigo que exigiam maiores extensões de terras. Além disso, a força de trabalho exigida para o cultivo da soja/trigo, em termos quantitativos, é bem menor do que a da lavoura cafeeira, por ser uma atividade mecanizável em todas as suas fases.

Em São Paulo aconteceram fatos semelhantes, só que esse processo foi desencadeado antes. A lavoura do café, que embrionariamente foi cultivada no Norte do país, vai encontrar suas condições ideais de cultivo na região Sudeste do País, desenvolvendo-se nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Com o empobrecimento dessas terras, após o cultivo continuado, a cafeicultura vai desbravar o interior de São Paulo, localizando-se na região de Ribeirão Preto. A partir daí, vai descendo em direção ao sul, para as terras mais pobres de arenito, quando não tinha mais condições de expansão de fronteira e os solos ficaram cansados, pois os cafeicultores não tinham o costume de tratar a terra. Finalmente, o café chega ao Paraná, estabelecendo-se em terras virgens, mas à medida em que o solo vai empobrecendo, vai sendo abandonado, apesar de que nessa época o nível tecnológico da cultura já tinha sido bastante melhorado. Esse deslocamento acontece nos anos cinquenta e sessenta. Portanto, no Estado de São Paulo aconteceu o mesmo que no Paraná. Quando a fertilidade natural da terra se esgota abandonam o cultivo do café, mas com a melhora do nível tecnológico retomam, em parte, sua exploração. Esta passa a ser feita através de novas técnicas de

plântio, uso mais intensivo de adubação, utilização de novas variedades, etc.

Outros fatores, porém, induzem os cafeicultores paulistas a abandonarem sua atividade. Como no Paraná, as geadas aceleraram o processo de abandono da cafeicultura, pois não fazia sentido investir em uma lavoura, quando era alto demais o risco de prejuízos. A opção foi partir para o cultivo de outras lavouras. A escolha recaiu nos cítricos, soja e cana-de-açúcar, cujas taxas de retorno em termos de lucro, comparativamente ao café, eram bem mais elevadas. No caso da cana havia ainda a vantagem de mecanização, que iria propiciar a economia na contratação de mão-de-obra, embora na sua colheita e na da laranja também o volume exigido de pessoas fosse bastante elevado. Eram culturas muito mais competitivas devido ao seu direcionamento ao mercado externo no caso da laranja e o fato da implantação dos fartos créditos originários da implantação do Proálcool, abrangendo a perspectiva de verticalização de capitais via industrialização pra frente e pra trás. Sendo terras muito férteis, diminuiu-se o risco dos prejuízos originados da cultura perene do café, de longa maturação e de retorno financeiro de prazo mais longo, através do cultivo de culturas temporárias, menos sujeitas aos riscos dos fatores climáticos

Quanto à cana constatou-se que

“... na segunda metade da década dos sessenta, houve uma rápida expansão da cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (...). As políticas de concentração e modernização do setor canavieiro executadas especialmente a partir de 1967, permitiram que a cana se expandisse com bases técnicas modernas, deslocando não só as culturas tradicionais de várias regiões do estado, como também depois os pequenos fornecedores autônomos” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 84-85).

Existe uma polêmica envolvendo o porque de alguns produtos agrícolas se modernizarem e outros não.⁵ Historicamente eram considerados modernos aqueles que se destinavam ao mercado externo, que contavam com forte aparato institucional, além de contarem com pesquisa e extensão rural. No entanto, esta explicação parece insuficiente.

“As transformações recentes na base tecnológica da produção agropecuária parecem estar hoje em dia muito mais associadas à sua articulação com a indústria do que com a sua destinação ao mercado interno ou externo (...) o fato de um produto estar articulado à agroindústria (...) representa um fator muito mais dinâmico do que a evolução dos preços nos mercados internacionais” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 90).

O que pode ser comprovado pelo fato de que, comparativamente ao café, as lavouras

⁵ Com base numa divisão feita pelo IEA, os produtos foram divididos em:

- a) modernos, atividades que incorporam tecnologia avançada, com uso intensivo de insumos modernos como fertilizantes e defensivos químicos, tratores, etc. Estão entre eles a cana, a soja e a laranja;
- b) tradicionais, não utilizam novas técnicas e;
- c) transição, o emprego de insumos e técnicas modernas é cada vez mais crescente, está nesse grupo o café (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 87)

dos cítricos, da cana-de-açúcar e soja fazem parte de complexos agroindustriais com alto grau de verticalização, com estreita vinculação e integração entre seus segmentos. Como o café apresenta maiores possibilidades de riscos por ser uma cultura perene e de mercado instável, principalmente o externo, isso contribuiu para a sua substituição por aquelas culturas mencionadas anteriormente, processo esse que se inicia na década de sessenta. Apesar dos generosos recursos provenientes da implantação do PRRC, os produtores paulistas preferiram diversificar suas lavouras, optando por absorver os créditos liberados para o cultivo da laranja e da cana-de-açúcar, distribuídos também de forma generosa. Valendo lembrar que os incentivos provenientes do Proálcool, já em meados dos anos setenta, concentraram-se no estado de São Paulo. Para eles a cafeicultura já não exercia os atrativos de rentabilidade de tempos atrás e não se esforçaram em atrair para o estado os créditos do PRRC. Contrariamente aos produtores rurais mineiros que, sem alternativas de outras culturas, aproveitaram ao máximo os recursos liberados por esse Plano, tanto nas antigas áreas cafeeiras quanto nas zonas de fronteiras do estado.

Em resumo, *“já a partir de 1967 delinea-se claramente um vigoroso crescimento dos produtos modernos e um recuo, que se acentua com o correr dos anos, da área cultivada com produtos tradicionais e em transição”* (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 88).

São Paulo, tendo mais opções de culturas agrícolas devido às suas condições topográficas, que possibilitavam a utilização da mecanização, constituía também o maior centro consumidor do país, com destaque para a sua Região Metropolitana, localizada próxima às principais zonas produtoras agrícolas e com renda *per capita* das mais elevadas. Em função disso, a agricultura paulista procurou diversificar-se para atender a demanda cada vez mais crescente por uma variada gama de produtos. Tendo uma renda *per capita* maior, existia a possibilidade de colocação de inúmeros produtos, coisa que não seria possível num mercado tradicional como o da região sul mineira. Portanto, a acelerada urbanização ocorrida no estado, que demandava produtos mais elaborados, também pode ser considerada como um dos fatores responsáveis pela substituição da cafeicultura por outras atividades agrícolas.

Outro ponto favorável à substituição pode ser creditado às modificações no mercado internacional. O Brasil passa a ter uma participação maior nas exportações de produtos elaborados, com maiores valores adicionados, possibilitando a geração de um volume maior de divisas e lucratividade mais elevada para os produtores. Podemos exemplificar essa mudança na pauta de exportação do Brasil com a venda ao mercado externo do suco de laranja (vale lembrar que o farelo de soja também pode ser considerado como um produto elaborado).

Outros fatores que podiam ser contabilizados como responsáveis pelo “abandono” da cafeicultura pelos paulistas foram o preço da terra e a mão-de-obra. Não valeria a pena adquirir terras caras para o plantio de uma cultura de alto risco como o café que, além do perigo da ocorrência de geadas, demandava certo tempo em termos de retorno financeiro. A cultura do café tem certas peculiaridades que a distingue das outras. Em primeiro lugar, ninguém recupera uma lavoura de café de uma hora para outra. Em geral, leva-se um mínimo de 4 a 6 anos para que a produção seja expressiva, permitindo lucros significativos. Quanto à mão-de-obra, além das dificuldades de sua contratação, havia o seu preço, relativamente mais elevado na região produtora de café em São Paulo, o que onerava os custos finais de se produzir esse produto.

Quanto ao fator mão-de-obra vale lembrar que ocorreram sensíveis modificações na sua forma de ser. O trabalhador permanente cede lugar ao trabalhador temporário com a modernização da agropecuária paulista nos anos sessenta e setenta.

“A política de erradicação do café, a expansão da agroindústria açucareira e a extensão da legislação trabalhista ao campo foram, pois, fatores que aceleraram a utilização do trabalho temporário, nunca podendo ser arrolados como agentes causais do mesmo” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 85).

Podemos invocar essa mudança nas relações sociais de produção como um dos fatores da expulsão da cafeicultura de São Paulo. A cultura cafeeira bastante dependente de volume considerável de mão-de-obra, principalmente na colheita irá se deslocar para regiões mais atrasadas, onde seu perfil de absorção seja feito com base na mão-de-obra permanente e onde a base técnica da produção fosse mais atrasada. Podemos dizer que as características do Sul de Minas se adequaram perfeitamente a essas exigências da atividade cafeeira. As grandes propriedades cafeeiras se abasteciam dos colonos, dos pequenos parceiros e arrendatários que se assalariavam temporariamente mas mantinham seus vínculos com a terra. Esse salário consistia em uma renda complementar.

“Mas o desenvolvimento do capitalismo em São Paulo e de modo geral no Centro-Sul, desarticulou esses mecanismos de suprimento de mão-de-obra abundante para a grande propriedade. A valorização das terras expulsou a pequena produção para regiões mais distantes. E, se antes era mais barato ceder terras para que o trabalhador rural produzisse parte de sua subsistência, agora é preferível pagar-lhe um salário para que adquira os produtos de que necessita no mercado” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 117).

Finalmente, valendo tanto para o Paraná quanto para São Paulo, pergunta-se: por que só nas décadas de cinquenta e sessenta são invocadas as condições climáticas como uma das principais causas do deslocamento da cafeicultura desses dois Estados, quando tais fenômenos meteorológicos aconteciam e afetavam a produção de café anteriormente?

Parte da explicação pode residir no fato de que, à medida em que o cultivo de uma lavoura começa a ficar “caro”, não ficar exposto a riscos e prejuízos passa a ser condição básica para que se tenha sucesso na sua exploração. A viabilidade econômica e financeira do plantio do café dependia da aplicação de altos investimentos no preparo do solo, nos tratamentos culturais, etc. Quando se iniciou o cultivo do café nas áreas de fronteira dos Estados do Paraná e São Paulo, os prejuízos das geadas eram contrabalançados pela fertilidade natural dos solos, que não exigiam altos investimentos para corrigi-los, sendo mínimos os recursos alocados na sua exploração. Enquanto o café estava “geado” e não produzia, os produtores plantavam milho, feijão ou outro produto qualquer que iriam cobrir os custos, ou melhor, os prejuízos da atividade cafeeira. Com o passar do tempo as terras vão ficando “cansadas”, havendo, então, a necessidade de recuperá-las através da utilização de novas tecnologias e da aplicação de adubos e fertilizantes para sua correção. Faz-se necessário, então, a aplicação de investimentos que, possibilitando retornos mínimos financeiros, viabilizassem a atividade. Portanto, os produtores deveriam despender recursos significativos para levar adiante a exploração da lavoura cafeeira, arriscando-se a tomar prejuízos caso ocorressem geadas. Em função disso, a opção dos cafeicultores paranaenses e paulistas foi cultivar outras culturas, que não estivessem sujeitas a tantos riscos ou continuar explorando a cafeicultura deslocando-se para áreas menos susceptíveis aos rigores dos fatores climáticos como a área dos cerrados.

Pode-se concluir dizendo que, ao lado de fatores como condições climáticas, topografia, falta de opções de diversificação de culturas, preço da terra e outros mais, havia vontade política por parte de diversos setores de Minas Gerais que induziram a realocação da cafeicultura no Estado, lançando mão de instrumentos técnicos e políticos que propiciaram sua expansão aqui, trazendo no seu bojo todo um processo de modernização da agropecuária mineira. A partir desses anos de implantação do PRRC, a cafeicultura vai passo a passo constituindo no principal produto agrícola de Minas Gerais, passando a desempenhar papel relevante na economia mineira, com significativa geração de receitas e de empregos no campo.

5 Conclusões

Vimos **que** a cafeicultura é uma atividade cujas particularidades a tomam singular. Em primeiro lugar, temos o fator da bianualidade, isto é, quando o volume produzido pelo cafeeiro em um ano é elevado, no ano seguinte sua produção tende a sofrer uma queda acentuada devi-

do à exaustão da árvore. Em segundo lugar, existe a instabilidade do mercado internacional, onde são medidas as forças entre os países produtores e os consumidores. Dependendo das circunstâncias, em determinados períodos, um destes grupos sobrepuja o outro, impondo regras e influenciando preços em proveito próprio. Finalmente, temos as condições intrínsecas à cultura do café. Como pode ser estocado por longo tempo, sem perder suas qualidades, os estoques interferem decisivamente nos negócios envolvendo o café. Além disso, por não ser um produto essencial, sua demanda demora a responder aos estímulos porventura lançados pelos países produtores, o que pode ser comprovado pelos níveis de demanda mundial, estabilizados em determinados patamares através dos anos, tornando difícil, no curto prazo, a elevação de seus volumes demandados.

É com base nessas características do café, que vimos como é oscilante sua oferta a nível mundial e a nível interno. Tendo como referência os fatores acima listados, o governo brasileiro estabeleceu todas as suas políticas referentes à cafeicultura. Foi devido à oferta ascendente do café nos idos da década de cinqüenta, ao lado dos altos níveis dos estoques de café, que o governo resolveu implementar sua política de erradicação dos cafezais. Esta visava não só aumentar a produtividade dos mesmos, mas também influenciar os preços internacionais do café que estavam baixos. A política de valorização cambial, visando manter os preços de exportação elevados, tinha como objetivo alcançar o máximo de receitas por saca de café exportado. *“Ofato de ser um produto de demanda inelástica, o que leva a uma variação de preços corresponder a uma variação em menor proporção na quantidade demandada pelos importadores, favorecia a adoção desse tipo de política”* (MORICOCCHI, MARTIN, 1993, p. 35).

Portanto, o programa de erradicação de cafezais pode ser considerado como bem sucedido, embora o programa complementar a ele proposto pelo governo, da diversificação agrícola, com o intuito de aproveitar as áreas liberadas, não tenha tido o sucesso que se previa. Mas, devido à instabilidade do mercado cafeeiro, após o programa de erradicação ter alcançado seus objetivos, a conjuntura internacional e interna sofreu novas mudanças. Os preços do café voltaram a ser mais elevados, em meados da década de sessenta, tendo em contrapartida, a oferta cafeeira brasileira decrescido além do nível desejado, o que levou o governo a mudar inteiramente a direção de sua política. Fez-se então o inverso com a implantação do PRRC, que visava à renovação e ao revigoramento dos cafezais brasileiros. Seguramente este Programa pode ser responsabilizado pela modernização na cafeicultura brasileira, cujos reflexos se fizeram sentir no aumento de sua produtividade, o que elevou sua oferta, propiciando os aumentos das exportações brasileiras.

Outro importante resultado do PRRC foi o deslocamento espacial da cafeicultura que passa a se concentrar em regiões menos sujeitas a geadas, em especial, o Sul de Minas, ocupando também regiões onde até então o café nunca tinha sido cultivado em termos comerciais, como as novas zonas de fronteira situadas no cerrado de Goiás, Mato Grosso e principalmente Minas Gerais.

Podemos concluir que, tanto o programa de erradicação quanto o PRRC fôram ações tomadas pelos responsáveis pela reformulação das políticas cafeeiras que alcançaram plenamente os objetivos pelos quais foram propostos. No caso do PRRC houve, além de um aumento considerável da oferta brasileira, a modernização da atividade cafeeira.

Os resultados do PRRC na economia mineira foram, de forma geral, bastante benéficos. Podemos afirmar que a política de renovação através do PRRC, foi um dos principais vetores da modernização da agropecuária mineira. Quando surgiu em fins dos anos sessenta, algumas regiões mineiras estavam sem perspectivas para reativar suas economias. Com seu surgimento foi possível a reversão deste processo de estagnação, como foi o caso do Sul de Minas, que reativou em outras bases sua atividade cafeeira. Até então a cafeicultura era explorada de forma arcaica e com baixa produtividade, mas os créditos financeiros desse Programa provocaram mudanças radicais na forma de se explorar o café. No bojo da renovação dos cafezais, veio também um pacote tecnológico que pode ser responsabilizado como um dos principais fatores de modernização da agricultura mineira. Pode-se dizer que, até mesmo a Zona da Mata, onde a decadência da cafeicultura era um fato concreto, conseguiu algumas modernizações, embora seus níveis tivessem ficado bem abaixo daqueles alcançados pelo Sul de Minas.

Outro fator foi a introdução da cafeicultura em áreas até então consideradas “tabus” para o seu cultivo. A introdução do café no cerrado trouxe consigo um pacote tecnológico, que de certa forma, acabou estabelecendo uma “nova cafeicultura” em Minas Gerais. Devido à sua topografia, a região se prestava à mecanização do café em todas as suas etapas e, como o tratamento dos solos também era uma condição fundamental para o seu sucesso, podemos reafirmar mais uma vez **que** o café constituiu um dos principais vetores da modernização da agropecuária mineira. O café no cerrado mineiro, embora tenha sido alvo de apoio creditício abundante, surgiu “desconectado” da política cafeeira totalmente sujeita ao IBC. Não é o café propriamente que move o crédito regional, mas as múltiplas atividades (soja, milho, arroz, frutas), entre as quais o café. E o incremento da atividade agropecuária na região deve em parte ser creditado às políticas regionais representadas pelos Programas e Projetos como PRODECER, POLOCENTRO e PADAP, não se apoiando apenas na política cafeeira coman-

dada pelo Governo Federal.

A lavoura cafeeira do cerrado surgiu no início dos anos setenta, e podemos afirmar que, desde sua implementação, suas características sempre foram bastante diversas daquelas inerentes às antigas regiões produtoras de Minas Gerais. **A** começar pela sua topografia menos acidentada, propiciando o uso mais intenso de mecanização, em seguida temos o perfil dos produtores, cujas propriedades caracterizam-se como de grande porte e, finalmente; a mentalidade desses “novos” cafeicultores, que passa por preocupações como a qualidade final do produto, o uso mais intensivo de tecnologia e, conseqüentemente, a busca por níveis mais elevados de produtividade.

Dessa forma, podemos dizer que essa “nova cafeicultura” simboliza o início do estreitamento das relações dessa lavoura com o mercado, deixando de lado a relação paternalista do Governo Federal, representada basicamente pelo IBC, que sempre caracterizou a atividade cafeeira no Brasil. Buscam, portanto, uma parceria mais sólida com as livres forças do mercado do café, tanto a nível interno quanto externo.

Finalmente, tanto Paraná quanto São Paulo vão abandonando a cafeicultura devido a causas como a ocorrência sistemática de geadas, a lucratividade de outras culturas, terras férteis e topografia não acidentada, que propiciava o cultivo de lavouras como a soja, trigo e cana-de-açúcar, passíveis de serem mecanizadas em todas suas fases e sujeitas a menos riscos por serem culturas temporárias. Os investimentos na cafeicultura tornaram-se elevados por ser uma cultura perene, cujos retornos financeiros só eram possíveis a partir do terceiro ou quarto anos. Outro fator diz respeito aos CAIs que passaram a desempenhar importante papel no setor agrícola do Brasil a partir dos anos setenta e é com base neles que, estados como São Paulo passam a direcionar seu desenvolvimento agrícola. **É** por esta razão que a cultura cafeeira vai perdendo paulatinamente espaço para lavouras como soja, cana-de-açúcar, laranja e trigo, cujos complexos agroindustriais com alto grau de verticalização podem ser considerados mais modernos do que o Complexo Cafeeiro.

Outro fator importante para o deslocamento da cafeicultura diz respeito à renda fundiária. Com o esgotamento da fronteira a terra vai se tornando um fator de produção escasso, isto é, fica mais “cara”. **À** medida em que o preço da terra vai se elevando, a renda fundiária fica mais elevada e isto, de certa forma, vai penalizar a cafeicultura. Ela vai perdendo rentabilidade quando comparada com outras lavouras, em função de suas qualidades intrínsecas, como por exemplo, ser uma lavoura perene, cujos limites à modernização **são** bastante claros, haja vista o fato de **sua** colheita ser uma prática manual, com possibilidades mínimas de mecaniza-

ção. Para que se tenha determinada lucratividade faz-se necessário fazer elevados investimentos na lavoura de forma a compensar o encarecimento da terra. E isto nem sempre vai valer a pena. Portanto, a renda fundiária mais elevada constitui fator de expulsão da atividade cafeeira, **que** vai abrindo espaços para culturas de maior rentabilidade, ao permitir novos investimentos na promoção da modernização e no retorno financeiro mais imediato, do que aquele que vai se originar da cafeeira.

O que vai ocorrer então com a cafeeira? A probabilidade é que ela vai deslocar-se para regiões onde a renda fundiária não seja tão elevada. E isto aconteceu no seu deslocamento para Minas Gerais. O Sul de Minas, apesar de ser uma região ocupada, tinha como características principais o fato de ser uma região economicamente incipiente, tendo como base o cultivo das lavouras de subsistência e a exploração da pecuária extensiva. Dessa forma, a cafeeira encontrou aí terras acessíveis, férteis e hem localizadas geograficamente, sendo possível auferir níveis elevados de produtividade.

Para entendermos melhor a dinâmica da nova lavoura do café no Brasil é preciso entender, a nível institucional, o que se passava dentro do aparato da corporação governo-cafeicultores, o Instituto Brasileiro do *Café*, do ponto de vista das suas eficiências e continuidade como reformulador e administrador das políticas de apoio a produção e comercialização do café. O processo de desagregação do IBC, a partir da segunda metade dos anos oitenta, significará que a cafeeira brasileira, em especial, a mineira, deverá adaptar-se a novas condições de competitividade, mais ligada ao livrejogo do mercado.

CAPÍTULO 2

A INTERFERÊNCIA GOVERNAMENTAL NA ATIVIDADE CAFEIIRA: NOVOS ARRANJOS DE REGULAÇÃO NOS ANOS OITENTA/NOVENTA

1 . Introdução

Como foco principal deste capítulo, vamos analisar a interferência do Governo Federal e suas conseqüências na cafeicultura brasileira, com ênfase no período mais recente que vai dos anos cinqüenta até os dias atuais.

Inicialmente iremos ter como objeto de análise a trajetória do Instituto Brasileiro do Café, em especial, seu poderio e sua influência na política cafeeira nacional dos anos cinqüenta até meados dos anos oitenta, sua decadência na segunda metade dos anos oitenta, até sua extinção em 1990. Vamos, portanto, analisar as condições de reaglutinação dos diversos segmentos e atores do setor cafeeiro para a superação da crise dos anos noventa.

Analisando os instrumentos da política cafeeira e descrevendo quais foram as críticas e as conseqüências ocorridas com ela nos anos oitenta, enfatizaremos as oscilações das políticas do IBC no desenvolvimento da atividade cafeeira, acarretando o enfraquecimento no seu prestígio e confiabilidade.

O item 3 deste capítulo apresentará e analisará os resultados das discussões e dos debates entre os diversos grupos de interesse sobre os destinos da cafeicultura brasileira, com relação à extinção do IBC. Classificamos este debate segundo três óticas distintas, favoráveis ou não ao fechamento do órgão.

Finalmente, na última seção deste capítulo apresentaremos de que forma se deu a divisão do espólio do IBC, quando ele foi extinto. A distribuição de atividades e funções do Instituto entre outros órgãos do Governo Federal, assim como a criação de novas instituições ligadas ao café, demonstrando que o Estado brasileiro não se retirou totalmente da regulação do mercado.

2 A intervenção do Estado na atividade cafeeira

2.1 A criação e a trajetória do IBC

A sistemática intervenção estatal na cafeicultura tem seu marco inicial no princípio deste século, quando a 25 de fevereiro de 1906, na cidade de Taubaté, foi assinado pelos presidentes dos principais Estados produtores, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, o documento que se intitulou Convênio de Taubaté.

Ele constituiu o primeiro agrupamento de pessoas que tentou resolver o problema do preço do café, procurando ordenar o mercado com o objetivo de beneficiar o produtor. Buscou-se solucionar o problema do desequilíbrio estrutural entre produção e consumo, fato que caracterizava há muito tempo a atividade cafeeira. Suas principais linhas de ação foram a valorização do café, a regulamentação do seu comércio e a promoção do aumento do consumo. Como ocorreram diversos problemas institucionais devido ao não engajamento de órgãos públicos que não respaldavam as ações desse Convênio, ele foi extinto (GURGEL, BERNARDES, 1974, p. 19).

Criou-se, então, em 1922, o Instituto de Defesa Permanente do Café, cujos objetivos eram praticamente os mesmos do Convênio anterior, mas este decreto praticamente não foi aplicado, sendo extinto em 1924. Um ano depois, em 1925, foi criado o Instituto de Café do Estado de São Paulo, que passou a gerenciar os armazéns reguladores. Dessa forma, o Estado de São Paulo, maior produtor cafeeiro do país, assumiu o comando das operações de defesa e valorização do café, que constituía uma velha aspiração das suas oligarquias cafeeiras (GURGEL, BERNARDES, 1974, p. 23-28).

Foram tomadas medidas que favoreceram os cafeicultores, sendo que a principal delas foi o adiantamento pelo Banco do Estado de São Paulo de 60 mil réis por saca. O critério adotado foi o preço do café estocado e não o custo de produção. *“Quase tão importante como essa distorção dos preços futuros, devida aos grandes adiantamentos realizados durante uma safra excepcional, foi a proteção aos produtores ineficientes do Estado de São Paulo”* (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1984, p. 86).

Após a revolução de 30, são regulamentados vários atos relativos à cafeicultura. Implantou-se em 16 de maio de 1931, regulamentado pelo Decreto 20.003, o Conselho Nacional do Café (CNC), que de início foi denominado de Conselho dos Estados Produtores. Seus objetivos eram aqueles já preconizados em outras associações de cafeicultores, quais sejam, eliminação dos excessos da produção, conquista de novos mercados, além da criação de uma

taxa especial de exportação. Participavam do Conselho grupos de interesses antagônicos que disputavam a primazia pelo seu comando. Naquele momento prevaleciam setores que procuravam beneficiar os produtores, que estavam conseguindo uma boa remuneração para a sua mercadoria, Mas, do outro lado se posicionavam os exportadores, que sentiam estar sendo prejudicados pelas medidas tomadas por este órgão. Como eram também um grupo forte politicamente, conseguiram que o Conselho fosse extinto (GURGEL, BERNARDES, 1974).¹

Os grupos que tinham os seus interesses ligados ao segmento produtivo acabaram por se sentir prejudicados, em função de uma desestruturação momentânea, ou mesmo incapacidade de se reunirem e discutirem medidas comuns que poderiam beneficiar a todos eles. Com o objetivo de superar isto, iniciaram novamente gestões junto ao Governo Federal e aos diversos segmentos do café, no sentido de se reorganizarem em uma outra instituição ou órgão que atuasse mais decisivamente na resolução dos seus problemas ou interesses. Através do Decreto nº 22.452 de 10 de fevereiro de 1933, foi então criado o Departamento Nacional do Café (DNC) com a finalidade de disciplinar a intervenção do Governo Federal no café. Suas funções incluíam a arrecadação de uma taxa de 15 shillings por saca de café produzida e exportada pelo país, que se destinava à compra de café, visando equilibrar o mercado, ao custeio de todos os serviços e à amortização da dívida de 20 milhões de Libras Esterlinas contraída por São Paulo. Outras funções eram a unificação das medidas de defesa econômica dos estados produtores, métodos de melhoria da produção, distribuição e consumo do café, serviços de estimativas de safras e de liberação das quotas de embarque e entregas diárias aos mercados exportadores. Um dos méritos desse órgão foi incrementar a capacidade armazenadora, que praticamente inexistia no País. Foram construídos armazéns naquelas regiões que se mostravam aptas para o cultivo do café. Mas novamente por pressão dos exportadores, que estavam insatisfeitos com a atuação dessa instituição, por sentirem lesados nos seus ganhos, é extinto o DNC em 28 de junho de 1946, depois que se obteve o equilíbrio entre oferta e demanda, principal motivo porque foi criado (GURGEL, BERNARDES, 1974, entrevista, Coelho, 1993).

Em 1952, surge o Instituto Brasileiro do Café² – IBC, uma autarquia federal criada pela Lei nº 1.779 de 22 de dezembro de 1952 no Governo de Getúlio Vargas. Sua criação vi-

¹ Entrevista realizada em Varginha, setembro de 1993, com Antônio José Ernesto Coelho, Chefe da Divisão Técnica da Fazenda do Ministério da Fazenda.

² Para maiores detalhes sobre a criação do IBC veja: Fundação Getúlio Vargas, 1984, GURGEL, BERNARDES. 1974.

sava substituir a Divisão de Economia Cafeeira (DEC),³ órgão criado em 1946, e sua jurisdição abrangia todo o território nacional. Com sede no Rio de Janeiro, tinha como principal objetivo gerenciar e executar a política cafeeira nacional.

As atribuições do antigo DEC também são transferidas para a nova agência burocrática, podendo ser destacadas as seguintes: regulamentação e fiscalização do transporte do café das fontes de produção até os portos exportadores ou pontos de escoamento, manutenção dos níveis dos estoques do produto nos portos, fiscalização dos preços de exportação, que objetivava o controle cambial, estatísticas dos principais fatos da economia cafeeira, inclusive avaliação de safras, regulamentação e fiscalização dos tipos e qualidades do café em grão, no trânsito e comércio internos e na exportação e política de defesa externa de preços e incremento das exportações. Quem se responsabilizava pela política externa do café era o Ministério das Relações Exteriores.

A criação do IBC ocorreu quando o governo procurava, através da substituição de importações, incrementar o processo de industrialização do País. Modifica-se a política econômica do governo como um todo porque a atividade cafeeira vai perdendo seu *status* de centro dinâmico da economia brasileira para a atividade industrial. Passa-se então a subsidiar os investimentos industriais através de linhas de crédito e da política cambial, o resultado sendo a aceleração e o aprofundamento do processo de industrialização. Desta vez, é a política cafeeira que vai se submeter aos demais interesses do modelo de desenvolvimento do Brasil.

Subordinava-se ao IBC toda a política cafeeira, tanto a nível interno, quanto externo. Ao lado das antigas funções desempenhadas pelo DEC, a nova agência pública investiu nas pesquisas técnicas e agronômicas que pudessem elevar a produtividade da cafeicultura, possibilitando o aumento da produção; procurou assentar novas zonas produtivas em áreas que fossem mais aptas ao cultivo do café; defendeu preços mais justos para o produtor; e buscou promover o aumento do consumo de café, através de campanhas nas áreas já tradicionalmente consumidoras e da tentativa de conquista de novos mercados.

“A administração da entidade era exercida por dois órgãos, a junta administrativa e a diretoria. A junta, órgão supremo da direção do IBC, era constituída por um delegado especial do Governo Federal, no cargo de Presidente, de representantes da lavoura cafeeira, de cinco representantes do comércio do café, um de cada uma das praças de Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá e Vitória e mais um representante do conjunto das demais praças. Esse órgão era integrado ainda por um representante de cada um dos governos dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo, mais dois representantes para os estados de

³ Este era um “organismo subordinado ao Ministério da Fazenda e que se incumbiria da política cafeeira” (DELFIN NETTO, 1981, p. 151).

Pernambuco, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso, reunidos. Já a diretoria era constituída de cinco membros, sendo que três no mínimo, deveriam ser obrigatoriamente lavradores de ca\$. e todos eles nomeados pelo presidente da República. A essa diretoria competia a observância e execução integral das deliberações da junta" (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1984, p. 1609).

Ao final do governo de Juscelino Kubitschek é criado o Ministério da Indústria e Comércio pela Lei nº 3.782 de 22 de junho de 1960, que entrou em vigor em 1ª de fevereiro de 1961, no governo de Jânio Quadros. A partir daí o IBC passa a ser subordinado a esse recém-criado ministério (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1984, p. 1610).

No começo da década de sessenta, as ações e medidas tomadas pelo IBC passaram a ser controladas pelo Ministério da Indústria e Comércio, pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e pelo Banco do Brasil. Mas após 1964 suas decisões têm de ser submetidas para aprovação do Conselho Monetário Nacional. No governo de Costa e Silva, o Decreto nº 60.737 de 23 de maio de 1967 transfere as atribuições da junta administrativa do IBC para a diretoria do órgão.

"Através desse mesmo decreto, a aprovação do orçamento, a fiscalização da sua execução, a apreciação do relatório e contas da diretoria e demais atribuições de supervisão e controle da gestão administrativa passaram a ser da competência direta do Ministério da Indústria e Comércio"(FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1984, p. 1610).

No governo Geisel, com o Decreto nº 77.339 de 25 de março de 1976, muda-se novamente a estrutura básica do IBC, que passa a compor-se de cinco grupos de órgãos:

- 1º) órgãos de assistência direta e indireta ao presidente incluindo o gabinete, a procuradoria, a assessoria de segurança e informações e a coordenação de comunicação social;
- 2º) órgãos de planejamento, coordenação e controle que englobavam estudos da economia cafeeira, planejamento das atividades internas e controle administrativo;
- 3º) órgãos de assessoramento e consulta (junta consultiva);
- 4º) órgãos executivos com as seguintes diretorias: produção, exportação, consumo interno e administração;
- 5º) órgãos descentralizados como agências regionais e locais, serviços locais de assistência à cafeicultura e escritórios no exterior (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1984, p. 1610).

Pela sua própria estrutura, o IBC vai se tomando gradativamente um órgão eminentemente político e isso vai ser invocado no futuro como uma das causas do seu fechamento. Ao comparar o IBC com a Federação Nacional de Cafeicultores (FNC) da Colômbia, BACHA (1992) aponta que este órgão, fundado em 1927, teve apenas **três** presidentes, com os dois primeiros permanecendo no cargo por cerca de **30** anos. Já o IBC, de sua criação em 1952 até

o início de 1990, teve, em média, um presidente por ano. Portanto, essas são as diferenças entre uma entidade administrada pelo setor privado e outra sob as ordens do poder executivo, onde a intromissão política muitas vezes passa por cima de questões técnicas e administrativas. Embora uma entidade privada também tenha interferências políticas em sua gerência, estas ocorrem com muito mais frequência em entidades públicas. Mas o autor pondera que, à medida que a economia colombiana “*começou realmente apesar no mercado internacional, a FNC se foi tornando crescentemente menos uma associação de produtores e mais uma instituição controlada pelo governo*” (BACHA, 1992, p. 82).

Sendo uma agência governamental, O IBC refletia todas as injunções políticas boas ou más. Quando se inicia o Governo Figueiredo, em 1979, ocorrem profundas mudanças na política cafeeira. Assume de novo o comando da economia Delfim Netto e toma posse como presidente do IBC Octávio Rainho. Suas metas seriam as seguintes: na comercialização do café, suspensão dos contratos especiais com os importadores e nova orientação para os preços mínimos pagos aos cafeicultores.⁴ Foi o presidente mais duradouro do IBC e “*seu objetivo externo básico era ‘reconquistar’ as perdas brasileiras de mercado como consequência da geada de 1975 e as políticas de valorização subsequentes*” (BACHA, 1992, p. 98).

Com o final da ditadura militar, surge a Nova República com propostas de mudanças profundas que pudessem modificar a vida política, econômica e social do País. Nessa conjuntura inicia-se a polêmica sobre o fim do IBC. O então ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, propõe sua extinção. Uma das consequências disto foi a demissão do seu presidente Karlos Rischbieter em agosto de 1985, ficando no cargo apenas cinco meses.

Com o passar dos anos o IBC foi se tornando uma agência burocrática inchada e segundo BACHA (1992), chegou a ter cerca de 5.000 empregados, sendo que a função de alguns foi tão somente tomar conta de armazéns, na maioria das vezes, vazios. Necessitava-se de uma ampla reforma administrativa, dentre outros motivos, pelo simples fato de que outros produtos superavam o café em termos de geração de divisas, como a soja e o suco de laranja. Argumentava-se que nenhum desses produtos tinha por trás uma instituição governamental de apoio, apesar do sucesso no mercado internacional. Duas medidas, então, teriam de ser tomadas. A primeira seria a criação de algum mecanismo para administrar o emprego da quota de contribuição e a segunda seria adequar os segmentos do Complexo Cafeeiro às normas do Acordo Internacional do Café. Para o setor privado, a solução seria a extinção da quota e o

⁴ Para mais detalhes, veja BACHA, 1992.

abandono do AIC. Quando o IBC foi extinto, essas duas medidas já tinham sido implementadas.

Devido às dificuldades conjunturais, o governo passou a adotar medidas que desagradaram alguns setores do café, devido aos

*“baixos preços mínimos de garantia para os produtores. e um programa de retenção para os exportadores tal **que**, para cada saca exportada, eles teriam que reter duas sacas adicionais por um período de 90 dias. O governo eventualmente atenuou essas decisões, mas elas certamente ajudaram a aumentar a irritação do setor privado com a intervenção oficial no mercado” (BACHA, 1992, p. 104).*

A política cafeeira no governo Sarney acompanhou sua política global extremamente confusa, sendo que na gestão de Carlos Alberto Leite Barbosa ocorreu um fato **que** desagradou ao setor cafeeiro. O diretor de comercialização do IBC fecha contrato com os torradores estrangeiros em dezembro de 1985, que acarretaram prejuízos ao Brasil. A intenção era propiciar um bom desempenho das exportações brasileiras,

“Com este artifício, o país conseguiu exportar 18,5 milhões de sacas em 1985, mas, segundo avaliações posteriores, à custa de uma forte perda de receita cambial, em vista dos mecanismos de rebate de preços inscritos naqueles acordos” (BACHA, 1992, p. 104-105).

Com novo presidente em fevereiro de 1986, Paulo Graciano, a proposta era a restrição das exportações e a renegociação dos contratos assinados anteriormente, o que iria propiciar uma nova política de valorização do café externamente

“Um programa de retenção foi criado, de acordo com o qual os exportadores tinham de entregar uma saca de café para o consumo doméstico para cada três sacas exportadas, além disso os contratos preexistentes de exportação foram cancelados e os registros de exportação fechados” (BACHA, 1992, p. 105).

Essas medidas, porém, não foram suficientes para elevar os preços internacionais do produto, porque outros países produtores preencheram esse vazio de oferta deixado pelo Brasil.

Em vista da tendência declinante do superávit comercial

*“o ministro da Fazenda Dilson Funaro aprovou uma proposta veiculada pelo ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, para o **uso** da política externa do café como um instrumento tanto para aumentar a receita das exportações como para reduzir os preços de venda domésticos. O IBC foi autorizado a executar a operação Patricia, proposta por Paulo Graciano. **que** consistia em contratar 18 casas exportadoras locais para pré-financiar e comprar uma grande quantidade de café robusta no terminal londrino, trazendo-as para o país como uma forma de simultaneamente aumentar os preços internacionais e reduzir os preços domésticos” (BACHA, 1992, p. 105-106).*

Essa operação constituiu um fracasso, pois as compras foram insuficientes e os preços internacionais do café continuaram a cair, enquanto o governo deixava de honrar os contratos

com as casas exportadoras que, diante do prejuízo, resolvem recorrer à justiça para reaver o dinheiro gasto nessa operação.

O próximo presidente seria o embaixador Jório Dauster, cujo mandato se iniciou em janeiro de 1987 e terminou com a extinção do IBC em março de 1990. Durante sua gestão, foram extintos os contratos de exportação e ***“um sistema de preços mínimos flexíveis de registro de exportações foi adotado, com os preços sendo determinados, para todos os exportadores, de acordo com os níveis prevalentes dos preços de Outros Suaves e Robustas”***⁵ (BACHA, 1992, p. 106). Outra decisão foi a criação da Reserva de Defesa do Café (Funcafé), cujos recursos provinham de uma quota de contribuição de 36% das exportações de café. Os objetivos desse fundo se restringiam à defesa dos preços externos e a expansão do consumo e melhoria do cultivo interno. Outra vitória foi o estabelecimento de quotas para o país junto ao AIC por dois anos, que assegurou ao Brasil 28,4% da quota global. Estabeleceram-se também quotas individuais de exportação, com a permissão de que 10% do total fosse a leilão.

Apesar do sucesso de algumas medidas, a nova administração enfrentou sérios problemas. Houve uma supersafra em 1987/88 e estabeleceu-se um sistema de retenção, onde os exportadores teriam de reter por 60 dias uma saca, em contrapartida àquela exportada e antecipando, por ocasião do registro de exportação, 50% da quota de contribuição. Essa superprodução também se agravou pelos estímulos à oferta devido aos altos preços internos do produto.

A Federação Brasileira dos Exportadores de Café (FEBEC), criada em junho de 1989, sugeriu novas normas na comercialização do café, pedindo que todo o setor cafeeiro fosse desregulamentado. Nesse caso, o governo só interviria junto aos produtores rurais quando ocorressem calamidades climáticas ou frustrações de safra. Por fim solicitavam o fim do AIC.

Nesse mesmo ano houve uma controvérsia muito grande que colocou, de um lado, os Estados Unidos e alguns produtores de cafés suaves da América Central e, do outro, a África, o Brasil, a Colômbia e a Comunidade Econômica Européia. A pendência se resumiu no fato de que os primeiros queriam

“uma quota universal imediata com uma parcela garantida para os produtores de Suaves (supostamente 48% da quota global). A quota universal significaria que não mais haveria qualquer distinção entre exportações para membros e não-membros. A parcela mínima garantida para os Suaves corresponderia, por outro lado, à mudança na preferência dos consumidores para esta variedade de café, que se havia observado nos últimos quinze anos... o

⁵ Consideram-se dois tipos de café: robusta e arábica. Este último pode ser dividido em suaves e outros suaves, dependendo do país de origem.

outro grupo de países queria que a instituição da quota universal fosse adiado por mais um tempo, propondo-se que se adiasse a discussão sobre a seletividade de quotas de exportação segundo qualidades do café (...) A proposta dos EUA para a renovação do AIC parecia implicar tratá-lo explicitamente como um instrumento de ajuda externa, à custa do Brasil, com os EUA protegendo a América Central (e a Colômbia, como uma recompensa pela supressão do narcotráfico), e a CEE protegendo seus tradicionais estados clientes na África” (BACHA, 1992, p. 108).

O Brasil não aceitou entrar nesse jogo político e o embaixador Daústter, em julho de 1989, retomou ao país, dizendo que o AIC tinha acabado e que o mercado do café iria ser regido pelas livres forças do mercado, não havendo mais sistema de leilões, reduzindo-se para 6% a quota de contribuição. A manutenção do preço mínimo de registro de exportação somente seria feita para fins de controle cambial.

Logo após assumir, em março de 1990, como presidente da República, Collor, atendendo às reivindicações e críticas de alguns setores do Complexo Cafeeiro, acaba extinguindo o IBC. Instaura-se o livre comércio nas transações cafeeiras. O governo também extinguiu a quota de contribuição e as exportações passam a ser livremente registradas

2.2 Política cafeeira nos anos oitenta: críticas e mudanças

A interferência governamental na produção e no processo de comercialização sempre se fez presente na atividade cafeeira do Brasil. Dentre os principais instrumentos utilizados no controle de preços podemos destacar o preço de garantia, a quota de contribuição (ou confisco cambial), o preço mínimo de registro de vendas e o financiamento à produção e à comercialização.⁶

Quando se iniciam os anos oitenta, o IBC procurou modificar estes instrumentos de política cafeeira de modo a não cometer os mesmos erros do passado. Buscou, assim, evitar a repetição dos mecanismos de defesa e da maximização cambial até então adotados, uma vez que o preço de registro acima do preço de mercado inibia a comercialização do produto. O que se tentou foi a concessão de descontos para nivelar o preço de registro ao preço internacional do café.

Esta equiparação do preço do registro às cotações internacionais tinha como objetivo incrementar as vendas do produto, buscando recobrar nossa fatia do mercado mundial, e recuperar a produção nacional. Enquanto esta última meta já tinha sido alcançada, devido aos planos de recuperação e renovação dos cafezais, a primeira se deparou com diversos obstáculos

⁶ Para maiores detalhes sobre estes mecanismos veja FREITAS, (1979); DELFIM NETTO E PINTO, (1973); SILVA, (1976).

que teriam de ser superados para que fosse plenamente efetivada.

O primeiro entrave que se colocava para a recuperação do mercado dizia respeito à qualidade do café produzido no Brasil. **As** conseqüências das políticas de defesa do café foram um incentivo à ineficiência dos produtores e um desestímulo às melhorias tecnológicas, tornando o produto brasileiro menos competitivo no mercado internacional.

O segundo dizia respeito aos estoques. Para se ter uma postura agressiva frente à recuperação de parte do mercado perdido para os concorrentes, não se poderia nunca ficar a mercê da instabilidade da produção. Portanto, os estoques brasileiros nunca poderiam ficar abaixo de um patamar mínimo. No final dos setenta, estes estavam bem abaixo dos seus níveis históricos (em 1980 não chegavam a 8 milhões de sacas). Estes níveis podem ser justificados pela política precedente de alta remuneração para um volume comercializado relativamente pequeno e pela escassez que se seguiu à geadada de 1975. Com estes níveis de estoques, o IBC não teria como se aproveitar de uma geadada, por exemplo, para poder elevar o preço do seu produto, ainda mais se a disponibilidade mundial estivesse também em um patamar baixo. Segundo especialistas, para se ter um mínimo de segurança no mercado, o Brasil necessitava de, pelo menos, uma safra estocada, isto é, um volume entre 20 a 25 milhões de sacas.

A formação de tais estoques não constituía entrave para o IBC, nem a nível da produção, nem a nível da infra-estrutura existente. O problema enfrentado na época foi como financiá-los, devido às elevadas taxas de inflação interna, a crise no balanço de pagamentos e no orçamento que levaram à adoção de uma severa política monetária restritiva.

É importante salientar que a política cafeeira, tem de encontrar o equilíbrio em termos de nível de estoques. Por exemplo, não faz sentido a sustentação de altos níveis de estoque, se se tem um parque cafeeiro superdimensionado e uma política de defesa unilateral do preço, ou seja; de fornecedor residual, já que não há monopólio. **A** elevação do nível dos estoques somente seria uma medida remediadora a curto prazo, deixando para o futuro uma solução mais firme e imediata do problema, ou seja o redimensionamento do parque cafeeiro ou a mudança da política de valorização do café.

Por outro lado, se os níveis dos estoques estiverem num patamar excessivamente baixo, isto significa uma perda de poder de barganha no mercado internacional, podendo levar a uma crônica escassez em caso **de** uma quebra importante da produção, fato que sempre ocorreu com freqüência no Brasil, devido a geadas e secas prolongadas. Com a quebra das safras subseqüentes à grande geadada de 1975, aliada às baixas disponibilidade nacionais e internacionais, os preços atingiram os seus picos mais elevados de sua história. **Ao** mesmo tempo, **pre-**

ventivamente, o IBC reforçou sua política de valorização cambial para inibir a queda do preço. Em consequência disso o consumo mundial sofreu uma retração de 25%, e até hoje pode-se dizer que não se recuperou totalmente.

Portanto, o nível dos estoques era uma variável estratégica no equilíbrio do mercado cafeeiro. Diferentemente de outros produtos primários, o café pode ser estocado por vários anos, facilitando a utilização racional dos estoques face à instabilidade da produção. Atualmente, este instrumento é pouco utilizado, embora em 1993 tenha sido posta em prática a política de retenção por parte dos países produtores, comandados pelo Brasil, e que alcançou bons resultados, haja vista que os níveis dos preços tiveram aumentos significativos no início do ano de 1994. Outro fato que está criando polêmicas na atualidade são as 17 milhões de sacas de café estocadas nos armazéns do antigo IBC. Enquanto os torrefadores e indústrias do café solúvel reclamam do preço e da disponibilidade da matéria-prima, o que estaria inviabilizando suas atividades e até mesmo as exportações, no caso do café solúvel, e estão forçando o governo a abrir mão desses estoques para regularizar o mercado, os produtores e exportadores temem que o lançamento desses estoques no mercado irá criar um profundo desequilíbrio no mesmo, temendo um decréscimo significativo no preço do produto. Alegam também que a alta de preços e a falta de oferta resultam do plano de retenção da oferta mundial que o Brasil assinou com os demais países produtores.

Mas, esta polêmica está longe de ter um final, e o Governo Federal deu continuidade aos leilões dos estoques de café, que se destinam basicamente aos torrefadores e à indústria de café solúvel. Embora os exportadores venham pressionando para que possam ter acesso a estes leilões, suas reivindicações nesse sentido não foram atendidas. De outro lado o Conselho Nacional do Café (CNC) e os produtores de modo geral estão pressionando as autoridades responsáveis pelos leilões para que os estoques governamentais sejam vendidos apenas para o setor torrefador, de modo a subsidiar o consumidor interno. O CNC se manifestou contra a venda do estoque do governo para a indústria de solúvel, que exporta 99% da sua produção subsidiando o consumidor estrangeiro e não o brasileiro. Outra reivindicação diz respeito à proibição da venda dos estoques para os exportadores, principalmente agora, época da colheita da safra brasileira, embora aceitem que isto seja feito na entressafra, no período de escassez de matéria-prima.

Outra barreira à pretensão de recuperação de pelo menos parcela do mercado por parte do Brasil é a sujeição da política cafeeira às cláusulas econômicas da Organização Internacional do Café (OIC).

O primeiro Acordo Internacional do Café (AIC) foi criado em 1962 e vigorou até 1968, tendo sido firmado por 58 países produtores e consumidores. Sua principal premissa era o controle das exportações feito através de quotas, as quais se ajustavam sempre que o preço saía da faixa de preços máximos e mínimos acordados previamente por todos os participantes do Acordo, e que era denominado de preço composto do OIC. Outros pontos desse acordo eram os seguintes: *“fomentar a diversificação da produção e assegurar que o nível geral de preços de café não caíssem abaixo do nível vigente em 1962”* (FREITAS, 1979, p. 267).

A esse primeiro, seguiram-se vários outros AICs, cujas medidas básicas eram praticamente as mesmas, sempre patrocinados pelo OIC. Em julho de 1989, o AIC foi suspenso após vigorar por 27 anos. *“Como era de se prever, no curto prazo, a suspensão do AIC levou a uma guerra de preços, tendo como resultado uma queda nos preços de 50%. Porém, espera-se uma acomodação do mercado no longo prazo”* (HAEBERLIN et al, 1993, p. 10). Isto de fato aconteceu, e em 1993 os preços conseguiram uma significativa recuperação.

Os acordos de quotas tinham suas limitações pois era necessário que os países produtores se dispusessem a cumpri-los. Outro risco poderia ser a existência de uma supersafra em um país membro, pois podia ocorrer de sua produção exportável ser superior à quota estipulada pelo OIC. Nesse caso, tal país podia romper o acordo de forma unilateral para resolver a questão do seu excedente a curto prazo. Esse tipo de reação aconteceu freqüentemente, uma vez que os países produtores eram extremamente dependentes das rendas geradas pelo café, sendo elas vital para a sobrevivência de muitos deles. A fuga a esse sistema de quotas ocorria, principalmente, através das vendas efetuadas a países não membros da OIC.

Esta sistemática de distribuição de quotas trouxe algumas inconveniências para países como o Brasil, com parque cafeeiro superdimensionado, produtividade alta, se comparada à grande maioria dos países produtores, e farta disponibilidade de terras. Em primeiro lugar, porque uma das medidas do governo para o controle dos preços é a compra do excedente, feito através do preço de garantia

“E através da fixação do preço de garantia, que o governo controla o nível de estoques oficiais (e privados) de café. Em fases de excedentes, adquire grandes quantidades ou permite a maior queda de preços internos. Em fases de insuficiência, adquire menos, caso faculte as exportações em maior quantidade” (FREITAS, 1979, p. 272).

Esta medida contribuiu para baixar a qualidade do café. O setor produtivo não se preocupava em produzir um café de melhor qualidade, tendo em vista ser este, necessariamente, quase sempre adquirido pelo governo, constituindo uma atividade praticamente sem riscos. Em segundo lugar, porque as vantagens comparativas, ao invés de atuarem em benefício do país,

iriam atuar contra. Os preços de venda no mercado internacional levavam em conta os custos dos países de menor produtividade, a consequência disso era o aumento de lucratividade dos países de produtividade mais alta, no entanto essa vantagem era contrabalançada pela limitação do volume a ser comercializado estabelecido nos acordos de quotas. Pode-se afirmar que esses tipos de acordos engessavam o nível dos preços, não sendo possível baixá-los para conquistar novas fatias do mercado, isto é, os canais de comercialização ficavam praticamente congelados. Portanto, o acordo de quotas era interessante para os países de baixa produtividade, prejudicando aqueles que eram mais eficientes e competitivos. Além disso, funcionava eficientemente somente no curto prazo, pois a longo prazo exigia-se a existência de normas rígidas que impedissem a expansão da produção. Enquanto que os países que estavam fora do acordo podiam se beneficiar dos preços e incrementar suas produções, sem que fossem molestados pelo OIC.

Outro ponto negativo referia-se à rigidez em termos dos volumes que os países produtores podiam comercializar, o que dificultava a concretização das condições potenciais do mercado. Portanto, os acordos inibiam tanto a inovação técnica quanto a melhoria da qualidade do produto, desestimulando os produtores mais eficientes e competitivos.

Apesar de todas estas restrições, vale ressaltar que o objetivo específico dos Acordos foi atingido a curto prazo. Sua intenção era diminuir a instabilidade dos preços, especialmente, no que concernia às baixas cotações, dado que as receitas do café para a maioria dos países produtores eram de suma importância, haja vista, serem integrantes do bloco do terceiro mundo. Devemos lembrar também que os países ricos eram integrantes da OIC na condição de consumidores e muitas vezes tinham poder de controlar os países produtores, tomando medidas como a diminuição da demanda por café, como um fator de indução para baixar os preços do produto.

A longo prazo, pode-se dizer que os Acordos tiveram efeitos desestabilizadores, como o aumento da produção em consequência do impedimento das baixas cotações. Isso acarretou um excesso de oferta, cuja consequência mais grave foi a desorganização do mercado que se traduziu nos níveis de preço que ficaram muito baixos em determinados períodos de vigência dos AICs.

A circunscrição da política cafeeira dentro dos limites do AIC foi prejudicial ao Brasil, que se esforçava em recuperar parcela do seu mercado perdido. Isto porque ficaram descartados inúmeros instrumentos que poderiam ser utilizadas na concorrência internacional, como, por exemplo, a guerra de preços. O país não soube preencher os espaços que se ofereciam com o aumento da demanda por café detectado em novos mercados como o asiático. Não se fez

nenhum trabalho de *marketing* que colocasse em evidência as qualidades do café produzido no país, tanto nos mercados tradicionais, como os Estados Unidos e a Alemanha, como naqueles mais recentes como o Japão. Tal esforço de publicidade iria redundar na ampliação do mercado consumidor do café brasileiro. Conseqüentemente haveria um aumento significativo dos volumes exportados. Essa ausência de uma política de *marketing* mais agressiva por parte dos responsáveis pela cafeicultura no país, talvez tenha como principal culpa, o fato de a atividade cafeeira no Brasil ser pesadamente subsidiada tanto no nível interno como no nível internacional, com os sistemas de quotas, que asseguram ao país uma colocação certa do seu produto, independente de outras variáveis como qualidade do produto. Esse tratamento paternalista por parte do governo foi um dos fatores que tanto inibiu o aumento da produtividade e a elevação da competitividade do produto brasileiro no exterior.

Nos anos oitenta explicitam-se diversos problemas advindos da intervenção governamental na atividade cafeeira. É paradoxal, no entanto, que todos aqueles segmentos envolvidos na cafeicultura, ou que tenham interesses nessa atividade, renegavam a intervenção governamental, ao mesmo tempo que se beneficiavam das regalias e *benesses* propiciadas por ele. Colocava-se, então, no centro dessa polêmica o IBC, que era a entidade mais representativa da interferência governamental na cafeicultura.

Em função disso, existiam diversas propostas vindas, principalmente, dos produtores e exportadores, para a redução da participação governamental no mercado cafeeiro. Nas suas justificativas alegavam que a participação governamental levava o mercado a funcionar com preços irreais, e que a incoerência da política cafeeira desequilibrava ainda mais o mercado, ao invés de diminuir a sua instabilidade. Por fim, argumentavam que a manutenção de órgãos como o IBC representava um pesado ônus para os produtores que se encontravam bastante descapitalizados.

As sugestões seriam no sentido de diminuir a intervenção do IBC no mercado, ao mesmo tempo em que o confisco cambial ou quota de contribuição fosse reduzido. Estas medidas sendo tomadas, paralelamente, a um rígido controle que impedisse a expansão da área cultivada, iriam proporcionar ganhos substanciais aos cafeicultores. Isto iria refletir não só numa melhoria da produção mas também em um aumento da produtividade. Argumentava-se que a diminuição da intervenção governamental era vantajosa pois permitiria que os produtores sentissem os verdadeiros estímulos dos preços externos. A dificuldade de senti-los tem sido uma das principais causas do desequilíbrio do mercado desde que a política cafeeira teve como estratégia básica, a valorização da atividade.

O sistema de comercialização levada a cabo nos idos dos oitenta desagradava profundamente os cafeicultores porque as receitas auferidas por eles normalmente não ultrapassavam mais do que 50% do valor de registro de venda do IBC. A outra metade ficava por conta do confisco cambial e de impostos como o FUNRURAL e o ICM. A partir de 1971, o que pode ser observado é que houve uma significativa redução da quota de contribuição. Isto pode ser atribuído a uma elevação quase permanente do preço mínimo de registro, que passou a aumentar continuamente desde 1969 (FREITAS, 1979) (veja Tabela 2.1).⁷

TABELA 2.1
PREÇO MÍNIMO DE REGISTRO, QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO E CAMBIAL
DE EXPORTAÇÃO – 1965-78
(Dólar por saca de 60 kg)

Ano	Preço Mínimo de Registro (1)	Quota de Contribuição (2)	Cambial de Exportação	2\1 %
1965	56,76	27,73	29,03	48,85
1966	54,12	32,30	21,82	59,68
1967	49,50	27,68	21,82	55,92
1968	48,18	21,97	26,21	45,60
1969	48,18	24,40	23,78	50,64
1970	59,40	28,07	31,33	47,26
1971	67,32	35,80	31,52	53,18
1972	52,80	21,87	30,93	41,42
1973	72,60	26,64	45,96	36,69
1974	83,16	21,50	61,66	25,85
1975	84,48	29,76	54,72	35,23
1976	110,88	29,00	81,88	26,15
1977	277,20	100,00	177,20	36,08
1978	277,20	120,00	157,20	43,29

Fonte: FREITAS, 1979.

É a partir do confisco cambial que se começa a questionar a validade da interferência do governo na comercialização do café. Pode-se afirmar, então, que a quota de contribuição estava no centro da polêmica entre os produtores de café e as autoridades governamentais, e o alvo de todas as críticas era o IBC. O confisco era um imposto que incidia sobre a exportação do café e basicamente tinha duas funções: gerar divisas para o país e funcionar como instrumento de equilíbrio de preços e volumes vendidos ao exterior. Sendo usado em todas as fases da cafeicultura, boas ou más, e como o café altera ciclicamente receitas significativas e baixas cotações, dependendo dos volumes disponíveis do produto no mercado mundial, quando a atividade estava passando por uma fase de preços baixos, o confisco contribuía decisivamente

⁷ Embora a tabela não se refira ao período dos anos 80, ela é ilustrativa do volume total do confisco cambial, ponto de discórdia entre governo e segmentos cafeeiros.

para deprimir a renda do cafeicultor, uma vez que ele não era diretamente proporcional aos preços cobrados pelo produto.

Ao longo dos anos foram muitas as críticas endereçadas ao confisco cambial. Após 1964, sempre esteve em evidência a discussão sobre sua diminuição e até mesmo sua extinção, havendo, inclusive, certo consenso sobre esta medida entre as autoridades governamentais. Raciocinava-se da seguinte forma: com a extinção do confisco, seria repassado ao produtor todos os ganhos provenientes da desvalorização cambial como acontecia com todos os outros produtos agrícolas exportados pelo País. No entanto, sua extinção somente se concretizou quando foi extinto o IBC em 1990.

A política cafeeira tinha como base, no plano interno, do lado da produção, o preço de garantia e no plano externo, do lado da comercialização, o preço mínimo de registro para a venda. No caso, o confisco fazia parte desta política, sendo algumas vezes um instrumento contraditório, e podia ser tanto nominal quanto efetivo. Para se ter uma idéia de como era esta medida, podemos dar o seguinte exemplo: se o quota de contribuição ou confisco fosse fixado em 175 dólares por saca, enquanto que o preço de registro para exportação fosse 270 dólares, e a cotação internacional estivesse em US\$ 135 por saca, o IBC iria vender pelo preço de registro e forneceria um aviso de garantia em dólares ao importador no valor da diferença entre o preço do registro e o de mercado, no caso US\$ 135 por saca. O valor da carta era retido por um mês, findo o qual o importador poderia usá-lo apenas para novas compras de café. O exportador recebia a diferença entre o preço do registro e o confisco, ou seja, US\$ 95. Comparado com o preço real de mercado, o confisco efetivo era de US\$ 40 por saca. Há portanto uma independência entre o preço de mercado e o preço recebido pelo produtor. Qual o ganho do produtor ou do exportador? A resposta seria nenhum, porque automaticamente haveria uma elevação do confisco efetivo que tenderá a atingir o valor fixado pelo governo. Isto porque o valor recebido pelo exportador é dado pelo governo ao fixar o preço de registro para exportação e o confisco cambial. São, portanto, variáveis de relativa independência em relação ao preço internacional.

Outro parâmetro de vital importância na política cafeeira foi a estipulação do preço mínimo ou preço de garantia. Este item diz respeito ao setor da produção e o seu principal objetivo era "segurar" o produto pelo maior tempo possível na mão dos cafeicultores. Este era reajustado trimestralmente pela desvalorização cambial. Nesse caso, dentro da política de valorização cambial do IBC, o montante dos recursos destinados a ela seria menor, pois a correção trimestral do preço permitiu adiar as compras, que de outra forma teriam de ser efetuadas

logo após o término da colheita.

No entanto, outras medidas foram tomadas para que se assegurasse um patamar mínimo de receita aos produtores, cuja situação financeira era muito ruim, devido ao acúmulo de dívidas, logo após as geadas de 1975. Isso era necessário como uma meta de recuperação de longo prazo. Sem os financiamentos complementares o produtor não teria condições de esperar um tempo mais longo para vender o seu produto, pois sua necessidade de dinheiro era muito premente no período pós-geada de 1975.

Pode-se, afirmar, portanto, que a causa de diversos problemas enfrentados pelo País no mercado internacional foi fruto da incoerência da sua política cafeeira. Se por um lado, a ocorrência de geadas, momentaneamente, aliviava o mercado, ao “encolher” a disponibilidade do produto, por outro elevava seus preços. Esta situação talvez tenha contribuído para adiar a definição de uma política cafeeira mais coerente. Pode-se observar que a defesa da receita, via instrumentos que preservassem e defendessem os níveis dos preços do café, e a recuperação do mercado, feita através do aumento das exportações, são objetivos incompatíveis se tomados no mesmo prazo. A situação adversa do mercado, em contraposição á ocorrência de geadas, induzia que se clareassem os rumos a serem tomados pelas pessoas responsáveis pelas normas das políticas cafeeiras. No início dos anos oitenta, mesmo que o Brasil não rompesse com o OIC, seria obrigado a conquistar uma quota maior de exportação para os tradicionais países consumidores, além de tentar penetrar em novos mercados, ainda inexplorados, como o Japão. Mas, como o mercado consumidor dos países membros da OIC encontrava-se estagnado, a saída seria a busca de novos mercados, onde a interferência da OIC fosse menor e as possibilidades reais de crescimento seriam mais concretas. Com respeito a este último aspecto, pode-se dizer que a política externa brasileira não empreendeu nenhum esforço em divulgar melhor no exterior as qualidades do café produzido no Brasil. Infelizmente, não se elaborou nenhuma política de *marketing* que pudesse incrementar as exportações de café nos últimos anos.

Historicamente o Brasil, se não foi o único país a se preocupar, foi seguramente o único a arcar com o ônus da defesa das receitas cambiais. Se esta situação já não se justificava em tempos mais remotos, na década de oitenta, pode-se dizer **que** ela era descabida. Em primeiro lugar, a perda da posição relativa do Brasil no mercado mundial, ocasionada inclusive pela própria política da defesa, diminuía a eficiência da valorização unilateral. Em segundo **lu-**gar, a receita proveniente do café já não era tão importante para a balança comercial do País, como continuava sendo para a grande maioria dos países produtores. Em **1982**, esta participação foi de apenas **8%** no total de divisas geradas no país, enquanto que na Colômbia chegava a

45% e na Indonésia atingia 70%. Este passa a ser o principal argumento usado por aqueles que são contra essa política valorizadora. Todos os segmentos do setor cafeeiro reclamavam desse tipo de política protecionista e propunham **que** se fechasse o “guarda-chuva”, pois acreditavam que, em um mercado livre o Brasil, poderia, sem dúvida, melhorar sua posição devido às vantagens de que ainda dispunha, como por exemplo, o volume produzido e a diversidade dos tipos de café **que** produz.

Portanto, pôde-se constatar que o Brasil, apesar de sua grande experiência no mercado cafeeiro, onde por décadas exerceu a liderança e a administração do mercado mundial, não conseguia soluções satisfatórias para os seus principais problemas que eram o dimensionamento ótimo do parque cafeeiro, a capitalização do produtor e a recuperação do mercado, tanto a nível internacional quanto a nível interno.

3 A extinção do Instituto Brasileiro do Café – controvérsia sobre seu fechamento

Com o fim do IBC, parte do controle governamental sobre o mercado cafeeiro extinguiu-se. Os segmentos do Complexo estavam, agora, livres, em termos relativos, das interferências do Governo em suas atividades. Se por um lado, muitos queriam isto, por outro, havia inúmeras pessoas e empresas ligadas à cafeicultura, que gostariam que permanecesse o “estado das artes”. Estabeleceu-se, então, uma acirrada disputa entre três grupos: os **que** defendiam a continuidade do IBC, os **que** propunham seu fechamento e os adeptos da estadualização da cafeicultura.

Criou-se a controvérsia, e as opiniões pró e contra o fechamento do IBC dão bem a medida exata do que aconteceu no Complexo Cafeeiro sem o “guarda-chuva” do Governo.

3.1 A defesa da continuidade do IBC

Temos, em primeiro lugar, o grupo dos corporativistas, representados, principalmente, por dirigentes de cooperativas cafeeiras, antigos técnicos do IBC, produtores descapitalizados e integrantes de órgãos federais ligados à agricultura, entre outros, que de forma geral, criticaram com veemência o fim da autarquia, embora reconhecessem **que** ela necessitava de uma ampla reforma administrativa.

Isto pode ser corroborado pelo seguinte depoimento:⁸

“... apesar de todos os percalços enfrentados pelo IBC, ele exerceu, e ainda estava exercendo, um papel importante, tanto para o Complexo Cafeeiro quanto para a economia nacional. Portanto, não deveria ter sido extinto, mas reestruturado. Esta reestruturação estava sendo feita pelo embaixador Jório Dauster, presidente do IBC na época, através dos recursos do FUNCAFÊ. Esta iniciativa era considerada como um processo de modernização da autarquia. Mas isto não foi suficiente para que o IBC permanecesse aberto, tendo sido extinto sem que se tivesse feito algum estudo de viabilidade que demonstrasse que ainda era um órgão que tinha utilidade na condução dos negócios cafeeiros. O fechamento do IBC foi desastroso, e dentre as razões invocadas para que se efetivasse sua extinção, estavam as ingerências políticas na sua administração e a atuação da imprensa, que a todo momento noticiava escândalos, que denegriam a imagem da autarquia. Em função disso o modernismo do Governo Collor impeliu a extinção do IBC”.

Para aqueles que defendiam a permanência do IBC, a consequência principal de sua extinção foi a penalização dos produtores, porque não foi criado outro órgão que o substituísse, ou pelo menos exercesse algumas de suas funções vitais, que desse prosseguimento às atividades comerciais da cafeicultura brasileira orientando o segmento produtivo.⁹ Dessa forma, esses cafeicultores se sentiram abandonados e a solução buscada por suas lideranças foi a reativação de órgãos que já existiam, mas que estavam desativados ou não tinham condições de tomar iniciativas que pudessem buscar soluções para a grave crise por que passava a cafeicultura nacional. Podemos citar a Confederação Nacional do Café (CNC) e o Departamento Nacional do Café (DENAC), que sinalizavam para a existência de novos organismos que iriam gerenciar a cafeicultura, suprimindo o vazio de se fazer política cafeeira de novo no País. Aliada a isto, existia a preocupação do então ministro do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) – Andrade Vieira – que ainda considerava importante o papel desempenhado pela cafeicultura no Brasil, em especial para determinadas regiões. Além de ser uma atividade geradora de cerca de 7,5 milhões de empregos diretos no país, ainda tinha um papel importante na geração de divisas, sendo uma atividade “represadora” de pessoas no campo por absorver volume significativo de mão-de-obra e ter entre os seus produtores grande parcela de pequenos e

⁸ Entrevista realizada em São Sebastião do Paraíso, agosto de 1993, com Carlos Melles, Presidente da COOPARAÍSO.

⁹ “se o produtor contabiliza os seus custos de produção em tomo de 80 dólares, necessários para produzir uma saca de café, tendo que vendê-la por 50 dólares, vai ter que arcar com esse prejuízo. Não tendo a quem recorrer, com esta situação muitas vezes fugindo ao seu controle, necessitando diminuir seus custos de produção, terá de fazer um esforço de investimento para que possa melhorar sua produtividade e isto irá demandar certo tempo. Dessa forma, aqueles que estavam capitalizados ou tinham outros rendimentos conseguiram se equilibrar, mas os produtores que tiveram de recorrer ao sistema financeiro, com inflação alta e juros elevados, contraíram dívidas que, em alguns casos, tomaram-se impassíveis de serem pagas” (Otto Villas Boas, Diretor de Comercialização da COOXUPÉ, entrevista realizada em Guaxupé, agosto de 1993).

médios proprietários rurais.¹⁰

Com a extinção do IBC, o resultado foi que tanto o Brasil quanto Minas Gerais, perderam volume significativo de rendas, dado que as receitas originárias dos negócios com o café caíram violentamente. Isto ocorreu em função da desestruturação do mercado, que fez com que o nível dos preços ficasse em um dos seus patamares mais baixos, e também devido à ausência de instrumentos de política cafeeira que pudessem conter esse “débaçle” na comercialização do café. Pode-se estimar este prejuízo, de forma direta, em tomo de 3 bilhões de dólares, a partir do ano de 1990 (entrevista, Melles, 1993).

Essa corrente acreditava que não deveria haver um outro órgão como o IBC, embora achasse importante a existência de uma nova entidade que o substituísse, com o objetivo de servir de orientação para esses milhares de cafeicultores que ficaram desassistidos com sua extinção. Para eles o governo ainda tinha um importante papel a desempenhar nesse processo, pois algumas das transações envolvidas com o café dependiam de leis e a promulgação destas é uma tarefa exclusiva a ser desempenhada pelo Governo Federal. Portanto, para eles o fechamento do IBC pode ser considerado como um verdadeiro desastre, uma vez que a atividade cafeeira sempre desenvolveu suas atividades tutelada pelo governo central, não conseguindo sobreviver pelos seus próprios méritos, sendo, portanto, uma atividade extremamente dependente, principalmente o setor produtivo. Em toda a sua história, a cafeicultura sempre dependeu, mesmo que minimamente, da ação governamental que orientasse sua administração, principalmente o setor produtivo, composto por cerca de 250 mil produtores, em sua grande maioria de pequeno e médio porte. O que deveria ter sido feito era sua reestruturação, reorganizado em uma escala menor, mais leve e com departamentos mais definidos em função de fazer pesquisas, lançar políticas, etc. Seu fechamento, puro e simples, desestruturou toda a cafeicultura brasileira, transformando-se em um grande erro. Portanto, este modelo neo-liberal, com suas leis de mercado, por si e em si, não funcionou, em função da necessidade de se ter um mínimo de regulação das atividades econômicas feitas pelo governo.

Juntamente com o IBC, extinguiram-se também as previsões de safras, que tinham credibilidade junto a todos os segmentos envolvidos com a cafeicultura, inclusive a nível internacional, perdendo o Brasil um fator de barganha frente aos principais importadores de café, Estados Unidos e Alemanha. Faz-se necessária a existência de um órgão que tenha condições de prever e estimar o volume da produção e o nível dos estoques. As estimativas com mais

¹⁰ Entrevista realizada em Guaxupé, agosto de 1993, com Otto Villas Boas, Diretor de Comercialização da COOXUPÉ.

credibilidade no mercado internacional do café são feitas atualmente pelo United States Department of Agriculture (USDA). E estas nem sempre são confiáveis por serem elaboradas pelo maior importador de café do mercado mundial. E como as estimativas de safras e o nível de estoques são parâmetros fundamentais na formação do preço do café, é interessante para os EUA que estes sejam os mais baixos possíveis. Conseqüentemente estas previsões acabam prejudicando os países produtores. Se forem superestimadas, irão refletir negativamente nos níveis dos preços internacionais do café. Portanto, isto não deixa de **ser** um contra senso, um país consumidor fazendo previsões para um país produtor, de uma variável **que** exerce tão importante papel no nível dos preços do café.

Ocorre atualmente a existência de uma especulação muito grande em tomo das estimativas de safras, feitas por diversas firmas exportadoras, cooperativas, USDA, etc., havendo divergências bastante acentuadas entre elas. Por exemplo, algumas estimativas para a safra 1993/94, entre diversas firmas envolvidas com o café, foram as seguintes: Marcellino Martins, 22,8 milhões de sacas; Batistela, 24,5 milhões; Rio Doce, 25,1 milhões; Unicafé, 25,5 milhões e USDA, 28,5 milhões de sacas. Portanto, cada uma dessas entidades faz sua própria estimativa, com base em dados fornecidos pelas cooperativas, e isto pode dar margem a especulações que irão beneficiar elas próprias. As previsões feitas também pelo Departamento de Comercialização da Cooperativa dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (COOPARAÍSO), em geral, irão influenciar as cotações dos preços do café, devido ao seu prestígio perante os segmentos da cafeicultura nacional. Podemos concluir que a falta de uma instituição que tenha credibilidade perante todos aqueles interessados na comercialização do café acaba penalizando-os, por não terem mais um ponto seguro de referência na condução futura de seus negócios.¹¹

“Portanto, nos dias atuais, sente-se a falta de um órgão que faça pelo menos a previsão de safra, primordial para a cafeicultura. Uma possibilidade é que o DENAC tome para si a incumbência de fazer essa tarefa (a EMATER também faz estimativas não oficiais nos municípios mineiros onde atua). Mas isto ainda não se concretizou. O que acontece é o seguinte: com diversas entidades fazendo estimativas do Plano de Safra, acaba-se por confundir ainda mais o mercado. Faz-se necessário, portanto, que algum órgão, federal ou privado, cooperativas ou qualquer outra entidade tomem para si a tarefa de fazê-las. Para se ter idéia de como é importante as estimativas do plano de safra para os países produtores podemos dar o seguinte exemplo: o USDA estimou que a safra brasileira em 1993/94 iria ser de 28 milhões de sacas (bem acima de outras previsões). Embora muitos especialistas não acreditassem que o Brasil pudesse produzir tal volume de café, o resultado logo se fez sentir nos preços do café, que começaram a sofrer um processo acentuado de baixa em seus níveis. Pôde-se, assim, constatar como o mercado do café é sensível a inúmeras variáveis, princi-

¹¹ Entrevista realizada em São Sebastião do Paraíso, agosto de 1993, Jerônimo, Técnico do Departamento de Comercialização da COOPARAÍSO.

*palmente àquelas conectadas com as estimativas de safra”.*¹²

Outra crítica desse grupo diz respeito ao desmonte de uma estrutura que tinha diversas engrenagens, que bem ou mal, funcionavam e beneficiavam diversos segmentos da cafeicultura. O problema que se colocava era a dificuldade, ou até mesmo a impossibilidade, de recompô-la. Se havia alguns problemas com o IBC, e é evidente que qualquer entidade tem os seus, a solução não passava nunca pelo seu fechamento. Pode-se imputar grande parcela da culpa por isto ter acontecido às críticas indiscriminadas endereçadas à instituição por, praticamente, todos os setores da cafeicultura. Isto foi decorrência da falta de visão das pessoas engajadas na atividade cafeeira, computando-se, no caso, todos estes segmentos, que não tiveram a percepção de que uma entidade governamental, no seu conjunto, presta mais benefícios do que malefícios, e não fizeram nenhum esforço para que o IBC se mantivesse aberto. Se, por um lado, nesse período, podiam ser encontrados produtores, torrefadores e exportadores que tiveram sucesso nos seus negócios, por outro, encontravam-se também várias pessoas pertencentes a esses segmentos que se arruinaram, devido a uma das piores fases por que passou a cafeicultura brasileira no início dos anos noventa.

Portanto, sem o guarda-chuva protetor do IBC, cada um dos setores cafeeiros fez sua própria regra dentro da cadeia de comercialização do café, e os resultados, no geral, não foram boos para eles. Isto porque uma cultura como o café, rendendo, em média, para o país, divisas que variavam em um intervalo estimado de 800 milhões a 2 bilhões de dólares, anualmente, não poderia nunca ficar à mercê de falta de regras que regulassem as suas diversas etapas. Estas teriam de existir para que fossem alcançadas as metas estipuladas em termos de arrecadação de divisas, e ninguém melhor do que uma entidade governamental para poder ordená-las sem ser tendenciosa. Não se pode pretender que os produtores façam uma política de café sozinhos, da mesma forma que não se pode esperar isso dos exportadores, torrefadores e industriais do café solúvel. Se um desses setores tomar a frente de um órgão coordenador de políticas cafeeiras no país, poderá acontecer de ele legislar em causa própria, podendo prejudicar os outros segmentos.

Finalmente, podemos argumentar que, apesar de todos os defeitos imputados ao IBC, estes não eram apenas do órgão em si. Muitas vezes originavam-se das pessoas que ocupavam cargos na diretoria da instituição, e que não pertenciam ao seu quadro funcional, pois eram cargos políticos (o próprio presidente era indicado politicamente). Portanto, a autarquia não

¹² Entrevista realizada em Belo Horizonte, setembro de 1993, Marco Antônio Fabri, Diretor da EMATER.

poderia levar a culpa por todos os desatinos praticados por estas pessoas, que não tinham compromissos e nem eram solidários com as questões técnicas do órgão, pautando sua administração em nome dos grupos de interesse a que pertenciam.

3.2 A defesa do fechamento do IBC

Como segundo grupo, podemos destacar os adeptos do afastamento do governo das atividades econômicas, com interferências mínimas no setor.

Para este grupo de pressão, vitorioso nas suas pretensões, o fechamento do IBC foi realizado sob a condição de que os produtores buscassem, o mais rápido possível, um substituto para ele. A expectativa do Governo Collor era de que os produtores apresentassem num prazo de 90 dias algum projeto que viabilizasse a implantação de um órgão semelhante à Federação dos Cafeicultores Colombianos (FCC), que levasse à privatização da atividade cafeeira nacional. Esta seria a forma de o governo se afastar da gerência do setor cafeeiro, deixando sua gestão para o setor privado. Mas, com o dismantelamento do seu aparato administrativo, ficou difícil recompô-lo e até hoje os grupos ligados à cafeicultura estão fazendo esforços no sentido de reconstruir os instrumentos necessários para gerenciar os negócios deste setor, seja através de cooperativas e de associações de produtores (tanto do segmento da produção quanto dos segmentos industriais), seja através do DENAC, que pode ser considerado como o órgão do Governo Federal que assume algumas funções antes exercidas pelo IBC. Um dos principais motivos para que esse processo de reconstrução do aparato institucional de apoio à cafeicultura tenha sido tão moroso, é que não havia vontade política para empreender tal tarefa. Portanto, essa recomposição passa a ter um caráter privado com a mobilização dos órgãos representativos dos cafeicultores, tonefadores e exportadores, que procuram preencher o vazio deixado pelo Governo na condução das transações envolvendo o parque cafeeiro brasileiro.

Outro motivo alegado foi que a recomposição do patrimônio do IBC não era de interesse deste grupo "neo-liberal", pois temia-se o surgimento de uma entidade governamental que se assemelhasse ao órgão extinto e que iria repetir os mesmos erros do passado, atuando com os mesmos vícios corporativistas do antigo IBC. Assim é que, logo após seu fechamento e apesar de todas as dificuldades, iniciou-se a identificação dos interlocutores no Governo Federal, procedendo-se aos trâmites para que fosse dada partida à privatização do setor cafeeiro. No entanto, os obstáculos para que isto se concretizasse foram muitos e, vale enfatizar mais uma vez, que um dos mais importantes foi a falta de vontade política para que se reconstituísse novamente a infra-estrutura de apoio ao Complexo Cafeeiro do Brasil.

Argumentava-se também que as regras de livre mercado iriam beneficiar todos os segmentos da cafeicultura, passado o primeiro momento do impacto da saída do governo do setor cafeeiro. Estes iriam se adaptar a esses mecanismos, sujeitando-se às novas regras. Isto de certa forma realmente aconteceu, e em certo sentido foi um fato positivo, pois a partir de agora, ou o cafeeiro é competente, explorando eficientemente sua atividade, ou ele se verá na contingência de abandonar o mercado. Portanto, existe agora um outro modelo de cafeicultura, calcado nas inovações técnicas, onde a preocupação básica são os níveis da produtividade e a competitividade do produtor. Deixa-se para trás aquele modelo tradicional, corporativista, dos “barões de café”, onde predominavam fatores que sempre beneficiavam os produtores, que acabavam exercendo uma atividade praticamente sem riscos. O produtor deverá ter uma mentalidade empresarial, mesmo sendo de porte pequeno, tendo como uma de suas preocupações básicas os seus custos de produção. Conseqüentemente, deverá privilegiar a eficiência para que possa assegurar uma margem de lucratividade mínima que o habilite a permanecer na atividade cafeeira.¹³

A história da produção cafeeira, com o IBC em funcionamento e os órgãos estaduais responsáveis pela extensão rural aos produtores, demonstra que eram tratados de forma paternalista, e esta forma assistencialista acabou induzindo-os a se acomodarem. Podemos afirmar, então, que a intervenção do governo contribuiu para inibir a criatividade dos cafeeiros, Embora o café tenha sido tratado de forma diferenciada tempos atrás, hoje é considerado um produto como outro qualquer, fazendo-se necessário aos agentes envolvidos a adaptação ao jogo de mercado. A tutela governamental atuou no sentido de acomodar os produtores de café, que não se preocupavam com os graus de competitividade necessários para enfrentar a concorrência de uma atividade que estava passando por um amplo processo de reformulação a nível mundial.

O somatório dessas coincidências, o rompimento do último Acordo Internacional ocorrido em 1989, devido às pressões da conjuntura internacional e o fim do IBC, em 1990, ocasionaram profundas mudanças na estrutura arcaica do setor cafeeiro nacional. Internamente, com o fim do “guarda-chuva” que abrigava os cafeeiros, eles tiveram que modificar tanto sua estratégia como o seu comportamento. O dilema enfrentado por eles passou a ser a competitividade ou o abandono da atividade cafeeira. Os diversos segmentos ligados à cafeicultura estavam acomodados, pois sempre esperavam que a iniciativa partisse do governo.

¹³ Entrevista realizada em São Sebastião do Paraíso, agosto de 1993, com Maurício Landi, Gerente Geral da COOPARAÍSO.

Portanto, a cafeicultura era protegida por essas duas instituições. A nível internacional, a Organização Internacional do Café, com o Acordo Internacional do Café, e a nível nacional, o IBC. Com esses órgãos tomando a decisão por eles, o resultado não poderia ser outro, o acomodamento dos produtores. A desestruturação deste esquema de proteção, nacional e internacional, teve como consequência o aparecimento de um vazio de poder no Complexo Cafeeiro. A cafeicultura ficou sem lideranças no País e sem estrutura de aporte no Exterior (entrevista, Landi, 1993).

Antes do rompimento de AIC e da extinção do IBC, o setor cafeeiro tinha um sistema de comercialização que podia ser considerado como altamente intervencionista, sendo praticamente controlado pelo governo. Além disso, pode-se constatar que era um sistema completamente ultrapassado, desde que foi instituído no País. O Estado intervinha sistematicamente defendendo os interesses do segmento que fosse politicamente hegemônico num determinado momento. Se observarmos a política desenvolvida pelo IBC, enquanto estava em vigor o Acordo Internacional do Café, pôde-se constatar que no momento em que o segmento dos produtores assumia o controle deste órgão, elaborava-se uma série de medidas que facilitavam as coisas para os seus componentes. Isso também se aplicava aos exportadores, quando eles assumiam o controle da política cafeeira no país. Havia, portanto, períodos em **que** se usava o poder monárquico do IBC, porque seu estatuto remontava à época em que o café respondia por cerca de 60 a 70% das divisas geradas pelas exportações brasileiras. Como o café era a principal fonte geradora de divisas, sendo seu principal produto de troca comercial no mercado internacional, ele se subordinava diretamente ao responsável pelo Tesouro Nacional, que era o Ministro da Fazenda. Vale lembrar que a cafeicultura nunca pertenceu ao Ministério da Agricultura, pois era vista como uma verdadeira “especiaria” do país no mercado mundial. Sua importância podia ser medida pela destinação de suas receitas, utilizadas para a compra de manufaturados e de bens de capital. Outro ponto negativo é que o estatuto da autarquia permitia que o poder se concentrasse violentamente nas mãos do seu presidente que, de um dia para o outro, podia abrir ou fechar registros de exportação, colocar ou tirar um ágio, um imposto ou uma taxa.¹⁴

No sistema de comercialização do café pontificavam os instrumentos usados de forma paternalista pelo Governo, como os preços de garantia, créditos para financiamento da atividade e outras “benesses”. Um exemplo a ser citado é o caso da cidade de Capelinha no Vale do

¹⁴ Entrevista realizada em Belo Horizonte, janeiro de 1994, com Giovani Péres, Jornalista do Estado de Minas.

Jequitinhonha.

“Até 1975, este era um município que não tinha um pé sequer de café. Numa tentativa de se desenvolver a região, imaginou-se que a cafeicultura poderia levar riquezas para lá. Neste caso, financiou-se o plantio de café em larga escala a preços módicos, mas com poucos critérios. Qualquer grupo que se habilitasse a entrar no processo era prontamente aceito. Portanto, nesta época conseguia-se dinheiro “barato” para plantar café e depois arranjava-se quem comprasse o que fosse produzido, isto é, o IBC comprava tudo que se produzia, através da política do preço mínimo. Se os produtores estivessem no poder conseguiriam um preço de garantia tão alto que inevitavelmente seu lucro já estava assegurado. Se o mercado externo estivesse ruim, o governo não vendia o café, estocando-o. Portanto, era um processo bastante questionável, altamente subsidiado, com pouco risco. A pior consequência desse modelo foi criar uma tradição de não se preocupar com qualidade e produtividade. O que o cafeicultor produzisse, o IBC comprava e, além disso, havia uma cota destinada ao Brasil de forma permanente feita na OIC. Assim, qualquer tipo de café que fosse mandado para o Exterior era aceito. Um modelo feito sob medida para quem não se dispunha a investir na atividade, em termos financeiros, gerenciais e em capital humano, sendo bastante apropriado para os “barões do café” que tinham a garantia deste sistema. No entanto, esse sistema foi se esgotando ao longo dos últimos anos, por dois motivos. Em primeiro lugar, pela própria falência do Estado brasileiro, não só em termos de recursos financeiros, mas sua falência gerencial e política. E em segundo pela mudança ocorrida no panorama internacional com o fim da Guerra Fria, e a vitória dos EUA, país que não tinha mais a preocupação de a América Latina ser dominada pela ideologia comunista” (entrevista, Péres, 1994).

Outro argumento levantado por esse grupo diz respeito à situação de apatia em que se encontrava o IBC, quando da época de sua extinção. Embora a cafeicultura estivesse passando por uma grave crise, e esta já vinha persistindo há muito tempo, tendo inclusive se agravado com seu fechamento, asseguram que este fato não alterou muita coisa, uma vez que os diversos departamentos do IBC já estavam praticamente desativados. Já não funcionavam a contento, nem o Departamento de Assistência Técnica, nem o Departamento de Pesquisas, por exemplo. Enfim, já não havia nenhum incentivo, que se originasse do IBC, para incrementar e melhorar a produção cafeeira no Brasil, e isto se refletia nos baixos índices de produtividade do café. Portanto, sua extinção, pura e simples, não acarretou maiores danos à cafeicultura.

3.3 Os adeptos da “Estadualização” da intervenção na cafeicultura

A criação do IBC, em 1952, obedeceu a uma estratégia (ou modelo) de intervenção estatal feita de forma setorial e centralizada ao nível federal. Tinha como uma de suas principais funções fomentar o segmento produtivo, além de exercer a função de barganha no mercado internacional, atuando de forma ativa na formulação das políticas a nível internacional.

Ao ser extinto, a cafeicultura nacional deixou de ter um órgão centralizador das decisões e cessou a influência de um poder mediador nas questões internacionais. Sem pontos de apoio a nível federal, os cafeicultores passaram a pressionar o Governo Estadual no sentido de

que este interviesse junto ao Governo Federal para a realização de seus interesses. Ou seja, não existe mais um porta voz político, função que era exercida pelo IBC.

Podemos então considerar que as pessoas componentes dessa última corrente defendem medidas como, por exemplo, a estadualização, e até mesmo a municipalização e privatização de tarefas antes desempenhadas por entidades como o IBC. Assim, permitem que as tomadas de decisões sejam agilizadas através de órgãos estaduais e municipais ligados à agricultura, cooperativas, associações de produtores, sindicatos, etc.

Embora reconhecessem que o fechamento do IBC era um fato inevitável, para eles a pior conseqüência da sua extinção foi a ausência de uma política cafeeira. Se alguma medida foi tomada, esta foi decorrência apenas da vontade própria de alguma pessoa ou órgão do Governo. O que acontecia era que a cada momento uma pessoa ou algum organismo se encarregava disso, não havendo continuidade nem condições políticas para gerir uma política global para a cafeicultura. Até o patrimônio do IBC, construído pelos cafeicultores, de um modo geral, começou a ser alvo de disputas pessoais, com pessoas procurando apossar-se dele para proveito próprio. Nos últimos tempos, as mudanças constantes de ministros tornaram caóticas as atividades cafeeiras, pois ninguém conseguia identificar com precisão quem era quem, ou melhor, não se sabia quais eram as pessoas responsáveis pelo setor cafeeiro. Esta dificuldade em termos de diálogo perdura até os dias de hoje (entrevista, Fabri, 1993).

TABELA 2.2
EVOLUÇÃO DA RENDA LÍQUIDA DOS PRODUTORES DE CAFÉ
BRASIL
1986-91

ANOS	PRODUÇÃO 1000/SC (1)	CUSTO PRODUÇÃO US\$/SC (2)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO US\$/SC (3)	RENDA LÍQUIDA US\$/SC
1986	13.800	105,18	220,63	115,45
1987	42.800	61,27	66,32	-5,05
1988	20.630	74,87	61,25	-13,62
1989	23.600	72,44	74,71	-2,27
1990	21.900	118,04	70,73	-47,31
1991	26.800	114,64	52,21	-62,41

Fonte: (1) IBC, 1986/89 e Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, 1990/91.

(2) COOPARAÍSO: produtividade média de 10 sacas/ha, 1991 - IBGE.

(3) Associação Comercial de Santos.

Era, então, bastante difícil a situação do produtor no início dos anos noventa. Em apenas 6 meses, foi desmontado o aparato institucional, que bem ou mal, protegia os setores cafeeiros, ou no mínimo lutava para que as receitas provenientes da cafeicultura não atingissem

patamares críticos, podendo inviabilizar o prosseguimento das atividades dos diversos segmentos deste Complexo. O setor agrícola se viu às voltas com a sua própria sobrevivência, uma vez que os cafeicultores tiveram de arcar sozinhos com as despesas do armazenamento e tiveram de honrar seus compromissos financeiros, feitos anteriormente devido às necessidades de investimentos nas lavouras cafeeiras. Todos estes dispêndios financeiros tinham de 'ser feitos, apesar dos baixos preços oferecidos ao seu produto nesta época, cujos níveis foram os mais baixos já atingidos na cafeicultura. Além disso, já não contavam mais com a assistência técnica e os esforços de pesquisas que pudessem melhorar seu desempenho, com o aumento da produtividade, que iria refletir na melhoria de suas receitas. Conseqüentemente, o produtor se descapitalizou de 1987 para cá (veja Tabela 2.2).

Para reverter essa situação de penúria, as sugestões foram no sentido de se intensificar e melhorar os projetos de pesquisas e a assistência técnica. Tais tarefas poderiam ficar a cargo do Governo Federal com a colaboração dos órgãos estaduais e municipais de fomento das atividades agrícolas e das entidades que congregam os cafeicultores como cooperativas e associações. Outra sugestão seria a elaboração de políticas que pudessem elevar os níveis de preços, como a de retenção da oferta. Esta medida foi colocada em prática em 1993, sob a liderança do Brasil. Para viabilizar e facilitar sua implementação criou-se a Associação dos Países Produtores de Café (APPC), em setembro de 1993, durante a celebração do pacto de retenção da oferta mundial de café. Efetivamente, o Ministro do MICT, Andrade Vieira, propôs a criação de uma política de retenção do produto, por parte dos países produtores, com o objetivo de se equilibrar a demanda e a oferta. Tal medida foi concretizada e pôde-se ver que sua união ainda tinha forças para enfrentar as dificuldades do mercado, revertendo o processo de queda contínua de preço no mercado internacional.

Paulinelli sintetizou quais seriam as saídas para a cafeicultura brasileira, sem a interferência governamental, nos moldes em que era feita durante a existência do IBC.¹⁵

“Se o IBC iria ser fechado ou não, este não era o problema crucial a ser enfrentado naquele momento, uma vez que outros órgãos poderiam exercer suas funções, como a EMATER, por exemplo, que poderia atuar na prestação de assistência técnica ou mesmo as cooperativas que poderiam desempenhar a contento tais tarefas. Na realidade o que não poderiam ser extintos foram os instrumentos de política cafeeira” (entrevista, Paulinelli, 1993).

Segundo ele, um dos maiores problemas do fechamento do IBC foi a questão do

¹⁵ Entrevista realizada em Belo Horizonte, setembro de 1993, com Alisson Paulinelli, Secretário de Estado da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais.

FUNCAFÉ,¹⁶ cujos recursos ficaram esterelizados no Banco Central. Levanta, no entanto, a hipótese de que tenham sido utilizados para girar o déficit público do governo. Estima-se o volume deste fundo em torno de 1 bilhão de dólares. Os créditos originários deste Fundo foram suspensos, ficando os produtores sem suas fontes normais de financiamento para levar a frente suas atividades agrícolas. Sem este tipo de cobertura, restou como última alternativa aos produtores, financiarem suas lavouras através do mercado financeiro. Em Minas Gerais, com a falta de crédito rural, os produtores tiveram de recorrer aos bancos e financeiras privadas, essa atitude contribuindo para que grande parcela deles passassem por momentos de penúria, isto porque as exigências e garantias desses “emprestadores” de dinheiro eram muito rígidas, sendo bastante elevados os juros cobrados pelos empréstimos. Muitos dos cafeicultores não conseguiram honrar seus compromissos e se viram na contingência ou de abandonar a atividade ou de penhorar parte de seus patrimônios. Portanto, esta situação penosa ocorreu em função desse desajuste em relação à falta do crédito, ao mesmo tempo que o dinheiro do produtor, isto é, os recursos do FUNCAFÉ, ficavam retidos no Banco Central.

Mas, o grande prejuízo sofrido pela cafeicultura com a extinção do IBC foi o fato de acabarem também com os instrumentos de política cafeeira que davam suporte a ela. A legislação que regulamentava todos estes mecanismos foi deixada de lado e não se teve a preocupação de colocar alguma outra lei ou um mecanismo que pudesse substituí-la. Os estudiosos do setor agrícola concordam que para ele alcançar a plenitude de seu desenvolvimento, deverá dispor de quatro itens, ou sejam, o crédito, com as premissas de que seja adequado, suficiente e oportuno; o preço mínimo ou preço de garantia, no caso do café; o seguro, que no Brasil é até hoje um instrumento de política agrícola que ainda não se conseguiu implantar convenientemente; e a regra da comercialização, que sempre se configurou como o “Calcanhar de Aquiles” do setor da produção agrícola. Em outras palavras, na história da agricultura brasileira, este segmento sempre foi monopolizado pelos agentes da intermediação, que acabam tendo margens de lucros bem acima daquelas auferidas pelos produtores. Portanto, além do preço de garantia, que é extinto, cessou também a intervenção no mercado cafeeiro, até então feita pelo IBC (entrevista, Paulinelli, 1993).

Com a desestruturação do mercado cafeeiro, alguns setores se beneficiaram do caos

¹⁶ “O FUNCAFÉ foi criado pelo Governo através do Decreto-Lei número 2.295 de 21/11/1986, para dentre outros fins, assegurar a estabilidade da renda dos cafeicultores e da cafeicultura que, para sua manutenção, lançou mão de mecanismos que possibilitaram reter na comercialização do café, recursos da ordem de mais de US\$ 370 milhões e um estoque de 9.735.621 sacas de café.” (cafeicultura brasileira..., 1992, p. 25).

que se estabeleceu com a retirada do governo. Dentre estes beneficiários podemos citar os compradores internacionais. De uma hora para outra, estes se conscientizaram de que tinham à sua disposição uma oferta significativa de café a preços baixos. Isso porque todos os mecanismos de defesa dos preços elaborados pelos responsáveis pela economia cafeeira do país já não existiam mais, e as regras de comercialização também não eram seguidas pelo setor de produção **que** não contava mais com a orientação técnica de nenhum órgão público ou privado. As próprias cooperativas e associações de produtores neste primeiro momento não conseguiram reagir imediatamente à saída do governo da cafeicultura e o resultado foi a sujeição às imposições impostas pelos importadores de nosso produto. O resultado óbvio disto tudo foi que o comando do processo de comercialização do café passou a ser exercido pelos compradores, que o adquirem pelo preço estipulado por eles, pois não existe mais nenhum sistema de proteção aos nossos cafeicultores. Era inadmissível que o país “abrisse” mão de um produto como o café, tão importante para a economia brasileira e, principalmente, para a mineira, deixando-o ao relento, enquanto no Canadá e Estados Unidos existe toda uma legislação que protege a produção de trigo e os seus produtores. A cafeicultura sofreu então sua pior crise ao se iniciar a década de noventa, e ainda hoje todos os segmentos cafeeiros estão tentando recuperar o tempo perdido, devido aos inúmeros equívocos que se abateram sobre ela (entrevista, Paulinelli, 1993).

A ausência dos instrumentos da política cafeeira agrícola manejados pelo IBC fez com que o Brasil fosse prejudicado no mercado internacional. Foi a atuação do Brasil que derrubou o preço internacional do café, isto é, fomos nós os causadores desse período tão longo de preços aviltados. Se tivéssemos o mínimo de instrumentos de defesa da cafeicultura ou se pelo menos manifestássemos algum tipo de posição perante o mercado mundial, o Brasil conseguiria sustentar este preço. A situação da cafeicultura era, então, a pior possível, tanto a nível internacional quanto a nível nacional. O último Acordo Internacional do Café estava rompido já há algum tempo, e internamente **já** não existiam mecanismos de proteção das atividades cafeeiras. Mesmo um pouco antes de ser rompido, o AIC já não funcionava adequadamente porque suas cláusulas não estavam sendo obedecidas pelos seus membros. As prorrogações não estavam sendo respeitadas, nem o teto mínimo e nem as cotas estabelecidas nos seus estatutos. A falta do Acordo fragilizou ainda mais **os** países produtores como um todo, e isto pode ser debitado à falta de uma posição de **defesa** da cafeicultura por parte do governo brasileiro. Apesar de ter perdido parcelas do mercado para outros concorrentes mais agressivos como a Colômbia, o volume do café brasileiro ainda tinha peso significativo no total da oferta mundial, posi-

cionando-se como primeiro exportador mundial. No entanto, o País não soube usar adequadamente essa sua posição de ponta no mercado internacional, quando se rompeu o Acordo, com o objetivo de se equilibrar esta oferta. O que se viu foi o café atingir um dos seus níveis mais baixos de preço no início dos anos noventa. A causa foi, certamente, a falta de um instrumento de intervenção na economia cafeeira por parte das autoridades governamentais brasileiras. Mesmo com a perda de posição relativa no mercado mundial, a liderança brasileira no comércio deste produto era incontestável. Aliado a isto, a política cafeeira brasileira tinha credibilidade perante os outros países produtores, sendo a omissão brasileira fatal para que se agravasse a crise da cafeicultura nesses anos mais recentes (entrevista, Paulinelli, 1993).

A questão primordial que se coloca é, portanto, a ausência da intervenção governamental no Complexo Cafeeiro. Enquanto o Governo Federal não tiver uma política cafeeira, seu mercado irá continuar deprimido. Para Paulinelli, é fundamental que se tenham instrumentos de intervenção no mercado para que haja uma recuperação na comercialização do café. E esta iniciativa do Governo tinha de ser tomada, devido à situação de inadimplência da cafeicultura brasileira. É necessário o restabelecimento dos instrumentos básicos e essenciais ao desenvolvimento da agricultura que são: o crédito, o preço de garantia, o seguro e a regra da comercialização. Na agricultura, nenhum país conseguiu conquistar e manter mercados sem esses instrumentos, inclusive os países desenvolvidos que, sistematicamente, vêm fazendo intervenções em seus mercados agrícolas, através do uso de tarifas e subsídios. Mesmo os Estados Unidos, considerados o mercado mais liberal do mundo, adeptos do não intervencionismo na economia, possuem diversos mecanismos de proteção aos seus produtores, e isso não quer dizer que ele não seja uma economia moderna. O que deve ser feito é uma agilização na reconstrução desses instrumentos, do contrário não serão solucionados os problemas da cafeicultura. A nível estadual, não se tem condições de formular políticas porque o Estado não possui autonomia, não tendo o poder de intervenção. A legislação fiscal não permite que se faça isso. No entanto, algumas das funções do antigo IBC podem muito bem serem estadualizadas e mesmo, municipalizadas e privatizadas, como a assistência técnica, o desenvolvimento de pesquisas e a infra-estrutura de armazenagem.

A extinção pura e simples deste órgão não deveria ter ocorrido, uma vez que a saída mais lógica seria sua reformulação. A polêmica existente entre os estudiosos do setor agrícola nacional sobre a intervenção governamental no mercado de alguns produtos, muitas vezes não tem razão de ser. No caso específico do café, alegam que esta tutela se deu porque as condições sócio-econômicas do país eram outras e ele foi um importante produto para o desenvol-

vimento nacional. Pode-se creditar ao café parcela considerável do esforço de industrialização sofrido pelo país, isto porque a cafeicultura financiou, em um primeiro momento, todo o esforço empreendido no processo de industrialização com base na substituição de importações. Justifica-se assim a proteção governamental a alguns produtos.

No entanto, os defensores da não intervenção governamental na agricultura alegam que produtos que ficam à mercê das forças livres de mercado, no final, acabam tendo mais sucesso comercial do que aqueles que são protegidos. A comparação mais usual, em geral, é feita entre as culturas do café e da soja. Como se sabe, esta última não tem nenhum órgão por trás dela controlando suas atividades. Entretanto, as suas exportações há muito tempo sobrepujaram as do café, em termos de geração de divisas para o país. Portanto, o sucesso do Complexo da soja não depende de qualquer entidade pública no gerenciamento de suas atividades, a nível interno ou externo, o que não é o caso do café, que sempre teve na sua retaguarda o IBC, com seus instrumentos de intervenção no mercado cafeeiro.

Mas, vale lembrar que os produtores rurais americanos são altamente subsidiados pelo setor público, podendo-se tomar como exemplo o caso da soja, embora outros produtos também se beneficiem do protecionismo governamental, como o suco de laranja. Com respeito a este último, o Brasil foi acusado de subsidiar suas exportações, em retaliação o governo americano aplicou sanções às suas importações, sobretaxando-o, protegendo dessa forma o produto doméstico. Esta proteção aos produtos agrícolas também é realizada pelos países europeus e pelo governo japonês. Este tipo de proteção acaba prejudicando os países do Terceiro Mundo, pois suas receitas são provenientes, em grande parte, das exportações agrícolas. Mas, com as resoluções finais da Rodada do Uruguai sobre os acordos de tarifas do **GATT**, onde deverão ser diminuídas as barreiras tarifárias e não tarifárias do mercado internacional, estas deverão beneficiar os países mais pobres e o Brasil, certamente, estará incluído neste grupo.¹⁷

A proteção ao café, com medidas que salvaguardem o seu mercado e o nível dos seus preços, é uma iniciativa que tem de ser feita pelos países produtores. O mercado cafeeiro mundial tem como grandes compradores e consumidores de café os países desenvolvidos, destacando-se os Estados Unidos e a Alemanha. Embora sejam apenas consumidores, seu poder de barganha é, muitas vezes, muito mais forte do que dos países produtores, e usam dessa condição de força para impor o preço de aquisição do produto. Sua estratégia é, então, adquirir o produto pelo preço mais baixo possível. Para contrabalançar esse poder, os países produ-

¹⁷ Entrevista realizada em Varginha, setembro de 1993, com agrônomos do PROCAFÊ.

tores terão que, necessariamente, fazer a defesa do café, e nesse caso deverão lutar por melhores preços de venda de seu produto. A comercialização do café é altamente cartelizada na importação, haja vista que apenas 7 firmas dominam perto de 80% do mercado mundial. Nesse caso, a lei do mercado, pura e simplesmente, funciona para o lado mais forte, necessitando-se de um organismo dos países produtores para contrabalançar esse quase monopólio desses poderosos grupos **importadores**.¹⁸

As sugestões desse grupo seriam: o segmento da comercialização deveria ser centralizado em um órgão, cujas funções básicas seriam apenas legislar e coordenar as ações de compra e venda entre os produtores e os compradores; a parte executiva de armazenamento ficaria com a iniciativa privada; e a assistência técnica e as pesquisas deveriam ser funções desempenhadas pelos governos estaduais, prefeituras municipais e/ou cooperativas e associações de produtores. Deve-se, finalmente, lamentar a atual situação das pesquisas cafeeiras. Esta decadência se iniciou em 1988, quando começa o processo de desmantelamento do IBC, e perdura até os dias de hoje. Para agravar essa situação a cafeicultura sempre foi uma atividade agrícola que nunca pertenceu ou nunca se subordinou ao Ministério da Agricultura, e finda a existência do IBC, não havia mais nenhum órgão público que se interessasse pelo café. Pode-se contrargumentar que o café sempre se subordinou ao Ministério da Indústria e do Comércio. Mas as suas interferências na cafeicultura atuais, somente se restringiam à comercialização do produto. Portanto, com o fechamento do IBC o setor mais prejudicado foi, sem dúvida nenhuma, o setor da produção. Comparativamente à Colômbia, o Brasil perdeu, e vem perdendo, muito em termos de avanço de pesquisas na área do café.

Viu-se assim que essas três correntes de pensamento, apesar de algumas diferenças, não diferem profundamente. Ao mesmo tempo que alguns integrantes destas correntes apoiaram o fechamento do IBC, reivindicam a existência de um órgão que utilize um mínimo de instrumentos intervencionistas nas atividades cafeeiras. Do outro lado, aquelas correntes defensoras de uma intervenção mais aguda do governo, reafirmaram que a extinção do IBC era um fato inevitável, uma vez que já tinha cumprido suas funções e não tinha mais fôlego para seguir adiante com sua política cafeeira. No geral, todos concordam que a reformulação do IBC seria uma medida mais acertada do que a sua extinção, porque a desestruturação do mercado cafeeiro foi muito prejudicial ao País. Portanto, também concordam que deveria haver, pelo menos, um mínimo de intervenção governamental nas atividades cafeeiras. Isto se justifica

¹⁸ **Entrevista** realizada em Guaxupé, agosto de 1993, com Celso Ferraz Araújo, Assessor da COOXUPÉ.

devido às peculiaridades da atividade cafeeira, como por exemplo, o fato de ser uma cultura produzida apenas por países pobres, do Terceiro Mundo.

Podemos, então, concluir que, com a extinção do IBC a cafeicultura ficou órfã, pois estava “acostumada” a ter um órgão gestor, que se responsabilizava por orientar todos os *passos* dos seus diversos segmentos. Portanto, com a liberação dos preços no mercado internacional, o equilíbrio de forças foi modificado substancialmente. Mas, a ausência de uma política do café foi um desastre para o Brasil e o ajuste mundial da produção de café foi um preço muito alto pago pelo País. O setor ficou desestruturado e parte das exportações brasileiras foram suspensas devido à desorganização então reinante no Complexo Cafeeiro, sem a proteção e orientação governamental. Aproveitando-se desse vácuo na oferta mundial do produto, os países produtores concorrentes preencheram a cota destinada ao Brasil, acarretando sérios prejuízos à atividade cafeeira nacional.

Além disso, o setor produtor agrícola ficou sem diálogo com o governo, sem um interlocutor e um plano efetivo que norteasse a produção cafeeira. E disso se aproveitaram as multinacionais, que nos últimos anos, manipularam de tal forma o mercado internacional de café, que seu preço praticamente caiu pela metade. Este passou de 130,07 dólares a saca em 1988, para 74,55 dólares em 1991 (veja Tabela 1.13).

Este preço situou-se bem abaixo dos custos de produção, que em 1991, dependendo dos níveis de produtividade, variaram de 114,62 dólares a saca, quando a produtividade era de 10 sacas/hectare, US\$ 85,21/saca com produtividade de 20 sacas/hectare, e com um rendimento de 30 sacas/hectare os custos de produção de se produzir uma saca de café ficaram mais baixos, em torno de US\$ 70,94 (veja Tabela 2.3). Pode-se concluir que estes custos de produção praticamente inviabilizariam a produção cafeeira, porque grande parte dos cafeicultores não conseguem alcançar produtividade acima das 10 sacas por hectare.

Tendo em vista o debate, acreditamos que a abrupta extinção do IBC, sem a transposição de algumas de suas funções essenciais para outros órgãos (federais, estaduais ou municipais), trouxe problemas para um setor que não apresentava ainda segmento privado bem organizado e integrado. Necessita-se no Brasil, de um órgão público ou privado que coordene a política cafeeira, pois o café é um produto cujas negociações externas de comercialização são muito delicadas, sendo diferente dos outros produtos agrícolas. Nestes a competição a nível de comprador é muito grande, fato que não acontece no mercado internacional do café, onde o mercado comprador internacional é extremamente concentrado.

4 O espólio do IBC e a reestruturação institucional

Logo após a extinção do IBC, em março de 1990, procurou-se distribuir seus departamentos entre aqueles ministérios relacionados à cafeicultura.

O pessoal técnico ficou subordinado ao Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, que através do Programa do PROCAFÉ tinha como um dos seus objetivos a elaboração de uma política de produção junto à Confederação Nacional da Agricultura. Muitos desses técnicos também foram absorvidos por cooperativas e associações de produtores.

TABELA 2.3
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE CAFÉ
1991 - US\$/SACA

MÊS	PRODUTIVIDADE SACA BENEFICIADA POR HECTARE		
	10 SACAS/HECTARE	20 SACAS/HECTARE	30 SACAS/HECTARE
J A N	97,90	72,99	61,07
FEV	114,48	85,01	71,38
MAR	115,83	86,17	72,45
ABR	125,93	92,89	77,83
MAIO	127,81	93,83	78,34
JUN	115,61	84,54	70,46
JUL	130,49	95,32	79,54
AGO	135,66	99,38	83,01
SET.	104,83	78,89	64,74
OUT.	108,40	81,94	67,54
NOV.	102,42	78,09	64,14
DEZ	96,05	73,52	60,81
MÉDIA	114,62	85,21	70,94

Fonte: COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, Departamento Técnico, 1992.

O FUNCAFÉ, a administração dos armazéns e os estoques do governo (cerca de 17 milhões de sacas de café), ficaram sob a jurisdição do Ministério da Economia, e o patrimônio, como prédios, galpões, armazéns etc., com a Secretaria de Administração Federal (SAF). O Itamarati continuou a desempenhar o seu papel de coordenador da política externa da cafeicultura brasileira (tarefa que era exercida conjuntamente com o IBC).

Houve ainda uma total desativação do Sistema de Controle e Estatística, notadamente as “previsões de safra”, ocorrendo também uma descontinuidade dos investimentos em pesquisa, sendo inclusive desativadas as fazendas experimentais de café.

Esta distribuição modifica-se no Governo de Itamar Franco. Com a recriação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, este passou a administrar os armazéns, o FUNCAFÉ e os estoques do Governo, substituindo o Ministério da Economia, que foi nova-

mente desmembrado em Fazenda e Planejamento. Para gerir todo esse espólio foi criado dentro do MICT, o Departamento Nacional do Café (DENAC), que recebeu a função de assessorar o Governo, sendo um órgão bastante similar ao extinto IBC, embora sua estrutura fosse mais simples e enxuta.

Outras entidades de caráter público responsáveis pela atividade cafeeira, a nível estadual, são as Empresas de Pesquisas Agropecuárias, subordinadas às Secretarias Estaduais de Agricultura (no caso de Minas Gerais podemos citar a EMATER e a EPAMIG).

Ao lado destas entidades públicas, temos também as entidades civis envolvidas com a cafeicultura depois do fechamento do IBC, que são: o Conselho Nacional do Café e a Codeção Nacional da Agricultura, lastreada nas Federações de Agricultura e nas Organizações Estaduais de Cooperativas.

Embora não tenha a força **que** tinha o IBC, devido às suas limitações, o DENAC tem como função administrar esse espólio, funcionando como um elo de ligação entre o governo e o setor cafeeiro. Mas persiste a preocupação desses órgãos serem gerenciados por pessoas alheias à atividade cafeeira, que não se interessem pela cafeicultura.

No curto prazo, a implantação do DENAC pouco alterou a sensação da ausência de poder e decisão, mesmo que se tenha substituído uma estrutura pesada por uma mais leve e enxuta (entrevista, Fabri, 1993).

Finalmente, existe uma polêmica envolvendo a administração do FUNCAFÉ. Enquanto alguns defendem a criação de uma entidade do setor privado para administrá-lo, evitando-se as ingerências políticas, outros acreditam que um órgão público, criado nos moldes do IBC, seria suficiente para geri-lo, sem que o fator político interferisse na sua gestão.

Existe, no entanto, um consenso de que é fundamental a criação de um órgão, público ou não, que exerça algumas das funções do antigo IBC. Isto porque ele seria o contraponto para todo comércio de café existente nos outros países produtores, que estão, de uma maneira ou de outra sob a tutela de alguma instituição local pública, na maioria das vezes. Por exemplo, na Colômbia o instituto que cuida do setor cafeeiro é privado, muito embora o governo colombiano interfira fortemente neste órgão.

A parceria, no entanto, entre setor privado e público, parece trazer os benefícios dos interesses e dinâmicas dos cafeicultores, organizados coletivamente pelo Estado em situações de crise e dificuldades.

Em Minas Gerais, estão sendo desenvolvidos esforços para recompor a infra-estrutura de apoio ao café. Na área de produção, foi lançado um programa de qualidade total de *café*.

Além disto o Conselho Nacional do Café (CNC) vem sendo recentemente reestruturado juntamente com o Comitê Brasileiro do Café. Este é o primeiro passo da convergência da iniciativa privada com o governo federal que pode render bons dividendos para produtores e comerciantes, além de promover expansão de receitas para o país através de exportações mais competitivas.

5 Conclusões

Desde princípios do século XX, o Governo Federal intervém diretamente na atividade cafeeira. Desde então foram criados e extintos diversos órgãos, que objetivavam o ordenamento do mercado, visando beneficiar os produtores através da busca de soluções dos desequilíbrios estruturais entre produção e consumo. Muitas vezes ocorriam embates entre grupos de produtores e exportadores que, dependendo do seu poder político, tinham condições de criar e extinguir esses órgãos públicos dedicados a gerenciar a atividade cafeeira. Os principais objetivos destes órgãos eram a valorização do café, a regulamentação do processo de comercialização e a promoção da elevação do consumo. Em meados dos anos vinte, as oligarquias cafeeiras paulistas assumiram a direção do Instituto de Defesa Permanente do Café. Esse órgão, na década de trinta, no entanto, é substituído pelo Conselho Nacional do Café, que preconizava, ao lado daquelas ações já tradicionalmente desempenhadas por estas autarquias, a eliminação dos excessos de produção e a conquista de novos mercados. Este Conselho foi substituído pelo Departamento Nacional do Café que, entre outras atribuições, responsabilizava-se pela arrecadação de taxas, visando a compra do excedente com o objetivo de equilibrar o mercado e de amortizar dívidas externas contraídas anteriormente.

Este último órgão é substituído em 1952 pelo IBC que, além das atribuições do antigo, passava a ter poderes mais amplos, isto é, tinha como base de ação gerenciar e executar a política cafeeira. Destacamos que ele foi criado justamente na época em que é incrementado o processo de industrialização do país, onde o Complexo Cafeeiro vai sendo deslocado como centro dinâmico da economia pelo setor industrial. Algumas inovações inerentes à sua atuação podem ser contabilizadas como a criação de departamentos de assistência técnica e de pesquisas e o incentivo para que o café se localizasse em novas zonas produtoras mais aptas para o seu cultivo, além de incentivar a elevação do consumo, a luta para a obtenção de preços mais justos para o café e a conquista de novos mercados. Constatamos também que ele vai adquirindo um caráter mais político e isto vai ser um das justificativas para que diversos setores liga-

dos à cafeicultura defendessem veementemente sua extinção o que vai acabar ocorrendo em 1990.

A polêmica sobre a intervenção governamental nas atividades da cafeicultura brasileira foi ponto central do debate sobre o papel do Estado, na década de oitenta. Tanto produtores quanto exportadores reivindicavam que o governo se afastasse, ou pelo diminuísse suas ações intervencionistas. Um dos principais pontos dizia respeito ao confisco cambial, que todos consideravam ser muito elevado. Essa discussão perdurou por todos esses anos e o confisco somente foi extinto quando se fechou o IBC em 1990. Portanto, foi a partir da queda do confisco que os vários segmentos da cafeicultura questionaram a validade da intervenção pública na comercialização do café.

Constatamos, também que havia diversos problemas na política do IBC, que estavam afetando negativamente nossa posição no mercado mundial. Um deles dizia respeito à política de maximização de receitas cambiais, levada a cabo unilateralmente pelo Brasil, sem que os outros produtores dela participassem (embora fossem seus beneficiários). Esta consistia na retenção de parte de nossa produção, levando a um não preenchimento deliberado da quota. Os concorrentes aproveitavam-se dessa lacuna na oferta mundial, completando-a através do aumento do volume de café exportado por eles.

A política do IBC mostrava-se inadequada aos interesses dos produtores, especialmente dos que cada vez mais se integravam ao processo muito mais elaborado do produto. Os exportadores organizavam-se melhor em cooperativas e *tradings*. Além disso o Itamarati desempenhava bastante bem as relações com os compradores externos. De certa forma, porém, pode-se concluir das entrevistas como um todo, que o adequado é uma intervenção moderada do Estado no Complexo Cafeeiro, onde a estrutura de suporte seja de pequena monta, ágil e enxuta.

A reestruturação institucional de alguns órgãos, seções, departamentos e pessoal técnico do IBC, mais a criação de órgãos como o DENAC, por exemplo, e a atuação influente do MICT (ao lado de entidades privadas como a FEBEC, cooperativas e associações), mostram que a privatização *tout-court* do IBC na verdade não se deu. Caminhamos, embora num processo *learning-by-doing*, para a institucionalização da regulação do Estado no setor, sem to-
lher o dinamismo próprio do mercado, mas, como em todo país civilizado, orientando as grandes tendências da produção, no que diz respeito à agilização da informação sobre preços e mercados, e agindo em parceria com as cooperativas e as associações.

CAPÍTULO 3

O COMPLEXO CAFEIEIRO: CARACTERIZAÇÃO, INTERAÇÃO DOS SEUS SEGMENTOS E AÇÃO GOVERNAMENTAL

1 Introdução

Vamos caracterizar neste capítulo o Complexo Cafeeiro, procurando definir, em primeiro lugar, quais são os principais agentes na cadeia de comercialização do produto. Vamos estabelecer, portanto, as relações “prá frente” e “prá trás” de cada um deles com os outros agentes da rede de intermediação.

Caracterizaremos também outros segmentos componentes do Complexo ligados à produção, isto é, o setor agrícola, com ênfase nos produtores isolados e cooperativados, o setor agroindustrial com os sub-setores da torrefação e moagem e do café solúvel. Ênfase será dada à análise do setor torrefador. Esta se justifica pela simples razão de que após a extinção do IBC, este foi o segmento que mais sofreu transformações. Sempre foi um setor rigidamente controlado pelo governo e seu raio de ação era somente o mercado interno, sendo vedado a ele qualquer tentativa de ampliar seus negócios a nível internacional. Após a liberalização do mercado tomou iniciativas, não só para ampliar o mercado consumidor interno, mas vem buscando estratégias para ampliar sua participação nas transações no mercado internacional. Tem aumentado significativamente seu dinamismo dentre os segmentos ligados à produção. E por último temos o segmento exportador, isto é, o setor da comercialização.

No terceiro item, demonstraremos como modificou o comportamento destes ramos da cafeicultura brasileira na procura de melhores condições de lucratividade. A redução da intervenção do Estado trouxe novo papel para o setor produtor agrícola (mais organizado), o setor torrefador (mais concentrado) e o setor exportador (também mais concentrado).

Finalmente, no quarto item focalizaremos os conflitos de interesses dos segmentos componentes do Complexo Cafeeiro.

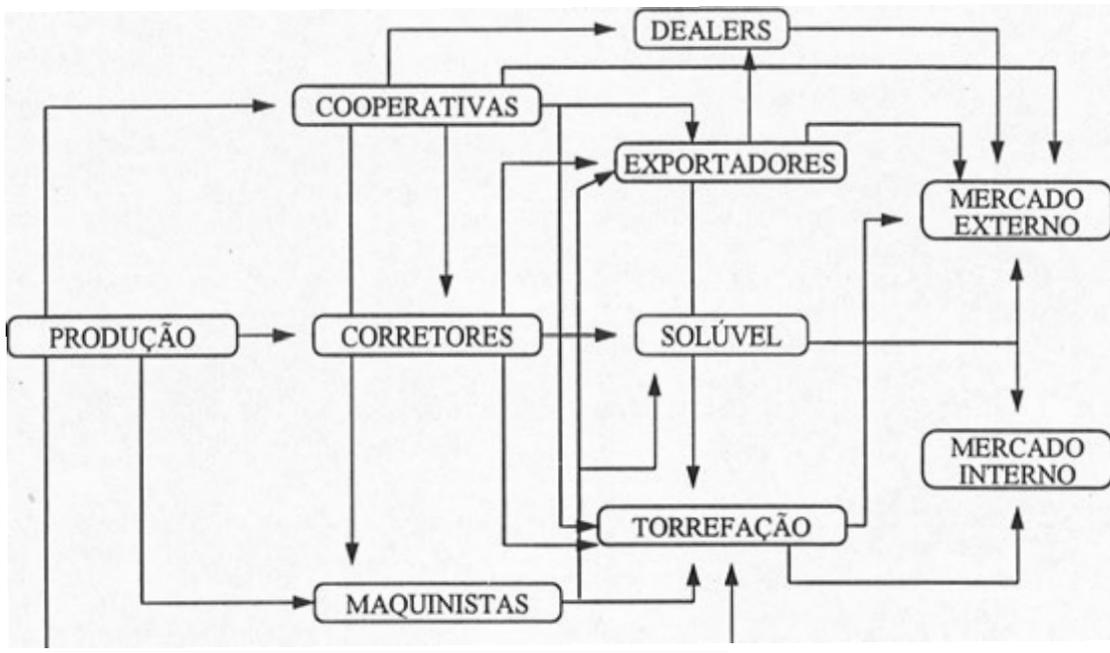
2 Caracterização do complexo cafeeiro

2.1 Os agentes e a cadeia de comercialização do café

Na rede de comercialização do café, lugar por excelência da dinâmica do Complexo,

os principais agentes do fluxo de comercialização (vendedores e compradores) são: maquinistas, corretores, *dealers*, cooperativas e associações de produtores (no caso específico do cerrado, onde substituem o papel desempenhado pelas cooperativas), firmas exportadoras e torrefadores e industriais do solúvel. Quanto às aquisições governamentais estas já não ocorrem na atualidade¹ (veja Fluxograma 3.1).

FLUXOGRAMA 3.1
COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ



Fonte: RGRA

2.1.1 Maquinistas

Os maquinistas, aparentemente processadores, são na verdade agentes intermediários que atuam com mais freqüência no Paraná. São proprietários de unidades industriais artesanais compostas de máquinas de beneficiamento, que adquirem o café dos produtores ou cooperativas, transformando-o em café em grão e repassando-o para os exportadores e torrefadores. São unidades industriais de pequeno porte e carecem de inovações técnicas, sendo instalações bastante precárias e de baixo custo de investimento. São unidades da indústria rural e se localizam perto das zonas produtoras. Este fluxo de comercialização não é mais tão significativo quanto antigamente. Podemos assegurar que é um agente em extinção. Com o advento do PRRC o sistema cooperativo tomou para si a função de fazer o primeiro beneficiamento do café.

¹ Uma exceção ocorreu em meados de 1993, quando o Governo adquiriu determinado volume de café como parte de seu trato com os outros países produtores em reter até 20% da oferta mundial.

2.1.2 Corretores

Os corretores, que podem ser locais ou não, atuam de forma independente ou então são contratados por firmas exportadoras e unidades torrefadoras. Sua contrapartida internacional são os dealers, que representam as grandes firmas importadora internacionais, isto é, são corretores das grandes empresas multinacionais torrefadoras. O fluxo se dá da seguinte forma: adquirem o produto dos cafeicultores ou das cooperativas, repassando-o para a indústria da torrefação, do solúvel, para os exportadores ou importadores localizados nos grandes países consumidores.

A atuação dos corretores é pautada pela compra da produção a preços mais baixos, aproveitando-se das dificuldades enfrentadas pelos produtores. Existem alguns produtores que se vêem na obrigação de desfazerem de suas safras rapidamente, em especial, aqueles de pequeno porte, devido a compromissos assumidos anteriormente, como empréstimos e financiamentos. Nesse caso, têm de vender a produção principalmente para corretores locais. Estes, como são *free lancers*, gravitam por toda a região produtora comprando pequenas quantidades de um amplo número de produtores. Após formar determinado montante, irão comercializá-lo com uma torrefadora ou firma exportadora.

Estes corretores também comercializam com cafeicultores de médio e grande porte, tomando-se o agente intermediário entre estes e os possíveis compradores. Nessa situação, coletam, em primeiro lugar, uma amostra do produto, mostrando-a para os eventuais compradores. Efetivando-se a transação comercial tentarão, de todas formas, barganhar preços mais baixos com os produtores, no intuito de elevar o seu ganho de corretagem.

Outra característica do corretor reside no fato de ser representante tanto de uma firma exportadora quanto de uma unidade de torrefação. As cooperativas e associações também têm sob contrato alguns corretores.

2.1.3 Dealers

Os dealers, pelas suas próprias características, são agentes mais capitalizados com escritórios fixos nos principais portos de embarque. Adquirem o produto de firmas exportadoras ou de cooperativas. No caso, são firmados contratos de compra das grandes firmas importadoras multinacionais com estes agentes nacionais.

2.1.4 Cooperativas

As cooperativas podem vender o produto de seus associados, através de seus próprios corretores ou comercializá-lo com as firmas exportadoras, vendendo também para o segmento torrefador, que pode ou não ter corretores próprios. Embora ainda não seja um **fluxo** significativo, estão sendo feitas tentativas de venda direta ao exterior. Este raciocínio também se aplica às associações, cujo sucesso de vendas diretas às grandes firmas importadoras internacionais já é uma realidade.

As cooperativas também são registradas como agentes exportadores, podendo exercer este papel, antes reservado apenas aos exportadores e aos intermediários. Certamente, irão esbarrar em inúmeras dificuldades, pois ainda carecem de experiência e de infra-estrutura para exercerem de forma adequada esse papel. Não exportam com mais frequência porque já existe no país uma infra-estrutura bem montada pelos agentes exportadores que se incumbem dessa tarefa. Nesse caso, a vantagem comparativa do setor exportador sobre as cooperativas é bem maior.

Comparativamente aos exportadores, as cooperativas acabam tendo prejuízos porque o seu *blendé* feito com café de boa qualidade e o preço a ser pago é o mesmo oferecido ao exportador. Os custos para o exportador fazer o seu *blend* foram menores, por mesclar diversos tipos de café, dos mais finos aos de pior qualidade, do tipo *conillon*. É por esta razão que o exportador tem como preservar o seu espaço. Uma vez que a cooperativa não tem esta função de comprar café de pior qualidade, para fazer uma mistura que possa concorrer com a do exportador, ela não terá condições de assumir o papel de firma exportadora. Sua opção seria, então, fazer contatos no exterior com um importador ou *dealer*, que estivesse disposto a pagar o preço estipulado por ela. Nesse caso a cooperativa poderia viabilizar a venda direta ao exterior.²

Estas experiências têm dado bons resultados, por exemplo,

“... a COOPARAÍSO fez uma experiência de exportação direta desse tipo de café mais fino, embora o volume comercializado tenha sido pequeno. O ágio pagou ficou em tomo de 30 a 40% acima do preço de mercado. Foram exportadas 3.200 sacas para a Itália e 350 sacas para o Japão. Portanto, essa quantidade exportada foi muito pequena, frente à infra-estrutura que tem a Cooparaíso, cuja capacidade montada para exportar h, em média, de cerca de 30.000 sacas mensais. Apesar de toda esta estrutura de exportação, não existem os importadores de cafés finos certos lá fora, o que dificulta a venda direta do produto no Exterior” (entrevista, Jerônimo, 1993).

² Entrevista realizada em Varginha, setembro de 1993, com Antônio Augusto Araújo e Siva, Gerente Geral da Cooperativa Cafeteira da Zona de Varginha Ltda. (MINASUL).

Embora essa função não lhe caiba pelos seus estatutos, pode ocorrer de a cooperativa se tomar um agente comprador de café, apesar de não trabalhar com uma política de estoques. Os passos da transação são os seguintes: ao adquirir o produto, a cooperativa envia uma amostra aos corretores contratados por ela, cujos escritórios se localizam nos portos de Varginha (o porto seco) e de Santos. Através dessa amostra, vendem o produto para as firmas exportadoras. Na Cooparaíso, a maioria do café comercializado é de cooperados – cerca de 80%, e os 20% restantes são de firmas de terceiros (entrevista, Jerônimo, 1993).

2.1.5 Exportadores

Os exportadores adquirem o café tanto dos produtores, quanto das cooperativas e dos pequenos corretores locais, com o fluxo mais intenso acontecendo com os dois primeiros. Ocorre com frequência de ela ter seu próprio escritório nas zonas de produção e trabalha assim com seus corretores. O produto adquirido do produtor, denominado de “bica corrida” (café sem preparo), passa por um processo de classificação, no qual são escolhidos e preparados os melhores, denominados de “cabeça”, para a exportação, o restante devendo ser absorvido pelo mercado interno.³ Com o objetivo de margens de lucros mais elevadas, as firmas exportadoras compram, tanto os cafés produzidos no Sul de Minas e no cerrado, que são de melhor qualidade, quanto os de outras regiões, de qualidade inferior, a preços mais baixos, misturando-os, para fazer o seu *blend*. É através deste artifício que conseguem elevar seu grau de lucratividade. No entanto, como os mercados consumidores no Exterior são mais exigentes do que o mercado interno brasileiro, os exportadores têm de tomar certas precauções quanto aos seus *blends*, evitando produzir bebidas de pior qualidade.⁴

³ Alguns outros procedimentos básicos envolvendo a preparação do café devem ser tomados pelos exportadores, para que o produto possa ser exportado com segurança. Em primeiro lugar, a armazenagem do produto tem de ser feita em locais onde haja pouco umidade. Esta é uma das razões porque parte do café vendido para as firmas exportadoras vai para o porto seco de Varginha, cujo clima é adequado para o armazenamento mais prolongado do produto, coisa que não ocorre em Santos, onde o clima é muito úmido. Faz-se a seguir a “estofagem” do café, que nada mais é do que o seu acondicionamento em *containers*, onde em cada um deles são colocados de 250 a 300 sacas do produto. Após ser colocada a carga, o *container* é fechado e lacrado, estando pronto para ser exportado. Uma forma mais moderna de embalagem é colocar todo o café a granel num *container*, envolvendo-o com um plástico. Outros procedimentos técnicos são o carimbo da sacaria, que não pode ter furos, devendo constar ainda o nome do Brasil e da firma exportadora e importadora.

⁴ Esta mudança qualitativa no mercado exterior pode ser ilustrada pelo comportamento da *Illycaffé*, uma firma italiana, que vem sistematicamente promovendo concursos de qualidade entre os cafeicultores brasileiros, com prêmios em dinheiro e também com o compromisso de aquisição da produção dos produtores vencedores. No último concurso feito em 1993, dos 10 primeiros colocados 9 eram mineiros, e destes, a maioria provinha do cerrado mineiro, que vem se destacando como pólo de produção de cafés finos. Outra vantagem diz respeito aos preços pagos, acima dos preços de mercado. A desvantagem é que o volume adquirido por ela ainda é pouco expressivo (Folha de São Paulo, 7 de dezembro de 1993).

As firmas exportadoras vendem suas mercadorias para o *dealer*, que representa os grandes compradores internacionais. Segundo a maioria dos especialistas em cafeicultura, existem apenas 7 grandes firmas multinacionais que abrangem a comercialização do café a nível mundial. Portanto, esse reduzido número de firmas compradoras impõe muitas vezes o preço de aquisição do produto. Mesmo o poder de barganha das grandes firmas exportadoras esbarra no poderio desse reduzido número de firmas compradoras no mercado internacional. Elas detêm cerca de 70% do mercado mundial do café.

Ao exportador, ou qualquer outro agente envolvido em uma transação comercial, interessa rentabilidade mais elevada. Tendo conhecimento dos diversos padrões de café, procura mesclá-los, adquirindo seus diversos tipos, desde os mais nobres até os de qualidade inferior. Como tem conhecimento das exigências do mercado internacional, fará o seu *blend* de acordo com elas, compondo-o com cafés de boa e má qualidade. Isto irá propiciar um aumento de sua taxa de lucro, colocando-o em vantagem frente, por exemplo, às cooperativas. Como estas não desempenham a função de compradoras no mercado cafeeiro, o produto a ser usado em seu *blend* vai ser aquele repassado pelos seus associados, ofertando um produto de melhor qualidade.

O setor exportador do café é composto de poucas firmas, que se concentram nos principais portos, sendo o principal deles o porto de Santos. Outras importantes vias de escoamento são os portos de Vitória, Rio de Janeiro e Paranaguá, além do porto seco de Varginha, localizado no Sul de Minas. Portanto, as sedes das grandes empresas exportadoras estão relativamente bem distribuídas nos principais portos exportadores de café do Brasil. No entanto, devemos ressaltar que a maior firma exportadora de café em grão cru tem sua sede em Varginha. Mas, apesar da existência de empresas exportadoras de grande porte em Minas Gerais, o poder político e decisório deste segmento não se encontra em nosso Estado, mas no Estado de São Paulo.

Pela Tabela 3.1 podemos ver que o setor exportador brasileiro não tem uma concentração muito grande, embora as quatro maiores exportadoras se responsabilizassem por quase 28% do que foi exportado de café em grão em 1993/94. Considerando-se estas 20 firmas exportadoras como as maiores do país, podemos observar que houve um ligeiro grau de concentração, pois de um percentual de 70% em 1992, passaram para 72% em 1993/94. Portanto, eles adquirem parcela considerável do que é ofertado no mercado interno, possuindo representantes ou escritórios de compra em duas das principais praças cafeeiras, que são Santos e Varginha.

TABELA 3.1
PRINCIPAIS EXPORTADORES DE CAFÉ EM GRÃO
1992/93 – 1993/94 (sacas de 60 kg)

Empresa	1992/93		1993/94	
	Arábica/Conillon	%	Arábica /Conillon	%
Unicafé	1015806	7,59	1111761	7,47
Exprinsul	1240382	9,27	1083620	7,28
Rio Doce	767315	5,74	969205	6,51
Tristão Com. Ext.	483777	3,62	952869	6,40
Braswey	287992	2,15	624188	4,19
Stockler	648407	4,85	607849	4,08
Esteve Irmãos	578894	4,33	593076	3,98
Exp. Guaxupé	460492	3,44	528525	3,55
Cooxupé	188320	1,41	520460	3,50
Sumatra	502233	3,75	482505	3,24
Branco Peres	313673	2,34	368985	2,48
B. Oliveira	109675	0,82	363345	2,44
Volcafé	437792	3,27	362910	2,44
Coinbra Ind. Com.	628290	4,70	358875	2,41
Exp. N.S.da Guia	132605	0,99	341077	2,29
Marcellino Martins	381746	2,85	338740	2,28
Icatu	253945	1,90	304702	2,05
Cargill Agr.	426547	3,19	301413	2,02
Irmãos Ribeiro	300719	2,25	266240	1,79
Naumann Gepp	213634	1,60	245049	1,65
Sub-total	9372244	70,07	10725394	72,05
outros	4004240	29,93	4161512	27,95
Total	13376484	100,00	14886906	100,00

Fonte: FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE CAFÉ: Departamento Técnico, 1994.

Embora não seja um regra para todas as unidades componentes do segmento exportador, algumas destas firmas exportadoras têm ligações bastante estreitas com o setor produtivo da cafeicultura, pois muitos destes empresários são também fazendeiros de café. Dentre suas reivindicações básicas, podemos destacar a elaboração de uma política cafeeira. Esta bandeira é levantada pelo setor sob o argumento de que a comercialização do café é bastante vulnerável a vários fatores como, por exemplo, superprodução e clima. Sendo um mercado muito instável, o temor dos exportadores diz respeito à possibilidade de o setor sofrer severos prejuízos, se não tiverem um mínimo de suporte por parte de algum órgão público. Portanto, apesar da

liberação do mercado cafeeiro em todos os seus níveis, o empresariado, apesar das críticas constantes à intervenção do governo, ainda pleiteiam um comportamento paternalista por parte do Estado, o que não deixa de ser uma atitude incongruente (entrevista, Villas Boas, 1993).

O setor exportador sempre procurou desenvolver suas atividades dentro de determinada margem de segurança, isto é, trabalhando com limites máximos e mínimos de lucratividade, onde estipulava o quanto podia perder sem que tivesse a necessidade de sair do negócio, devido à instabilidade peculiar do mercado cafeeiro, com seus altos e baixos.

Para compensar possíveis prejuízos advindos da instabilidade do mercado cafeeiro, os exportadores reivindicam que este seja regido por uma política que tenha um mínimo de regras e que açambarque todos os setores do complexo cafeeiro. Pleiteiam, dessa forma, que haja interferência do Estado nas transações comerciais envolvendo o mercado cafeeiro, embora estabeleçam determinados limites para essa intervenção (entrevista, Villas Boas, 1993).

2.1.6 Torrefadores e industriais do solúvel

O setor torrefador e a indústria do café solúvel adquirem sua matéria-prima dos corretores, das cooperativas ou então das firmas exportadoras. Embora seja mais raro, pode acontecer de comprar o produto diretamente dos produtores. Isto geralmente acontece quando a indústria torrefadora, em geral, de pequeno porte, localiza-se perto das zonas produtoras. O fluxo mais intenso acontece entre a indústria e as firmas exportadoras, que se aproveitam de toda a infra-estrutura usada para a venda aos importadores localizados no Exterior, para preparar e vender café para as indústrias de torrefação nacionais. Comercializam também todo produto residual que não pôde ser enviado ao Exterior por apresentar inúmeros defeitos, como por exemplo, grãos quebrados. Tradicionalmente, o setor industrial adquire, na maioria das vezes, um produto de má qualidade, que irá refletir no próprio gosto da bebida. Mas este comportamento tem mudado nos últimos anos. Nas vendas internas efetuadas entre os agentes que comercializam o café e o setor torrefador e a indústria do café solúvel paga-se o ICM e o prazo de pagamento é, geralmente, feito em sete dias. Cada uma das unidades da indústria da torrefação tem o seu padrão de café e as suas misturas próprias. É com base nele que irá adquirir as quantidades de cada um dos tipos de café para fazer o seu *blend*, misturando cafés arábicas, de boa qualidade, com o café robusta, de pior qualidade.

Finalmente, podemos levantar algumas dificuldades que estão se colocando no setor de distribuição do café no Brasil e no exterior. Um dos grandes empecilhos a um melhor desempenho brasileiro em termos de comercialização de café, é a ausência de uma política mais

agressiva de *marketing*, tanto dentro como fora do país. Não se faz hoje nenhuma campanha publicitária sobre o café brasileiro no exterior, ao passo que a Colômbia investe maciçamente nesse setor, tanto a nível interno, pois tem o controle da produção e exportação, quanto externo, pois faz uma política de *marketing* bastante eficiente da sua produção cafeeira. Isso aumenta o seu poder de barganha, por estar mais organizada do que o setor cafeeiro nacional. Como se encontra muito bem estruturada no setor de pesquisa, produção e exportação, a cafeicultura colombiana é bastante ágil na elaboração de qualquer medida **que** a beneficie. Por exemplo, se resolverem vender sua produção de um dia para o outro, na dependência do preço ser compensador, conseguem efetivar isto de forma rápida.

2.2 O complexo cafeeiro antes da extinção do IBC

Podemos identificar no Complexo Cafeeiro os segmentos produtivo de grãos (produtores e cooperativas), o agroindustrial processador direcionado ao mercado interno e externo (composto do segmento torrefador e da indústria do café solúvel) e o exportador.

Kageyama (1990) propôs uma tipologia dos CAIs levando em consideração de que forma se inseria a atividade no novo padrão de modernização agrícola, (constituição dos CAIs), em **que** eram privilegiados “*o grau das relações intersetoriais a montante e a jusante, por ser esse elemento de crucial importância na determinação da dinâmica da produção agrícola*” (p. 185). Para ela existiam os CAIS completos e incompletos, as atividades agrícolas modernizadoras e as atividades agrícolas artesanais. Dentro dessa tipologia ela incluiu o Complexo Cafeeiro como sendo integrante do segmento atividades agrícolas modernizadas,

“... pois o mais importante nesse CAI não são propriamente as agroindústrias de torrefação e moagem e sim o segmento de exportação/embalagem/classificação. As torrefadoras, que constituem a agroindústria neste caso, são quase sempre pequenas e locais, sem poder de pressão sobre os produtores que possuem expressivo poder político e lobbies dentro do aparelho de Estado (Associação Nacional do Café, IBC). O café, especializou-se e, após a erradicação (1962/67) e o problema da ferrugem, está criando vínculos cada vez mais fortes “para trás”, com a indústria de equipamentos e defensivos” (KAGEYAMA, 1990, p. 187-188).

Ao se analisar as relações intersetoriais, a autora concluiu que

“... a lavoura do café tem fortes relações com o D-I para a agricultura (50% dos gastos com insumos provêm de setores industriais) e fortes ligações com a indústria de processamento, embora esta seja composta, geralmente, por setores não concentrados (torrefação e moagem) e tecnologicamente não sofisticados. Aparentemente a integração vertical é pequena, já que menos de 2% do produto bruto (café em coco) vai diretamente para torrefação e moagem sem passar por estabelecimentos que beneficiam o produto. Do produto final processado (café torrado moído) cerca de 12% destinam-se ao mercado externo” (p. 194).

No entanto críticas na literatura são encontradas com relação a essa posição tomada por Kageyama. Para Lemos (1994), cada CAI tem sua própria dinâmica e a regra básica das ligações à montante e jusante serem fortes o suficiente para caracterizar um determinado produto como participante de um **CAI** completo nem sempre condiz com a realidade de alguns destes complexos. O fato do setor da torrefação e moagem não ser o segmento dominante do CAI do café, em nada irá afetar sua dinâmica interna. Vale lembrar que mesmo sua vinculação à montante é mais tênue, se comparada com a da cana por exemplo, devido à pequena expressividade de beneficiamento, em oposição às destilarias bem mais complexas. O dinamismo deste **CAI** está, portanto, no setor exportador, sob o comando das empresas líderes, com capacidade de inovar em termos tecnológicos. Estas inovações podem referir-se à qualidade do café ou então à melhoria de embalagem, por exemplo, que visam conquistar um mercado interno e externo cada vez mais sofisticado.

“As indústrias pertencentes aos complexos concentram-se em mercados relativamente desconcentrados de produtos homogêneos com grande escala de produção. Elas controlam em torno de 80% da produção processada de alimentos no Brasil e dominam quase que exclusivamente o mercado de exportação agroalimentar (...) A estrutura de organização destes mercados vai refletir em que medida a fonte de crescimento das empresas líderes dos complexos esta baseada nas exportações ou na diferenciação de produtos. Mesmo não sendo excludentes, uma destas estratégias tende a ser a força motriz do crescimento das empresas líderes e do conseqüente desenvolvimento da base produtiva dos complexos” (Lemos, 1994, p. 27).

Para Kageyama (1990), o Complexo Cafeeiro se diferencia de outros segmentos agrícolas integrados verticalmente e “*formado por complexos agroindustriais completos, ou seja, com três ‘pés’ – a indústria a montante, a produção agrícola (ou pecuária) e a agroindústria processadora*” (p. 86). Os exemplos mais típicos desse segmento são o complexo avícola (milho-rações-aves-frigoríficos) e o complexo de açúcar e álcool. Já os CAIs incompletos se caracterizam por não ter vínculos específicos com as indústrias a montante, apesar de demandar grande quantidade de máquinas, implementos e insumos agrícolas, eles não se integram verticalmente com estas indústrias. Podem ser citados como exemplos deste grupo os complexos relativos às fibras (algodão) e às frutas (a laranja para suco). No entanto, o que deveria ocorrer era uma visão “sistêmica” bem mais convincente analiticamente. Nesse caso, o que conta é o encadeamento dos agentes e a liderança de um deles em termos de inovar na cadeia. Não necessariamente os papéis dos componentes do complexo são rígidos e pré-determinados, havendo liberdade para que um deles assuma a função de conduzir dinamicamente o processo.

Para Farina (1988) a abordagem de Kageyama também é limitada por “*não apresen-*

tar um modelo de comportamento que explique a dinâmica da agroindústria, em especial, da alimentar, que ainda é melhor explicada, no Brasil, pelos modelos clássicos de composição da oferta agrícola” (p. 297). A hipótese prevalecente do sistema agroindustrial de alimentos é de que o segmento industrial é que vai definir sua dinâmica.

A dinâmica também está na diversificação das atividades da firma quando ela passa a comercializar um produto fora do seu mercado corrente. Não se cria nem uma nova indústria nem um sub-setor, simplesmente há uma diversificação, que *“pode ocorrer em direção a mercados externos, através de exportações ou investimento direto”* (FARINA, 1988, p. 310). Outro ponto diz respeito à diferenciação do produto. As firmas através de pesquisas cada vez mais vão sofisticando a produção, colocando no mercado uma nova mercadoria, que pode, inclusive ser uma inovação em um produto já produzido há mais tempo pela agroindústria.

Finalmente, a definição do que seja a cadeia agroindustrial elaborada por Zylbersztajn et al. (1993) *“definida como uma seqüência de operações interdependentes que tem por objetivo produzir, modificar e distribuir um produto (...) a cadeia café consiste nas operações de produção agrícola, industrialização envolvendo torrefação e solúvel, segmento exportador e distribuidor interno.”* Embora não enfatizem as ligações “prá frente” e “prá trás”, consideram o café como um CAI, enfatizando nesse caso o setor distribuidor e consumidor.

Neste estudo iremos trabalhar com um visão integrada do Complexo em que os agentes se interligam entre si dando uma dinâmica própria ao setor. Se porventura podemos considerar o segmento exportador como o pólo dinâmico do Complexo, não podemos nos esquecer de que tem havido um esforço de modernização muito grande por parte do setor torrefador, que passa a investir na diferenciação do produto deixando de lado a característica de homogeneidade do produto, onde a variável que conta é apenas o diferencial de preço.

2.2.1 O setor agrícola

O setor agrícola, como já foi amplamente visto, é composto de grande número de produtores que, em sua grande maioria, são de pequeno e médio portes. A produção de café está concentrada nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Espírito Santo, que foram responsáveis em 1988/89 por, respectivamente, 40,10%, 16,43%, 12,07% e 18,36% da produção brasileira de café beneficiado, totalizando 87% do volume global produzido no Brasil nesse ano-safra (GOMES, 1988, p. 295). Segundo vários depoimentos calcula-se que haja no país cerca de 250 mil produtores.

Ao lado do segmento produtivo temos o setor de cooperativas, representantes dos cafeicultores, e que sempre desempenharam um papel importante na defesa dos interesses dos produtores rurais. O papel da cooperativa vai ser ainda mais importante quando se extinguiu o IBC, isso porque, ela teve que exercer funções antes desempenhadas por ele. Uma das modificações mais profundas foi o fato de a cooperativa passar a atuar como um agente exportador, o que beneficiou o cafeicultor uma vez que diminuíram-se os elos da cadeia da comercialização. Embora tenham estruturas mais ágeis e enxutas, as associações de produtores também desempenham funções similares às das cooperativas. Pela Tabela 3.2 podemos destacar a existência no país de 109 cooperativas dedicadas à produção e comercialização do café. Pelo total de café em coco recebido por elas, quase 10 milhões de sacas, vê-se sua importância para o segmento produtivo da cafeicultura. Apesar de o montante exportado ser pequeno, podemos observar que seu crescimento foi bastante expressivo entre 1990 e 1991.

TABELA 3.2
ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS
Perfil da Atuação na Produção e Comercialização do Café
(Principais Estados Produtores) – 1990-1991

Estado	Cooperativas	Cooperados	Produção		
			Café em Coco (sacas)	Exportada	
				US\$1.000	
				1990	1991
Espírito Santo	10	4.500	400.000		
Minas Gerais	37	23.200	3.600.000	20.672	27.077
Paraná	23	28.000	2.665.000	5.208	7.070
São Paulo	39	18.500	2.900.000	3.995	16.709
Total	109	74.200	9.565.000	29.875	50.856

Fonte: Cafeicultura Brasileira: Sumário de Apreciações Setoriais, Min. da Agricultura e Reforma Agrária, 1992.

2.2.2 O segmento industrial

Com relação ao segmento da torrefação e da moagem, conforme depoimento de COSTA,⁵ no período que vai de 1959 a 1971, este era um simples apêndice do governo, sendo totalmente dependente dele. Podia-se considerá-lo como uma repartição pública, não tendo

⁵ Entrevista realizada em Belo Horizonte, agosto de 1993, com Carlos Barcelos Costa, Presidente do Café Minas Rio.

nenhuma autonomia. Apesar de os donos das torradoras deterem o capital, eles não podiam ser considerados donos do “negócio”, devido à interferência do Estado. Isto pode ser ilustrado pelo seguinte exemplo: em 1959, foi lançada uma campanha de aumento de consumo interno, em vista do elevado nível dos estoques governamentais de café. Para alcançar este objetivo, introduziram uma política de subsídios ao consumidor e, nesse caso, os torrefadores eram os seus repassadores.

As regras do jogo estabeleciam que o governo venderia o café para a indústria, desde que ela se submetesse a um tabelamento pré-fixado pelo IBC do preço de varejo ao consumidor. Isto ocorreu porque na mentalidade dos responsáveis pela política econômica, e cafeeira em particular, havia se convencionado que o café torrado e moído deveria ser um produto barato e acessível para a maioria do público consumidor. Isto fez com que, durante muito tempo, o preço do café vendido ao consumidor não retratasse de fato os seus custos reais, devido ao elevado nível do subsídio embutido no seu preço final. Mas, esta também foi uma medida de política elaborada pelo governo para incentivar o consumo devido aos elevados níveis de estoques e das supersafras que ocorreram no final dos anos cinquenta.

Mesmo após 1971, quando essa campanha foi extinta, a preocupação do governo (Ministro Delfim Netto) era o combate à inflação, feito através da manipulação dos preços oficiais, sendo um dos objetivos subsidiar o consumidor, principalmente a classe média. Até o Plano Cruzado, várias vezes, às custas de manter um preço artificial para o consumidor, o governo forneceu café para as indústrias a um preço subsidiado, fugindo do preço do mercado internacional (que é onde efetivamente são formados os preços dos produtos).

Outra medida polêmica implantada pelo Governo foi a proibição da exportação de café torrado. Entretanto, tal medida resultou em uma ação inócua, não tendo condições de ser colocada em prática. A indústria torrefadora brasileira não tinha condições de efetuar tal tipo de transação, exportar café torrado e moído, porque lhe faltavam os requisitos mínimos para competir com os concorrentes torrefadores dos grandes países consumidores.

A situação que se colocava era a seguinte: devido à política de intervenção nos negócios cafeeiros por parte do IBC e de outros órgãos como a SUNAB e o CIP, o preço de venda da mercadoria produzida pela indústria torrefadora era fixado pelo Governo. A formação do preço independia, portanto, do custo da matéria-prima, da racionalização administrativa e da produtividade das diversas unidades industriais, que compunham o setor torrefador, sendo pré-fixado pelas autoridades governamentais, quer você estivesse no Rio Grande do Sul ou no Maranhão. Era, dessa forma, um preço único nacional, gerenciado pelo governo, que não levava

em consideração fatores importantes para estabelecer os custos de produção, como por exemplo, a distância percorrida pela matéria-prima até a unidade processadora (custos de transporte). Outro ponto importante é que ele sempre foi fixado considerando-se a utilização de matéria-prima de péssima qualidade, portanto não era vantajoso para nenhuma das indústrias fabricar café torrado com produto de melhor qualidade, pois o que iria ocorrer era a diminuição das margens de lucro. O que aconteceu com o setor da torrefação? (entrevista, Costa, 1993).

O segmento torrefador tomou-se, portanto, um ramo industrial sem grandes atrativos durante algumas décadas. O que poderia ser imputado à interferência governamental. Este não tinha autonomia e nem estímulos para melhorar sua produtividade e nem a qualidade do seu produto. Como o preço final ao consumidor era tabelado, e as margens de lucro eram praticamente determinadas pelo governo, qualquer tentativa de investimentos para a melhoria do produto esbarrava na limitação da rentabilidade da venda da mercadoria. Os prováveis ganhos advindos das inovações tecnológica se perdiam na concorrência com outras empresas menos eficientes, pois o preço pago era o mesmo, independentemente de uma unidade industrial ser mais eficiente do que a outra (entrevista, Costa, 1993).

Existia um outro fator agravante, qual seja, o fato de como o Governo fixava quotas para cada uma das indústrias de torrefação. Elas não se preocupavam em estocar, pois a matéria-prima de que necessitavam já estava no IBC à sua disposição. O proprietário da torrefadora se dirigia ao Banco do Brasil, onde fazia o pagamento de sua cota de café, retirando-a em um prazo que variava entre 2 a 3 dias, não havendo, portanto necessidade de estocagem e nem de maior capitalização do setor.

Diante desse quadro, era impraticável para o setor torrefador brasileiro fazer tentativas de exportar café torrado e moído. Além de não ter condições de se equipar com tecnologias mais modernas, para a produção de mercadorias que pudessem satisfazer minimamente os importadores, era também difícil o acesso à matéria-prima de melhor qualidade (os cafés considerados de melhor qualidade destinavam-se à exportação). Esta combinação de fatores negativos impedia que o produto brasileiro se tornasse mais competitivo no exterior, o que tomava impossível para o setor torrefador exportar café torrado e moído para os mercados consumidores norte-americano e europeu. Portanto, mesmo se quiséssemos empreender tal tarefa, o Brasil não teria condições de efetivá-la.

Atualmente, existe certo consenso entre a indústria torrefadora, de que são necessários investimentos **que** diferenciem o produto, melhorando sua qualidade. Isto foi resultado da saída repentina do governo, que se afastou completamente dos negócios que envolviam o setor

torrefador brasileiro. Quando isto aconteceu, houve um desarranjo total e completo deste segmento, que se viu na obrigação de ir ao mercado comprar a matéria-prima necessária para sua atividade, enfrentando a concorrência de outras firmas, além de buscar novas fontes de suprimento. Portanto, durante todo esse tempo sob a tutela do governo, o segmento torrefador não se capitalizou, acreditando-se além disso, que muitas firmas tenham sido obrigadas a saírem dessa atividade.

O comportamento do torrefador era, naturalmente, previsível em uma economia de mercado, e esta mudança ocorreu quando o governo deixou de interferir na atividade. O setor da torrefação não se preocupava em promover a modernização, seja em termos de maquinários e instalações, mão-de-obra ou forma de comercialização do seu produto. Uma das razões era o fato de a concorrência ser “engessada” pela política do IBC. Além disso, a sua fatia de mercado estava garantida, pois estava assegurada a colocação do café torrado e moído originário das unidades componentes do setor industrial cafeeiro, contando dessa forma, com um mercado cativo. Todos estes fatores o beneficiavam, assegurando-lhe um lucro certo. À medida em que todas estas medidas protecionistas vão sendo desativadas, o setor da torrefação teve de reformular sua base produtiva, modificando sua forma de produzir. Passa por um processo de modernização nas décadas de setenta e oitenta, e com a completa liberação nos anos noventa, sem a interferência do Governo, o setor torrefador se viu na obrigação de se profissionalizar, no sentido de que agora a competitividade é um fator de extrema relevância para que se possa abocanhar fatias cada vez maiores do mercado consumidor. Atualmente, parte das unidades produtivas da torrefação de café podem ser consideradas como empresas modernas e competitivas, tendo por trás de suas atividades toda uma infra-estrutura de promoção, investindo em uma política de *marketing* que mostre a diferenciação de seu produto, procurando inovar em termos de embalagens e, sempre, quando possível, propiciando novas formas de organização da produção, com base na absorção de tecnologias mais modernas (entrevista, Villas Boas, 1993).

Outro agravante dizia respeito à legislação, que podia ser considerada falha e viciada, propiciando a ocorrência de fraudes, que reinavam absolutas no setor cafeeiro brasileiro. Coube à Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), em um movimento pioneiro no setor de alimentos, lançar a auto-regulamentação da indústria torrefadora nacional que, basicamente, consistia na implantação do “Selo Pureza”. Esse programa de melhoria da qualidade do café começou a ser efetivamente estudado em 1987. Depois de dois anos de análises, este projeto foi lançado ao público e, para **que** ele realmente se concretizasse, tiveram que contar, na épo-

ca, com o apoio decisivo do presidente do IBC, Jório Dauster. Vale ressaltar que, mesmo após a extinção do IBC, o projeto continuou a vigorar, gozando até hoje de relativo sucesso. O resultado de todo esse processo de modernização e reestruturação do segmento torrefador, se faz sentir no mercado do café em pó, onde já podem ser encontradas marcas de café torrado e moído mais sofisticadas. Portanto, já é uma realidade a preocupação de diversos industriais com a diferenciação de seus produtos, objetivando abocanhar faixas cada vez amplas do mercado interno consumidor brasileiro.

A implantação do “Selo Pureza”, iniciativa que já dura quatro anos, pode ser considerada como vitoriosa. Está se iniciando no Brasil uma nova era para a indústria cafeeira e para o consumidor. Este tem, na atualidade, várias alternativas de marcas de café ofertadas no mercado, desde as mais baratas até as mais caras, como, por exemplo, dos grãos escolhidos. Há agora uma infinidade de opções, como uma marca de pó de café mais claro, uma outra com uma bebida mais do tipo “rio zona” ou “bebida dura” que, em geral, é fabricada no Espírito Santo. Anteriormente, como o café era tabelado, todas as indústrias se viam na obrigação de vendê-lo pelo mesmo preço. Hoje, com a liberação do mercado, cada um dos produtores irá procurar diferenciar o seu produto para que seja mais competitivo no mercado. Temos, portanto, inúmeras variedades de café, em graus diferenciados, seja no ponto de moagem, de torra, dos *blends*, ou ainda nos diversos tipos de embalagens, que servem como um chamarisco adicional para atrair o consumidor (entrevista, Costa, 1993).

A indústria se viu, então, na obrigação de enfrentar estas dificuldades e para fazer frente a elas tomou certas medidas. O setor reagiu a essa queda de consumo e montou um sistema de gerenciamento e de orientação às empresas torrefadoras, mostrando de que forma deveriam atuar para a melhoria da qualidade do café com o objetivo de se elevar os níveis de consumo do café. Como o consumidor se acostumou a beber um produto de qualidade inferior por anos a fio, foi necessário fazer-se um trabalho de reeducação para que ele modificasse este costume e passasse a beber um produto de melhor qualidade. Esse trabalho de divulgação tem sido desenvolvido pela ABIC, através de treinamentos, seminários, pesquisas e publicações. Portanto, ela designou cerca de 2 milhões de dólares para a elaboração e a colocação na prática de uma política de *marketing* visando incrementar o consumo de café. Isto irá permitir a “retomada” do público consumidor. O Japão é um exemplo claro de como se pode fazer com sucesso um trabalho que aumente efetivamente o consumo do café. Há dez anos atrás ele não consumia nem 50 mil sacas de café, e hoje pode-se estimar seu consumo em torno de 3,5 a 4 milhões de sacas. Este consumo não se resume apenas ao café como bebida, existindo por trás

dele uma indústria que fabrica grande variedade de produtos derivados como sorvetes, bolos, balas, bombons, etc. O café conseguiu ser uma mercadoria tão versátil que é consumido tanto como um produto do frio quanto do calor. Todo esse esforço envolveu uma agressiva política de *marketing* que objetivou disseminar o consumo de café por todo o país (entrevista, Landi, 1993).

Portanto, depois de várias décadas de atraso, sem que se envidassem esforços no sentido de melhorar a qualidade do produto a ser vendido no varejo, sem a mínima preocupação com a melhoria tecnológica da atividade, a indústria torrefadora passa a se comportar de forma diferente, preparando-se para oferecer ao consumidor brasileiro aquilo que ele sempre mereceu, um produto de bom nível.

A atenção do torrefador deverá, então, ser direcionada para qual tipo de público, qual fatia de mercado ele espera atingir, isto é, tem de estar atento para saber qual “nicho” de mercado irá atender, podendo ser este de cafés fortes, fracos ou médios. Em função dessa nova diversidade do mercado, a estratégia destas unidades industriais torrefadoras é não se limitar a produzir apenas um tipo específico de café, pelo contrário irão procurar ter de duas a três marcas diferentes do produto, visando atender os diversos segmentos consumidores deste mercado.

O Setor Torrefador apesar de se encontrar disseminado pelo país, concentra-se basicamente nos maiores Estados produtores de café, especialmente em Minas Gerais e São Paulo. Apesar de se constatar a presença de algumas empresas líderes como o Café União, a Nestlé, o Café do Ponto, o Café Seletto e o Café Brasil, podemos afirmar que este é um setor com baixo nível de concentração.

“A dinâmica de negócios do ramo industrial de torrefação e moagem de café é determinado pelo mercado interno. Esse ramo é composto por cerca de 1.200 firmas, com forte predominância de organizações familiares de pequeno porte operando em mercados locais. Uma pequena parcela é constituída por organizações de porte médio e grande operando em mercados regionais. As torrefadoras estão fortemente concentradas na região sudeste onde também se concentra o consumo e a área de produção” (ZYLBERSZTAJN et al., 1993, p. 101).

A concentração regional é um fato concreto, localizando-se em São Paulo estas maiores indústrias torrefadoras do País, tendo em vista ser o estado brasileiro mais populoso, de maior poder aquisitivo e consumo *per capita* mais elevado. Apesar de Minas Gerais possuir mais unidades industriais do que São Paulo, em termos gerais, este setor é bem mais atrasado do que o paulista e a grande maioria de suas indústrias são de pequeno e médio portes.

Apesar de haver uma relativa concentração de torrefadoras (cerca de **30** empresas dominam **60%** do mercado do café industrializado no Brasil), não existe nenhum risco de monopólio neste segmento cafeeiro no Brasil, uma vez que as firmas estão bem distribuídas geograficamente pelo país, além de pertencerem a grupos distintos, sendo passível de ser caracterizado como um setor onde a diversidade de tamanho das unidades industriais é bastante grande. Portanto, não se deve temer o risco de o setor se constituir em um monopólio. Além dessas **30** unidades, que podem ser consideradas como de grande porte, existem disseminadas por todo o país, cerca de 1.000 unidades torrefadoras, o que assegura uma concorrência acirrada entre elas. Além disso, a capacidade instalada do setor encontra-se, atualmente, bastante ociosa (entrevista, Costa, 1993).

Pôde-se constatar no segmento torrefador e moagem número elevado de pequenas torrefadoras e capacidade ociosa, devida à regulamentação. No entanto, os requisitos tecnológicos para se entrar na atividade são baixos. Não existem barreiras que impeçam a entrada de novas firmas no ramo, a não ser quando existiram ou ainda podem existir barreiras institucionais. Como as firmas podem ser classificadas como de mercado local, regional ou nacional, *“a regionalização do consumo mantém certa fidelidade às marcas locais, e a elevada perecibilidade do café torrado e moído ... funciona como uma proteção para pequenas empresas locais”* (ZYLBERSZTAJN et al., 1993, p. 139). Mas isso não descarta a existência de empresas de atuação nacional cujo grau de competitividade é bastante elevado.

Podemos dizer que do ponto de vista tecnológico o setor ainda se encontra bastante atrasado, principalmente em termos de moagem, embora algumas indústrias nacionais já estejam utilizando o moinho a **rolo**. Em termos de máquinas de empacotamento, há uma oferta razoável de embalagens convencionais. No entanto, as maiores carências estão localizadas nas máquinas para coar e empacotar o café a vácuo. Sua disseminação iria baratear o custo de distribuição do café, porque o prazo de validade do café empacotado a vácuo varia de **6** meses a 1 ano.

Em Minas Gerais a concentração do processamento de café, que inclui a torrefação e a moagem, se localiza no Sul de Minas, que respondia por **32%** do total do Estado em 1977. A capacidade de processamento mensal era de **15,1** milhões de kg em torrefação e **2,1** milhões em café solúvel (INDI, 1978).

Já a nível mundial, o setor industrial cafeeiro encontra-se altamente concentrado, devido à existência de apenas sete empresas que dominam o mercado do café, isto é manipulam o setor internacional de grãos e por consequência da torrefação, ou **seja**, é uma integração

vertical para trás.

A indústria do café solúvel produz basicamente para atender o mercado externo, porque o mercado interno tem sérias restrições em consumi-lo dessa forma.

Quanto à indústria do café solúvel, esta se estabeleceu no país devido a fatores como: *“a existência de grandes estoques de café, e a presença de volumes razoáveis de grinders – café verde triturado – que não encontravam destino no mercado externo”* (VEGRO, 1993, p. 50).

“O segmento do solúvel é composto por apenas 11 empresas localizadas em São Paulo, Paraná e Espírito Santo. Sua dinâmica está associada aos mercados internacionais. Apenas uma empresa dedica-se primordialmente ao mercado interno... Como segmento exportador, estas empresas estão mais expostas às mudanças na política cambial e comercial do país do que ao desempenho do mercado interno. São afetadas diretamente pelo padrão de consumo externo, pela prática competitiva de grandes corporações multinacionais que dominam os mercados da Europa e América do Norte” (ZYLBERSZTAJN et al., 1993, p. 101).

Mudanças sensíveis ocorreram no setor industrial do café em anos mais recentes. Ao analisar as estruturas de mercado dos CAIs, Lemos (1992), conclui que o mercado da indústria de café solúvel é altamente concentrado, ao contrário do que acontece nas indústrias processadoras primárias e de café torrado, que são mercados bastante desconcentrados, operando em pequenas escalas de produção, tendo baixas barreiras técnicas à entrada de novas firmas no negócio. De fato, as baixas proporções de concentração do primeiro grupo de indústrias reflete a natureza local de sua organização industrial, cujas unidades estão disseminadas pelos centros de produção e, são controladas cada vez mais pelas cooperativas de cafeicultores. Já a indústria da torrefação está organizada em bases nacionais e suas lideranças abrangem uma gama heterogênea de produtores, que vão desde a COPERSUCAR, que é uma grande empresa, passando por torrefadoras locais e tradicionais de médio porte, empresas estrangeiras com marcas nacionais como a Seletto e a Melita, até multinacionais de comercialização como a Mitsui.

Outra fatia promissora do mercado é o café expresso, principalmente em mercados mais sofisticados, como Europa e Estados Unidos, embora seu consumo ocorra basicamente em lugares públicos, como bares e restaurantes, devido ao tamanho de suas máquinas processadoras, inviabilizando em parte seu uso doméstico. No entanto, **esse gap já** está sendo superado com a colocação no mercado de máquinas de menor porte apropriadas para o uso doméstico. Esta mudança nos hábitos dos consumidores de produtos derivados de café trará significativos benefícios para a cafeicultura brasileira. Na fabricação do café expresso, cerca de 70% da matéria-prima a ser utilizada (para fazer seu *blend*), terá de necessariamente se origi-

nar do Brasil. Isto porque produzimos uma diversidade de tipos de café em grão e nosso produto tem como uma de suas principais características ser um café “forte e encorpado”, sendo esta uma condição *sine qua non* para que se fabrique o expresso com o seu sabor característico. Os 30% restantes de sua composição são compostos de cafés suaves (entrevista, Landí, 93).

3 Tentativas recentes de reestruturação: liberalização do mercado

Primeiramente, está havendo por parte do segmento da produção agrícola uma preocupação maior com a qualidade do produto, o que tem proporcionado melhor colocação dele no mercado internacional. Tanto as cooperativas quanto as associações, estão envidando esforços no sentido de exportarem a produção de seus associados diretamente, sem intermediários, sendo a base dessa exportação os tipos de café considerados mais finos. Estes estão sendo direcionados para mercados mais sofisticados como o italiano, o escandinavo e o japonês, entre outros.

Embora nem sempre o setor industrial possa ser considerado mais forte do que o setor agrícola, sua vantagem reside no fato de ser mais restrito, isto é, o número de unidades industriais não é muito elevado, pouco mais de mil, ao passo que se calcula a existência de mais de 250 mil cafeicultores no País. Dessa forma, o setor industrial, devido ao número de pessoas que o comanda, tem mais facilidades em negociar com o governo, viabilizando a montagem de uma estrutura de *lobbistas*. Portanto, a lógica seria que a torrefação, ou a indústria de modo geral, tivessem suas vantagens sobre o setor produtivo. Mas isto nem sempre corresponde à verdade. O fato é que o número de componentes do setor não é o fator determinante da ascensão de um setor sobre o outro. O que devemos levar em consideração é o grau de organização de cada uma das categorias. E podemos afirmar que após a saída do governo de quase todas as fases que envolviam a atividade cafeeira, o setor industrial passou a ter um poder de mobilização maior, através de sua associação de classe, a ABIC. No entanto, as cooperativas e associações também se fortaleceram nesses últimos anos.

O setor torrefador, com a liberalização do mercado por parte do governo, iniciou o desenvolvimento de pesquisas mercadológicas a nível internacional, sendo que algumas já iniciaram negócios no exterior para exportar café torrado. Isso seria o início de uma nova fase da cafeicultura pois, para cada quilo de café torrado exportado para qualquer parte do mundo, haverá a contrapartida de promessa de negócios futuros para aqueles que estão plantando café.

Portanto, o setor agrícola será beneficiado, se os negócios do setor torrefador com o exterior forem incrementados.

O setor industrial teve de rever suas regras de comportamento, porque a concorrência tomou-se mais acirrada e o país também vai mudando, mesmo que lentamente, os seus hábitos de consumo. As empresas tiveram que *“definir e administrar sua política de compra de matéria-prima, estabelecer seu mix de produto final, fixar seus preços e controlar custos”* (ZYL-BESZTAJN et al., 1993, p. 139).

Através dos dados elaborados pela COOPARAÍSO, houve uma grande modificação no fluxo de comercialização do café no final dos anos oitenta e início dos anos noventa. Segundo ela, a distribuição percentual das aquisições feitas pelos diversos agentes ao setor da produção foi a seguinte: 53% foi adquirido pelas cooperativas, 27% pelos atravessadores (corretores), 13% pelos exportadores, 6% pelos maquinistas e 1% pelas indústrias, englobando a torrefação e o café solúvel. Pode-se inferir desse fluxo que o sistema cooperativista vai se tornando o principal parceiro do cafeicultor na comercialização do produto, o que de certa forma o beneficia, pois não fica mais à mercê das regras de comercialização impostas pelos atravessadores, mais draconianas e prejudiciais a ele, do que aquelas impostas pelas cooperativas que, supostamente são entidades criadas em benefício dos produtores. No entanto, vale lembrar que sempre existiu uma grande polêmica envolvendo o papel das cooperativas e os produtores **n**-rais. Assunto este que será alvo de nossa análise no item 4 desse capítulo.

A comercialização vai sofrendo modificações, embora estas ainda sejam vagarosas. Na atualidade, qualquer transação que envolva a comercialização do café deve ter como base de consulta a Bolsa de Nova Iorque, a principal referência em negócio de café arábica, e o mercado a termo em Londres, balizador dos negócios com café robusta. A negociação lá fora é feita de forma diferenciada, uma vez que essa cotação refere-se ao café colombiano, despolpado, de melhor qualidade, e no preço já está incluído o frete. Ao se negociar o café brasileiro, este tem um diferencial a menos no cálculo do preço, pois sua qualidade é inferior.⁶

Portanto, a venda do produto assume novas formas, além das tradicionais, já descritas anteriormente. A novidade é o produtor colocar sua produção de café na bolsa de mercadorias,

⁶ Isto foi exemplificado por um técnico do Departamento de Comercialização da Cooparaíso da seguinte forma: no dia 16 de agosto de 1993 a bolsa de Nova Iorque fechou a 71,40 cents de dólar a libra-peso do café, como a cotação do produto brasileiro ficou 5 a 6 cents abaixo, seu preço situou-se em torno de 66 cents. O preço da saca do café brasileiro foi de 87,83 dólares, preço F.O.B., embarcado no Porto de Santos. Desse total tira-se 13% de ICM, que tem um prazo de 25 dias para ser pago, 11,42 dólares, e 2,86 dólares dos encargos financeiros, mais despesas de frete, estofagem, maquinário e sacaria nova. Portanto, o preço líquido a ser recebido pelo produtor vai ser de US\$73,27.

fazendo a venda pós-colheita no mercado futuro. Se faz isto no mês de agosto, época de colheita e de preço baixo, a 100 dólares a saca, por exemplo, terá garantido sua renda, independente das oscilações do mercado, que como se sabe é bastante instável.

Portanto, o café é uma *commodity*, um produto vendido nas bolsas de mercadoria, e suas aquisições já podem ser feitas antecipadamente e é a essa nova situação que o setor cafeeiro brasileiro terá de se adaptar. A operação não é tão simples como colher café e vendê-lo na hora que se achar conveniente. As perspectivas para a produção são, entre outras, as vendas futuras do produto nas bolsas de mercadoria. Como o produtor necessita de um fluxo mensal de renda para fazer face a várias despesas, deve-se vender o café de tempos em tempos, e não estocá-lo indefinidamente, esperando um melhor preço no futuro. Outro ponto diz respeito ao abastecimento do setor industrial, que necessita do produto periodicamente, para levar a cabo suas atividades. Nesse caso, o segmento da produção tem de ter consciência das necessidades destes setores, abastecendo-os quando for preciso, pois se assim não o fizer poderia inviabilizar as atividades das unidades torrefadoras e da indústria do solúvel. Portanto, o produtor tem de vender seu produto constantemente e não apenas quando achar que deve fazê-lo, fato que acontecia corriqueiramente no passado.

Outra variável que acabou influenciando o mercado após a liberalização do mercado foi o nível dos estoques. Quando o mercado era regido pelos AICs, o tempo médio de estocagem do café comprado pelos países consumidores ficava em tomo de 5 a 7 semanas. Com a liberação passaram a estocar o produto por um prazo mais dilatado entre 14 a 16 semanas. Se o estoque girava em tomo de 8 a 10 milhões de sacas, passou a ser de 20 a 21 milhões. Com esse volume estocado passam a comandar o mercado, e o resultado foi que os países produtores ficaram à mercê dos países consumidores, principalmente, dos Estados Unidos e da Alemanha. O que possibilitou a maior formação de estoques por parte dos países consumidores foi a desestruturação do mercado, quando todos aqueles produtores dependentes das rendas geradas pelo café, “desovaram” seus estoques no mercado internacional a preços significativamente baixos. Em vista disto, o poder de barganha dos consumidores é maior uma vez que dispõem de um volume considerável de café estocado.

Outro agravante diz respeito ao relacionamento entre países produtores e compradores. Portanto, podemos afirmar que a relação comercial entre vendedores e compradores, acabará pendendo preferencialmente para o lado dos últimos. Essa imposição dos países compradores trouxe severos prejuízos ao mercado cafeeiro. Nos últimos anos, o nível dos preços do café foi um dos mais baixos durante toda a história da cafeicultura. A solução seria elaborar

uma política, através dos países produtores, que propiciasse o decréscimo do nível dos estoques do produto nas mãos dos países importadores, pois isso iria refletir numa melhora dos preços internacionais do café. Como já foi dito anteriormente tal ação aconteceu em 1993, feita com a colaboração dos principais países produtores que fundaram, em setembro desse mesmo ano, a Associação dos Países Produtores de Café (APPC). Associação esta composta de países produtores de café, responsáveis por cerca de 90% da oferta mundial do produto. Esta entidade foi criada durante a celebração do pacto de retenção da oferta mundial de café, que acabou rendendo bons resultados, pois os preços se elevaram significativamente desde então.

Em resumo, algumas modificações se fizeram sentir nos anos noventa. Por exemplo, o setor da torrefação e moagem passou por um processo de modernização, e mesmo de concentração, com o crescimento do número de torrefadoras de grande porte localizadas, principalmente, em São Paulo. Atualmente, a presença deste segmento no cenário do mercado cafeeiro tem sido constante, com atuação destacada no setor varejista com a campanha do “Selo Pureza”, que visa aumentar o consumo de café. Sua representação e reivindicações são feitas através da ABIC. O que se viu foi um crescimento da atuação do setor privado nos negócios cafeeiros, até mesmo o próprio setor da produção agrícola, que sempre foi muito dependente das iniciativas governamentais. Não sofrendo mais a intervenção sistemática do governo, procuraram, de certa forma, buscar novos caminhos no comércio interno e externo do café, sem ter que necessariamente partilhar suas decisões com a esfera pública, que já não é mais tão atuante ou intervencionista no complexo cafeeiro. Apesar destas mudanças, podemos inferir que os seus diversos setores continuam a atuar de forma relativamente estanque, o que dificulta sobremaneira a superação da crise por que passou o setor a partir dos meados da década de oitenta.

4 Conflitos de interesses na interação dos segmentos do complexo cafeeiro.

Variável importante complicadora do processo interativo diz respeito à interferência governamental no Complexo. Uma conseqüência disso foi a criação de relações artificiais, políticas e econômicas, entre os diversos segmentos da cafeicultura, que sobreviveram única e exclusivamente por causa da presença do Estado na gestão dos conflitos entre eles. Podemos citar o exemplo do setor torrefador com seu sistema de quotas e com preços tabelados ao consumidor. O que ocorria era que as firmas não tinham estímulos em melhorar tecnologicamente

seu desempenho porque as margens de lucro ficavam engessadas pelo tabelamento de preços, além de não ter sentido a diferenciação de produto por esta mesma razão.

Nos anos oitenta, o governo deu mostras de paulatinamente ir se afastando do Complexo. Dessa forma, tanto o setor torrefador quanto o setor exportador passaram agora por modificações radicais, derivadas de inúmeros fatores, como por exemplo, as novas exigências dos consumidores, que se sofisticam, e demandam um produto de melhor qualidade. A preocupação desses setores passa a ser também uma preocupação com a diferenciação do produto e também com o fator tecnológico; que irá permitir não só uma melhoria na produtividade mas também na elevação da competitividade entre as diversas firmas exportadoras e as unidades industriais de torrefação.

Após a forte redução da ingerência do Estado na cafeicultura, os seus segmentos buscam a confluência de **seus** interesses através de um novo arranjo de poder entre eles. Isto aponta para uma nova interação entre os componentes do complexo cafeeiro, ou melhor, sua divisão em três frações.

Com o fim do IBC, nos anos noventa, todos os segmentos se viram na contingência de buscarem modificações nas suas formas de organização da produção. A primeira delas diz respeito à nova produção agrícola, isto é, a modernização nas práticas culturais do café, na busca da elevação da produtividade, da qualidade do produto e na prática mais moderna de comercialização direta da produção com os importadores, situados no mercado externo, dentre outras características mais marcantes dessa “nova cafeicultura”. Podemos destacar como paradigma dessa nova forma de organização da produção, a cafeicultura do cerrado mineiro, embora isto também se aplique em algumas áreas de café no Sul de Minas.

A segunda fração que surge desse novo modelo representativo da cafeicultura dos anos noventa, diz respeito ao setor torrefador. Em outras palavras, ele também passou por um processo de modernização, que implicou, entre outras conseqüências, a saída do ramo industrial daquelas unidades, que podem ser consideradas como de “fundo de quintal”, que não tinham estrutura suficiente para concorrer no mercado, quando esse se torna mais profissional e exigente. Ao lado dessa expulsão de unidades fabris, e em função das novas exigências de mercado, pode-se dizer que há um claro processo de concentração do setor torrefador do Brasil.

Finalmente, como terceira fração temos o segmento exportador que, seguindo as diretrizes do ramo industrial, irá buscar na modernização a base para incrementar suas atividades a nível interno e externo. Uma das principais conseqüências desse processo foi um acentuado aumento no grau de concentração do setor exportador, onde número menor de firmas passam

a deter parcelas cada vez mais significativas do total de café exportado pelo Brasil. As dificuldades que se abateram sobre este setor, com o fechamento de inúmeras firmas, ocorreu quando o mercado cafeeiro nacional e internacional passou por umas de suas piores crises, ou talvez a pior de todas, que se estendeu de meados dos oitenta até o início dos noventa. Esse processo de decadência é revertido em 1993, quando o mercado deu mostras de recuperação, principalmente devido à política de retenção.

No final dos anos oitenta e início dos anos noventa os diversos setores do Complexo não conseguiram se **unir** para encontrar solução para a crise que atingia indistintamente todos **eles**. Foram incapazes de se aglutinarem em torno de interesses comuns, que estavam sob risco devido à grave crise que assolava o setor, buscando uma solução coletiva para os seus problemas. A saída foi partir para soluções isoladas, onde cada um dos segmentos procurou minimizar os **seus** prejuízos.

Mesmo assim buscou-se reorganizar o complexo criando-se o Comitê Brasileiro do Café (CBC), cujos participantes eram a Associação Brasileira da Indústria de Torrefação e Moagem do Café (ABIC), representando a torrefação, a Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel (ABICS), a Federação Brasileira dos Exportadores de Café (FEBEC), e, finalmente, o Conselho Nacional do Café (CNC), representando o setor da produção. Vale lembrar que, um pouco antes disto, Jório Dauster, na sua gestão frente ao IBC, tinha uma ampla visão dos problemas que afetavam o complexo cafeeiro mundial na interação entre produtores, torrefadores, exportadores e consumidores. Para sana-los, ou pelo menos minimiza-los, foi criado em 1986, o Conselho Nacional de Política Cafeeira, em cuja administração havia a seguinte paridade de representação: 50% referentes aos representantes do setor da produção e os outros 50% restantes distribuídos pelos outros segmentos da cafeicultura (entrevista, Melles, 1993).

No entanto, essa tentativa de ampliação institucional privada dos segmentos mais organizados do complexo não permitiu **a** ele recuperar-se do forte golpe recebido.

O setor produtivo, anteriormente o maior beneficiário das políticas do IBC, não teve de imediato capacidade de reorganização. Da mesma forma, o governo apoiava o setor torrefador até a década de setenta, subsidiando-o através do fornecimento da matéria-prima. Para se ter idéia de até que ponto chegava a interferência do governo nas transações cafeeiras, este café ofertado ao setor torrefador era pintado de vermelho, para que não fosse vendido no mercado. Através do subsídio ao setor, subsidiava-se também o consumidor que, no caso, poderia ser considerado a parte mais **frágil** dessa rede de **intermediação**. Esta política deliberada de

proteção ao consumidor sempre constituiu uma das prioridades do Governo, haja vista o tabelamento, que perdurou durante longo período, do café torrado e moído vendido no mercado varejista (entrevista, Villas Boas, 1993).

Nessa nova correlação de forças que se estabelece no Complexo após o fechamento do IBC, pode-se dizer que o setor produtivo foi o que mais perdeu, mas através de suas organizações, como cooperativas e associações, fez todo um esforço de restabelecimento de seu poder de barganha frente aos outros atores do Complexo. Dessa forma, passou a defender melhor os seus interesses.

Já o setor torrefador teve de enfrentar dificuldades com respeito ao fornecimento de matéria-prima, em função disto, tem procurado melhorar a convivência com o setor da produção agrícola. Apesar dos esforços feitos através da ABIC para procurar uma integração mais forte entre os dois setores, sabe-se que alguns fatores impedem que esta seja completa, pois os interesses nem sempre são coincidentes. No entanto, sua posição é de incentivar não só a qualidade, mas a elevação da produtividade do setor da produção agrícola, que propicie o aumento da oferta interna do café. Mesmo que as situações de conflitos entre os segmentos cafeeiros sejam difíceis de se extinguirem, tanto o setor industrial quanto o setor exportador, que dependem fundamentalmente do setor produtivo, estão empenhados em que a situação da lavoura cafeeira permaneça bem estruturada. Isto só iria beneficiá-los, principalmente agora que estão passando por um período de escassez de matéria-prima.

O setor exportador, com os preços atingindo níveis nunca antes vistos, procurou também transformar seu modo de agir. E uma das suas estratégias foi buscar a exportação de produtos de melhor qualidade e preços mais elevados para gerar receitas mais elevadas. Ocorreu também de firmas pouco competitivas no mercado serem obrigadas a abandonar a atividade.

Apesar do antagonismo que rege as relações dos segmentos do setor cafeeiro, eles estão buscando superar os velhos fantasmas e as rugas do passado, com o firme propósito de enfrentar a grave crise passada pelo setor cafeeiro na atualidade. As atuais lideranças desses segmentos estão empenhadas em buscar uma solução coletiva de longo prazo para o produto café, e não para o seu segmento, através de soluções casuísticas de curto prazo.

"Na realidade, os setores do complexo cafeeiro atuam de forma a auferir o maior lucro, mas durante essa crise houve uma aproximação muito grande entre todos eles. Tanto os exportadores quanto os torrefadores chegaram à conclusão de que tinham de fazer determinadas concessões, aceitaram até mesmo o preço de garantia pago aos produtores, que diminuiu, por exemplo, a margem de lucro dos exportadores. Enquanto o produtor é remunerado pelo preço, os outros setores trabalham com margem de lucro, e esta se reduziu bastante nos últimos tempos, ocasionando a saída de exportadores e torrefadores do mercado.

Por exemplo, o setor torrefador era cartelizado, e cada uma de suas unidades tinha a sua cota de matéria-prima ofertada pelo governo. No entanto, na atualidade, esta situação mudou substancialmente, com o conseqüente aumento da concorrência entre as unidades componentes do setor, e esta provocou a redução de sua margem de lucro” (entrevista, Paulinelli, 1993).

5 Conclusões

Este capítulo apontou para a redução recente na importância de alguns agentes de comercialização, como os maquinistas, ao mesmo tempo em que outros começaram a assumir posições de agentes mais atuantes, como as cooperativas e associações de produtores. As cooperativas iniciaram um processo de verticalização, causando na cadeia de comercialização uma sensível modificação no número de seus intermediários. Inclusive algumas delas estão partindo para o ramo da torrefação e da moagem.

Portanto, os fluxos da comercialização vão se alterando, e se os corretores e os *dealers* constituíam os principais agentes compradores, as cooperativas passam a engrossar esse fluxo tornando-se mais determinantes na rede de intermediação.

Se para alguns autores, o complexo cafeeiro é apenas uma atividade modernizada, para outros é um **CAI**, tendo em vista serem bastante fortes suas ligações a montante com o setor industrial (máquinas, equipamentos, defensivos e adubos), embora sua integração para frente seja fraca. Outros analistas sustentam, no entanto, ser ele um **CAI** completo, sendo que seu dinamismo provém do setor exportador.

Vimos também que o setor agrícola é reforçado através de um movimento mais consistente por parte dos cafeicultores, em se aglutinarem em cooperativas e associações. Este tipo de ação assegura ao setor agrícola maior poder de barganha e político frente aos outros dois setores (torrefação e exportação). Estes, de certa forma, têm de fazer concessões ao setor agrícola porque dependem dele para levar a cabo suas atividades. Sem a proteção governamental, o setor agrícola também buscou melhorar seus níveis de produtividade e qualidade do produto para atender às novas exigências do mercado consumidor.

Embora essa nunca tenha sido uma das preocupações do setor exportador, com a liberalização do mercado ocorreu uma relativa concentração do setor, com a saída de firmas de menor porte. Isto ocorreu devido a uma queda substancial nos preços internacionais do produto a partir de meados de década de oitenta, agravada mais ainda nos anos noventa. Outra

modificação em sua atitude refere-se à busca de exportar café finos, de qualidade melhor, pois o mercado consumidor internacional, através de um maciço trabalho de *marketing* feito pelos cafeicultores colombianos, passou crescentemente a preferir este tipo de produto.

O setor torrefador sempre sofreu elevado grau de intervenção governamental nas suas atividades. Em primeiro lugar, havia o estabelecimento de quotas para as unidades industriais, função de sua capacidade de transformação. Em segundo lugar, havia a fixação de preços no setor varejista. Estas medidas tomavam o setor pouco atrativo devido, entre outros fatores, à falta de autonomia e de estímulos que propiciassem a elevação da produtividade e da qualidade da produção. A partir do momento da liberalização do mercado, o setor se aglutinou, principalmente em torno de sua unidade representativa, a ABIC, procurando modernizar-se. Muitas empresas passaram a encomendar pesquisas mercadológicas a nível internacional, visando à exportação do café torrado, o que iria propiciar ganhos devido ao valor adicionado ao produto, em comparação às exportações do café em grão (*in natura*). Outrossim, com o tabelamento do preço ao consumidor sendo extinto, os industriais tinham condições de melhorar a qualidade e diversificar sua produção visando conquistar novos consumidores, pois a disputa passava a levar em conta fatores que anteriormente não tinham a mínima influência nos preços finais das mercadorias. Outra medida visando à ampliação do mercado foi a instituição do “Selo Pureza”, que tinha como objetivo assegurar ao consumidor um produto de qualidade. Portanto, o setor toma-se mais agressivo em termos de políticas de *marketing*, buscando preencher os vazios deixados pelas pessoas que optaram em consumir produtos como sucos, refrigerantes e chás. Ao lado disso devemos ressaltar que o nível tecnológico do setor também passou por modificações, visando ao aumento da competitividade.

A interação do Complexo não só é importante mas também necessária, para que os seus diversos setores obtenham sucesso financeiro e comercial em suas atividades. A regra básica de comportamento teria, então, como pauta, a confluência de interesses que se baseiam na conquista de mercados mais amplos, elevação de preços e cada vez mais a qualidade assegurada do produto pelo agricultor (sob a supervisão das entidades às quais é associado, cooperativas ou associações) ao exportador, com preocupações básicas, como tempo e embalagens do produto. Forma-se assim, um círculo de interesses onde os produtores dependem dos agentes da comercialização e dos exportadores, estes dependem do setor agrícola, cooperativas e agentes intermediários, como corretores e *dealers*, os torrefadores e industriais do solúvel, dependendo também dos cafeicultores, exportadores, etc. Portanto, as ações de todos os segmentos têm de ser integradas no Complexo como um todo, fechando o círculo produção, comércio

e indústria. Deve-se agregar a esta interação a parceria do governo.

Em síntese, em função de diversos fatores, como a colocação do café nas bolsas de mercadorias, a entrada de novos mercados consumidores, as mudanças de hábitos dos consumidores (café expresso versus café solúvel), o mercado dos cafés tipo *special*, o afastamento da intervenção governamental na atividade cafeeira e a mudança de mentalidade dos segmentos que a compõem, dentre outros, têm ocorrido profundas mudanças no processo de comercialização do café e na convivência interna dos diversos segmentos da cafeicultura. Dessa forma todos os segmentos envolvidos no Complexo, como cooperativas, associações, torrefadoras, firmas exportadoras, empresas de café solúvel e produtores, estão se adaptando às novas regras estabelecidas nos mercados interno e externo da cafeicultura.

CAPÍTULO 4

MINAS GERAIS: NOVO MODELO DE PRODUÇÃO CAFEEIRA E NOVAS PERSPECTIVAS NOS ANOS NOVENTA.

1 Introdução

Para melhor caracterizar o desenvolvimento da atividade cafeeira no estado de Minas Gerais, é importante diferenciar duas formas de sua expansão. A primeira refere-se à região sul mineira que, contando com fartos recursos do PRRC, teve no cooperativismo um dos fatores da expansão de sua cafeicultura. Embora tendo suas terras ocupadas com outras lavouras e com pecuária, a cafeicultura se expandiu, através do processo de substituição de culturas, tornando-se a principal região produtora do estado.

A segunda forma de expansão refere-se à região do cerrado, apoiada por recursos não tipicamente do café, mas originários de programas especiais de desenvolvimento agropecuário regional (PADAP, POLOCENTRO), tendo como base a ação das associações rurais. Esta região, ao contrário do Sul de Minas, caracterizava-se por ser uma área de baixa densidade ocupacional, identificando-se como um vazio econômico, o que viabilizou a expansão da cafeicultura de forma extensiva, porém com uso intensivo de insumos modernos, principalmente no tocante à correção do solo para adaptá-lo à cultura do café. Esta nova organização objetivava elevar a produtividade, aumentar o nível de qualidade do café produzido, incrementar os mecanismos de comercialização, buscando simplificar a rede de intermediação, com o intuito de aumentar a lucratividade da venda do café e implantar um política de *marketing* para divulgar, valorizar a qualidade e promover o café do cerrado. Outrossim, buscavam centralizar suas decisões no Conselho das Associações do Cerrado (CAC CER), que congrega todas as associações da região, para agilizar e efetivar as ações descritas acima.

Inicialmente neste capítulo (itens 2 e 3) caracterizaremos a cafeicultura mineira, a partir do momento em que ela se estabelece no Estado, formando-se suas regiões produtoras, sendo eleitas para análise aquelas em que a cultura mais se expandiu. Ao lado disso, também iremos mostrar de que forma ela vai conquistando novos espaços dentro do Estado, fixando-se em áreas antes consideradas improváveis de se cultivá-la, mas que através do uso mais *intensi-*

vo e sistemático de insumos, tornou factível seu plantio. Veremos, ainda, como se modifica a posição relativa de Minas Gerais em relação aos outros estados produtores brasileiros.

A seguir focalizaremos o comportamento das duas principais regiões produtoras do Estado e o os seus modelos de desenvolvimento da cafeicultura relativos às práticas culturais, organizacionais e comerciais da mesma. Enquanto o Sul de Minas, maior região produtora de Minas Gerais, produzindo uma variedade maior de tipos de café de boa qualidade, baseia toda a **sua** exploração tendo como referência o sistema cooperativista, o cerrado mineiro, que detém o título de parque cafeeiro mais moderno do país, produzindo um produto de alta qualidade, tem como base de apoio o sistema associativista. Portanto, é interessante que se cotejem estes dois sistemas distintos de organização da cafeicultura. Tarefa esta que será objeto de análise nos itens 4 e 5 deste capítulo.

2 Caracterização da Cafeicultura Mineira

A cafeicultura pode ser considerada como uma cultura nômade. Foi primeiramente plantada no Pará, mas encontrou o seu *habitat* preferido nas regiões sul e sudeste do País. Sua exploração se caracterizava por ser feita de forma extensiva, aproveitando-se da fertilidade natural do solo. Com o passar do tempo, essas práticas foram se modificando e nos anos setenta ela experimentou um processo de modernização.

Em Minas Gerais, a cafeicultura foi primeiramente introduzida na Zona da Mata, que se deslocou do Vale do Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, encontrando aí condições favoráveis para se desenvolver. A expansão da cafeicultura nesta região mineira propiciou o surgimento ou a expansão de cidades como Juiz de Fora, Cataguases, Mucuri, Carangola e Rio Novo. Por muito tempo essa região se responsabilizou pela parcela mais representativa da produção de café no estado (GOMES, 1988).

No entanto, com o passar do tempo, a cafeicultura migrou para outras regiões do Estado, vindo a se estabelecer com sucesso no Sul de Minas, principalmente nas zonas fronteiriças com as regiões cafeeiras de São Paulo. Estas novas zonas cafeeiras em Minas vão surgindo através de componentes exógenos, não constituindo apenas prolongamentos das antigas regiões produtoras mineiras. É a partir dessa singularidade de ocupação do espaço pela cafeicultura, que podemos afirmar serem as zonas cafeeiras mineiras relativamente estanques, não havendo, portanto, influência acentuada de uma sobre as outras.

A Zona da Mata, após longa fase de estagnação, teve sua produção superada por aquela originária do Sul de Minas, no início dos anos sessenta. Em 1961/62, a produção mineira foi de 4,0 milhões de sacas de café beneficiado. Deste total, 57,5% eram provenientes do Sul de Minas e 42,5% da Zona da Mata (GOMES, 1988, p. 281).

A superioridade do Sul de Minas em termos de produção cafeeira no Estado pode ser comprovada através da leitura dos dados da Tabela 4.1, onde sua participação relativa variou de 44% em 1990, a 62% em 1985. A Zona da Mata tinha uma participação relativamente constante, em torno dos 17%, ao longo do período analisado. Devemos salientar que essas variações bruscas, em termos absolutos, da produção de ano para ano, pode em parte ser explicada pela bianualidade do ciclo da produção cafeeira. Após uma safra volumosa, onde se exaure a planta, temos no ano seguinte queda de produtividade. Este fenômeno é agravado pela ocorrência de geadas e secas.

Mas a expansão cafeeira mineira não se limitou a essas duas regiões. Em função de inúmeros fatores, desloca-se para regiões antes consideradas inaptas para o cultivo do café. É assim que nos anos setenta, ela se instala no cerrado mineiro. Esse movimento dentro do Estado se deveu às necessidades de expansão da fronteira agrícola dentro de Minas Gerais. Aliado a isto, havia o desenvolvimento de novas técnicas e o uso mais intenso de insumos que permitiram superar as deficiências dos solos, corrigindo-os. Outro ponto positivo para que a cafeicultura se estabelecesse definitivamente no cerrado, foram as condições favoráveis da topografia e do clima. A topografia menos acidentada permitiu que a atividade cafeeira nessa área mineira fosse praticamente mecanizada em todas as suas fases e o clima propício, principalmente seco, na época da colheita adicionou mais um ponto positivo para a cafeicultura do cerrado, qual seja, a qualidade do café produzido no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba. Pela Tabela 4.1, nota-se claramente a importância cada vez maior dessa região no total produzido em Minas Gerais, passando de um percentual de 6,9% em 1980 para 16% em 1990.

A cafeicultura mineira caracteriza-se por ter grande número de produtores, que exploram essa atividade em propriedades de médio e pequeno portes. Através das Tabelas 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5, para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985, podemos verificar que grande parte dos cafeicultores têm propriedades com menos de 50 hectares. A participação relativa desse estrato no total de cafeicultores em Minas Gerais, para estes anos foi de, respectivamente, 68%, 66,5%, 68,7% e 62,4%. Apesar de a participação manter-se elevada, podemos observar que houve uma ligeira queda em 1985, sem, contudo, configurar-se uma tendência. Para todos esses anos, a área média colhida com café foi inferior a 5 ha. No entanto, se em 1970 esta situa-

va-se em 3,81 hectares, em 1985 passou a ser de 4,31 hectares. Em termos de área colhida e participação no total produzido podemos observar que os percentuais desse estrato são baixos. Se em 1970, eles se responsabilizavam por 40% do total da área colhida e por 33% do total produzido, em 1985 eles decresceram significativamente, ficando, respectivamente, em 35% e 27%. Temos do outro lado o estrato de área situado entre 100 e 500 hectares (produtores que podem ser considerados como de médio e grande porte), que em 1985 teve sua participação, em termos de área colhida, situando em torno de 36,5%, sendo responsáveis por 41% do total produzido no estado nesse mesmo ano. Para os outros anos anteriores, os percentuais dessa classe de cafeicultores permanece em torno daqueles estabelecidos para o ano de 1985.

TABELA 4.1
PRODUÇÃO DE CAFÉ EM COCO SEGUNDO REGIÕES DE
PLANEJAMENTO – MINAS GERAIS
1980 – 1990 (Toneladas)

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990
I – METAL. E CAMPOS DAS VERTENTES	5744	9405	8327	9981	10831	10037	11040
II – ZONA DA MATA	67986	192128	111363	245029	173000	205450	178773
III – SUL DE MINAS	235235	787347	326931	899653	515066	618593	456068
IV – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA	27936	109272	59855	205736	115198	90176	166682
V – ALTO SÃO FRANCISCO	20393	44751	46226	79820	89991	82853	73250
VI – NOROESTE DE MINAS	924	3130	3284	4729	5734	5196	6629
VII – VALE JEQUITINHONHA	15254	45380	33266	46438	50289	38945	38866
VIII – RIO DOCE	31450	86213	65246	119290	99163	107793	109491
TOTAL	404922	1277626	654498	1610676	1059272	1159043	1040799

(Percentuais)

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990
I – METAL. E CAMPOS DAS VERTENTES	1,42	0,74	1,27	0,62	1,02	0,87	1,06
II – ZONA DA MATA	16,79	15,04	17,02	15,21	16,33	17,73	17,18
III – SUL DE MINAS	58,09	61,63	49,95	55,86	48,62	53,37	43,82
IV – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA	6,90	8,55	9,15	12,77	10,88	7,78	16,01
V – ALTO SÃO FRANCISCO	5,04	3,50	7,06	4,96	8,50	7,15	7,04
VI – NOROESTE DE MINAS	0,23	0,24	0,50	0,29	0,54	0,45	0,64
VII – VALE JEQUITINHONHA	3,77	3,55	5,08	2,88	4,75	3,36	3,73
VIII – RIO DOCE	7,77	6,75	9,97	7,41	9,36	9,30	10,52
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE, 1980; 1985; 1986; 1987; 1988; 1989; 1990.

TABELA 4.2

**DISTRIBUIÇÃO POR ESTRATO DE ÁREA TOTAL, NÚMERO DE INFORMANTES,
ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO DE CAFÉ EM COCO – MINAS GERAIS – 1970**

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	INFORMANTES		ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO	
	abs.	%	(ha)	%	(ton.)	%
menos de 10 ha	20546	23,37	25544	7,61	21214	6,47
10 a menos de 20	15692	17,85	34697	10,34	26573	8,10
20 a menos de 50	23566	26,81	75457	22,48	59875	18,25
50 a menos de 100	13327	15,16	60430	18,01	54176	16,51
100 a menos de 200	8329	9,47	54023	16,10	54725	16,68
200 a menos de 500	4929	5,61	53260	15,87	66163	20,17
500 a menos de 1000	1089	1,24	21524	6,41	30498	9,30
1000 e mais	436	0,50	10692	3,19	14857	4,53
Total	87914	100,00	335627	100,00	328081	100,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário: Minas Gerais, 1970.

TABELA 4.3

**DISTRIBUIÇÃO POR ESTRATO DE ÁREA TOTAL
NÚMERO DE INFORMANTES, ÁREA COLHIDA, E PRODUÇÃO DE CAFÉ EM COCO
MINAS GERAIS – 1975**

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	INFORMANTES		ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO	
	abs.	%	(ha)	%	(ton.)	%
menos de 10 ha	21039	23,29	20738	5,89	15824	5,40
10 a menos de 20	15604	17,27	28245	8,02	18402	6,28
20 a menos de 50	23468	25,98	65129	18,50	44144	15,07
50 a menos de 100	13829	15,31	59661	16,95	44048	15,04
100 a menos de 200	8938	9,89	62408	17,73	50907	17,38
200 a menos de 500	5556	6,15	68882	19,57	69049	23,58
500 a menos de 1000	1362	1,51	30931	8,79	35279	12,05
1000 e mais	534	0,59	16073	4,57	15184	5,19
Total	90330	100,00	352067	100,00	292837	100,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário: Minas Gerais, 1975.

TABELA 4,4
DISTRIBUIÇÃO POR ESTRATO DE ÁREA TOTAL
NÚMERO DE INFORMANTES, ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO DE CAFÉ EM COCO
MINAS GERAIS – 1980

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	INFORMANTES		ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO	
	abs.	%	(ha)	%	(ton.)	%
menos de 10 ha	35751	26,13	29137	5,42	23503	4,63
10 a menos de 20	24274	17,74	39217	7,30	33240	6,55
20 a menos de 50	33973	24,83	91978	17,11	81583	16,08
50 a menos de 100	19278	14,09	90917	16,92	84876	16,73
100 a menos de 200	12695	9,28	97389	18,12	95565	18,84
200 a menos de 500	7987	5,84	111955	20,83	110777	21,83
500 a menos de 1000	2006	1,47	47248	8,79	48478	9,55
1000 e mais	862	0,63	29638	5,51	29344	5,78
Total	136826	100,00	537479	100,00	507366	100,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário: Minas Gerais, 1980.

TABELA 4.5
DISTRIBUIÇÃO POR ESTRATO DE ÁREA TOTAL
NÚMERO DE INFORMANTES, ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO DE CAFÉ EM COCO
MINAS GERAIS – 1985

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	INFORMANTES		ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO	
	abs.	%	(ha)	%	(ton.)	%
menos de 10 ha	55222	31,01	59160	7,71	75151	5,60
10 a menos de 20	32013	17,98	67329	8,77	90020	6,71
20 a menos de 50	41611	23,37	138612	18,06	202033	15,05
50 a menos de 100	22789	12,80	125802	16,39	204577	15,24
100 a menos de 200	14415	8,09	134901	17,57	252895	18,84
200 a menos de 500	8913	5,00	145089	18,90	294123	21,91
500 a menos de 1000	2201	1,24	61563	8,02	132389	9,86
1000 e mais	922	0,52	35180	4,58	91325	6,80
Total	178086	100,00	767636	100,00	1342513	100,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário: Minas Gerais, 1985.

Ao analisar a produtividade por estrato de área colhida com café das propriedades cafeeiras, podemos concluir que esta aumenta à medida em que cresce a área colhida com café.

Pela Tabela 4.6 vê-se que esta era de apenas 21 sacas de 60 kg de café em coco por hectare para o estrato de produtores de até 10 hectares, enquanto que para os estratos mais altos, por exemplo, a faixa acima de 1000 hectares, a produtividade era praticamente o dobro, em torno de 43 sacas/ha. A justificativa para isto pode residir no fato de que os cafeicultores de porte médio e grande são muito mais empreendedores e capitalizados do que aqueles considerados de menor porte, que utilizam mais intensamente a tecnologia moderna disponível para a cultura do café.

Em termos de produtividade média por propriedade, esta se elevou de 16,19 sacas de 60 kg de café em coco por hectares em 1970, para 29,15 sacas/ha, em 1985. Uma explicação para o substancial aumento da produtividade pode ser buscada numa melhoria nas técnicas de plantio do café. Nas novas lavouras os espaçamentos entre as plantas eram menores. Essa técnica denominada de adensamento vem sendo empregada nos cafezais e os resultados são excelentes, pois a produtividade se elevou significativamente. Se em 1970 a população cafeeira média por propriedade era de 4.288 pés, em 1985 passou para 8.633 pés por estabelecimento.

TABELA 4.6
ÁREA MÉDIA E PRODUTIVIDADE SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA TOTAL
MINAS GERAIS – 1985

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	Área Média (ha)	Produtividade (sacas de 60 kg de café em coco/ha)
menos de 10 ha	1,07	21,17
10 a menos de 20	2,1	22,28
20 a menos de 50	3,33	24,29
50 a menos de 100	5,52	27,1
100 a menos de 200	9,36	31,24
200 a menos de 500	16,28	33,79
500 a menos de 1000	27,97	35,85
1000 e mais	38,16	43,27
Total	4,31	29,15

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário: Minas Gerais, 1985.

Quanto à Condição do Produtor, chegou-se à conclusão de que a categoria de proprietário é a forma predominante nessa atividade no Estado. Se em 1970, essa categoria representava em torno de 89,4% do total de cafeicultores do Estado, para os anos de 1975, 1980 e 1985 ela ultrapassa a barreira dos 90%. As categorias dos parceiros, arrendatários e ocupantes são, portanto, pouco significativas na cafeicultura mineira (veja Tabela 4.7).

TABELA 4.7
NÚMERO DE INFORMANTES DE CAFÉ EM COCO SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR
MINAS GERAIS – 1970-1985

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	INFORMANTES							
	1970		1975		1980		1985	
	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%
PROPRIETÁRIO	78642	89,45	84701	93,77	125723	91,89	161033	90,42
ARRENDATÁRIO	2596	2,95	1100	1,22	2188	1,60	2174	1,22
PARCEIRO	2410	2,74	1249	1,38	1882	1,38	3792	2,13
OCUPANTE	4266	4,85	3280	3,63	7033	5,14	11087	6,23
TOTAL	87914	100,00	90330	100,00	136826	100,00	178086	100,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário: Minas Gerais, 1970; 1975; 1980; 1985.

A população cafeeira cresceu em todas as três Divisões de Assistência da Cafeicultura (DACAF)¹ no período compreendido entre 1969 e 1985. Nas DACAFs de BH e VAR o crescimento foi muito grande na década de setenta, enquanto que no início dos anos oitenta esse já não foi tão expressivo. Na DACAF-CAR, praticamente não houve crescimento líquido na primeira metade da década de setenta, cresce significativamente na segunda metade desta e na primeira metade dos anos oitenta. A explicação é que no início da década 70 a erradicação de cafeeiros foi bastante violenta devido à ocorrência de ferrugem nas plantações. Só depois de controlada essa praga, essa região começou a se beneficiar dos créditos do PRRC. Em termos de participação relativa, a DACAF-BH tinha em 1968, 13,6% da população cafeeira total do Estado e em 1975 esse percentual passa para 19%. Para a DACAF-VAR esses percentuais foram, respectivamente, 38,2% e 53,3%, e para a DACAF-CAR, situaram em 48,2% e 27,6% (BACHA, 1988, p.129-131).

Em termos de produção de café beneficiado na Divisão de Belo Horizonte, o que se viu foi a tendência de aumento a partir de 1975/76, enquanto que na zona de Caratinga esta diminui entre 1969/70 e 1975/76, crescendo a partir de 1976/1977. As flutuações nessas duas zonas produtoras deveram-se ao ciclo bianual do cafeeiro, quando a uma produção maior em um ano é acompanhada de uma produção menor no outro. Na região de Varginha, além do ciclo bianual do cafeeiro, as flutuações da produção foram causadas pela ocorrência de geadas, e

¹ O Estado de Minas Gerais é dividido em três DACAFs – Divisão de Assistência à Cafeicultura: a DACAF-Belo Horizonte, que corresponde às Regiões de Planejamento IV, V, VI, grande parte da I e da VII, e pequenas partes da III e da VIII; a DACAF-Caratinga compreende às Regiões de Planejamento II, maior parte da VIII, parte da VII e da I; a DACAF-Varginha corresponde à Região III, exceto a MRH de Formiga.

isto ocorre a partir de 1975/76. Percentualmente, em média, no período entre 1975/76 e 1985/86 a participação era a seguinte: DACAF-VAR, cerca de 54%, DACAF-BH, 20% e DACAF-CAR 26,4% (BACHA, 1988, p. 131).

Em termos regionais, na DACAF-VAR em 1975, a atividade cafeeira ocupava 19,4% das propriedades cafeeiras e as pastagens 58,3%. Mas se o parâmetro for a geração de renda bruta, enquanto o café respondia por 66,4% dela, o leite e a carne respondiam por apenas 25,2%. Portanto, *“à medida que aumenta a percentagem da área ocupada com café nas propriedades, diminui a percentagem da área ocupada com pastagens. Assim podemos dizer que a cafeeicultura compete, principalmente, com a pecuária pelo fator terra.”* (BACHA, 1988, p. 140). Este raciocínio pode ser estendido para as outras DACAFs em termos de concorrência pelo uso da terra.

3 A emergência de Minas Gerais como a nova liderança na cafeeicultura brasileira

Nos anos oitenta assiste-se a uma disputa entre o IBC, representante principal da interferência governamental nos assuntos cafeeiros, e os segmentos do Complexo Cafeeiro, que questionavam a intromissão do órgão no comando da política cafeeira. Ao mesmo tempo, podia-se observar a ocorrência de uma mudança no eixo da representatividade e importância da cafeeicultura em termos regionais no País. Gradativamente, tanto São Paulo quanto Paraná, vão perdendo o interesse pelo cultivo do café, substituindo-o por outras culturas. Paralelamente, o estado de Minas Gerais vai assumindo a liderança como principal produtor de café no Brasil.

A criação do IBC se deu em função de uma pressão exercida pelos grupos cafeeiros paulistas sobre o Governo Federal. O desinteresse posterior de São Paulo em continuar investindo na cafeeicultura, deslocando-se em direção a outras culturas consideradas mais modernas em relação ao café, como a laranja e a cana-de-açúcar, onde as possibilidades de integração vertical são muito maiores, propiciou ali a consolidação de Complexos Agroindustriais de maior solidez. Como consequência deste fato, surgiu ali o questionamento direto à atuação do IBC. Sob esse fogo cerrado de críticas e questionamentos, as consequências não seriam outras senão a perda de **credibilidade** do IBC perante os segmentos envolvidos com a cafeeicultura brasileira.

Portanto, ao se iniciar a década de oitenta, dois fatos decisivos se contrapõem e servem de base para as mudanças **que** irão ocorrer no Complexo Cafeeiro. De um lado, temos a

ascensão de Minas Gerais como principal produtor de café no Brasil, e do outro a perda de poder político do IBC (como pôde ser visto no segundo capítulo).

Com o passar do tempo o café vai se tornando um dos mais importantes produtos agropecuários da economia mineira. Pelo lado da utilização das terras podemos ver **que** em 1987, os produtos mais importantes em termos de área colhida foram: o milho com 34,73% da área colhida do Estado, o café com 15,73%, o arroz com 13,57%, o feijão com 12,24% e a soja com 9,03%. Aqueles **que** mais expandiram suas áreas colhidas no período entre 1980 e 1988 foram a soja, o café e a cana-de-açúcar. Isso demonstra **que** Minas Gerais vai se especializando em lavouras voltadas para o mercado externo, embora as culturas tradicionais ainda sejam uma base importante para a agricultura estadual (BDMG, 1989, p. 13).

No Valor Bruto da Produção Agrícola Estadual, o café teve uma significativa participação. Em 1974, esta foi de 19%, em 1976 de 21,4% e em 1977 chega a 48%. Esse comportamento irregular se deve, entre outros motivos, aos programas de renovação e erradicação dos cafezais e também aos fatores climáticos adversos como geadas. Outros produtos importantes foram o arroz, **que** teve uma participação de 6% no VBPA em 1977, a cana-de-açúcar de 5%, o feijão de 8% e o milho de 16% (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, 1979 e PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL, 1979 e 1980).

*“O esforço modernizante da economia brasileira teve reflexos positivos para o desenvolvimento agropecuário mineiro. O desenvolvimento da agricultura nacional encontrou forte estímulo na incorporação dos cerrados. Minas Gerais, pelo fato de ter sido região precursora desse processo, foi significativamente beneficiada durante a década de 70 pelos programas de governo, específicos para essa área, e pelos mecanismos de crédito. A soja foi a cultura **que** apresentou maior expansão no período. Na década de 80, com a maturação dos investimentos nas áreas dos cerrados, houve também expansão de outras culturas, como cana, milho, arroz e feijão. Assim, a pauta mineira de produtos agrícolas manteve sua diversificação, mas o avanço das culturas de café, soja e cana-de-açúcar foi mais acentuado do **que** as demais culturas, o **que** sugere **que** o Estado mesmo mantendo sua característica policultora, vem **se** especializando em culturas voltadas para o mercado externo e para as agroindústrias. Não obstante, culturas tradicionais voltadas para o mercado interno continuam importantes para a produção agrícola mineira e brasileira” (BDMG, 1989, p. 57).*

Pela Tabela 4.8, podemos ver **que** Minas assumiu definitivamente a liderança da cafeicultura no País. Se no início dos anos oitenta sua população cafeeira não alcançou o volume de 1 bilhão de covas, com percentuais em torno de 30%, a partir de 1983/84 sua população cafeeira ultrapassa a casa do 1 bilhão de pés, chegando a 1,7 bilhão de covas em 1989/90. Em termos de participação relativa, passou a deter mais de 40%, a partir da safra 1986/87.

O mesmo fenômeno ocorreu em termos de produção beneficiada, com Minas Gerais assumindo claramente a liderança. Pela Tabela 4.9, pode-se ver claramente **que** se em 1980/81

o estado estava produzindo cerca de 3,4 milhões de sacas de café beneficiado, correspondendo a 21% do total produzido no Brasil, no início dos anos noventa, a produção mineira ultrapassou as 10 milhões de sacas, responsabilizando-se por cerca de 41% da produção brasileira em 1991/92.

TABELA 4.8
POPULAÇÃO CAFEEIRA E SUA PARTICIPAÇÃO
SEGUNDO ESTADOS PRODUTORES
1979/80 – 1993/94 (em mil covas)

ANO	MINAS GERAIS		SÃO PAULO		PARANÁ		ESP. SANTO		OUTROS		BRASIL	
	abs.	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%
1979/80	881072	25,59	979920	28,46	828077	24,05	453681	13,18	300000	8,72	3442750	100
1980/81	869883	26,10	969300	29,08	719074	21,57	449786	13,5	325000	9,75	3333043	100
1981/82	982468	28,25	969210	27,86	676952	19,46	474764	13,65	375087	10,78	3478481	100
1982/83	993307	30,16	864731	26,26	553628	16,81	539332	16,37	342457	10,4	3293455	100
1983/84	1109298	32,85	744013	22,04	521626	15,45	572904	16,97	428326	12,69	3376167	100
1984/85	1149398	34,64	675550	20,37	494454	14,91	598193	18,03	399775	12,05	3317370	100
1985/86	1181852	35,30	697190	20,82	478963	14,3	599824	17,91	390613	11,67	3348442	100
1986/87	1481746	40,56	683701	18,28	501844	13,42	630126	16,85	442118	11,82	3739535	100
1987/88	1744676	41,88	769675	18,47	512130	12,29	672147	16,13	467734	11,23	4166362	100
1988/89	1760797	41,55	750265	17,70	510605	12,05	736185	17,37	480274	11,33	4238126	100
1989/90	1755335	42,43	680101	16,44	492068	11,89	744568	18,00	464745	11,23	4136817	100

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, Rio de Janeiro: IBC, 1989, GOMES, 1988.

TABELA 4.9
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ BENEFICIADO SEGUNDO ESTADOS PRODUTORES E
PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO TOTAL PRODUZIDO
1979/80 – 1992/93 (milhões de sacas de 60 kg)

ANO	MINAS GERAIS		SÃO PAULO		PARANÁ		ESP. SANTO		OUTROS		BRASIL	
	abs.	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%
1979/80	7,9	36,57	8,4	38,89	2	9,26	2,7	12,5	0,6	2,78	21,6	100
1980/81	3,4	20,73	6	36,59	3	18,29	3,1	18,9	0,9	5,49	16,4	100
1981/82	11,6	32,77	11	31,07	8,3	23,45	3,3	9,32	1,2	3,39	35,4	100
1982/83	4	24,69	5,6	34,57	1,6	9,88	3,4	20,98	1,6	9,88	16,2	100
1983/84	9,6	31,58	7,4	24,34	5,9	19,41	5,1	16,78	2,4	7,89	30,4	100
1984/85	5,5	25,23	6,5	29,81	4	18,35	4	18,35	1,8	8,26	21,8	100
1985/86	10,7	32,83	8,9	27,3	5,4	16,56	5,1	15,64	2,5	7,67	32,6	100
1986/87	4,3	31,85	1,6	11,85	2	14,81	3,6	26,61	2	14,81	13,5	100
1987/88	13,2	30,77	12,6	29,37	10	23,31	4,7	10,96	2,2	5,13	42,9	100
1988/89	8,6	38,22	4,4	19,56	2,3	10,22	5,2	23,11	2,3	10,22	22,5	100
1989/90	9,2	36,22	4,7	18,50	4,6	18,11	4,5	17,72	2,4	9,45	25,4	100
1990/91	10	35,59	6	21,35	3,8	13,52	5,5	19,57	2,8	9,96	28,1	100
1991/92	11,3	41,24	4,5	16,42	3,7	13,50	5,5	20,07	2,4	8,76	27,4	100
1992/93	6	31,91	4,2	22,34	1,9	10,11	5	26,60	1,7	9,04	18,8	100

Fonte: GOMES, 1988, SOCIEDADE EXPORTADORA E IMPORTADORA CITOMA LTDA., Departamento Técnico, 1992.

Pela Tabela 4.10 a expansão da área plantada com café em Minas Gerais foi bastante expressiva nos anos oitenta, passando de 600 mil hectares em 1980 para 909 mil hectares em 1989, detendo **34%** de toda a área cultivada com café no Brasil. O crescimento da área plantada foi então de cerca de **50%** em menos de 10 anos. O Espírito Santo passou a deter em 1989 a segunda maior área plantada, correspondendo a quase 20% do total. Tanto Paraná, quanto São Paulo, diminuem drasticamente suas áreas dedicadas à cafeicultura.

Quando o IBC se enfraquece, quem vai assumindo a liderança da cafeicultura no País é Minas Gerais. No entanto, os grupos mineiros ligados ao café não conseguem reverter o processo de decadência deste órgão. Não tinham a força e a pujança política dos grupos paulistas. Ao lado disto, quando Minas assume a liderança da cafeicultura, esta lavoura **já** não tinha as mesmas prerrogativas de antes, isto é, seu papel dentro da economia brasileira não tinha mais a relevância de tempos atrás.

TABELA 4.10
ÁREA PLANTADA COM CAFÉ SEGUNDO ESTADOS PRODUTORES E
PARTICIPAÇÕES RELATIVAS
1980-89 (1.000 hectares)

ANO	MINAS GERAIS		SÃO PAULO		PARANÁ		ESP. SANTO		OUTROS		BRASIL	
	abs.	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%
1980	597,9	20,42	987,6	33,73	720,7	24,61	353,1	12,06	269,0	9,18	2928,3	100
1981	667,9	22,41	967,6	32,47	677,3	22,73	375,2	12,59	292,2	9,8	2980,2	100
1982	657,8	24,67	777,5	29,16	545,5	20,46	414,2	15,54	271,1	10,17	2666,2	100
1983	687,1	26,67	670,6	26,02	487,8	18,93	436,1	16,93	295,0	11,45	2576,7	100
1984	697,2	28,04	600,3	24,14	460,4	18,51	451,8	18,17	277,0	11,14	2486,8	100
1985	705,7	28,53	598,1	24,18	444,2	17,96	449,3	18,17	275,9	11,16	2473,2	100
1986	815,8	31,17	567,8	21,70	4610,0	17,61	466,4	17,82	306,0	11,69	2617,1	100
1987	920,6	32,93	604,8	21,63	466,0	16,67	482,8	17,27	321,4	11,5	2795,5	100
1988	922,7	32,89	581,9	20,74	458,5	16,34	514,5	18,34	327,9	11,69	2805,5	100
1989	909,9	33,62	522,4	19,30	437,4	16,16	518,7	19,17	317,9	11,75	2706,4	100

Fonte: GOMES, 1988, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, Rio de Janeiro:IBC, 1989.

4 A cafeicultura do Sul de Minas e o sistema cooperativista

A cafeicultura do Sul de Minas sempre teve como uma das suas principais características o fato de se apoiar em uma parceria sólida com o sistema de cooperativas. No entanto, podemos observar que o crescimento significativo delas, transformando-as na sua essência, em grandes empresas, vai afastando-as de **seus** propósitos originais. Este processo de gigantismo acabou **por** tomá-las menos **ágeis** na condução dos negócios cafeeiros. Com estruturas pesa-

das, a reação foi lenta na reestruturação da cafeicultura, ao eclodir, a partir da segunda metade dos anos oitenta, uma das mais violentas crises por que passou a cafeicultura brasileira,

As funções do cooperativismo podem ser inúmeras, podendo

“... atuar nas áreas de crédito rural, abastecimento, colonização, comercialização interna e externa de insumos e produtos, beneficiamento ou industrialização, produção ou prestação de serviços especializados, tais como irrigação, transporte, mecanização, eletrificação e distribuição de sementes e mudas, divulgação de novas tecnologias, manejo de gado, correção de solos” (BDMG, 1989; p. 121).

Mas, nem sempre as opiniões são convergentes, pois existem diversas pessoas que tecem severas críticas às cooperativas, acusando-as de terem se desviado de seus objetivos, ao se comportarem como entidades meramente assistencialistas ou transformando-se em empresas com vistas apenas à obtenção de lucros,

Nosso objetivo será mostrar a parceria que se estabelece entre o cooperativismo e a atividade cafeeira, que é mais acentuada nas tradicionais zonas cafeeiras de Minas Gerais, em especial no Sul de Minas. De antemão, podemos assegurar que a cafeicultura conta com um forte sistema cooperativista, que desempenha um papel fundamental no Complexo Cafeeiro. Papel este que é reforçado, depois do fechamento do IBC e do afastamento do governo da cafeicultura.

“As cooperativas de café são as mais integradas com as agroindústrias. Além de classificarem e padronizarem a produção, permitindo o atendimento de várias camadas de consumidores de exigência variada, atuam diretamente na comercialização, inclusive no segmento exportador” (BDMG, 1989, p. 122).

Na realidade as cooperativas foram o suporte para a expansão cafeeira no Sul de Minas e onde não eram estruturadas as associações proliferaram, exercendo um papel semelhante ao delas.

“Quem representa na essência o produtor rural são as cooperativas, porque elas ‘falam’ e ‘trabalham’ em seu nome, defendendo os seus interesses em questões referentes ao crédito rural e à assistência técnica, a problemas de transporte e armazenagem e, finalmente, orientando-o na comercialização. Se você tem todo esse aparato e etapas que envolvem o segmento do processo produtivo numa só instituição, ela é efetivamente a representante legítima do produtor. Com a crise que afetou a cafeicultura nesses últimos anos, quem a sustentou foi o processo cooperativista, do contrário todo o setor cafeeiro estaria numa situação muito pior do que está hoje. Com a extinção do IBC, o ponto de sustentação da atividade cafeeira foi a bem estruturada organização do sistema cooperativista, que deu suporte ao setor produtivo. As cooperativas acabam sendo uma extensão do Governo, podendo ser consideradas como mini-prefeituras, pois ninguém é mais parceiro do governo do que o sistema cooperativista. Primeiro, porque as cooperativas são bem ordenadas no que diz respeito, principalmente, ao aspecto tributário. Em outras palavras, elas não têm como sonegar os impostos incidentes sobre os seus negócios, ao passo que outros órgãos ou agentes ligados à cafeicultura não têm escrúpulos em fazer isto” (entre — Melles, 1993).

Para desempenhar a contento suas funções, as cooperativas não precisam de uma legislação específica, mas seria importante que se dessem todas as condições de igualdade aos segmentos que têm na cafeicultura sua principal atividade. Isto se concretizando, as cooperativas fatalmente levariam vantagens sobre os outros setores cafeeiros, por serem mais organizadas, baseando suas atividades no trabalho e na competência. O governo deveria efetivar regras fixas e estáveis que valessem igualmente para todos, sem exceção. Enquanto isso não acontece, seria interessante que ele tivesse, uma política ou pelo menos algumas normas que facilitassem, ou pelo menos diminuíssem, os seus encargos financeiros, como por exemplo, a diminuição do ICM incidente sobre o café.²

Para levar a bom termo sua produção, o produtor depende muitas vezes da assistência da cooperativa. Como primeiro ponto, temos a aquisição de insumos que serão pagos pelo sistema de equivalência. A cooperativa fornecerá todos os fertilizantes, fungicidas, inseticidas, etc. requeridos pelo cafeicultor e a equivalência será medida em tantas sacas de café do que se gastou na aquisição desse material. Esse tipo de negociação é essencial para a sobrevivência do agricultor, em função de se encontrar bastante descapitalizado (como pôde ser visto na tabela 2.2), e por isso mesmo está encontrando sérias dificuldades para cultivar adequadamente sua lavoura. Portanto, necessariamente terá de vincular seus gastos com insumos e equipamentos (seus custos de produção) às expectativas do que vai produzir na safra. É por isto que é importante para ele a equivalência-produto.³

Como foi visto anteriormente, com a crise dos anos noventa e o afastamento do Governo da atividade cafeeira, a cafeicultura terá de necessariamente enveredar por uma trilha mais profissional na busca de melhores índices de produtividade e de qualidade do produto, melhorando sua competitividade no mercado, interno e externo. Nesse novo modelo, assim como em todo o processo da cafeicultura, o papel das cooperativas é fundamental. Mas o próprio modelo de cooperativa vai ter de passar por uma modificação. Muitas vezes suas ações são direcionadas para a própria cooperativa em si, ao invés de beneficiar o produtor.

“A cooperativa tem de ser a cara do produtor. Embora seja uma empresa tem de lutar em prol do produtor. O que aconteceu foi o seguinte: a estrutura das cooperativas cresceu tanto que no final as ações acabaram beneficiando-as como empresas, deixando de lado as necessidades dos seus cooperados, e isso vai ter de ser revertido, voltando-se aos princípios originais que nortearam a criação do sistema cooperativista. Se o cooperado é a razão de ser da cooperativa, seu modelo de ação terá de, necessariamente, girar em torno dele, seja na prestação de serviços ou no processo de comercialização, passando então a ter a credibilidade do produtor. A cooperativa reassume suas antigas funções e passa a fornecer in-

² Segundo Melles, em agosto de 1993 o ICM cobrado estava em tomo de 600 cruzeiros reais a saca de 60 kg.

³ Entrevista realizada em São Sebastião do Paraíso, agosto de 1993, com Paulo Mafra, Cafeicultor.

sumos, adubos, assistência técnica e gradativamente vai substituindo o governo nesse papel de prestador de serviços. Embora as pessoas assegurem ser a assistência técnica uma função do governo, isso não é verdade, pois ela pode ser feita através das próprias organizações dos produtores, cooperativas ou associações” (entrevista, Landi, 1993).

Prosseguindo, ele afirma que

“... um dos principais objetivos perseguidos pelas principais cooperativas de café, na atualidade, é que elas sejam administradas de forma profissional. A estrutura de uma cooperativa moderna deve ter, de um lado, um corpo gerencial que a faça funcionar como uma empresa responsável pela tomada de decisões, pela sua organização e pelo seu gerenciamento. e de outro, uma diretoria executiva, representativa do seu corpo de associados, isto é, delegada dos seus cooperados. Ao tomar qualquer decisão esta diretoria terá de ouvir o corpo gerencial. Portanto, o equilíbrio da cooperativa tem de estar entre estes dois pólos, nem pode se preocupar apenas com o aspecto social e assistencial, nem pode se comportar como uma empresa. Por exemplo, se o corpo gerencial definir a cobrança de uma taxa de armazenagem de café, a diretoria vai deliberar se essa taxa é alta ou baixa para o associado, tomando uma decisão a esse respeito, pois ela representa o cooperado e não pode pensar apenas no lucro da cooperativa como empresa” (entrevista, Landi, 1993).

Portanto, as cooperativas têm de ser eficientes e cumprir o seu papel de prestadoras de serviços. Ao produtor interessa minimizar seus custos de produção, adquirindo insumos a preços mais acessíveis e vendendo sua mercadoria ao melhor preço possível e nada mais natural do que elas exercerem essa função de intermediação, seja na compra coletiva de insumos ou na venda da produção.

Como é importante a função do sistema cooperativo no processo de crescimento da cafeicultura, faz-se necessário que ele tenha infra-estrutura adequada para que possa desempenhar a contento o seu papel. É fundamental que tenha uma número suficiente de armazéns para estocagem do produto. Isto porque, para ter competitividade no mercado é necessário que utilize como poder de persuasão os estoques acumulados com café, devendo ser constituídos de um volume mínimo, para que possa atuar como instrumento de barganha perante os prováveis compradores. Em vista disso, os estoques de qualquer cooperativa, que deseje atuar de forma moderna, devem estar em tomo de 150 a 200 mil sacas. Podemos denominar essa operação de fator gerencial, em que os estoques serão a variável que tornará a cooperativa eficiente e competitiva no mercado.

Esta é uma das razões da implantação do Programa de Renovação da Cafeicultura Regional que é

“... uma ação integrada entre a COOPARAÍSO, as prefeituras municipais de Altinópolis, Arceburgo, Cajuru, Cássia, Fortaleza de Minas, Guapé, Itamogi, Jacui, Monte Santo de Minas, Pratápolis, São Sebastião do Paratso e São Tomáz de Aquino e a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, com seus órgãos subordinados, EMATER e EPAMIG e os cafeicultores, que tem por objetivo a geração de renda para o produtor, geração de empregos, aumento da produtividade de café, e aumento da arrecadação de impostos, para reto-

mar o desenvolvimento de São Sebastião do Paraíso e da região. O método a ser utilizado será o sistema de plantio adensado de café, que eleva a produtividade, diminui os custos e aumentam as receitas dos produtores, em especial, dos pequenos e dos médios. O objetivo é então oferecer todo o apoio técnico, financeiro e econômico aos produtores” (Cooperativa dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso. Geração de empregos e desenvolvimento rural, São Sebastião do Paraíso: COOPARAISO, Programa de Renovação da Cafeicultura Regional. Folder, s. d).

Podemos assegurar que existe uma tendência natural do produtor em se associar a uma cooperativa, seja para comprar insumos, seja para vender sua produção. **Ir**á se beneficiar do repasse de crédito rural, da compra de insumos mais baratos, de assistência técnica, do armazenamento do beneficiamento do produto, dentre outros benefícios. A tendência natural é o fortalecimento das organizações dos produtores, principalmente, as cooperativas.

Devemos destacar, em particular, o Sul de Minas, onde as cooperativas tomaram-se entidades importantes para a cafeicultura regional, principalmente para o segmento da produção. Uma das suas principais virtudes está no fato de desempenharem um papel de estabilidade no mercado, dando ao produtor um parâmetro de preços para que ele possa comercializar adequadamente sua produção. Este é um fator importante em um país como o Brasil, onde o mercado é teoricamente livre, nunca deixando de lado um importante fator para qualquer atividade econômica, qual seja, as economias de escala, em que o volume de compras ou de vendas sempre influenciam na quantidade a ser produzida e também no nível dos preços.

Portanto, à medida em que os produtores se unem através de um segmento cooperativista, estão sendo beneficiados pelas compras e vendas em comum, além de exercerem papel preponderante na formulação de metas e objetivos nas políticas do café. No entanto, existem muitas divergências entre as cooperativas, uma vez que em muitas delas, a visão do que é ou não parte de suas funções básicas é diferente. Isto acontece frequentemente entre elas próprias e mesmo entre elas e os produtores rurais. Se em algumas delas, já se consegue fazer um esforço de exportar diretamente a produção dos cooperados, outras acreditam não ser esta uma função a ser desempenhada pelas cooperativas. Dessa forma, o sistema cooperativista cafeeiro de Minas Gerais não é de forma alguma uma entidade compacta e homogênea, apesar dos esforços comuns em prol das melhorias na condução dos negócios da cafeicultura mineira, as divergências de ação e de pensamento são bastante comuns e frequentes.⁴

Apesar desse importante papel desempenhado pelas cooperativas na comercialização e produção do café, ainda persistem alguns senões para que se efetive a melhor integração en-

⁴ Entrevista realizada em Varginha, setembro de 1993, com José Edgard Paiva, Presidente da Cooperativa Central da Cafeicultura e Agropecuária de Minas Gerais (COCAMIG).

tre o produtor e a cooperativa. O que falta é uma sensibilidade do produtor, cujo nível cultural ainda é baixo e isso dificulta um pouco, pois não consegue ampliar os seus horizontes, uma vez que se quisesse, poderia atuar nos outros segmentos do Complexo Cafeeiro. Unindo-se em tomo de um órgão representativo, poderiam verticalizar as suas ações, passando a atuar nos segmentos da exportação e da torrefação, não restringindo suas atividades tão somente ao setor produtivo agrícola.

Outra justificativa para que os produtores se aglutinem em uma cooperativa diz respeito ao aumento do seu poder de barganha frente a seus prováveis compradores, que em geral; são em pequeno número, e têm plenas condições de impor preços. Por exemplo, sabe-se que o mercado mundial do café, pelo lado comprador, é dominado por sete empresas que o açambarcam. Não é uma pequena cooperativa, ou mesmo a união de todas elas, que vai permitir que se tenha condições de competição com estas grandes empresas. A saída seria, então, a criação de *joint ventures* com as grandes empresas torrefadoras dos países consumidores. Este é um caminho que se tem de trilhar e infelizmente essa mudança é lenta. Acredita-se que com o decorrer do tempo esse processo vai caminhar a passos mais largos à medida em que as cooperativas se tomem mais eficientes e se profissionalizem. Os seus dirigentes têm de contratar profissionais das diversas áreas para que possam dar continuidade ao trabalho já desenvolvido por elas (entrevista, Paiva, 1993).

Uma das razões porque o governo deveria ser o mais interessado na proliferação das cooperativas está ligada a problemas de arrecadação. As cooperativas são bons arrecadadores de tributos do governo, recolhendo os impostos corretamente. Por exemplo, no segmento da torrefação, podemos afirmar que elas estão alijadas do processo como fornecedoras de matéria-prima, porque cerca de 50% do café adquirido por ele *são* comprados sem emissão de notas fiscais. Em função disto, o café adquirido pelas torrefações nem sempre é de boa qualidade. Este, muitas vezes, vem cheio de impurezas, na medida em que não existe nenhuma espécie de controle (ou não existe nenhum organismo que faça controle de qualidade) sobre o estado em que se encontra o produto adquirido pelas torrefadora.

Fez-se, há cerca de 5 anos atrás, uma pesquisa organizada pelo Conselho Nacional de Produtores de Café (CNPCC), órgão que reunia diversas entidades ligadas ao setor cafeeiro, que mostrou **ser grande o percentual** relativo à quantidade de café vendida sem nota fiscal para o setor industrial. Esta é uma das razões porque as cooperativas iriam ter grandes dificuldades em ter acesso ao segmento da torrefação, pois entrariam no setor levando uma desvantagem significativa em relação aos outros fornecedores para as indústrias torrefadoras. Nesse caso,

elas não teriam condições de burlar a lei, sonegando impostos, conseqüentemente o preço de sua matéria-prima seria bem mais elevado do que o de seus concorrentes. Outro problema é que a cooperativa deveria ser mais ágil na tomada de decisões e isso dificulta a sua atuação, sendo por isso necessário se profissionalizar (entrevista, Paiva, 1993).

Embora o sistema cooperativista **seja** muito importante para a atividade cafeeira, deve-se registrar que padece de algumas restrições. Por exemplo,

*“... alguns dirigentes de cooperativas cafeeiras se julgam mais importantes do que realmente são. Isto é fruto da longevidade dos **seus** presidentes na condução de cada uma delas. Como o cargo é praticamente vitalício, este personalismo reflete nas ações e atitudes deles, E este tipo de comportamento nem sempre é benéfico para os produtores. Ao invés de tomar medidas **que** beneficiem a classe de associados, preferem aquelas decisões que irão privilegiar os interesses das cooperativas, enquanto empresas. Portanto, podemos dizer que, quanto mais poderosos se tornam os dirigentes de cooperativas, menores são as condições de associação para o interesses comum dos produtores”* (entrevista, Coelho, 1993).

Existem, assim, várias correntes norteando a conduta das cooperativas.

As cooperativas que compram o café do produtor estão de certa forma extrapolando suas funções. Esta não é, portanto, uma tarefa afeita ao sistema cooperativo. Agindo dessa forma, ela não terá condições de ofertar o melhor preço para o produto do seu associado. Pautando seu comportamento como se fosse uma empresa, ao comprar a mercadoria do cooperado terá de, necessariamente, contabilizar o seu preço de compra estipulando uma determinada margem de lucro, isso vai implicar em adquirir o bem do produtor a um preço mais baixo. Conseqüentemente, essa atitude irá causar problemas aos cooperados, que terão de arcar com os prejuízos, pois nesse caso, a cooperativa estará se comportando como um mero intermediário nessa transação comercial

Portanto, a cooperativa poderia ser definida como uma entidade que agrupa produtores, cujos conceitos e lemas advogam que o centro de todas as atenções devem ser necessariamente os seus associados. Mas, na prática seus objetivos foram distorcidos, transformando-as em empresas.

Muitas cooperativas fizeram investimentos pesados em infra-estrutura, com a construção de armazéns, escritórios, lojas de revenda de insumos, etc. Isto tomou difícil a administração deste vasto patrimônio, e **quem** saiu perdendo foram **os** cafeicultores, que se viram abandonados pela direção destas cooperativas de grande porte. Isto pode **ser** resumido no comentário formulado por um técnico do PROCAFÉ, quando afirmou que

*“... a tendência do sistema de cooperativas deveria ser a implosão. Devido aos pesados investimentos realizados por elas, feitos, em sua maioria, em infra-estrutura, a administração destas entidades se dividiu em um dilema, **ou** administrava a ‘construção’ **ou** iria cuidar da ‘plantação’. Se a opção fosse a primeira, os dirigentes fariam de trabalhar e investir para*

manter tal patrimônio. Mas, se estafosse a segunda opção, o que iria contar era a colheita da produção, isto é, todos os esforços elaborados pelos dirigentes das cooperativas seriam no sentido de comercializar da melhor forma possível a mercadoria de seus associados. O cooperativismo brasileiro, ou melhor, as grandes cooperativas, fizeram sua escolha com base na administração que constrói. O resultado, então, vai ser o aumento da alíquota cobrada pelo café ali transitado e quem vai sair perdendo é o produtor. A cooperativa de Varginha há 2 anos atrás retinha 1,5% do valor da saca para comercializar e atualmente está cobrando 2,5%. Portanto, as grandes cooperativas não vão conseguir manter todo esse arsenal que envolve o Complexo Cafeeiro. O sistema cooperativista está, assim, ultrapassado, e não conseguirá concorrer como empresa devido às desvantagens inerentes à sua própria concepção.'

Apesar de toda essa polêmica envolvendo quais seriam os limites da atuação das cooperativas, é inegável que elas detêm grande influência no ordenamento e união dos produtores de suas regiões. Partindo de um plano de incentivo à produção, de preparação da cultura em termos de qualidade e produtividade, procuram ordenar o mercado na hora da venda do produto, buscando o melhor preço para o produtor, ao mesmo tempo que lhe oferecem insumos básicos para a produção a preços menores. A nível de política nacional, a união das cooperativas, sindicatos e associações objetiva ter força junto ao Governo Federal no atendimento de suas reivindicações básicas.

5 A cafeicultura no cerrado e o sistema de associações

A introdução da cafeicultura no cerrado cercou-se de muita discussão e provocou enorme polêmica no contexto da agropecuária mineira. Sua implantação e posterior fixação na região serão o tema dessa seção, onde iremos focar as implicações das lutas dos pioneiros, assim como seu sucesso, sendo considerada hoje uma das principais regiões cafeeiras do país, que tem como marca a alta qualidade do café produzido.

“Com a ocupação agrícola do Centro-Sul do país já avançada e com dificuldades de penetração na Amazônia, a existência de vasta região de cerrados – praticamente inexplorada, com grande potencial produtivo, totalmente favorável à mecanização e com uma razoável infra-estrutura de transportes e energia – surgiu como importante alternativa de expansão de fronteira agrícola interna, que abria espaço para o crescimento de diversos segmentos da economia nacional. O cerrado brasileiro potencialmente harmonizava os diversos interesses em pauta, com a expansão industrial, através da produção de máquinas e insumos modernos (corretivos, fertilizantes, inseticidas, herbicidas, etc.); a transformação tecnológica da agricultura; o desenvolvimento de uma agricultura moderna, em bases empresariais: a expansão das exportações de produtos agrícolas não tradicionais e a combinação de produção para o mercado interno e para exportação que, em suma, eram os principais ob-

jetivos da política econômica em vigor no início dos anos 70. Assim, a modernização do cerrado se apresentava como mais adequada no sentido de viabilizar as políticas e diretrizes estabelecidas pelo governo” (FRANÇA, 1984, p. 5-6).

Os cerrados foram, portanto, alvo de planos elaborados pelo governo estadual de desenvolvimento agrícola, os PDRJs, que contemplaram diversas regiões mineiras. Inicialmente, foi implementado o Programa de Crédito Integrado à Produção Agrícola, promovido pelo BDMG, logo depois vieram o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP, POLOCENTRO e, finalmente, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).⁶

Apesar de se assemelharem a outros planos regionais, aqueles feitos para a região dos cerrados tinham suas peculiaridades. Sua clientela alvo era um tipo pré-determinado de agricultor-padrão e pressupunha uma intensa capitalização das atividades agropecuárias. *“Os programas para as áreas de cerrados não visavam a recuperar e modernizar a agricultura praticada na região pelos produtores locais, mas introduzir um novo modo de produção – o capitalista – com base em produtores oriundos de outras regiões” (BDMG, 1989, p. 139).*⁷

Podemos considerar o PADAP como o Programa-Modelo implantado no cerrado, embora nem todos os resultados esperados tenham sido alcançados (aí incluídos os outros Programas que tiveram a mesma região como alvo de estudo).

No entanto, podemos contabilizar favoravelmente ao PADAP fatos tais como o assentamento de colonos e a implementação de culturas que, de um total de 15, foram desenvolvidas apenas 4, soja, trigo, café e milho, mas com sucesso. Uma das grandes inovações desse programa foi a intervenção na propriedade. Desapropriou-se a área onde seria estabelecido o Programa, Seu grande fiasco foram os investimentos em infra-estrutura que não se concretizaram e a não integração dos produtores locais aos objetivos do plano.

O ponto mais importante do Programa foi, sem dúvida, a forma de organização da produção, que tinha como principais características o intenso apoio do poder público, a concentração espacial dos produtores, sua organização cooperativa, a localização e o amplo potencial do solo. Com base nesses fatores foi desenvolvida uma combinação entre o assentamento dirigido dos colonos e a modernização agrícola, **que** foram determinantes de toda a dinâmica do processo (FRANÇA, 1984).

⁶ Alguns importantes estudos e análises tiveram como alvo o desenvolvimento do cerrado, principalmente o PADAP, dentre eles vale consultar FRANÇA, 1984 e FJP, 1982.

⁷ Para maiores detalhes sobre esses programas ver “Economia Mineira – 1989: Diagnóstico e Perspectivas”. Volume III: Agropecuária. Tomo 1: Visão Global. BDMG, Belo Horizonte, 1989. p. 138-143.

Temos também o POLOCENTRO, um programa de alcance federal, cujos mecanismos operacionais básicos eram os mesmos do PADAP, créditos rurais subsidiados e investimentos em infra-estrutura. Mas não alcançou plenamente os seus objetivos, dentre os quais se incluíam a expansão da fronteira agrícola do cerrado em bases empresariais.

Podemos afirmar então que o processo se iniciou com a implementação dos programas regionais no início da década de setenta, propiciando ao cerrado mineiro partir para a exploração de uma agricultura moderna e capitalista. Ao lado disso, outro motivo levantado para justificar a fixação do café nessa parte do território mineiro foi a geadada de 1975, que destruiu toda a produção paranaense e grande parte dos cafezais paulistas, induzindo o deslocamento de inúmeros cafeicultores desses estados para a zona do cerrado mineiro, onde os riscos com geadas eram praticamente mínimos. Obviamente, outro fator de atração foram os fartos recursos oriundos do PRRC, apesar de que os seus volumes de crédito disponíveis já não fossem tão generosos quando este Programa se iniciou em 1969/70.

O crescimento da cafeicultura do cerrado foi possibilitado pelo *“desenvolvimento de pesquisas e tecnologias para as regiões de cerrado, adaptando, criando variedades próprias e desenvolvendo métodos e práticas culturais para a melhoria das qualidades físico-químicas do solo”* (BDMG, 1989, p. 230). O pacote tecnológico empregado na atividade cafeeira do cerrado constituiu um amplo sucesso que refletiu positivamente na produtividade da região que superou, inclusive, aquela do Sul de Minas, principal zona cafeeira do estado. Todo esse aparato tecnológico teve um forte aliado que foi a topografia da região, que permitia a mecanização da cafeicultura em todas as suas etapas do processo produtivo. Outro fator apontado para os altos níveis de produtividade foi que a população cafeeira era bastante jovem.

Portanto, as condições edafoclimáticas da região do cerrado mineiro propiciam que os grãos produzidos sejam de altíssima qualidade. Isto porque durante a época da floração dos cafezais as chuvas são abundantes, o que permite os frutos brotarem. Na época da colheita o clima é seco, portanto sem chuva e umidade nos quatro meses em que dura, não havendo riscos dos fungos fermentarem os grãos do café colhido. Além disso, a temperatura amena permite que o café tenha um processo de maturação mais longo, o que favorece a qualidade da bebida (OURO Verde..., Revista Veja, 1993, p. 92-93).

Os cafeicultores, principalmente os paranaenses e os paulistas, além de fugirem da geadada, aproveitaram-se dos baixos preços cobrados pelas terras do cerrado mineiro, sendo este mais um fator de atração desses produtores “estrangeiros”.

No entanto, algumas dificuldades se interpuseram a esses novos produtores (o mesmo se aplicando aos nativos da região), que tiveram de travar uma longa batalha com o IBC. Apesar dos recursos provenientes do PRRC, este órgão não considerava a zona de cerrado adequada ao plantio do café. Dessa forma, quando os primeiros cafeicultores chegaram ao cerrado, este ainda não tinha sido aprovado no Plano como região apta para cultivar o café, embora já tivessem sido feitos estudos que viabilizavam aí a implantação desta cultura. Estes foram feitos com base em levantamentos do balanço hídrico da área, sendo constatado ser ela habilitada para o cultivo do café. Mesmo com este resultado positivo, travou-se uma luta entre os governos federal e estadual, cujo fator preponderante era o político. Sentiu-se, assim, a força política do governo mineiro, que conseguiu trazer para a região mineira dos cerrados, os investimentos provenientes do PRRC. O IBC a aprovou como região apta para o café em outubro/novembro de 1972. Hoje, este pode ser considerado como o mais moderno parque cafeeiro do país.⁸

Portanto, a implantação do café no cerrado causou muita polêmica desde a época em que se iniciou o seu plantio. Os órgãos de pesquisa agropecuária de Minas Gerais já tinham estudado a adequação de variedades desta cultura no cerrado e a área já estava sendo contemplada com a elaboração de planos regionais do tipo de PDRI – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado que, orientados pelo BDMG, tinham como função fornecer crédito para os produtores rurais

“Em vista disso em algumas regiões do Cerrado foi autorizado o plantio de café, mas isto gerou controvérsias, porque estas se localizavam em áreas mais altas, acima de 1.000 metros de altitude, e isto configurava como uma restrição do IBC, que já tinha obtido algumas metas estaduais. O órgão, porém, acaba acatando as sugestões do governo estadual em inovar em termos de cafeicultura no cerrado. Por exemplo, o primeiro produtor de café no cerrado integrante do PDRI de Patrocínio, localizava-se em uma região com mais de 1.000 metros de altitude, e apesar das dúvidas a respeito de se obter resultados positivos ou não, esse cafezal constituiu um grande sucesso já no seu segundo ano de colheita, embora o clima tenha contribuído para que esse empreendimento tivesse dado certo. Isso foi o início de uma carreira vitoriosa do café no cerrado, podemos até mesmo dizer que foi como pegar fogo num rastilho de pólvora” (entrevista, Paulinelli, 1993).

Podemos concluir que este foi um gesto audacioso do governo mineiro, que no começo se viu na obrigação de liberar recursos próprios para que se efetivasse a implantação dos cafezais na região mineira do cerrado, pois do contrário o governo federal não assumiria esse risco, não autorizando o emprego de recursos neste projeto. A partir do momento em que se

⁸ Entrevista realizada em Patrocínio, março de 1994, com José Carlos Grossi, Diretor da Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA).

viabilizou a aceitação do café no cerrado, vieram os produtores de fora, principalmente do Paraná e de São Paulo. Vale ressaltar que estes com sua tradição e força de vontade, muito contribuíram para que o eixo do café se deslocasse para esta área de expansão de fronteira interna de Minas Gerais. A lavoura se desenvolveu rápida e com sucesso, ocorrendo em seguida, uma terceira etapa em função desse estágio, que foi a plantação de café no cerrado baiano, região alta da Bahia, que atraiu muita gente de fora, embora não tenha constituído grande polo cafeeiro, devido a outros tipos de problemas, em especial limitações derivadas de fatores climáticos (entrevista, Paulinelli, 1993).

Devemos ressaltar que a região tinha certa tradição na cafeicultura, principalmente no município de Campos Altos. No entanto, os cafezais eram plantados apenas nas grotas, e não constituíam culturas importantes, em termos de geração de renda para os produtores, podendo ser considerada como uma lavoura marginal, não tendo participação significativa na receita dos agricultores da região. Com o programa de erradicação feito nos anos sessenta, os produtores erradicaram o pouco café que era cultivado nas suas terras, aproveitando-se dos incentivos do governo embutidos nesse Plano. O que aconteceu foi a eliminação quase total do café na região, sobrando apenas os cafezais de fundo de quintal das fazendas situados próximos aos leitos dos rios (entrevista, Grossi, 1994).

Mas esta nova colonização revestiu-se de enormes dificuldades. A primeira impressão dos imigrantes foi de surpresa por ser a região muito pobre, uma vez que a exploração agropecuária se assentava em bases muito precárias. Foi nessa época que se estava iniciando o plantio do arroz no cerrado, que antes se caracterizava como uma área de pecuária extensiva. No entanto, todas essas pessoas que se dispuseram a criar uma nova cafeicultura, consideravam ser a colonização dessa terra inóspita uma grande aventura, tendo em vista que a região não possuía boa infra-estrutura física, principalmente, em termos de estradas, sendo difícil o acesso a ela. Portanto, uma das mais importantes razões da fixação da cafeicultura no cerrado deve ser creditada à fibra daqueles que se dispuseram a explorar uma região árida e sem tradição na cultura cafeeira.

“O lema destes imigrantes era vencer ou vencer, porque muitos deles chegaram à região fugindo das geadas ocorridas no Paraná, portanto suas condições econômicas eram bastante difíceis e precárias. A série de geadas nas regiões produtoras paranaenses tinha desequilibrado financeiramente muitos deles. Venderam suas terras, e o cerrado constituía para eles uma última tentativa de se reestabelecerem na cafeicultura, caso contrário deveriam retomar para suas regiões de origem como meros bóias-frias. O desafio era, então, vencer, estabelecendo-se com sucesso nessa nova região de fronteira” (entrevista, Grossi, 1994).

Portanto, a vontade de vencer era um dos fatores decisivos para o sucesso da cafei-

cultura no cerrado, pois os óbices à sua implantação eram muitos. Devido às carências do solo fazia-se necessário corrigi-lo, e o elemento para tal correção era o uso do calcário fino. Uma vez que não era produzido na região, tinha de ser importado de outros municípios ou regiões, dificultando e encarecendo o cultivo do café. Eram inúmeras as dificuldades de se cultivar o café em uma área de solos pobres em fósforo, potássio e micro-nutrientes, como zinco e bório. Outra dificuldade era o fato de que doenças e pragas que atingiam os cafezais eram desconhecidas dos centros especializados em cafeicultura, destacando-se o de Campinas, considerado o melhor deles, para onde eram levados os problemas que afligiam os cafezais do cerrado. É importante ressaltar que os técnicos deste instituto desconheciam as doenças e as pragas que o estavam atingindo. Por isto, podemos dizer que se tratava realmente de uma nova cafeicultura, tendo que conviver com doenças que não existiam em outras regiões produtoras (entrevista, Grossi, 1994).

Devido a essa luta contínua e intensa, muitos produtores não tiveram condições de levar adiante os seus projetos agrícolas. Mas, em contrapartida, o sucesso também chegou para muitos daqueles que permaneceram no cerrado, embora poucos acreditassem que isto iria acontecer. Este foi conseguido não só através do trabalho físico, mas também através de novos conhecimentos e novas tecnologias que passaram a fazer parte da exploração desta nova cafeicultura.

Enquanto os antigos cafeicultores estavam com a situação financeira abalada, os novos – filhos e netos desta antiga geração – necessitavam iniciar uma vida nova. Como as chances oferecidas na região Sul do País eram muito restritas, principalmente o preço das terras, inacessíveis para a maioria deles, essa nova colonização, que se estendeu a outros estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, além de Minas Gerais, foi composta de filhos de proprietários rurais provenientes do Sul, em especial do Paraná, que buscavam novas regiões onde houvessem facilidades de crédito e terras baratas. Essa combinação de fatores facilitou o assentamento de novos e antigos cafeicultores nestas regiões de expansão de fronteira no país. Embora o principal objetivo fosse a plantação de café, com o passar do tempo eles começaram a diversificar sua pauta produtiva plantando soja, arroz, milho, etc.

Em resumo, podemos assegurar que no início da corrida ao cerrado, as terras eram realmente baratas, mas isto foi compensado pelos erros e pelas dificuldades de ser pioneiro. Atualmente, a cafeicultura do cerrado é uma das mais modernas do mundo, utilizando intensamente insumos modernos e aplicando novas técnicas na sua exploração, tendo em vista ser o solo muito pobre, de baixa qualidade, tendo de trabalhar com todos os elementos químicos

balanceados, em proporções adequadas.

Muitos dos fatos que contribuíram para a fixação do café no cerrado são compartilhados por outros entrevistados. Segundo Agnaldo José Lima,⁹ a história do café no cerrado se inicia quando através dos incentivos ofertados pelo Estado, no início dos anos setenta, que tinha como lema a expansão da fronteira agrícola interna de Minas Gerais, começam a ser cultivados os cafezais na região. Com a chegada dos novos imigrantes, chegou-se à conclusão que o solo precisava de correções. Perceberam, portanto que, corrigindo-o com calcário e outros produtos químicos, conseguir-se-ia ter uma terra tão boa quanto aquela que tinham deixado para trás nos seus estados de origem, possibilitando alcançar níveis mais elevados de produtividade. Aliado a isto havia a vantagem do clima favorável, que permitia a obtenção de um produto de melhor qualidade.

Outro ponto positivo era a constituição física de toda a região do cerrado, especializada na cafeicultura, que tinha como característica a homogeneidade. Todos os municípios cafeicultores tinham, praticamente, o mesmo tipo de solo, a mesma altitude (variando de 850 a 1.200 metros), e o mesmo clima. Isso tudo contribuiu para que a produção de café tivesse as mesmas características de qualidade, isto é, os grãos produzidos são bastante homogêneos.

Outro fator que merece destaque diz respeito à inovação tecnológica. Para que a cafeicultura fosse implantada com sucesso, tinha de se lançar mão de técnicas de cultivo mais avançadas, devido às condições de solo e clima na região. Se isto não fosse seguido à risca, não haveria condições de se levar a bom termo a cultura do café. Esta exigência básica tomou os produtores da região mais preocupados com as inovações técnicas, conseqüentemente era perfeitamente natural que agissem de forma mais profissional.

Pela soma de todos estes fatores, resultou ser a produtividade média da região a maior do Brasil. Enquanto a brasileira ficava em torno de 7 sacas de café beneficiado por hectare, podendo situar-se abaixo desse nível, no cerrado a rentabilidade média estava em torno de 17 a 20 sacas/ha. É provável que nos próximos anos esta irá se elevar acima das 20 sacas. Esta diferença já era substancial em meados da década de 80. Em 1986, a produtividade, medida em termos de uma saca de 60 kg de café em coco por hectare, para o Sul de Minas e a Zona da Mata era de, respectivamente, 14 sacas/ha e 13 sacas/ha, enquanto que para o cerrado esta foi de 21 sacas/ha. Uma explicação para tal elevação pode ser buscada na atual crise que afeta a cafeicultura, que induziu a saída ou levou à quebra de inúmeros produtores, restando na ativi-

⁹ Entrevista realizada em Patrocínio, março de 1994, com Agnaldo José Lima, Presidente da ACARPA e do CACCER.

dade apenas aqueles que podem ser considerados profissionais da cafeicultura. Portanto, eliminaram-se da atividade os produtores marginais e aqueles sem tradição, que entraram no negócio quando a atividade cafeeira era realmente um bom investimento (IBC – SEI/SEPLAN MG, 1986, entrevista, Lima, 1994).

Com respeito à busca do critério qualidade do café, podemos afirmar que foi o cerrado mineiro que mais evoluiu nesse sentido. A experiência desta região mineira provou que a excessiva proteção governamental nem sempre é benéfica para determinadas atividades econômicas, apesar de ela ter se valido de grande volume de crédito subsidiado através dos programas regionais de cunho estadual e nacional. Considerando-se o Brasil como um todo, pode-se dizer que o cerrado saiu na frente nessa estratégia de buscar a qualidade de sua produção, uma vez que o café brasileiro sempre foi considerado um produto “sujo”. Esta característica se deve em grande parte, à displicência do cafeicultor em não observar as regras mínimas necessárias para produzir um produto de qualidade. Não se tinha nenhuma preocupação com os cuidados da pós-colheita. Este comportamento do produtor de café pode ser explicado pelo alto grau de intervenção pública na cafeicultura. Os produtores sempre esperavam que as iniciativas partissem do governo e como, quase sempre, a produção era absorvida por ele, mesmo quando as condições de comercialização do produto não eram boas, não se preocupavam em elevar a sua qualidade. Como regra geral, nunca estavam organizados o suficiente para tomarem a iniciativa de comercializar a sua produção, ficavam à sombra governamental, preocupados apenas com a política de preços mínimos do governo. Portanto, diante da inevitabilidade da compra pelo governo da produção cafeeira, não havia preocupações quanto à eficiência, competitividade e qualidade do café a ser produzido por eles.

As necessidades de se investir volumes monetários significativos na correção dos solos do cerrado, adequando-o para o cultivo do café, tem como contrapartida pontos positivos como topografia plana, que permite o uso mais intensivo da mecanização, clima e ausência da ocorrência de geadas. Por isso, nem sempre é correto afirmar que os custos de produção desta lavoura no cerrado sejam muito mais elevados do que aqueles de outras regiões cafeeiras mineiras.

Portanto, a cafeicultura se fixou no cerrado devido ao desenvolvimento tecnológico. Com o avanço das pesquisas e o uso de técnicas mais sofisticadas, chegou-se à conclusão de que ela era perfeitamente viável nessa região. Grande parte da tecnologia gerada, que propiciou o desenvolvimento da lavoura cafeeira no cerrado mineiro, foi oriunda das fazendas experimentais controladas pelo IBC. Tendo uma área plana a cultura cafeeira C quase toda mecani-

zada. Porém, se futuramente, o café perder sua rentabilidade, a região do cerrado poderá substituí-lo por outras lavouras, por causa de suas condições topográficas. Mas, deve-se ressaltar que o café, por ser uma cultura permanente, onde os investimentos feitos são elevados, e os retornos financeiros demandam certo tempo até que sejam efetivamente concretizados, não constitui atividade passível de ser abandonada repentinamente, de uma hora para outra.

Segundo Giovani Péres, (entrevista, 1994), algumas das iniciativas mais interessantes com respeito à atividade cafeeira têm surgido a partir dos anos noventa e, basicamente são originárias da região do cerrado mineiro. Sendo uma área de cafeicultura mais recente, ela atraiu, não só antigos cafeicultores de São Paulo e Paraná e seus descendentes, mas pessoas mais jovens originárias de outras atividades, que proporcionaram um dinamismo muito grande na atividade cafeeira da região.

A iniciativa que estes cafeicultores estão tendo desde 1991 é, em primeiro lugar, não acreditar mais no sistema de cooperativas, considerando-o um tipo de organização de produtores viciada, preferindo, em seu lugar, uma estrutura mais leve e enxuta, com base em associações, que podem ser consideradas como entidades mais profissionais. Estas, além de serem bem administradas, podem ser consideradas como organizações mais politizadas, no sentido de imporem seus pontos de vista e de defenderem os interesses de seus associados. Outra das qualidades destas associações é que elas possuem uma visão de *marketing* muito avançada, diferente daquilo que acontece nas regiões mais antigas de café no Estado, que conviveram com o sistema paternalista do governo durante todo o tempo em que existia o IBC, o que acabou limitando o poder de tomar iniciativas, quando a crise da cafeicultura atingia os seus piores níveis. Portanto, o que diferencia a cafeicultura do cerrado de outras regiões cafeeiras de Minas é a sua organização em associações, com estruturas mais simples, com dinamismo próprio, que a coloca na vanguarda da cafeicultura nacional (entrevista, Péres, 1994).

A diferença entre a Associação e a Cooperativa é que a primeira é um órgão político, no sentido de que seu compromisso maior é a defesa dos seus associados, enquanto a segunda é uma empresa. A associação tem de fazer políticas de classe e isto não está acontecendo na agricultura brasileira, e muito menos no setor cafeeiro. Não existe um corpo representativo político, que tenha consciência das necessidades da classe, e que no exercício de um ato político reivindique perante as autoridades públicas dos poderes executivos e legislativos, as necessidades da atividade, a qual estão representando (entrevista, Grossi, 1994).

A cooperativa é uma empresa que vai manipular o produto do cooperado visando conseguir maior rentabilidade para ela. Diferentemente, o papel da associação sena, então, su-

gerir aos seus associados a criação de uma cooperativa ou tomar outro tipo de atitude, como por exemplo, a aquisição de um armazém em Patrocínio, efetuado pela Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA). Exerce, dessa forma, dois tipos de ação, comercial e política. Faz contatos políticos lá fora e também fiscaliza a qualidade do produto a ser exportado. Impõe aos seus associados que o produto gerenciado por ela tenha o mínimo exigido de qualidade para que possa ser comercializado. Podemos, então comparar as associações, que são representadas pelo Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CACCCER), que fazem o controle de qualidade de seu café, com a ABIC, que institucionalizou o "Selo Pureza", sinônimo de que o café torrado pelas suas empresas associadas é de boa qualidade, podendo ser consumido sem riscos. A ABIC exerce, assim, um papel fiscalizador da qualidade do café torrado e moído pelas empresas torrefadoras, e este **só** recebe o selo de qualidade quando o produto é avaliado de forma positiva por ela. Outra importante função da ABIC é sua política de *marketing*, responsável pela propaganda das qualidades do café na mídia do país, objetivando o aumento de suas vendas. Estas duas medidas têm sido muito importantes para que se crie confiabilidade no produto, e isto irá refletir no aumento do consumo do produto. É este tipo de atuação que o CACCER tem feito com o café produzido no cerrado (entrevista. Grossi, 1994).

Outra opinião sobre a definição do que seja uma associação nos é dada por outro entrevistado, que afirmou o seguinte:

"... a associação é uma pré-cooperativa, mas no cerrado, elas têm certas particularidades. Em função de a região ser considerada como nova, em termos de cafeicultura, que foi implantada há pouco mais de 20 anos, não existe tradição de cooperativas de cafeicultores originárias da própria região. As existentes são apenas filiais, vindas de fora, como a CO-OXUPÉ, a COTIA e a GARCAFÉ. As cooperativas antigas existentes na região eram basicamente voltadas para a pecuária, mais especificamente com tradição no leite e têm como característica a fragilidade, além de serem cooperativas de consumo" (entrevista, Lima, 1994).

Ao se fixar na região, a cafeicultura já poderia ser classificada como uma atividade moderna. Isto porque grande parte dos cafeicultores eram pessoas esclarecidas que, ao lado da disposição, tinham mentes abertas o suficiente, para não temerem o uso de tecnologia mais moderna nas práticas agrícolas da cultura do café. Automaticamente, os produtores sentiram necessidade de ter uma representação mais forte e atuante. Este tipo de preocupação denota, assim, que o nível cultural dos cafeicultores, isto é seu espírito moderno e empresarial, era mais elevado do **que** a média dos produtores tradicionais da região.

Os **novos** cafeicultores do cerrado tiveram duas opções: ou recorriam às cooperativas

tradicionais locais, voltadas para a atividade pecuária, e estas não tinham respostas imediatas que satisfizessem às suas reivindicações ligadas ao café, ou recorriam às filiais das cooperativas de café, **que** privilegiavam os interesses de suas matrizes, em detrimento daqueles da própria região do cerrado. Conseqüentemente, os cafeicultores locais ficaram sem ter um órgão que os representasse e defendesse os seus interesses. Em função destas carências, iniciou-se, então, o processo de criação das associações por todo o cerrado mineiro. Este deslançou com bastante sucesso, e o resultado foi a implantação do CACCER, órgão máximo representativo de todas as associações do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro.

Portanto, o processo de criação das associações se iniciou devido a inúmeras dificuldades deparadas pelos cafeicultores locais. Em primeiro lugar, as cooperativas, na maioria vindas de fora, sofreram um processo de gigantismo e já não os conseguiam atender adequadamente. **Os** sindicatos rurais, por sua vez, estavam mais voltados para outras atividades como a pecuária. O que esperar então na região em termos de agrupamento de produtores de café? Todos *esses* fatos criaram um vazio muito grande para a cafeicultura da região, que era uma atividade nova e sem tradição, com carência de lideranças. Estes fatores, aliados às dificuldades advindas do Plano Cruzado em **1986**, fez com que os cafeicultores se conscientizassem de que havia a necessidade de criar alguma entidade ou órgão que colocasse o café como centro das atenções, porque a atividade cafeeira **já** era uma das mais importantes para a economia do cerrado.

Criou-se, assim, em **1986**, em Araguari, a primeira associação de produtores de café da região do cerrado. Sendo muito atuante, ela serviu de exemplo para que os outros municípios da região pensassem em fazer a mesma coisa. Criaram-se, assim, associações de cafeicultores em Patrocínio, Carmo do Paranaíba, Monte Carmelo, etc. A produção cafeeira é bastante homogênea na região, com as mesmas características e praticamente os mesmos problemas, sendo os mentores e criadores das associações pessoas novas, que não possuem tradição em cooperativas e nem têm lideranças expressivas. Seus compromissos e lealdades são ligados apenas aos interesses da cafeicultura do cerrado, tendo sido uma tarefa fácil uni-los para formar o CACCER, que engloba todas as **9** associações do cerrado.¹⁰

¹⁰ São as seguintes as associações da região do cerrado mineiro: ACARPA – Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio; ACA – Associação dos Cafeicultores de Araguari; ACRA – Associação dos Cafeicultores da Região de Araxá; AMOCA – Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo; ASSOCAFÉ – Associação dos Cafeicultores de Carmo Paranaíba; Associação dos Cafeicultores de Campos Altos; Associação dos Cafeicultores de Coromandel; Associação dos Cafeicultores de Patos de Minas e Associação de Apoio aos Produtores Rurais da Região de São Gotardo.

Os objetivos deste Conselho incluíam reuniões periódicas onde pudessem discutir e alinhar os pensamentos das diversas associações. Foi daí que surgiram idéias como a demarcação da área estadual do cerrado em 45 municípios cafeicultores, o registro da marca Café do Cerrado, a realização de uma campanha de *marketing*, a nível nacional e internacional, o controle de qualidade feito através do selo de qualidade e certificado de origem e uma série de outros projetos, como a compra de armazéns, cujas quotas, em termos de espaço físico, poderiam ser adquiridas pelos cafeicultores.

As decisões e resoluções são discutidas em cada uma das associações, isoladamente, em seguida se reúnem no Conselho para lapidar e aprimorar as idéias e sugestões levadas por cada uma delas. Isto foi uma grande inovação em termos de organização de cafeicultores. No entanto, constatou-se a existência de algumas carências, como por exemplo, a ausência de um braço comercial. Infelizmente, as Associações não dispõem dos meios legais que a qualifiquem a exercer uma ação mercantil, não tendo os instrumentos legais para fazer tal coisa. Quem tem esse poder, ou são as empresas exportadoras ou então as cooperativas que possuem os instrumentos legais para comercializar o café (entrevista, Lima, 1994).

“Portanto, podemos ressaltar que a diferenciação do cerrado das outras regiões produtoras de café do país deve ser creditada ao seu poder de aglutinação. Esse esforço de união começou a despontar, quando a situação dos cafeicultores passava por momentos delicados, isto é, a crise que rondava a cafeicultura podia ser considerada como uma das piores. Frente a esse quadro fazia-se necessário tomar alguma atitude para que se preservassem os seus patrimônios. Esta teria de ser tomada em conjunto, porque isoladamente não iriam conseguir reverter esse quadro adverso. Apesar das divergências que sempre ocorrem entre diversos setores e pessoas, o resultado foi que esse fenômeno de aglutinação aconteceu em todo a região cafeeira do cerrado. Relevaram-se vaidades pessoais e disputas municipais em nome de um objetivo maior que foi a luta por melhores condições para a cafeicultura do cerrado ... na região existe um consenso de que, se uma cidade está mais em evidência do que outra, devido a um trabalho mais elaborado e conseqüente, aquela que está em uma posição de inferioridade pode reverter a situação e trabalhar tanto quanto a primeira. Entretanto, esse tipo de comportamento não vai atrapalhar a união da região. O bairrismo das diversas cidades componentes do cerrado não é exacerbado, embora existam divergências entre elas. Mas, estas não são tão acentuadas que não possam ser superadas. O objetivo comum das lideranças políticas e rurais é o de lutar para que todas as Associações tenham um mesmo tipo de atuação e comportamento, pois acima de tudo o que conta é o café do cerrado, isto é, a afinidade de pensamento dos cafeicultores da região. O importante é que se publicize o café produzido no cerrado, não interessando quem esteja à frente desta campanha, se é a Associação de Araxá, de Patrocínio, de Campos Altos ou de todas simultaneamente” (entrevista, Lima, 1994).

Tomando como exemplo a ACARPA, uma das nove associações do cerrado mineiro, podemos afirmar que ela não tem nenhuma das funções clássicas das cooperativas como revenda de insumos e revenda de produtos adquiridos dos associados. No caso da aquisição dos armazéns, criou-se a associação dos produtores desse condomínio, e o papel desempenhado

pela AÇARPA foi tão somente selecionar os grupos de pessoas que iriam participar e trabalhar nesse condomínio.

Algumas considerações adicionais devem ser feitas sobre a aquisição destes armazéns, que foi outra iniciativa pioneira feita pelo CACCER. No cerrado, partiu-se do princípio de se criarem estruturas enxutas, que não reeditassem a experiência das cooperativas. A finalidade da compra dos armazéns era estocar toda a produção cafeeira dos associados, e também de terceiros, permitindo que esta ficasse à disposição para atender as demandas de exportação e do mercado interno, mantendo-se a qualidade do café. Outro objetivo visava tomar os produtores independentes em relação à busca de espaços para armazenarem de forma adequada a sua produção.¹¹

O ineditismo desta iniciativa reside no fato de que o armazém é administrado sob a forma de um condomínio, onde existem áreas de uso específico e áreas de uso comum. O condomínio foi dividido em quotas. No entanto, havia restrições como, por exemplo, cada associado poder adquirir um máximo de 10 quotas. Esta é uma medida necessária, em que são estabelecidos limites para impedir que aqueles produtores com maior poder aquisitivo acabassem monopolizando todos os espaços disponíveis destes armazéns, desvirtuando a filosofia que embasou a aquisição dos mesmos pelo CACCER. Da mesma forma, dois produtores poderiam adquirir uma única cota. O armazém é então loteado em 2/3 de sua capacidade total, enquanto o restante poderá ser alugado a terceiros. A trajetória do café do associado é sair das zonas de produção até os armazéns, onde o produto vai ser beneficiado e classificado, expedindo-se em seguida o certificado de qualidade do produto, para logo depois ser comercializado (entrevistas, Péres, 1994; Grossi, 1994; Lima, 1994).

Após a aquisição dos armazéns deparou-se com certas dificuldades, principalmente aquelas referentes à administração deste condomínio. A solução encontrada foi partir para a criação de uma cooperativa para geri-lo, que seria o instrumento legal-jurídico que iria gerenciá-lo. Os associados seriam os próprios condôminos e a cooperativa iria facilitar a venda da produção e a aquisição coletiva de insumos e equipamentos. Outra vantagem seria a possibilidade de se exportar diretamente o café, porque tendo personalidade jurídica, poderá executar este tipo de tarefa. Mas, o CACCER continuaria a ser o principal representante dos cafeicultores na região, detendo importantes funções como, por exemplo, ser o responsável pelos contatos de venda fora da região. As vendas realizadas por determinadas firmas contratadas por ele,

¹¹ Um dos armazém está localizado em Patrocínio, com capacidade de estocagem de 180 mil sacas, e o outro em Araguari com capacidade para 120 mil sacas. A expectativa será a compra de mais dois armazéns.

continuariam sendo assessoradas pela fiscalização do Conselho. Isto também se aplica na aquisição conjunta de insumos que seria intermediada pelo CACCER.

Vale ressaltar que se criaram mecanismos que diferenciavam esta cooperativa daquelas que tradicionalmente atuam na agropecuária brasileira. Na questão do voto, por exemplo, nas cooperativas tradicionais cada produtor tem um voto, independente de ele ser um grande ou um pequeno produtor. Havendo necessidade de uma chamada de capital, o cooperado não tem a obrigação de contribuir e nada o poderia obrigar a fazer isto. No entanto, a cooperativa, em algum momento, vai ter necessidade de crescimento para atender a demanda de bens e serviços, tendo de melhorar os seus equipamentos e infra-estrutura. Para fazer isto, necessariamente ela terá de fazer uma chamada de capital ou um financiamento, podendo usar os seguintes artificios para conseguir recursos para melhorias: cobrar uma taxa mais alta na venda do café do seu associado, ou reter para ela o desconto que a fábrica de insumos está dando na compra do produto, não o repassando para o produtor. Portanto, esta necessidade de recursos para ampliar, expandir e gerenciar os seus negócios terá de ser feita desta forma, porque não se tem outra fonte de recursos. Nesse caso, os produtores são tratados indistintamente. Na cooperativa criada para gerenciar os armazéns, qualquer financiamento ou chamada de capital, será dividido entre os associados de acordo com o tamanho do investimento de cada um lá dentro. Aquele que adquiriu 10 quotas, **por** exemplo, terá um encargo mais alto do que o associado que tiver comprado apenas uma. Isso facilita a ampliação de investimentos na cooperativa, pois cada um vai dispor financeiramente da proporção que investiu nela.

“Este condomínio criou, assim, uma cooperativa, cuja administração é independente, funcionando autonomamente. Pode-se considerá-la como uma cooperativa fechada, entrando novos associados, somente quando algum deles resolver vender sua cota. Este tipo de ação está sendo feita em todos os outros municípios, nada impedindo que sejam feitos outros condomínios. Portanto, a filosofia de qualidade, marketing e estrutura comercial são as mesmas em todos os armazéns adquiridos pelas Associações da região, sendo ligados através de convênios ao CACCER. Pode-se dizer que é como se todos esses armazéns e associações fossem um ‘franchise’ dele. Neste convênio estão estabelecidas as regras básicas que permitem que aquele armazém possa exportar com a marca Café do Cerrado. É obrigatório, então, seguir determinadas normas inseridas dentro do esquema do CACCER, dentro do projeto Café do Cerrado” (entrevista, Lima, 1994).

Como cada município, ou conjunto de municípios, tem suas particularidades, a descentralização é benéfica. Se houvesse apenas uma grande cooperativa do CACCER, com filiais disseminadas por todos os **45** municípios associados a ele, a administração desta super estrutura iria se tomar bastante difícil devido ao seu gigantismo. A centralização faria com que, qualquer norma baixada pela matriz, teria de, necessariamente, ser adotada em todas as suas filiais.

Isto sendo feito sem que se levasse em consideração as particularidades de cada uma destas cidades, onde se localizassem as cooperativas ou associações, poderia prejudicar seus associados e até mesmo as suas próprias economias.

A descentralização preserva as particularidades e necessidades de cada um destes municípios, sendo fundamental que cada um deles tenha o seu grau de liberdade. Se dentro de uma determinada estrutura de uma associação, ela quiser construir mais um barracão, esse é um problema que diz respeito somente a ela. Essa individualidade é preservada através desses convênios feitos entre as Associações e o CACÇER. Portanto, esta é a filosofia de trabalho que está na base deste sistema associativista, integra-se a associação a um órgão coordenador, encaixando-a nas normas e objetivos que permeiam esse Conselho, ao mesmo tempo em que preserva sua capacidade de tomar resoluções quando julgar que estas sejam necessárias para ela. Trabalha-se também em consonância com o sindicato que é mais um órgão de apoio dos produtores e que aumenta a força política da associação dos produtores. A associação, sendo forte comercialmente, e o CACÇER fortalecido pelo conjunto de associações, possuem força de representatividade política, comercial e promocional, só que cada um destes braços vai atuar isoladamente ou em conjunto. Portanto, de um lado temos a força do sindicato e do outro a força da associação e do condomínio. Esta **união** de diversas entidades vai atuar em benefício dos produtores.

Outra medida inovadora feita pelos cafeicultores do cerrado, através de seus órgãos representativos, foi a criação de convênios com *dealers* e/ou importadores. Este tipo de acordo propiciou a oportunidade de venderem sua mercadoria diretamente para as torrefadoras no exterior, eliminando-se, dessa forma, diversos elos da cadeia de comercialização. Portanto, esta ficou reduzida a apenas um agente, a própria Associação ou o Conselho, o que beneficiou enormemente os cafeicultores locais. Este processo ainda é bastante recente, pois vem acontecendo a partir de 1992, no entanto, já registra o envio de café para a Itália e a Bélgica. Apesar do volume exportado diretamente ser ainda pequeno, pode-se dizer que essa iniciativa já é um sucesso. As perspectivas de se elevar as quantidades exportadas são favoráveis, pois o café do cerrado, gozando da fama de ser de ótima qualidade, tem um vasto mercado a ser conquistado daqui para a frente. Vale lembrar que os embarques efetuados para a Itália estavam sendo pagos a 120 dólares, enquanto o mercado estava pagando na faixa de 75 dólares a saca de 60 kg de café (entrevista, Péres, 1994).

Grande parte das pessoas interessadas no estudo e na criação das Associações &r-
mam serem elas embriões de futuras cooperativas. Estas, então, se situariam em um estágio

mais avançado do que as associações. Mas, podemos afirmar **que** isso parece não ser verdade diante da experiência do cerrado, cujos agrupamentos de produtores irão se pautar na criação de associações, com suas peculiaridades e seu dinamismo. A experiência das associações de produtores rurais no cerrado tem se constituído em um grande sucesso.

As associações de produtores, **que** também são legítimas representantes dos produtores, nasceram e se criaram em lugares onde não havia a tradição de cooperativas, caso, por exemplo, do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Nas regiões onde elas já estavam organizadas, as associações de produtores não prosperaram, caso do Sul de Minas. Mas, mesmo que isto tivesse acontecido, seria um fato auspicioso, porque quanto mais os produtores se organizarem, melhores resultados irão colher em suas atividades agropecuárias, pois as decisões coletivas irão beneficiá-los mais do que se tomassem decisões isoladas.

Este sempre foi, e ainda é, um dos pontos enfatizados pela classe rural brasileira, a sua organização através de associações, cooperativas ou sindicatos. Não importando a forma pela qual os produtores rurais irão se organizar porque, seja de que tipo for, ela vai ser um ponto positivo. Isso porque toda representação conjunta será um ponto vantajoso para os agricultores, isto é, seu poder de barganha vai ser maior.

As pessoas responsáveis pela criação das associações perceberam que, para fazer esse trabalho de apoio ao produtor, não era suficiente usar apenas o poder de reivindicação (os sindicatos também pensam assim), era necessário a criação de infra-estrutura de suporte às suas reivindicações. Nesse caso, providenciou-se a compra de armazéns, além da criação de departamentos de classificação, padronização, de comercialização e de vendas de insumos para os associados. Embora todas estas iniciativas possam ser consideradas como características de um processo cooperativado, deve ser lembrado que as associações preservaram não **só** sua estrutura mais leve e enxuta, mas também sua agilidade em tomar decisões de forma mais rápida e eficiente. Portanto, aquelas associações que já atingiram um nível mais elevado de organização, estão realizando, nada mais nada menos, do que um trabalho semelhante àquele desempenhado pelas cooperativas.

Isto seria o caminho normal a ser seguido por uma associação, mas no cerrado a concepção do **que** seja este tipo de **agremiação** de cafeicultores é bastante diferente. Para eles, a associação tem grandes vantagens com relação às cooperativas. Ela nunca terá como uma de suas prerrogativas a venda da mercadoria do produtor com o intuito de obter lucro. Seu papel é tão somente conseguir o melhor preço para o **seu** associado, servindo como intermediadora da venda a partir do momento em que o cafeicultor leva uma amostra daquilo que produziu.

Ela se encarregará também da classificação do produto do seu associado.

Resumidamente, são estas as características da produção cafeeira do cerrado de Minas Gerais, segundo dados de 1993 do CACCER: ***“delimitou-se a Região do Cerrado em 45 municípios, cuja característica da produção se identifica em relação ao clima, altitude e qualidade do produto. É reconhecida como a região do melhor café do Brasil”*** (Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado. A nova fronteira da qualidade café do cerrado, Minas Gerais, Patrocínio: CACCER, s. d. Folder). São, portanto, **45** municípios, 3.500 produtores e 440 milhões de covas plantadas de café numa área de 159.000 hectares. Quanto às condições edafoclimáticas, na região, a temperatura média fica em torno de 18 a 21 graus centígrados e o índice pluviométrico de cerca de 1600 mm anuais e baixa umidade relativa do ar na época da colheita, o que favorece, e muito, a qualidade do café. Outro ponto a destacar é a homogeneidade de toda a área em termos de altitude, cuja intervalo de variação se situa entre **850** a 1250 metros. Finalmente, podemos destacar como grande vantagem em relação a outras zonas cafeeiras o uso de tecnologia de ponta na área da genética agrícola, a moderna mecanização e a facilidade de escoamento da produção local. A estimativa de produção para 1993 foi de cerca de 2.700.000 de sacas, que correspondia a perto de 12% da produção nacional.

Portanto, a região do cerrado, aqui considerada como as duas microrregiões homogêneas, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, se subdividem em 9 associações de produtores, que por sua vez são todas associadas ao Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado – CACCER. O surgimento deste Conselho se deveu à ***“necessidade de uma entidade que pudesse representar e expressar os anseios da classe, com agilidade e eficiência; a níveis políticos, comerciais, sociais, e de promoção institucional ao produto”*** (Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado. A nova fronteira da qualidade café do cerrado, Minas Gerais, Patrocínio: CACCER, s. d. Folder).

Portanto, o papel do CACCER é representar, promover, comercializar e fiscalizar a qualidade da marca “Café do Cerrado”. ***“O Controle de Padrão é feito pela Rede de Armazéns do CACCER através da emissão do Certificado de Origem e Selo de Qualidade, após rigorosa análise laboratorial química e degustativa”*** (Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado. A nova fronteira da qualidade café do cerrado, Minas Gerais, Patrocínio: CACCER, s. d. Folder).

As principais atividades exercidas pelo CACCER são, em primeiro lugar, estabelecer convênios com instituições governamentais e financeiras, empresas de serviços, cooperativas, bolsas de valores e autarquias. Como segunda função ele exerce o Controle de Qualidade, que

se responsabiliza pela **emissão** do Certificado de Origem e do Selo de Qualidade, além de providenciar o embarque da mercadoria. A terceira atividade diz respeito à comercialização do produto, e isto envolve então a rede de armazenagem, a padronização da mercadoria, a embalagem feita em sacaria própria e finalmente a venda do produto. Como última atividade desempenhada pelo Conselho, temos a Política de **Marketing**, que consiste na divulgação, valorização da qualidade e na promoção do café produzido na região de abrangência do cerrado mineiro.

Atualmente, pode-se dizer que está havendo um novo ordenamento político no setor cafeeiro, e este está surgindo de baixo para cima, com a criação de diversas cooperativas e associações. A base está, portanto, na organização dos produtores que vai gerando uma nova força política, capaz de se impor perante os diversos órgãos públicos e privados na defesa dos interesses cafeeiros. São estas fórmulas associativas e cooperativistas que fazem esse movimento de caráter mais político crescer e se solidificar, e este é bem mais forte na região do cerrado mineiro.

Podemos concluir que, dos principais problemas que afetam a cafeicultura na atualidade, um dos mais importantes diz respeito à fraqueza política dos cafeicultores. Esta ausência de poder político acaba por inibir o aparecimento de novas lideranças no setor. Outro fator que prejudicou o amadurecimento político dos grupos de cafeicultores foi o paternalismo. No entanto, todos estes entraves vêm sendo superados pelas organizações de produtores do cerrado, que cada vez mais têm demonstrado o crescimento de seu poder político. O deslocamento dessa componente política pode ser creditado à excessiva presença do Estado nas regiões cafeeiras tradicionais do País.

*“Recomeça-se todo esse processo através das Associações, e podemos dizer que o ciclo é retomado e esse recomeço vem de baixo, e a crise faz com que se reinicie uma ‘nova produção’. Portanto, a liderança dos cafeicultores irá se fortalecer com mais ênfase no cerrado, e um dos motivos é que esta zona cafeeira não estava condicionada à atuação do IBC, e o resultado foi que as lideranças surgiram espontaneamente nesta região”.*¹²

Para Péres (entrevista, 1994), o cerrado representa a modernidade em termos de cafeicultura no Brasil, enquanto que antigas zonas cafeeiras de Minas, São Paulo e Paraná, podem ser consideradas como regiões atrasadas, onde a atividade cafeeira entrou em um processo de decadência. Este se iniciou no Paraná, porque as suas condições de produção não permitiam que a qualidade da bebida fosse boa, principalmente quando comparado com algumas regiões de Minas Gerais. Ao findar a intervenção governamental no Complexo Cafeeiro, os produtores paranaenses foram os primeiros a sofrer as conseqüências do fim deste paternalismo,

¹² Entrevista realizada em Belo Horizonte, agosto de 1993, com Paulo Romano, Deputado Federal.

devido à má qualidade do café aí produzido. Apesar de terem sofrido prejuízos, os cafeicultores mineiros conseguem melhores resultados, pela simples razão de produzirem um produto de melhor qualidade. O Espírito Santo, especializado na produção do café *conillon*, um café de baixa qualidade, cujas características o tornam apropriado a participar tão somente como um dos elementos dos diversos *blends*, apesar da crise, consegue também melhores resultados porque o “conillon” tem o seu mercado cativo.

Algumas incertezas e dúvidas quanto à produção do cerrado podem ser levantadas. Por exemplo, não se sabe se o modelo que está sendo adotado no cerrado sena passível de ser generalizado para outras regiões produtoras do país. Isso porque não se tem certeza se ele seria capaz de colocar no mercado internacional de 18 a 20 milhões de sacas, anualmente. Mas, pela ótica do produtor, este seria o modelo mais adequado, porque os canais de distribuição ali têm menos agentes intermediários. Conseqüentemente as diversas margens de lucro embolsadas pelos atravessadores irão agora ficar nas mãos dos produtores. Esta política tem tido sucesso e a gestão está sendo feita de uma forma democrática, repartindo-se, de forma equânime, todos os lucros originários das transações cafeeiras. O mesmo não ocorre nas antigas regiões cafeeiras onde se pôde constatar uma grande concentração de riqueza, devido à existência de firmas que açambarcaram o mercado cafeeiro. São empresas de grande porte englobando exportadoras, torrefadoras e firmas de transporte pertencentes a um único grupo ou pessoa. No cerrado, este tipo de modelo concentrador não está ocorrendo, uma vez que a gestão empresarial dos negócios envolvendo o café está sendo feita de forma coletiva, não havendo espaços e nem vontade de mudanças na condução dos negócios cafeeiros regionais.

6 Conclusões

A caracterização geral da cafeicultura mineira aponta para a predominância da região do Sul de Minas, com ênfase nos pequenos produtores e produtividade média superior ao país como um todo. Apesar disto, esta área vem sendo suplantada por novas outras regiões, que vem incorporando uma cafeicultura moderna nos últimos 20 anos. Trata-se do cerrado que hoje responde por cerca de **12%** da produção nacional, mas tem na qualidade **sua** vantagem comparativa perante as zonas cafeeiras mais tradicionais. Além das características climáticas e da topografia, o cerrado sobressai pela organização dos cafeicultores num eficiente, leve e dinâmico Conselho, que congrega todas as associações da região, que o diferencia do Sul de Mi-

nas cujo sistema cooperativista vem passando por um processo de gigantismo, Vale ressaltar que o cooperativismo foi bastante eficiente na substituição de algumas das funções, antes desempenhadas pelo IBC, como assistência técnica, previsões de safra, etc. Um dos pontos positivos do cooperativismo na atualidade está no fato de que ele vem passando, como as associações, por um processo de maior verticalização de suas atividades.

Por outro lado, o cerrado foi uma das zonas cafeeiras que mais se preocupou com eficiência e qualidade.. Uma das razões disto pode ser buscada na sua relativa independência frente aos órgãos públicos. Como foi visto, o setor cafeeiro desenvolveu-se a reboque de atitudes tomadas pelas entidades governamentais, não se preocupando em melhorar a qualidade de seu produto.

No cerrado a criação de associações, ao invés de cooperativas, foi uma decisão deliberada por parte das lideranças dos cafeicultores. Em contraposição às cooperativas, suas estruturas *são* mais leves e enxutas, caracterizando-se também por uma atuação política mais destacada, além de colocar o produtor como prioridade principal. Algumas das causas que viabilizaram a criação das associações estão ligadas às dificuldades enfrentadas pelos produtores locais que não podiam recorrer às filiais das cooperativas de cafeicultores por não os atenderem de forma adequada, com os interesses de suas matrizes, e os sindicatos estavam mais voltados para a atividade pecuária. Em função disso, o que havia era um vazio de lideranças levando à criação das associações dos cafeicultores.

Com base na criação das diversas associações, sentiu-se a necessidade de se implantar um órgão gerenciador, isto é, alguma entidade que congregasse as reivindicações de todas elas, o CACCER.

Apesar da existência de um órgão centralizador, uma das características desse sistema de associações é a descentralização, em que cada uma delas pode tomar suas próprias decisões, que irão preservar as particularidades e necessidades de cada um dos municípios onde estejam localizadas. Esta organização democrática e representativa é uma das causas fundamentais da competitividade do café do cerrado.

As tradicionais dificuldades da produção cafeeira vão sendo superadas no cerrado e podemos afirmar que o sistema de associações vai se impondo também como um poder político frente a interlocutores públicos e privados. A viabilidade ou não deste modelo ser adotado em outras regiões cafeeiras do país deve considerar o fato de que a cafeicultura no cerrado nasceu sem esperar que ações e atitudes envolvendo o café partissem do Governo Federal, sendo autônoma o suficiente para tomar as decisões que considerassem mais apropriadas para

ela. Ao contrário, as regiões tradicionais viveram anos e anos sob a proteção e tutela das entidades públicas, que se responsabilizavam pelas decisões com relação aos assuntos cafeeiros. Isto, de certa forma, as engessou, impedindo-as de, num momento crucial, serem mais ágeis na busca de soluções imediatas para os seus problemas. Desligar-se do hábito de buscar o apoio do Estado será difícil para as lideranças econômicas das regiões de agricultura mais antiga de Minas Gerais. Mas o que se espera é que o cerrado, com sua dinâmica própria de sustentação, seja seguido de perto por outras regiões mineiras. Não podemos nos esquecer que algumas áreas do Sul de Minas vêm mudando de mentalidade e já estão se inserindo em um modelo mais moderno de se cultivar e comercializar o café.

CONCLUSÕES

Embora o governo tenha, parcialmente, se afastado dos assuntos relativos ao café, sua atuação continua sendo de relativa importância na resolução de problemas que envolvem sua produção e comercialização. As demandas dos diversos setores do Complexo visam que o governo atue como órgão moderador, dando apoio logístico e fornecendo crédito ao setor. Isto é uma realidade, porque tanto os recursos do FUNCAFÉ quanto os estoques do extinto IBC, estão sendo gerenciados por órgãos governamentais.

Além do mais é justificável a permanência do governo na atividade cafeeira, porque nos países produtores, esta tem seus mecanismos de proteção bastante desenvolvidos. Por exemplo, a medida da retenção de estoques somente poderia ser tomada através do Governo, assim como esse acordo de países produtores em que as negociações são prerrogativas de governo para governo. Outros campos de atuação do governo devem ser as pesquisas agrônômicas e a coleta dos dados estatísticos, além do direcionamento de uma política global para a cafeeicultura.

Apesar de várias correntes apostarem na exclusividade da iniciativa privada na atividade cafeeira, a atuação do governo ainda é extremamente importante na regularização do mercado cafeeiro mundial. Isso é facilmente explicável pelo seguinte: se por um lado, a comercialização mundial do café está centralizada na mão de 7 grandes empresas multinacionais, que adquirem parcela considerável da oferta mundial do produto, do outro temos o segmento da produção composto de produtores micro pulverizados, que não têm nenhum poder de barganha frente a esses grandes compradores.

Outra justificativa para a intervenção do governo é a existência, que exerce forte influência no comércio mundial, das ligações entre os países consumidores e suas antigas colônias produtoras de café. Ao analisarmos as interferências no mercado mundial, percebe-se claramente que o café brasileiro é taxado tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, existindo por parte deste, uma clara proteção aos cafeicultores do México, da América Central e de outros países da América do Sul, com exceção do Brasil. Na América Latina, a política norteamericana protecionista tem como objetivo evitar o aparecimento de novas *Cubas* e *Nicaraguas*. No caso da Colômbia, os Estados Unidos dão proteção à sua produção cafeeira, para evitar que os agricultores plantem coca ao invés de café. Na Europa existe uma estreita ligação

dos países com suas ex-colônias, caso de Portugal com Angola, França com a Costa do Marfim e Inglaterra com o Quênia. Direta ou indiretamente, existe uma interferência política desses países consumidores no comércio mundial de café. Há, portanto, um forte aspecto político nessa transação bilateral de comércio.

São fortes os indícios de que a cafeicultura cada vez mais vai se profissionalizando, com modificações profundas na sua estrutura, tanto a nível nacional quanto a nível internacional. Internamente, não há mais lugar para a entrada na atividade cafeeira de pessoas alheias a ela, como profissionais liberais e autônomos, fato este que acontecia sistematicamente no passado, quando os preços se situavam em patamares elevados, atraindo este tipo de produtor. Os prejuízos causados pela entrada indiscriminada de novos produtores na cafeicultura eram relevantes, devido ao aumento da oferta, que refletia negativamente nos preços, baixando seus níveis por longos períodos. Este tipo de comportamento parece estar desaparecendo da atividade cafeeira, e o que se nota nos dias atuais são modificações no sentido de se expulsar da atividade deste tipo de produtor, que podemos denominar de “amadores”.

As evidências indicam que está em curso um processo de regionalização da produção cafeeira, nos moldes do **que** ocorreu na Europa com a produção regionalizada da vinicultura. Isto implica **uma** especialização cada vez mais acentuada das regiões cafeeiras, culminando com a produção dos cafés de *griffe*. Este é o caso, por exemplo, do Café do Cerrado, uma iniciativa que já vem tendo resultados positivos, constituindo um dos caminhos ou saídas para a cafeicultura nacional, em especial, para a mineira, onde são produzidos os melhores cafés do país.

Acreditamos **que** a cafeicultura vá se concentrar em algumas zonas produtoras como o cerrado mineiro, o Sul de Minas, a Zona da Mata, a Mogiana Paulista, zonas remanescentes no Paraná e o Espírito Santo, com o café robusta. Sua expansão para outras áreas tem um fator limitante que é o clima, não suportando nem o excesso, nem a escassez de chuvas, que têm de ser bem distribuídas durante o ciclo vegetativo e a colheita da planta. Portanto, toma-se difícil que, fora dessas áreas produtoras, haja expansão significativa da cultura cafeeira. Mesmo em algumas delas são claras as dificuldades enfrentadas pela exploração cafeeira, impedindo-a de ter um desempenho mais favorável, refletindo uma diminuição das áreas dedicadas ao cultivo do café. Por exemplo, a Zona da Mata, ressentindo-se de uma melhor estrutura na organização dos produtores, inibe de certa forma a evolução e a ampliação da área plantada, em **fun**-ção de não haver associações fortes de produtores, que lutem pela melhor remuneração da atividade. Em **São** Paulo a situação é diferente. Devido aos altos custos da terra e à exploração

de culturas de alta rentabilidade como a cana-de-açúcar e a laranja, a área de café vai ficando cada vez mais restrita. Portanto, a tendência das áreas cafeeiras paulistas, ao lado das paranaenses, mostra um processo gradativo de diminuição das áreas cultivadas com este produto.

Outra constatação é que a distribuição das zonas cafeeiras no país vai se realizando em função do tipo de café que vai ser plantado em cada uma delas. Isto irá se tornar sua marca registrada. Determinada região irá produzir, então, um tipo específico de bebida. A partir deste mapeamento, teremos no país as “cartas de cafés”, similares às de vinhos da Europa, cuja marca do mesmo identifica a região em que foi produzido.

O direcionamento para a regionalização da cafeicultura não está centrado apenas na especialização em si, mas deverá ter como base a eficiência na exploração do café. Duas coisas são fundamentais para o produtor permanecer na cafeicultura: a eficiência e a qualidade. O produtor com níveis de produtividade baixos (entre 7 a 10 sacas de café beneficiado por hectare), corre riscos de se ver aliado da atividade cafeeira, uma vez que a seleção daqueles que irão permanecer na atividade começa pela produtividade, e esta deverá ter como limite mínimo de permanência 20 sacas de café por hectare. Portanto, esta variável irá promover uma primeira seleção natural. Isto vem ocorrendo com as livres forças do mercado, que passaram a comandar os negócios com café. Por exemplo, na região sul mineira, na atualidade, são encontradas diversas lavouras de café abandonadas, que não atingiram o patamar mínimo da produtividade. Já o fator qualidade, que não deixa de ser uma consequência direta da produtividade, irá exercer um importante papel na composição futura dos volumes exportados pelo país, porque os mercados consumidores passaram por transformações profundas, exigindo hoje, mais qualidade que propriamente preço. Esta variável é também um fator que selecionará os produtores que permanecerão na atividade cafeeira.

Os cafeicultores remanescentes deverão ter, necessariamente, o perfil de empresários, não importando de que tamanho sejam. Não é mais possível que um cafeicultor não tenha preocupações com seus custos de produção, pois a colocação garantida no mercado para sua colheita já faz parte do passado. Não interessa o tamanho do produtor, mas sua eficiência. Uma vantagem para o pequeno produtor frente ao de maior porte ~~em~~ respeito aos experimentos feitos com o método do plantio adensado, que pode ser considerado como uma das saídas para a cafeicultura, que se adequou com sucesso em pequenas propriedades (glebas que variavam entre 1 a 5 hectares), onde a própria família dirige a atividade a um custo relativamente baixo.

Há, portanto, uma clara tendência em se valorizar os cafés regionalmente. Esta atitude não se deve aos regionalismos ou bairrismos porventura existentes nas diversas regiões cafeeiri-

ras brasileiras, mas às diferentes características dos cafés nelas produzidos e às novas exigências no mercado internacional que, cada vez mais privilegiam sabores personalizados de café, Este é um problema que, gradativamente, vai sendo sanado pelos responsáveis pela colocação do café brasileiro no exterior, com a venda de um produto personalizado.

Um dos fatores que, sistematicamente, vem afetando a propaganda do café brasileiro no exterior, é a forma como ele é ofertado, com base numa mistura previamente feita dentro do Brasil, Este blendé, indiscriminadamente, originário das diversas regiões produtoras brasileiras, variando de acordo com os interesses do importador e/ou do exportador. Na realidade, estes acabam misturando diversos tipos de cafés, sem se preocuparem com a qualidade dos mesmos, mas sim com os custos de se produzir tal blend. Preocupando-se, basicamente, com os custos de seus diversos blends, eles os alteram à medida que os preços vão sendo modificados, Este tipo de atitude acaba impedindo que o blend originário do Brasil seja único, isto é, tenha um gosto específico que o identifique como sendo daqui. É, assim, praticamente impossível consumir na Europa ou nos Estados Unidos, um café que possa ser considerado genuinamente brasileiro, que tenha uma marca que o identifique como tal.

Como o consumo de diversos países é na sua grande maioria feito através da mistura de cafés originários de diversos produtores, e lembrando que é uma fatia de mercado bastante significativa, uma providência a ser tomada é conhecer a participação do café brasileiro nos blends internacionais, por regiões ou blocos de países. Isto irá possibilitar uma melhoria na colocação de nosso produto no mercado mundial. Sabe-se, também que uma vantagem do Brasil em relação a outros países está na ampliação do consumo do café expresso, isto porque, devido às características de nosso produto, ele é de fundamental importância na composição e na feitura desse tipo de café, chegando a participar com 70% do blend necessário para se fazer o café expresso.

Mas, a mentalidade dos responsáveis pela colocação de nosso produto no exterior tem sofrido mudanças. Já existe preocupação por parte dos segmentos do setor cafeeiro, da produção agrícola ao setor exportador, em regionalizar a produção cafeeira, viabilizando a exportação de café personalizado. A consequência dessa atitude terá como resultado o consumo por parte dos países compradores de tipos de café provenientes de determinadas regiões produtoras brasileiras. Embora estas iniciativas estejam ocorrendo no Brasil, ainda falta muito para que se atinja o estágio em que se encontra a posição privilegiada do café colombiano no mercado internacional.

O sucesso da Colômbia nesse mercado foi fruto de um trabalho de *marketing* realizado pela Associação dos Cafeicultores da Colômbia, tomando conhecido nos principais países consumidores, o café proveniente do país com a marca registrada “Café da Colômbia”. Aliado a essa propaganda maciça do café colombiano, havia também a facilidade de se encontrar o produto em qualquer posto de venda varejista, como mercearias, supermercados, lojas de conveniência, etc., localizados nos Estados Unidos e Canadá e na Europa. Diante deste eficiente trabalho de publicidade e divulgação desenvolvido pelos cafeicultores colombianos nos principais mercados consumidores, ficou a impressão de que o café da Colômbia é o melhor do mundo.

O mesmo não ocorria com o café brasileiro, **que** não conseguiu associar um determinado sabor de café a um produto proveniente do Brasil ou de alguma região de nosso país. A tentativa que está se fazendo atualmente, é colocar no mercado internacional um produto que seja identificado como originário de uma parte do Brasil. Teremos, então, diversos sabores de café brasileiro com características que o irão identificar como proveniente do Sul de Minas (Café do Sul de Minas) ou do cerrado (Café do Cerrado). Isso porque, diferentemente do café colombiano, o brasileiro não é um produto homogêneo, devido às diferenças de clima, topografia, processos de produção e de colheita, formas de secagem, etc. das diversas regiões cafeeiras do País.

Embora a produção brasileira pudesse atingir esse mesmo nível de homogeneidade da produção colombiana, algumas dificuldades teriam que ser superadas para **que** isso acontecesse. Uma delas é que a forma de organização da produção da cafeicultura colombiana é calcada em pequenas propriedades geridas pelo proprietário e seus familiares, enquanto no Brasil a mão-de-obra contratada é assalariada, o que elevaria **os** custos de se produzir café, se fossem efetuadas 2 a 3 colheitas anuais, como é usual se fazer na Colômbia. Sendo apenas uma colheita anual existe uma diferenciação muito grande entre **os** grãos colhidos (diversos estágios de maturação).

Como o Brasil não realizou uma política sistemática de *marketing*, acabou perdendo espaços no mercado internacional para outros produtores mundiais. Mesmo quando empreendeu uma política de divulgação, esta foi idealizada de forma errada. Denominando simplesmente de café brasileiro todo o produto originário daqui, não se levou em consideração a diversidade de tipos de café produzidos no país. Como este é variado, dependendo de qual região se originou, o trabalho teria de ser feito ressaltando as diferentes características de cada um deles em termos de sabor, aroma, etc., de acordo com as suas regiões de origem.

Deve-se ter sempre em mente a existência de inúmeros mercados consumidores, que preferem este ou aquele tipo de bebida de café. Por exemplo, o café produzido na Zona da Mata, cujo sabor denominado de “rio zona” é considerado de má qualidade (de bebida ruim), tem mercado garantido em alguns países que preferem beber esse tipo de café. A estratégia seria então saber que espécie de café os consumidores querem comprar, direcionando a propaganda para satisfazer o gosto de cada um deles, abastecendo-os dos tipos de café que preferem consumir.

Em resumo, podemos afirmar que esta tendência da regionalização do café é realmente um fato concreto que está acontecendo no país. E nesse processo de mudança é fundamental que as inovações técnicas sejam levadas em consideração. A tecnologia da cafeicultura vai ter de sofrer modificações para se adequar às novas condições exigidas pelas mudanças ocorridas na comercialização do café tanto a nível interno quanto externo. Nesse caso, será vital para a sobrevivência de todos os segmentos envolvidos com a cafeicultura, em especial o setor agrícola, que tenha como preocupação básica a elevação de seus níveis de produtividade. Sem este tipo de preocupação, é provável que os produtores se vejam na obrigação de abandonar a atividade, se permanecerem alheios às novas exigências técnicas e mercadológicas do mercado cafeeiro. Todas as zonas produtoras terão de fazer um esforço árduo para melhorar a qualidade do café produzido, para que possam ter acesso a um mercado diferenciado, onde o valor cobrado pelo seu produto seja mais elevado.

A estratégia mercadológica deverá levar em conta a caracterização regional do café e a forma de organização de sua produção, sendo necessário colocar no produto final o selo e o certificado de garantia da sua região de origem, seja ele proveniente do Sul de Minas, do cerrado, da Zona da Mata, de São Paulo ou do Espírito Santo. Para que isto realmente se efetive, faz-se necessário fortalecer tanto as associações quanto as cooperativas dessas diversas áreas produtoras, que são na atualidade os canais mais representativos dos cafeicultores. Dentro de suas áreas de abrangência, estas deverão tomar as medidas cabíveis para o sucesso da cafeicultura local, valendo citar a atuação marcante do Conselho das Associações do Cerrado Mineiro, que vem sistematicamente promovendo, com sucesso, o Café do Cerrado.

Ao lado da liderança de Minas como principal produtor de café e a extinção do IBC, outros fatos ocorreram com a cafeicultura. Dentre os problemas estruturais enfrentados pelo Complexo, podiam ser contabilizados a baixa produtividade do seu parque cafeeiro e a má qualidade do café produzido no País. O fraco desempenho destas duas variáveis pode ser creditado aos longos anos de intervenção do Estado na cafeicultura. Isto desaguou numa im-

portante componente conjuntural, que foi a perda do espaço no mercado mundial do café. Esta situação desfavorável no mercado internacional se deveu também, em grande parte, à omissão dos responsáveis pelo café, do produtor ao exportador, ao não se preocuparem em lançar uma campanha agressiva de *marketing* nos principais países consumidores.

Em função disto, e aproveitando-se do fato de seu café (suaves colombianos) ser considerado um dos melhores do mundo, a Colômbia começa a ocupar os espaços vazios deixados pelo Brasil e lança, com enorme sucesso, uma campanha promocional, a nível mundial, do **seu** café. Ela atingiu seu objetivo, ao ampliar os volumes exportados de café, e seu produto ganha uma marca personalizada “Café da Colômbia”. **O** consumo do café colombiano aumentou significativamente, principalmente no maior mercado comprador mundial que são os Estados Unidos.

Embora a posição brasileira tenha se deteriorado nos últimos anos, podemos assegurar que as perspectivas de curto prazo para a cafeicultura a nível mundial são bastante favoráveis. Como foi dito anteriormente, a ocorrência de geadas e a seca prolongada ocorridas no período entre maio e outubro de 1994, criaram expectativas de escassez do produto no mercado internacional, devido às perspectivas de quebra da safra brasileira em 1994/95. Em função disso, as expectativas em relação aos preços são bastante otimistas. Anteriormente a essas ocorrências climáticas adversas, outro fator decisivo para a recuperação dos preços do café no mercado internacional foi o acordo acertado entre os países produtores de uma política de retenção do produto em meados de 1993. **As** perspectivas para a próxima safra brasileira não **são** boas. Havendo uma diminuição significativa da oferta mundial do produto, cuja composição ainda depende fortemente da produção brasileira, a tendência será uma elevação no nível dos preços. Apesar de a participação relativa do café na pauta de exportação ainda continuar no nível dos 5%, a verdade é que a receita prevista para 1995 está girando em torno de 2,5 bilhões de dólares.

Embora as expectativas sejam otimistas em torno da cafeicultura com a retomada de preços nos últimos meses de 1993, **o** mercado cafeeiro mundial, a longo prazo, irá se deparar sempre com os problemas e óbices **que** o afetaram no passado e que, provavelmente o afetarão nos anos vindouros. **Historicamente** a sina do café é sempre estar buscando o equilíbrio entre a oferta e a procura, isto é, de um lado os países produtores, pobres, em busca de melhores alternativas de preços, e do outro, os países consumidores, ricos, visando adquirir o produto a preços mais acessíveis, estocando-o, para evitar os **desequilíbrios** constantes no mercado cafeeiro mundial. Nem sempre a balança pende para os primeiros, devido ao maior poder de barganha-

nha dos países consumidores. A luta dos produtores em não inundar o mercado com quantidades volumosas do produto nem sempre é possível, porque a maioria deles depende visceralmente das rendas das vendas do café para equilibrarem suas economias e em determinadas épocas se vêem na obrigação de vender mais do que deviam, acarretando, obviamente, o decréscimo no nível dos preços.

Outro ponto de estrangulamento do mercado consumidor mundial diz respeito à rigidez da demanda. Devido às peculiaridades do produto (não essencial e sendo uma bebida) nem sempre as quantidades demandadas reagem rapidamente aos estímulos de preços. No caso estão envolvidas variáveis como hábitos de consumo e a substituição do café por outros produtos como chá, chocolate, refrigerantes, sucos, etc. Para superar isto, as ações deveriam caminhar no sentido da diversificação do produto café, que poderia ser consumido na forma de sorvetes, bolos e bombons, e em um trabalho de promoção do produto nos grandes centros consumidores, no sentido de colocá-lo como uma alternativa aos outros tipos de bebidas. Portanto, a solução para que a demanda mundial pelo café passe por transformações, sofrendo um processo de expansão, será a elaboração de um trabalho de longo prazo que diversifique o consumo de café e que se conquistem novos mercados como o leste europeu e a China. Essas variáveis que afetam, em particular, a demanda são importantes e devem necessariamente ser levadas em conta se se pretende promover a recuperação da cafeicultura a nível mundial e também a nível interno no Brasil.

Quanto aos novos mercados, eles são importantes pelas suas potencialidades. Mas, deverão ser conquistados gradativamente, tendo como ponto de referência o poder aquisitivo dessas populações e seus hábitos de consumo. O Japão, por exemplo, que passou a comprar café em grandes quantidades, além da elevada renda *per capita*, está ampliando as formas de consumi-lo, não restringindo seu uso apenas como bebida. Devemos, então, descobrir formas de cativar esses novos mercados, fazendo com que eles não optem por café de outras regiões, como por exemplo os suaves colombianos.

Mas, esse esforço de ampliação de novos mercados não depende tão somente do esforço de divulgação e publicidade por parte dos responsáveis, públicos ou privados, pela sua colocação no exterior. O mercado cafeeiro tem certas peculiaridades e relações especiais que fogem dos fatores estritamente econômicos e comerciais. Por exemplo, a França dá a preferência na compra de café aos mercados africanos, em especial de suas ex-colônias.

Outro ponto que poderá ampliar a abertura de novos mercados é induzir que países plantem lavouras de café, iniciando um processo de difusão de seu consumo em mercados não

tradicionais, como a Índia, por exemplo. Uma vez que a quantidade produzida não é suficiente para abastecer o mercado interno, esses países deverão recorrer aos produtores tradicionais para suprir a demanda crescente desses novos mercados. Mas, para que isso aconteça, é fundamental que se crie o hábito de beber café, pois esta é uma variável estratégica que irá exercer um importante papel no aumento da demanda por ele.

Devemos lembrar que as exportações brasileiras de café, desde quando este era o principal produto exportador do país, sempre foram realizadas com o produto em sua forma *in natura*. Exportávamos, portanto, o café em grão, que sempre sofreu um processo de beneficiamento mínimo. Ainda hoje, grande parte das exportações são de café em grão, embora já sejam expressivas as exportações do café solúvel. Desde meados da década de sessenta o Brasil vem aumentando sua participação no mercado mundial do café solúvel, e nossas fábricas visam praticamente ao mercado externo, haja vista a rejeição por parte do público interno em consumir o café nesta forma. No entanto, o café solúvel brasileiro é, em geral, exportado a granel, para compor os *blends* dos países importadores. A solução seria o aumento da exportação do produto acabado, pronto para o consumo, mas estas tentativas esbarram no poder das empresas multinacionais do café solúvel que dominam os grandes mercados consumidores. Obviamente, com maior valor agregado na sua composição as exportações do café solubilizado conseguem melhores preços no mercado internacional. Portanto, as exportações brasileiras deverão fazer um esforço em exportar produtos que tenham passados por processo mais sofisticados de beneficiamento, com vistas à obtenção de melhores preços lá fora. Embora ainda sejam incipientes as exportações do café já torrado, este é um mercado que poderá ser preenchido pelo Brasil, e que irá propiciar ganhos substanciais em termos cambiais por estar embutido no produto maior valor agregado. Nesse caso, deveria ser feito um esforço em capacitar de forma melhor o setor torrefador brasileiro, tornando-o mais eficiente e competitivo e integrando-o com o setor exportador para que se viabilizassem as estratégias de exportação do café torrado e moído. A complementação para essa medida seria uma pesquisa mercadológica nos mercados consumidores para se saber exatamente como é melhor aceito o produto em termos de graus de torra e acidez, aroma e sabor, dentre outras características.

Como os consumidores passaram a ser mais exigentes, em função de mudanças nos hábitos de consumo devidas às políticas de *marketing* efetuadas pelos produtores de cafés do tipo suave, com destaque para a Colômbia, é necessário que os cafeicultores brasileiros revejam suas estratégias de produção e passem a se preocupar em produzir cafés de melhor qualidade. O Brasil terá que, necessariamente, investir neste segmento de mercado que promete ser

dos mais promissores no futuro. Portanto, a produção dos cafés do tipo *special*, cafés de *griffe*, deverá constar das prioridades do setor cafeeiro brasileiro. Este aspecto também é válido para o mercado interno no que tange ao produto oferecido para o setor torrefador nacional. Este, através da ABIC, já vem promovendo campanhas de higienização e padrão de qualidade através do lançamento do “Selo Pureza”, cujo objetivo é elevar o consumo interno do café que vem sofrendo concorrência acirrada de outros setores de bebidas, principalmente, os produtores de refrigerantes. Esta política de *marketing* a nível interno deverá visar basicamente o público mais jovem, que não tem mais o hábito de beber café. Essa tendência de que o café é uma bebida de “gente mais velha” deverá ser revertida e combatida o mais rapidamente possível, porque não devemos nos esquecer de que o Brasil é o terceiro maior mercado consumidor do mundo, contando com uma vasta população jovem.

Outro ponto relevante, que irá exercer papel de fundamental importância no sucesso futuro da cafeicultura nacional, diz respeito à maior integração do Complexo Cafeeiro. O objetivo dessa verticalização será a elevação da eficiência, da qualidade e do aumento da produtividade em todas as etapas da produção do Complexo, desde o plantio até a distribuição final no mercado varejista, passando pela colheita, torrefação e beneficiamento do produto. Este tipo de integração irá aumentar significativamente o poder de competitividade da atividade cafeeira tanto a nível interno quanto a nível externo. Um dos segmentos que está buscando elevar o grau de verticalização são as cooperativas que estão reestruturando departamentos de beneficiamento, torrefação e moagem com o intuito de diminuir a rede de intermediação visando tanto a exportação quanto a comercialização interna.

Quanto ao setor torrefador, com a desregulamentação do mercado, ele se deparou com condições inteiramente diversas, sendo obrigado a rever seu posicionamento frente a elas. Elevando-se a competitividade no setor, inúmeras firmas começaram a investir na diferenciação do produto. Portanto, não era mais apenas o preço que iria influenciar no desejo de compra do consumidor, outros fatores irão atrair-lo como tipo de embalagem, aroma e gosto diferenciado do produto. Com as inovações técnicas, como a ampliação das embalagens a vácuo, que diminui a perecibilidade do produto na prateleira, a tendência é aumentar consideravelmente a concentração do segmento. Nesse caso, grandes empresa de alcance nacional deterão parcelas cada vez maiores do mercado, uma vez que as empresas locais não tendo condições de modernização, não suportarão a concorrência.

Quanto ao setor exportador, que sempre se pautou pelo preço, e nem sempre se preocupou com a qualidade do produto a ser exportado, deverá se preocupar daqui pra frente com

esse mercado promissor de cafés finos. Ao lado do preço, variável chave no mercado internacional altamente competitivo do café, o segmento não pode deixar de lado esta preocupação com a diferenciação do produto a ser exportado.

Com a descontinuidade dos investimentos em pesquisas, a desativação do departamento responsável pelas estatísticas, em especial as estimativas de safra, variável imprescindível para qualquer atividade econômica e que sempre exerceu influência decisiva nas transações envolvendo o café, a desarticulação institucional e a paralisação de programas, como a assistência técnica, o país se viu de repente diante de uma perigosa e crescente defasagem no campo da tecnologia, com influência perniciosa na competitividade do produto nacional e colocando em risco a viabilidade da produção cafeeira no longo prazo. Para sanar isto, nossa sugestão seria reativar algumas destas funções, que seriam monitoradas por algum órgão público como, por exemplo, o DENAC, tendo a contribuição de entidades privadas representativas dos diversos setores do Complexo, como cooperativas e associações de produtores, torrefadores e exportadores, além de órgãos estaduais e municipais de fomento às atividades agropecuárias. Outrossim, poder-se-ia delegar funções a serem exercidas por estes órgãos, dotando-os de instrumento suficientes que lhes propiciassem autonomia para tomar decisões que beneficiassem a totalidade ou partes do Complexo Cafeeiro.

Quanto às perspectivas de um novo modelo de cafeicultura a ser implantado em Minas Gerais, podemos concluir que este deverá ter como base a forma de organização da produção do café no cerrado, que tem sido até agora o modelo de como se pode modernizar a atividade cafeeira, levando em consideração maior integração de todo o Complexo. Evidentemente a generalização desse modelo esbarra em limitações como condições físicas e climáticas. No entanto, não podemos esquecer que o Sul de Minas, com zonas de produção de café de alta qualidade, também se adequa a essas novas exigências originárias das mudanças de hábitos dos consumidores, tanto a nível nacional quanto internacional. Além disso, vale reafirmar novamente que cooperativas, localizadas na área sul mineira, têm verticalizado suas funções, o que as credencia como pontas de lança na modernização desta nova cafeicultura. O que caracteriza essas zonas modernas é uma nova preocupação com níveis de qualidade e uma busca incessante de novas tecnologias que propiciem níveis cada vez mais elevados de produtividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARANTE, S. E. Participação das cooperativas na comercialização de café: contribuição para uma nova política do café. In: SEMINÁRIO MINEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE CAFÉ, 1984. Belo Horizonte.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café (vários números).
- BACHA, Carlos José Caetano. *Evolução recente da cafeicultura mineira: determinantes e impactos*. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado) à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.
- BACHA, Edmar Lisboa. Política brasileira do café uma avaliação centenária. **150 Anos de Café**, Marcellino Martins e E. Johnston Exportadores Ltda. 1992, Rio de Janeiro. p. 61-129.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. *Economia Mineira – 1989: diagnóstico e perspectivas V.3: Agropecuária*. tomo 1: Visão Global, tomo 2: Regionalização da Produção. Belo Horizonte, 1989.
- _____. *Torrefação de café: área de coordenação e planejamento*. Belo Horizonte, 1987. 17p.
- _____. Departamento de Crédito Rural. Programa da cafeicultura: primeira etapa. Belo Horizonte. 1969.
- BELIK, Walter. *Agroindústria processadora e política econômica*. Campinas, 1992. Tese (Doutorado), IE/UNICAMP. 219 p.
- CAFÉ em Minas Gerais, sua força política e econômica: diretrizes para a orientar o Plano de Governo de Hélio Garcia. São Sebastião do Paraíso: COOPARAÍSO, 1991.
- CAFÉ: normas e coeficientes técnicos. Informe **Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 14, n.162. 1988. 104p.
- CAFEICULTURA brasileira: perfil da produção, São Sebastião do Paraíso: Confederação Nacional da Agricultura, Conselho Nacional do Café, Organização das Cooperativas Brasileiras, 1992, mimeo.
- CAFEICULTURA brasileira: sumário de apreciações setoriais. Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, 1992 (Portaria Interministerial n. 41/92).
- CAIXETA, Glória Zélia T., LEITE, C. A. M., OLIVEIRA, A. M. de. Tendência do mercado de café do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 27, n. 2, p. 173-196, abr./jun. 1989.
- CAIXETA, Glória Zélia. T., JOSÉ, J. A. B. de S. Tendência de preços, sazonalidade e relação de trocas no mercado cafeeiro de Minas Gerais – 1979-1988. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 28, n.1, jan./fev./mar. 1990.

- CAIXETA, Glória Zélia T. A nova situação do café depois da geada e da alta, Informe Agropecuário, v.3, n. 34, p. 2-12, out. de 1977.
- CAIXETA, Glória Zélia T. Et Alli. A Cafeicultura da Zona da Mata de Minas Gerais. Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária: EPAMIG, ESAL, UFMG e UFV. Belo Horizonte, 1978.
- CAIXETA, G. Z. T., GOMES, F. R., BARBOSA, T., FREIRE S. H. Diagnóstico da cafeicultura da Zona Sul de Minas Gerais. Belo Horizonte: EPAMIG, 1975.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. T. A. Queiroz, Editor, São Paulo, 1983.
- CARVALHO, Patricia. Café: caminho para fora da crise. Globo Rural: economia, Rio de Janeiro, p.4-11, ago., 1992.
- CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira, Vol. II, Ed. forense, Rio de Janeiro, 1971.
- CENSO AGROPECUÁRIO; Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- _____ : Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1970
- _____ : Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 2v.
- _____ : Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Censos Econômicos de 1985, n. 18, pt. 1 e 2).
- CICLO DE DEBATES SOBRE O CAFÉ. Diagnóstico da cafeicultura. Belo Horizonte: FIEMG, 1993.
- COFFE BUSINESS, Rio de Janeiro (vários números).
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Comércio Exterior. edição especial (II). Rio de Janeiro, v. 27, maio 1973.
- CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. A nova fronteira da qualidade café do cerrado, Minas Gerais. Patrocínio: CACCER. s. d. (Folder).
- COOPERATIVA REGIONAL DOS CAFEICULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – COOPARAÍSO. Café em Minas Gerais: sua força política e econômica. 1991. Mimeo, 29 p.
- COOPERATIVA REGIONAL DOS CAFEICULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO. COOPARAÍSO: uma organização prestadora de serviços com eficiência aos seus cooperados. São Sebastião do Paraíso, s. d. (Folder).
- COOPERATIVA REGIONAL DOS CAFEICULTORES DE GUAXUPÉ – COOXUPÉ. 1964/1984: uma fase de radicais mudanças na cafeicultura. Guaxupé, 1984.
- CUNHA, Mauro R. 150 anos de café. Ed. Marcellino Martins e E. Johston Exportadores Ltda. 1992, Rio de Janeiro.

- DELFIN NETTO, A., PINTO, C. A. de A. O café do Brasil: 20 anos de substituição no mercado. Ensaio sobre Café e Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, IBC, 1973. p. 299-339.
- DELFIN NETTO, A. O problema do café no Brasil. São Paulo, 1959. Série Ensaio Econômico, v. 16.
- FARINA, Elizabeth M. M. Q. O sistema agroindustrial de alimentos. In: Congresso da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, 1988, Anais do XVI Encontro Nacional de Economia, Belo Horizonte: ANPEC. p.292-314.
- FRANCA, Múcio. O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1984. Dissertação (Mestrado). UFMG, CEDEPLAR.
- FREITAS, Claus F. T. Política cafeeira: diretrizes para a modernização e desenvolvimento do setor. Ensaio sobre a Política Agrícola Brasileira. São Paulo – Secretaria da Agricultura. 1979. p.233-294.
- _____. O mercado de café sem cláusulas econômicas do Acordo Internacional. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 19, n. 6. p. 33-39. junho 1989.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (RJ). A política cafeeira do Brasil 1850/1972: mercado livre, intervenção e planejamento racional. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 27, p. 82-91, maio 1973.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (RJ). Dicionário Histórico-Geográfico Brasileiro – 1930-1983. Rio de Janeiro, 1984.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Planejamento. Programa de desenvolvimento regional integrado do Alto **Paranaíba**. Diagnóstico final. Belo Horizonte, 1982. 2 v.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Ed. Nacional, São Paulo, 1980.
- _____. Análise do modelo brasileiro. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.
- GERAÇÃO de empregos e desenvolvimento rural, São Sebastião do Paraíso; COOPARAÍSO, s.d. Programa de Renovação da Cafeicultura Regional.
- GOLDIN, I., REZENDE, Gervásio C. A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro, 1993. 119p. Série IPEA, 138.
- GOMES, Maria de Fátima A. B. Café algumas considerações. Indicadores de Conjuntura: Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p.270-303. maio, 1988.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Complexos agroindustriais e outros complexos. Ensaio e Debates, v. 21, set./dez. 1991.
- _____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. Ed. Hucitec, São Paulo, 1981.

- GURGEL, J. B. **Serra**, BERNARDES, Renata R. Intervenções oficiais e órgãos cafeeiros do Brasil. Rio de Janeiro, IBC, 1974.
- HAEBERLIN, I. B., TELXEIRA, E. C., KAM-CHINGS, M. H. L. Análise do impacto do rompimento do Acordo Internacional do Café sobre o Brasil e a Colômbia. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v.31, n.1. p.9-22. jan./mar. 1993.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – INDI – A agroindústria mineira. setor cafeeiro. Belo Horizonte. s. d.
- _____. Grandes torrefações de café em Minas Gerais (estudo de pré-viabilidade). Belo Horizonte, 1972.
- KAGEYAMA, Ângela (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C., GASQUES, J. G., VERDE, C. M. V. (Org.). Agricultura e políticas públicas. Brasília. IPEA, 1990. p.113-223. (Série IPEA, 127).
- LEMOS, Mauro Borges. Some theoretical aspects of the relationship between the agro-food system and market structures. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1991. (Textos para discussão, 62).
- _____. The agro-food system in semi-industrialized countries: the **brazilian** case. London, 1992. Tese (Doutorado), University of London. University College.
- _____. Liderança de mercados e entrada em **tecnologias** em sistemas agro-alimentares de países semi-industrializados: o caso brasileiro. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994. (Textos para discussão, n. 76).
- LENZ, Maria Heloísa. A categoria econômica renda da terra, FEE, Porto Alegre, 1986
- MIC – IBC – GERÇA – Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais, Ano Agrícola 1972/73. Ministério da Indústria e do Comércio, Instituto Brasileiro do Café, Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, Rio de Janeiro.
- MIC – IBC – GERÇA – Programa de Racionalização da Cafeicultura, Rio de Janeiro, sem data.
- MINAS GERAIS: Secretaria de Estado da Agricultura. Programa de **integração** das cooperativas de cafeicultores de Minas Gerais 1976/1980. Belo Horizonte, s/ data.
- MORICÓCHI, Luiz, MARTIN, Nelson B. Acordos internacionais e mercado de café. Informações Econômicas, São Paulo, v. 24, n.7, julho/1994. p.17-29.
- _____. As perspectivas da cafeicultura brasileira pós-Acordo Internacional. Informações Econômicas, São Paulo, v. 23, n. 8, agosto/93. p. 35-39.
- MULLER, Geraldo. A economia política do CAI. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 24, 1976. **Anais** do XXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília, SOBER, 1986. p. 347-367.
- _____. **O** complexo agroindustrial brasileiro. Relatório de Pesquisa da Escola de Administração de Empresas de São Paulo. FGV, n. 13. São Paulo, 1981.

- NABUCO, Maria Regina. **Brasil e Minas Gerais: modernização e modernidade na agricultura.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1990. p. 185-202. (Ensaio Econômico CEDEPLAR, 4).
- NABUCO, M. R., LEMOS, M. B. A rota do capital agrícola em Minas Gerais na década de oitenta. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 3. 1986, Diamantina. **Anais... História econômica e demográfica: novo padrão de desenvolvimento.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1986. p. 181-198.
- NABUCO, M. R. Agricultura, estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais – 1950/1980. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 58, p. 165-239, jan. 1984.
- NARCISO JR., Petronilho. Aspectos econômicos da cafeicultura. **Análise e Conjuntura**, FJP, Belo Horizonte, v.6, n.12, dez. 1976. p. 28-43.
- O'DONNELL, G. Sobre o “corporativismo” e a questão do estado. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**. N. 3, mar. 1976. p. 1-54.
- OURO verde no cerrado. **Revista Veja**. São Paulo, p. 92-93, 21 de julho de 1993.
- PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1979; 1980; 1985; 1986; 1987; 1988; 1989; 1990.
- Revista do Comércio do Café. 1920-1990: 70 anos de uma história agitada**, Rio de Janeiro, n.770, set./out.1990.
- RIZZI, Aldair T. **O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola: o complexo avícola no sudoeste paranaense.** Curitiba, 1984. Dissertação (mestrado). CEDEPLAR.
- SANTOS, M. H. de C. Fragmentação e informalismo na tomada de decisão: o caso da política do álcool combustível no Brasil autoritário pós 1964. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. V. 30, n. 1, 1987. p.83-93.
- _____. Avaliação político-institucional do Proálcool: grupos de interesse e conflito interburocrático. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. V. 1, n. 1, ago./1989 – Brasília (IPEAD). p. 127-150.
- SERVILHA, Valdemar. **Agricultura e acumulação de capital.** Belo Horizonte, 1977. Dissertação (Mestrado). CEDEPLAR.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- VEGRO, Celso R. **Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade da indústria do café.** Instituto de Economia/UNICAMP. Campinas, 1993.
- ZYLBERSZTAJN, Décio, FARINA, Elizabeth M. M. A., SANTOS, Rubens da C. **O sistema agroindustrial do café: um estudo da organização do agribusiness do café visto como a chave da competitividade.** Porto Alegre: Ortiz, 1993.